26—4

6

2

SC
4502
304 92

A. Don Carlos de Noronha

ALLEGAÇAM DE DIREITO EM FAVOR DA IVRISDIÇAM, E EXEMPÇAM DAS ORDENS MIlitares, & Caualleiros dellas.

AO MUYTO ALTO, E MUYTO Poderoso Senhor Rey Dom IOAM *o* IV. *o Prudentissimo dos Reynos, & Senhorios de Portugal.*

Author D. Carlos de Noronha

Com todas as Licenças necessarias.

EM LISBOA

Impresso por Iorge Rodrigues Anno de 1641.

Biblioteca Nacional LISBOA

B. Antonio Roiz Gondymo

250

Biblioteca Nacional
LISBOA

LICENÇAS.

VI este liuro composto em defensaõ dos priuilegios das Ordens Militares,& naõ tem cousa alguma contra a Fé, ou bons costumes, & o Autor de elle mostra muito zelo na defensaõ dos priuilegios das ditas Ordens,que de tanto proueito,& honra saõ para este Reyno: no qual assumpto,allem dos Trattados,em que doctissima mente confirma seu intento,he muito de louuar a diligencia,& curiosidade,comque ajuntou para isso os Breues dos Summos Pontifices, & o mais que parecia necessario. E assi este liuro como muito necessario para que os Caualleiros das ditas Ordens tenhaõ conhecimento de seus priuilegios,me parece digno de se imprimir. Em S. Domingos de Lisboa 28.de Mayo 641.

O Mestre Fr. Ignacio Galuaõ.

VISTA a informaçaõ podesse imprimir a Allegaçaõ de Direito sobre os priuilegios das Ordens Militares composta por Dom Carlos de Noronha Presidente da Meza da Consciencia, & Ordens, & depois de impressa tornará ao Conselho para se conferir com o original,& se dar licença para correr,& sem ella naõ correra. Lisboa 28. de Mayo 1641.

Fr.Ioaõ de Vasconcellos. Pedro da Silua.
Francisco Cardozo de Torneo. Sebastiaõ Cesar de Menezes.

MAnda ElRey nosso Senhor,que o Doctor Marçal Casado veja este liuro,& diga se ha nelle algũa cousa porque se naõ deua imprimir. Lisboa 4. de Iunho de 1641.

Ioaõ Sanches de Baena. Fialho. Ioaõ Pinheiro. Cesar. Meñezes.

QVe se possa imprimir este liuro visto as licenças do Santo Officio, & Ordinario,que offerece,& depois de impresso torne para se taxar,& sem isto naõ correra. Lisboa 11. de Iunho de 641.

Fialho. Cesar. Menezes. Ribeiro.

Possa impremirsse esta Allegaçaõ de Direito. Lisboa 15. de Iunho 641.

O Arcebispo de Lisboa.

ESTE liuro de Allegaçaõ de Direito em fauor da Exempçaõ das Ordens Militares, está conforme com seu original. Em S. Domingos de Lisboa 12. de Septembro 641.

O Mestre Fr. Ignacio Galuaõ.

VISTO estar conforme com o original pode correr este liuro Lisboa 13. de Septembro de 1641.

Fr. Ioaõ de Vasconcellos. *Pedro da Silua.*

Francisco Cardozo de Torneo. *Sebastiaõ Cesar de Meneses.*

SENHOR.

POR auer muitas queixas dos Caualeiros das tres Ordens Militares, que com o habito de cada hũa dellas não gozauão do priuilegio do foro, sendolhes feita merce delle, com promessa de Comenda, tença, ou mantença de hũa capella, ou forno de Setuual, & cazo que succedeo de se degolar Frey Diogo Lopes da Franca com ter o habito da Ordem de Christo, & promessa de hũa Comenda, mandou El-Rey Dom Philippe hum decreto ao Tribunal da Meza da Conciencia, & Ordens para que se visse, & consultasse, & se tomasse assento de hũa vez sobre a materia da remissão dosditos Caualeiros, & se obuiassem, & cessassem as vexaçoens, & controuersias, que cada dia se offerecião, & se decidirem os cazos, que ao diante ouuesse, & não podia ser o negocio de mayor consideracão, mayormente quando não tinha em seu fauor a Ord. do Reyno lib. 2. titulo 12. §. 2. fundada em a Bulla de Leão Decimo, que alcançou o Senhor Rey Dom Manoel, para que não pudessem gozar do priuilegio do foro os Caualeiros das Ordens, que não tiuessem com o habito merce effectiua de alguã das ditas cousas, & se me cometeo o trabalho deste discurso por se entender que tinha bastante noticia dos priuilegios, direito, & exempção das ditas Ordens para satisfazer as duuidas, com que o presuposto errado da dita Bulla de Leão Decimo se mouessem, & lhes podião impedir seus effeitos, & me parece que não faltei a minha obrigação, nem a emque de nouo me pos a conta, que se fes de my com o breue tratado, que offereço aos Reaes pês de vossa Magestade, que posto que me custasse trabalho ja vejo bem logrado o premio delle com milhor fortuna, doque tiuerão outros papeis, q̃ fiz, & impremiẽ defensão das mesmas Ordens de grãde importancia em Castella com que as liurei delhes tirarem de todo os priuilegios, que tinhão em remuneração de seruiços tão glorioſos à vista de ouir dar á execução, & fazer restituição delle em tẽpo que a Vossa Magestade se fes destes Reynos tão felices & mais quando a dedicação, & consagração desta obra era tão deuida a Vossa Magestade pella grandeza, & clemencia de sua Real pessoa, & por Mestre, Gouernador, & perpetuo Administrador das Ordens, & Protector que he dellas depois de fazer juramento conforme ao Breue de Iulio Terceiro da annexação dos Mestrados á Coroa, de guardar seus priuilegios, direito, costumes, liberdades, & Bullas, que lhe forão concedidas, & procurar sempre seu augmento, & não ir contra ellas em couza alguã, & o gosto comque me dezempenho, & pago o fauor de se me encarregár esta consulta, he effeito do amor, & zelo, que tenho ao Real seruiço devossa Magestade, cuja Catholica, & Real pessoa guarde Deos como pode.

P. Dom Carlos de Noronha.

ALLEGAC, AM DE DIREITO EM FAVOR DA IVRISDIC, AM, E EXEMPC, AM DAS ORDENS MIlitares, & Caualleiros dellas.

AINDA que de todo se pudera escusar este discurso, & disputa com as resoluçoens, que vossa Magestade foi seruido tomar com toda a consideraçaõ, & mandar, que se guardassem hũa ẽ a prouizão. deq̃ vay a copia n. 147 fol.

3 sobre a duuida, que se mouco da remissão de hum Caualleiro da Ordem de Christo em a corte de Madrid, que defendi por ordem de vossa Magestade, & para isso fis o papel incluso n. 199. fol. *cum sequẽtibus*, q̃ se vio em a Iunta, deq̃ fas menção a dita prouisão, aqual se ordenou à minha instancia como Procurador das Ordens Militares deste Reyno.

2 E outra por hauer muitas queixas de se não guardarem aos Comendadores, & Caualleiros das Ordens Militares de Castella de Sam Tiago, Calatraua, & Alcantara, & serem molestados da jurdição secular, mandou vossa Magestade impetrar dous breues em differentes tempos hum de Clemente Octauo, passado em 31. de Ianeiro de 1600. & outro de Paulo Quinto a 5. de Nouembro de 608. consultando primeiro o caso com Ministros graues de sciencia, & consciencia

2 para compor,& assentar estas competencias de jurisdiçaõ,& em virtude delles declarou,& mandou que dahi em diante todas as causas, crimes, & misticas tocantes a Caualeiros das tres Ordens militares fossem em primeira instancia ao Conselho dellas,& que por graues, que fossem os casos,& ainda que os Caualleiros estiuessem presos,se remetessem elles,& as causas ao dito Cõselho das Ordẽs,& que por elles fosse m sentenciadas &c. Aqual refere,& tras em termos Dom Garcia Mastrillo *disputatione* 290.n.165.

3 Toda via deu ocasiaõ a se tratar outra ves desta materia Francisco Pereira,que fes queixa a vossa Magestade por huma petição em o Cõselho de Portugal de selhe não guardar o priuilegio do foro tendo o habito da Ordem de Christo com promessa de comenda de 150. mil reis n. 185.a quoal vossa Magestade mandou a esse Tribunal com carta sua de 31.de Mayo de 634.n.146 fol. e q̃ ordena que se lhe apontem os fundamentos, & rezoens que ha de direito para os Comendadores,& Caualleiros do habito,ainda que não possuão comendas,nem tenças,hauerem de gozar do priuilegio da exẽpção do foro,não obstante a Ord.do Reyno lib 2 tt. 12. §. 2. Referindosse juntamente a hũa reposta,que tinha dado em a consulta que o Desẽbargo do Paço fez sobre a deuassa que foy tirar á Cidade de Euas o Desembargador Ioão de Mesquita,em que achou culpado a Frei Ascenssio de Siqueira Caualleiro tambem do habito de Christo com promessa de vinte mil reis de tença, & que se visse o papel do Bispo da Guarda que aprezentou, que trata do intendimento da dita Ord.para se tomar em a materia o assento,que mais conuem. n.163.

4 E para que se saiba,& apure a verdade se apontarão os fundamentos principaes,que a jurisdição secular tem,& pode trazer em seu fauor,para mostrar que os Caualleiros das Ordeñs Militares deste Reyno,ainda que sejão professos nellas,não gozão do priuilegio do foro, porque se não vẽ a sua obediencia,nem conhece mais que em Capitulo geral,& fora delle que não ha occasioens,em que a possam mostrar,& quanto à pobreza:que tem proprio,ainda que por dispensação de sua Sanctidade,& que castidade,que a não professão absolutamẽte;senão com limitação de voto conjugal, & que assy como não guardam,nem fazem os tres votos essenciais conforme as outras Ordens regulares (ainda que tenham *quendam modum viuendi religiosè*) que não sáo verdadeira,& propriamente Religiosos, nem pessoas ecclesiasticas, se não *merè seculares*,ou ao menos Religiosos,*impropriè*,

b & se

& secundum quid, prout tenet Sotto de just. & iure lib. 7. quæstione 5. art. 3. & lib. 4. sent. dist. 23. quæstione 1. art. 4. Sarmiento de reddit. eccles. p. 4. c. 1. n. 13. Molina de primogenijs lib. 1. c. 13. n. 98. Azeuedo in l. 14. n. 3. tt. 5. lib. 7. recopilat. Mont. in l. 8 glosa 5. lib. 2. Lazart. de gabell. c. 19. n. 92

5 Doque inferem alguns Doctores, que não sendo os Caualleiros Militares *verè, & propriê* Religiosos, que naõ saõ exemptos da Iurisdição secular, se não sogeitos a ella, *prout latè disputat, & in hanc partem magis inclinat Gregorius Lopus in l. 1. tt. 7. part. 1. glosa 1. & aperté tenent Sarmient. Azeued. Montal. in d. l. 1. & nonnulli alij ex supra allegatis.*

6 O segundo, que para gozarem do Priuilegio do foro he necessario que tenhão estipendio, Comenda, ou Mantença da Ordem com hũ dos habitos das tres Ordens Militares conforme a Ord. do Reyno lib. 2. tt. 12. §. 2, que se funda em o breue de Leão 10. incluso. n. 168. fol. passado a instancia do Senhor Rey Dom Manoel a 8. de Dezembro de 1514. a que se refere, & deque tratão *Valasc. consult. 131. n. 5. Reynos. observatione 2. n. 2. August. Barb. de officio, & potest Episc. allegatione 12. n. 45. Gabrielius Pereira de Castro de manu regia 2. p. cap. 58. n. 1. & decisione 58 n. 3. vbi addit*, que assym como os Clerigos de ordens menores conforme o breue de Pio Segundo não gozaõ do priuilegio do foro, se ao tempo da prisaõ se não achão com habito, & tonsura, que da mesma maneira os Caualleiros Militares conforme ao dito Breue de Leaõ 10. se não tem estipendio, Comenda, ou tença da ordem dada pello Mestre se podem ter em conta de seculares *quoad fori priuilegium, vt habetur in d. Ord. §. 2.* em quanto não prouarem a dita qualidade diante do Iuis secular, que he sô o cõpetẽte neste caso.

7 E por esta rasaõ estando prezo Frei Diogo Lopés da Franca Caualleiro professo da Ordem de Christo por alguns delictos, que cometeo em a cadea, & fora della, por não estar de posse da Comenda, que Andre Dias da Franca seu pay lhe nomeou em testamento com licẽça, que tinha de vossa Magestade o ouuerão por secular em a Casa da Supplicaçaõ para não gozar do priuilegio do foro, sem embargo de lhe ter passado precatorio o Iuis dos Caualleiros paraque o remetessem a seu Iuizo com as culpas que tiuessem em a forma do estillo, & dos procedimentos do Conseruador das Ordens em conseruação da exempção do foro, que tinha para se não tomar conhecimento de suas culpas em Iuizo secular, pois só o dos Caualeiros em a primeira instancia he priuatiuamente competente, & o sentenciarão â morte,

& degolarão em cadafalso publico não auendo que só com o habito,& profissão ficaua religioso,& exempto da iurisdição secular.

8 Terceiro,que como os Caualleiros das Ordeñs Militares naõ gozão do priuilegio do foro por não ter Comenda,tença,nem estipendio da Ordem,que naõ tem o do canone para que deixem de ficar sogeitos a sua iurisdiçaõ,& os possão sentenciar conforme suas culpas como fazem aos Clerigos de ordeñs menores,quando os não achão com habito,& tonsura,ao tempo da prisaõ.

9 *His, & aliis non obstantibus* a verdadeira resolução,& que mais se pratica em todos os Reynos de vossa Magestade, he que os caualeyros das tres Ordens deste,& das de Castella *saltem in criminalibus* gozam do priuilegio do foro, & tambem do de canone, & naõ sam da iurisdiçam secular, & so sogeitos ao juizo das Ordens, & a vossa Magestade como gouernador, & perpetuo administrador, que he dellas conforme ao breue de Iulio 3. da annexaçam dos Mestrados á Coroa que anda em a regra de Christo fol.29. cum sequentibus,& outros muitos.

Quod probatur ex sequentibus.

10 PRIMEIRO se proua *ab auctoritate* porque serem exemptos os Caualleyros Militares he sentença constante,& recebida de grauissimos Doctores que em termos falão das Ordens Militares *Valeçuel.cons.95.n.49 cum sequẽtibus parte 1.& in 2.cõs.176.n.13. & 14.Burg.de Pax.cons.17.n.1.* & da de S.Tiaguo *Siluester in summa verbo Ecclesia §.4.vers.6.adeo deuotos & vers.5.Milites de spata, vbi inquit*,que sam pessoas ecclesiasticas,& que gozão do priuilegio de canone,& do foro como verdadeiros Religiosos. *Idem verbo Religioso* primeiro n.1.& 3. donde ainda que disputa se são Religiosos *propriê, aut largê* conclue que sem duuida são pessoas ecclesiasticas, & como tais gozão da immunidade da Igreja,& exempçam da Iurisdição secular. *Bellug.in speculo Princip.§.7.n.7.* onde diz que são Religiosos aprouados,& sam Religiosos, & pessoas ecclesiasticas, & da profissão ecclesiastica,& se julgam como os demais Religiosos ecclesiasticos. *Camill.Borrel.in additione ad Bellugam dicto §.7.n.7. litera F.*

verba

verbo sunt Religiosi,& glosa verbo,& sic dicti Milites,donde o segue,& diz que em o Reyno de Napoles se observa o mesmo em os Caualleyros de São Lazaro ainda que se casaõ, & tenham proprios, Dom Miguel de Maranhem,*quem refert Nauarrus in propugnaculo apolog.* §. 16.onde diz tambem que gozão do priuilegio do foro,& canone. Miguel de Medin.*in tractatu de Sacrorum hom.contin.lib.* 4. *controuersia* 7.*capite* 29.*fol.*383 *Martim de Ayala in compendio & declaratione Ordinis Sancti Iacobi capit.*1. *&* 2.*Couar.in quarto de sponsalibus par.* 2. *capit.*3. §. 1. *num.* 18. onde diz que saõ verdadeiros Religiosos, *& quod emittunt tria substantialia vota,& licet limitatê, non tamen hoc repugnat verè, & propriè professioni. Auendanho lib.* 2. *de exequend.mandat.capit.* 16. *num.* 11. & ainda que disputa a materia finalmente conclue com *Bellug.* & *Couar.*que não se pode negar que. sejão *verè*, Religiosos. *Cironda de gabellis parte* 7. *n.* 47. *&* 48. *Diogo Peres in l.* 10. *tt.*11.*lib.* 4.*Ordinam vbi dicit*,que saõ verdadeiros Religiosos. *Hoied.de incompatibilitate beneficiorum parte* 1. *capite* 24. *num.* 105.*Humad.in l.* 1.*tt.*7.*parte* 1.conclue,que saõ *verè* Religiosos ecclesiasticos,*& gaudent priuilegio canonis,& fori Azeuedo in l.*14. *num.* 4. *tt.* 5. *l.* 3.*recopilat.*diz,que gozão do priuilegio de foro,*& in criminalibus*,que deuem ser remetidos a seus Iuizes, & que assy o vio julgar: *& Cironda in dicto num.*48.*&* 47.diz *quòd tanquam ecclesiastici* deuẽ ser remetidos a seus Iuizes,& que assy o vio julgar. *Ioaõ Azor summa parte* 1.*libro* 13.*capite* 2.*quæstione* 3. resolue,que saõ ecclesiasticos, *& tanquam tales*,que gozão do priuilegio do canone, & do foro, & *Fr.Mánoel Rodrigues tom.*1.*quæstionũ regularium quæstione* 1.*articulo* 6. *per totum,& quæstione* 13.*articulo* 2.*vers.ex qua bulla*,onde resolue, que goza do priuilegio do canone, & do foro considerando milhor a materia do que o fez *in summa parte* 2.*capite.*31 *num.*1.*Ignatius Salzedo in additione ad Bernardum Dies reg.* 521. *Rotta Roman.diction* 266.*in* 2 *parte diuersorum* proua,que ainda,que se casem saõ verdadeiros Religiosos, & que votar castidade conjugal não altera a sustancia da regra *idem resoluit Petrus Cened. in suis quæstionibus quæstione* 4. *numero* 39. *Gabrielius Pereira de Castro cum plene relatis per eum distinctione* 91; *numero* 15. *Flores de Men. variarum lib.* 1. *quæstione* 21.*numero* 205. *dicens quòd licet non essent perfectè Religiosi,sunt tamen personæ ecclesiasticæ. Cerola in praxi Episcopal parte* 2. *verb. commendatarij* §. 1. *dicens quód licet non essent strictè Religiosi,sunt tamen personæ ecclesiasticæ adeo quòd etiam gaudent priuilegio fori, & canonis Garcia de benef. parte* 1. *capite* 4. *per totum, maximè numero* 11. *quidquid sit dè hoc an sint verè, & propriè Religiosi, an largè, & secundum*

cundum quid: tamen negari non poße eße perſonas eccleſiaſticas, & gaudere priuilegio canonis, & fori Martinus Nauarrus in tractatu de redditibus eccleſiaſticis monit. 55. & 56. & in propugnaculo §. 15. idem in conſil. 9. incipit N. nobilis numero 6. de his, quæ vi vbi dicit adeo eſſe vera Religiones, vt per ſcripta ab eo in dicto tractatu in Conſilio regio liberauit quendam nobiliſsimum Ordinis Sancti Iacobi à morte, quæ iam imminebat ei ob contrariam Soti opinionem idem Nauarrus conſ. 10. & 11. quidam eruditiſsimus numero 5. & per totum de regularibus, vbi ita dicit obſeruatum in Milite Sancti Iacobi, & loquitur etiam in dicto conſ. 11. in Milite Ordinis Chriſti, & inquit quôd habet priuilegium canonis, & fori, & que eſtando lendo muitos annos em a Vniuerſidade de Coimbra como couſa notoria entendeo ſempre, que os Caualleiros da Ordem de Chriſto gozauão do dito priuilegio *Ieronimo de Llamas in meth. curat. animarum parte 3. capite 11. §. 13.* diz, que ſão peſſoas eccleſiaſticas, *& tanquám tales,* que gozam do priuilegio do canone, & do foro *Ioaõ Ramires in explicatione bullæ Alexandri 3.* de confirmação da Ordem de Sam Tiago *capite 5. numero 13. cum ſequentibus, vbi reprehendit Sotum dicentem non eße verè, & propriè* Religioſos *Aluaro Vas conſult. 14. numero 8. & conſultatione 108. numero 26. & 27. & conſultatione 131. numero 3. & ſequentibus, in quibus dicit eſſe veré Religioſos, & perſonas eccleſiaſticat, & gaudere priuilegio canonis, & fori, Iacobus de Graffis in dictione aureis caſuum conſcienciæ libro 2. capite 49. numero 33. verſ. gaudent etiam Milites de ſpata priuilegio canonis, & Carolus de Craſſis latiſsimè tractatu de effectibus Clericorum in ſpecie 9. effectu numero 131. & effectu 1. ampliatione 16. numero 109. & ſequentibus, vbi refert infinitos,* & tem eſta meſma opiniam *eque* procede *in quibuſcumque Religioſis regulam aliquam á Summo Pontifice approbatam profitentibus iuncto numero 108. Alphonſus â Vega in ſumma caſuum conſcienciæ parte 1. capite 85. caſu. 147.* onde diz, que eſta opiniam he verdade euidentiſsima *& parte 2. capite 129. caſu. 86.* diz que eſta ſe hade ſeguir, & não a outra por ſer mui odioſa, & não ter fundamento baſtante, & em ambas as partes o reſolue doutamente com priuilegios Apoſtolicos, & outras razoens *Montarranus in practica parte. 1. tractatu 5. fol. 110. Didacus da Motta in dicto tractatu* da confirmaçam da Bulla de Alexandre 3. (*incluſa numero 195. fol.)libro 2. capite 1. & ſequentibus, & per totum* onde alem de muytos Breues Apoſtolicos allega 31. Doctores

aos

aos quaes perguntou este caso,& todos concluem que os Caualeyros da Ordem de Santiago saõ *veré, & proprié* Religiosos *notabiliter exornat D.Thom.Carleuatius de iudic. & foro compet.disput.iur lib 1. tit. 1.disput.2.q.6 sectione.3.n.408.& per totam,& infra* n.199.*& seqq.*fol: *idem resoluit Cabr.Pereira de Castro 2 p.de manu regia cap.38. n.23. Reinos.obseruat 1.n.26.& seqq.& obseruat 2.n.6.*

11 E que sejão exemptos da iurisdição secular,& ainda da Ecclesiastica,se mostra per hum breue de Niculao 5.que vai n.194.fol. ibi: *ab omni iurisdictione,dominio,potestate,visitatione,correctione,& superioritate ordinariorum iudicum, correctorum,& superiorum aliorum tam tẽporalium,quam ecclesiasticorum sæcularium,& regularium quorumcumque.* E por outra de Martinho 5.que começa.*Gloriosa Religionis vestræMilitia* ibidem,*ab omni iurisdictione,dominio,potestate,visitatione,correctione,& superioritate ordinariorum iudicum, & superiorum aliorum tam sæcularium quam regularium quorumcumque dict.*n.195.*fol.* E outra de Calisto n.196.fol. onde refere outras,que he da mesma exempção.E de Iulio 2.n.197.fol. *inversic.nec non quibuscũque Prælatis,& alijs personis tam ecclesiasticis,quam sæcularibus quacũque ecclesiastica, vel mundana dignitate fulgentibus,ac cuiuscunque conditionis,/ atus vè fuerint,ne in correctione,visitatione,& manutentione bonorum dictarum Militiarum,ac aliás contra priuilegia, iurisdictionem, exemptionem,statuta,stabilimenta approbata,& confirmata supradictarum Militiarum se quomodolibet intromittere præsumant, ìnhibere liberê, & licitè valeas* com derogação de todos os priuilegios concedidos por elle,& pella Sê Apostolica amplissima com clausula (*pro expressis,*)& outra de Vrbano 4.n.180.fol. emque ha por excomungados aos que puzerem mãos violentas aos Caualleiros,& pessoas da Ordem,& outra de Iulio 2. n.184.fol. em que lhe comunica os priuilegios da Ordẽ de Christo n.181.fol. emq̃ lhe comunica os priuilegios das Ordẽs de Espanha, & outra de Gregorio 13.n.186. fol. em q̃ lhe comunica tãbem a de Pio Quinto concedida à Ordẽ de S.Tiago de Castella n.193.fol. ea mesma comunicaçaõ lhe dà a de Clemente 8 n.185 fol. que fas menção dà de Pio 5. n. 193 fol. versic. esta mesma izenção n. 11. & 12,& tambẽ tem esta exempção por ser filial da Ordem de S. Tiago de Castella *vt tradit Cabrielius Pereira à Castro dicta decisione* 91.n.9.*cum sequentibus,& elegantèr resolut cu m plene traditis per eum D. Thomas Carleual.vbi supra* n.10.*ad finem.*

12 Segunda *principalitér*, que gozão do priuilegio do foro, & do canone ſe proua pella reſolução da queſtão antigua,& vulgar ſe osCaualeiros das Ordẽs Militares ſaõ *verè,& perfectè,& propriè* Religioſos,*vel largè,& impropriè,& ſecundum quid* em que ha duas opiniocñs contrarias de Nauarro,& Sarmiento.

13 Nauar. tẽ,*quòd ſint verè,& propriè Religioſi* ao qual ſeguẽ muitos,q̃ refere *Bobad. in cap. 19. n.9.in glo. & Gabrielius Pereira 2.p. de manu Reg. cap.58.n.23.& n.199.cũ ſeqq fol.* Sarmiento,dis q̃ não ſaõ Religioſos ao qual ſeguem outros que refere *Bobad. dict. cap* 12. *n.*10. *& in litera C. & vtranque opinionem ,& vtriuſque fundamenta latiſſimè refert Diogo da Mota in dict.tractatu de confirmatione Ordinis Sãcti Iacobi lib.2 per totum & pro vtraque parte Reinoſ. obſeruatione* 1.*&* 2. *Frey Manoel Rodrigues vbi ſupra n.7.col.* 2. *ad finem Miranda in manual.prælatorum quæſtione* 4.*art.*15. *& latiſsimè quæſtione* 10. *art.* 4. *in primo,& in verſiculo,ſed loquendo de equitibus vſque ad finem,& Frei Ieronimo Llamaſ.cap.*11.§.12.*&* 14.*cum ſeqq. vbi reſpondet contrarijs,& in* §.13.*inquit* q̃ tem priuilegio de canone,& do foro, & largamente eſtâ diſputada a queſtão, & reſulta n. 199. *cum ſeqq.* fol. *Elegantèr Ioan.Marius Nouarius in praxi electionũ,& variarum,quæſtione* 37.*n.*2. *Cabrielius Pereira de Caſtro diſp.*58 *n.*1.*& ſequentibus,Cregorius Lopus in* 1.*parte.tt* 7.*lib.*1. *vbi gloſa maximè in verſiculo;de alijs verô Ordinibus Dõ Garcia Maſtrilho dicta diſp.*290. *vbi reſpondet omnibus obiectionibus quæ poſſunt ocurri, Nauarrus de redditibus monit.*55 *&* 56 *& in propugnaculo* §.15.*&* 16.*Ioan.Ramyres in dicta explicationẽ Alex.* 3.*n.*19.*iuncto n.*7. *Marcus Antonius Macerat.variarum reſolutionum lib,*1.*cap.*63. *per totum reſoluit in terminis quòd Milites Sancti Lazari gaudent priuilegio cap.ſi quis ſuadente* 17.*quæſtione* 4 *& allegat in fine Bullam Gregorij* 14. *de qua agit latiſsimè Petrus Gambacurt.de immunitate in verbis prohibemus ne contra eccleſiaſticas perſonas,ſæculares,aut cuiuſuis Ordinis,& Militiæ regulares fol.*102.*qui loquitur expreſsè in Religioſis militaribus. In ſpecie Diuus Anton. in ſumma* 3.*parte tt.*23. *c.* 5 *de perſonis , quæ dicantur eccleſiaſticæ in* §.1.*&* 2.*& in* 3.*inquit quòd milites, etiam qui dicuntur deſpata portantes ſignum ſpatæ rubeæ in pectore, etiam gaudere huiuſmodi priuilegijs,vt Religioſi; Ioannes Azor inſt.moral.lib.*13.*cap.*3. *vſque ad tertiam quæſtionem verſicul.verum enim vero* conſiderou doctamente que a queſtão *potius eſt nominis,quam rei,* porque ſe ſeguem os meſmos effeitos de ſer Religioſos *verê,vel ſecundum quid* pois de qualquer maneira ſão Religioſos,& ſe tem por taes para gozar do priuilegio do foro *ex Abbate in rubrica de regularibus n.*4.*&* 5. *Bart in l.*

ſemper

ſemper §. in quibuſdam de iure immunit. & in l. 1. num. 4. ff. de pæn. idem Abb. in capite nullus num 11 de foro competenti, vbi Butri. num. 6. Felin. num. 5. 6 & 8. Bonifacio de Vitallin. in Clem. ex eo num. 10. & 31. de ſententia excom. lib. 6. Angel. in ſumma verbo Religioſus num. 1. Soci n. in capite 1. de foro comp. Dinus conſ. 52 & in hac diſtinctione Carcia de beneficijs 1. parte capite 4. num. 21. verſ. ſed quidquid &c. & gaudent priuil. canonis, & fori, & cum infinitis tradit, & oſtendit veram eſſe opinionem. D. Thom. Carleual ſupra n. 10. in dict. ſect. 3. n. 418. & ſeqq. De maneira que em hũa, & outra opiniam a exempção de foro he indubitauel em fauor dos Caualeyros das Ordens Militares para naõ conhecer de ſuas cauſas mais que os Iuizes dellas, & dos Caualeyros, & aſsy não ha que reſponder aos DD. que os não tem por Religioſos verdadeiros.

14 E ainda que as doctrinas allegadas não falaram *inſpecie* das Ordens de Chriſto, & Auis, ſe não em as de Caſtella, não deixa de as comprehender, & muitos Doctores dos referidos trataõ dellas expreſſamente como he *Nauarr. in dicto conſ. 11. de regul.* & outros, & *Carleual vbi ſupra d. n. 418. ad fin.*

15 E ſe deue conſiderar que a Ordem de Chriſto he verdadeira Religiam, & inſtituida em hum Concilio geral, debaixo da regra de Calatraua, pella Sanctidade do Papa Ioaõ 22. *vt patet.* do Breue que eſtã inſerto em ſua regra fol 4. *cum ſequentibus*, & da aceitação, & ratificaçaõ do meſmo Rey fol. 17. o qual vay *num. 174. cum ſequentibus*, fol. & lhe concede os priuilegios de que goza como ſe pode ver n 174. fol: *ibi dictumque Ordinem, Magiſtrum, qui nunc, & qui pro tempore fuerit, ac fratres eiuſdem Ordinis ijſdem priuilegijs, libertatibus, indulgentijs gaudere volumus, quibus Magiſter, & fratres Calatrauenſes gaudent*, & da meſma maneira goza dos que tinha a Ordem do Templo, em cujo lugar entrou, & foi ſubrogada per hũa Bulla de Iulio ſegundo n. 175. *ad med* fol. *ibi approbauit inſuper & confirmauit, ac mandauit quôd omnes dicti Ordinis, ſeu Militiæ IESV Chriſti vterentur conſuetudinibus, ſtatutis, priuilegijs, & libertatibus, quibus antiquitus vſi fuerant, & ſemper habuerant, ac priuilegijs contentis in dicto olim Ordine Tẽplarierum, prout ſemper vſi fuerant, & eodem modo vterentur conceſsis cæteris Ordinibus, & Militijs de Calatraua, de Alcantara, & de Auis.*

16 E de outros muitos, que foraõ concedidos á Ordem de Chriſto, q̃ andaõ

andão juntos em a quarta parte dos priuilegios, q̃ mandou trasladar o Senhor Rey Dom Sebastião pello Doctor Pedralueres do seu Desembargo, que estam em ō cartorio da Meza da Consciencia, & Ordens, & em outros liuros, que chamaō das Espadas, dos f.f; & dos Copos, & dos Sumarios de algũs delles que andaō em a 4. parte da regra de Christo fol 215. *cum seqq.*

17 E pella dita Bulla de Iulio 2. n. 175. fol. se lhe comunicaõ tambem os priuilegios de Sanctiago, *in illis verbis: prout semper usi fuerant, & eodem modo uterentur concessis cæteris Ordinibus &c.* Os quaes obraõ que os priuilegios, graças, & exempçõcs, de que goza a de Santiago, & as mais deste Reyno, & de Castella lhe são concedidos da mesma maneira, & se lhe deuem guardar *Bart. in l. eum qui §. Iul. ff. de const. pecun. Iason. in auth. si quis in aliquo C. de edend. & plenius in l. admonendi ff. de iure iurand. Paul. cons.* 17. *vol. secundo, & est receptissima sent. ex Deci. in l. penultima num.* 2. *C. de instit. & cons.* 152, *ad fin. & notab. Aretin. cons.* 76 *n.* 5.

18 *Et perinde est*, conceder sua Sanctidade à Ordem de Christo especialmente. & com Bulla particular os priuilegios das outras Ordens q̃ per relação, como o fes a de Iul. 2 *supra n.* 12. *l. ait prætor §. si iudex ff. de re iud. ibi perinde est ac si quantitatem nominauerit, quæ testamento vel codicillis relicta est, vbi Bart. Paul. Alex. Iason. n.* 2. *Rip. n.* 1. *notant aliquid esse expressum per se, vel per relationem ad aliquid: quod etiã probat textus apertus in l. asse toto ff de hæred. inst. & l. si ita scripsero ff. de cond. & demonst. Mol. de primog. lib.* 3 *c.* 7. *n.* 11.

19 *Et ita verba relata ad præteritum habent vim relationis, & limitationis Bart. in l. edita n.* 29. *C. de edend. & in extrauag. ad reprimendum verbo, prout Cramat. decisione* 59. *n.* 8. *& qua parte sunt relatiua omnia disposita in scriptura, ad quam fit relatio, censentur repetita, & expressa inferente d. l. asse toto notab. Bald. in l. fin. in secunda oppositione C. de impub. & alijs in terminis Curt. Iun. cons.* 97. *n.* 3. E como os priuilegios das ditas Ordens as exempraõ totalmẽte da jurisdição secular sem limitação alguma, conforme a elles se ande entender, & declarar os que se comunição á Ordem de Christo.

20 E em a mesma regra da Ordem de Christo primeira parte titulo 6. se tem declarado por verdadeira Religiam, ainda que em os votos da pobreza, & castidade estejão dispensados os Caualleiros pella Bulla de Alex. n. 150. fol. que declara, que em o mais fica a Religião em seu vigor *in vers. firmis tamen in reliquis institutis dicta-*

dictarum IESV Christi,& Auis militiarum omnino remanentibus.

21 E de ſua exempção ſe pode ver a Bulla de Innocencio n.156. fol. em que a ſogeita *immediatè* à Sancta Sê Apoſtolica, & de toda a juriſdiçaõ *tam ratione delicti,contractus,vel rei &c.* aqual refere outros muitos,& lhe fazem o meſmo fauor,& lhe chamão Religioſos *ibi quòd capientes aliquem Religioſum eiuſdem Militiæ excomunicati denuntientur vſquequo &c.& fol. in verſ. nihilominus nonnulli eccleſiaſtica,& ſæculari iuriſdictione fungẽtes perſonas,& res Militiæ capere,& captas detinere,& requiſiti,vt perſonas relaxent, vel earum ſuperiori remittant,& res ipſas reſtituant,facere perſæpe recuſant,* & pello naõ fazer os dà por excomungados,& por tais manda,que ſejaõ declarados. E por outro breue n.164 fol. de Vrbano 6. em que toma debaixo da ſua protecçaõ aos da Ordẽ de Chriſto, & lhe confirma todas as liberdades que tẽ, & os liura de todas as exacçoens *ibi nec non libertates, & exemptiones ſæcularium exactionum á Regibus, Principibus &c.* E por outra de Ioaõ 23.n.164 fol. que lhe concede a meſma exempçaõ,& por outras n. 157 fol. de Inocencio 4.que lhe da toda a liberdade,& declara *quòd nec ratione delicti, contractus, aut rei* deixem de conhecer de ſuas cauſas os Iuizes que tem, & o meſmo,que tem lhe concedeo Alexandre n. 158. fol. & n.160. fol. *Bened.ſecundus* em que confirma á Ordem do Templo todos os priuilegios,que tem, & he exẽpta de todas as exacçoens dos Reys & Principes (*ibi nec non libertates ſæcularium exactionum a Regibus &c.*) E de Gregorio n.162 fol. da meſma exacçaõ,& de Iulio 2 n 184 fol. em que declara, que os priuilegios que tem a Ordem de S. Tiago,& Auis ſe lhe concedem tambem, & que ſaõ comuns a todas. E de Clem 8.n.185 fol. q̃ fas mẽçaõ daque paſſou Pio 5.á Ordem de S. Tiago de Caſtella n.102.*cum ſequentibus* fol. aqual por breue de Gregorio 13 n.186 *ſequentibus* fol. ſe comunicou as de S. Tiago & Auis deſte Reyno. E pello conſeguinte a de Chriſto como fica reſoluto ainda que por eſte ſe não declara â de Iulio 2.n.151.fol. cõcedida à Ordem de Calatraua,q̃ lhe dá exempçaõ pleniſsima,& de Paulo 3.n. 154. fol. em que comunica à Ordem de Calatraua os priuilegios da Ordem de Calatraua,& Alcantara,que todos ſe extendem á de Chriſto por ſer tambem filial della como ſe pode ver *ſupra* n. 12. & pella comunicaçaõ que tem geral de todas,*vt teſtatur* Fr.Manoel Rodrigues *in quæſt. reg. quæſtione* 36.*articulo* 5 *verſ.nam priuilegia,*(*ibi vnde cum Ordo Militiæ Chriſti &c.*

22 E não ha duuida, que são exemptos do foro, & jurisdição secular como o são os Clerigos de ordeñs Sacras; & que gozão do mesmo priuilegio, porque se comprehendem debaixo do nome de pessoas ecclesiasticas todos os Religiosos de qualquer Religiaõ aprouada pella Sê Apostolica, *Vt videre est per Innocentium 2. in cap. vt lex. 27. quæstione 1. & per Innocentium 8. 17. quæstione 4. & per Diuum Hieronymum in cap. duo sunt 12. quæstione 1. & latissime per Dom Carol. de Cras. de effectibus clericorum in præludio n. 156. qui in indiuiduo* fala *in Militibus & in primo effectu ampliatione 15. num. 108. & 109. cum sequentibus*, que prouão largamente como ficaõ gozando do priuilegio do foro, & do canone, *& suprâ latissimê* fica prouado *Valençue. cons. 95. n. 53. 1. p. & in 2. cons. 11. n. 9. 10. & 11. & cons. 186. n. 13. & 14.*

23 E porque auia queixas de senão guardar bem a exempção da Ordem de Christo em o tempo do Mestre o Infante Dom Henrique escreueo huã carta ao Claueiro, & Comẽdador da Redinha em que lhe declarou, que erão exemptos como os frades, ou Clerigos de ordeñs, & beneficiados em todas as causas crimes, & ciueis, para não responderem diante das Iustiças seculares conforme aos breues, & priuilegios de que gozauão, & que assym pedia a todas as Iustiças, que os não quizessem obrigar, nem constranger para que fossem a seus Iuizos por não encorrerem nas penas de tomar conhecimento dellas como saõ as de excomunhão, & outras: antes lhas remetessem para lhe fazer Iustiça n. 166. fol. & nella pedio de merce ao Senhor Rey Dom Afonso o Quinto, que lhe mandasse guardar a sua piquena jurisdiçaõ como se guardauão as dos Arcebispos, & Bispos, & Ordens feita o anno de 1456.

24 E depois de ser Mestre da mesma ordẽ de Christo o Senhor Rey Dom Manoel passou hũa prouizaõ que vay n. 167. fol. em o anno de 1505. em que mandou que as Iustiças seculares do Reyno tomassem conhecimento das causas ciueis dos Caualeyros da Ordẽ de Christo dandolhe alçada nellas, & que passada á contia viesem as appellações ao Iuiz das Ordens, & as que se tratassem em a Corte onde estaua só elle conhecesse dellas, & nenhum outro Iuiz nem Iustiça posto que atê à dita quantia tinha juri diçaõ para conhecer, & nelles acabar. E no que tocasse aos crimes ou fossem leues, ou graues nenhum Iulgador nem Iustiça poderia tomar conhecimento delles se naõ o Iuiz da Ordem onde quer que estiuessem em que reconheceo bem a exempçaõ do foro que a Ordem tinha.

E para

25 E para ficar mais sem duuida à Santidade de Pio quarto em breue que vay n. 191. fol. expedido em o anno de 63. à instancia do Senhor Rey Dom Sebastiaõ chama Religiosos aos Caualeyros das tres Ordens Militares(*ibi sub Regulari iugo degentium*) *& postmodum statuit,& ordinauit quod causæ,lites,& controuersiæ quæcũque tam ciuiles,quam criminales,aut mixtæ coram dictis ordinarijs Iuditibus seu Vicarijs I E S V Christi,Sancti Iacobi de Auis Militiarum præfatarum per ipsum regem deputandis in prima instantia tractari, ac finali sententia decidi,& terminari deberent,*& à segunda em á meza da Consciencia,& Ordens,& á terceira que fosse Iuiz della ó Mestre com os adjunctos que nomeasse,que sempre seraõ do habito conforme ao breue de Iulio terceiro da anexação dos Mestrados à Coroa que anda em a regra de Christo fol. 29.*in versiculo per personas idoneas earum militiarum Religiosas.*

26 Donde se infere que não poderaõ cometer as causas dos Comendadores & Freires á Iuizes que não tenhaõ habito das tres Ordens Militares ou sejaõ ecclesiasticos,ou seculares porque saõ verdadeiramente Religiosos como notou *Praxis Lusitaniæ lib. 2. cap. 1. § 4* & porque tambem o Mestre como gouernador,& perpetuo administrador he Prelado,& exercita jurisdiçaõ ecclesiastica *vt per Cabed. de cis. 61. & probatur ex Ord. lib. 2. tt. 3. in primo ibi.* Comendadores & outros Religiosos,& pessoas da jurisdição ecclesiastica juncto *vers. eodem* Senhor soubese em certo elle não como Iuis mas como seu Rey,& Senhor,*& rursus. tt. 12. in principio ibi,* por quãto nôs como Mestre das ditas Ordens temos para isso concedido licença aos Comendadores, & Caualeiros *Cabrielius Pereira de Castro decis. 58. per totam Barb. in l. si diui n. 70 ff. de jud. Seualh. 2. parte de cognitione per viam violentiæ casu 149. Barb. ad dict Ord. tt. 12. in principio,& tradunt Oldrad. cons. 700. columna 2 & 3. Cassan, in Cathalogo Gloriæ Mundi 7. parte consideratione 87. Burg. de Pax cons. 17 n. 1 loquendo de Militibus de Calatraua,& supra relati,*& serão nullas as comissoens, que se fizerem contra a prohibição da dita clausula, & tambem porque não podem ser julgados,senão por seus Iuizes competentes priuatiuamente,que sáo os Iuizes das Ordens, & dos Caualleiros conforme a dita Bulla das tres instancias, & direito Canonico *cap. decernimus & capite,quanto de jud. vbi. OD. communitér,& notabilitér exornat Valençuel. cons. 95. n. 49. cum sequentibus.*

27 E pella d. Bulla *ex certa sciencia* aprouou,& confirmou o estatuto, que o mesmo Senhor Rey Dom Sebastiãõ fes n. 190. fol. &

os n ais que vão n.187.188.189.fol. deq̃ consta euidentemente, que este foi o costume, & estillo obseruado, que euue em as causas dos Caualleyros alsim crimes, como ciueis, *ibi iuxta ipsarum Militiarum statuta vsque ad vers. prout tam ipse Ioann. Rex quam eius prædecessores Militiæ IESV Christi inter illius fratres milites, & Clericos obseruare consuerant de quo testatur etiam Nauarrus in dicto cons.11. n.5. de regularibus, & cons.9. n 6. de his, quæ vi, & Pheb. 2. parte dicisione 108.n.23. & sequentibus, vbi addit, quod non solum procedit in sententijs, sed etiam in ipsis inquisitionibus, & Cabrielius Pereira á Castro decisione 58.n.8.*

28 E manifestamente se mostra por outras clausulas que tem o dito Breue, que o Summo Pontifice quis que se guardasse o dito estatuto, & que foi sua tenção dar, & induzir noua cõstituição em as ditas causas para sempre com a confirmação por aquellas palauras *ibi ex nostra certa scientia perpetuó approbamus, & confirmamus, eisque perpetuæ, & inuiolabilis firmitatis robur adijcimus, illaque valida, & efficacia fore & c.* porque se deue ponderar a palaura *perpatuô*, que se entende *sine temporis præfinitione l. si vsusfructus ff. de vsufructu legat. l.2 C. diuers. rescriptis Alberic. in dictionario verbo, perpetuum, vers.17. Roland á Valle con.23.n,18. lib.4.* & tambem as mais aprouamos, & confirmamos *ex certa sciencia*, que depois de estar inserto o teor do regimento, que se confirma *dicitur esse facta confirmatio ex certa scientia cap. venerabilis de cõfirmatione vtil. vel inutil. vbi Abb. & Deci. notabil.1. Mol. lib.2. de primo genijs capite 7.n.9 Gregorius Lopus in l.2 tt. 18. part. 3. glosa 8* o qual diz, que neste caso se confirma ainda o que aliâs era nullo *iuxta glos. in c.1. & in c. veniens de transacto Bart. in l priuilegia C. Sacrosãct. Eccles.* & não somente val como estatuto confirmado, mas como de nouo feito, & concedido, *& ita est communis resolutio Doctorum in capite 1. de confirmatione vtil. vel inutil. & in auth. siquis in aliquo C. de edend. Annan. allegat. 35.n. 20. & allegat. 97.n. 29. per tx. in l.2 C. commun. vtriusque iud. vbi ait, quòd si actus non valeret, vt confirmatorius, valet vt de nouo quando fit ab eo, qui potestatem de nouo faciendi habebat.*

29 O que se corrobora mais com outras palauras, que de todo tirão duuidas, quando a pudera hauer em materia tam clara *ibi, & nihilominus præmißa omnia, & singula, prout per eundem Sebastianum Regem statuta, & ordinata fuerunt in omnibus, & singulis causis, luibus, & controuersiis, tam ciuilibus, & criminalibus, quam alijs inter eosdem fratres*

-Milites

Milites, & Clericos dictarum IESV Christi, Sancti Iacobi, & de Auis Militiarum, seu contra eos motis, & mouendis de nouo statuimus, & ordinamus, ac in omnibus, & per omnia obseruari volumus, & mandamus. E por ellas se ve claramente que o Summo Pontifice fez de nouo o dito Regimento. *vt predicta verba: de nouo statuimus: põderant Barbac. cons. 40. n. 45. lib. 4. Abb. in c. 2. n. 20. de jud. per tx. ibi, & in terminis verbi: statuimus: constat ex capite Pastoralis de jud. cap. statuimus de officio delegat. in 6. & ibi glosa, & in capite litigantes de officio Ordinarij,* & tambem *ex verbo ordinamus, quod idem est quod statuimus, decernimus, aut sancimus, & dicta verba ex propria vi, & natura nouũ jus promulgant* (o que se deixa bem entẽder, pois que com ellas se induzio de nouo o que dantes não auia, que são a segunda, & terceira instancia) *vt probatur in l. Sancimus C. de test. & in l. Sãcimus C. de donat. glosa in Clem. fin. verbo statuimus de rescriptis Felin. in cap. pastoralis de rescriptis Decius. in cap. pastoralis notab. 1. de exceptionibus cum a lijs adductis per Rebuf. in repetitione l. vnicæ notab. 4 C. sentẽtiæ, quæ pro eo, quod interest a secunda cum sequentibus Sylu. responso 15. n. 1.*

30 E deuemse de considerar mais as palauras tantãs vezes repetidas, e geminadas desta cõfirmação & direito, que de nouo induzio o Sũmo Pontifice com a prouação do nouo regimento, & estatuto porque ainda arguem mayor deliberação, & assym era necessario para acrescentar as ditas duas instancias mais às causas dos Religiosos Militares, pois que dantes não tinhão mais que a primeira, & as tirar à Sancta Sé Apostolica *l. Balista 32. ff. ad Treb. Bart. in l. cúm scimus. n. 7. C. agricol, & censit. lib. 11. Fabio Turret. cons. 47. Camil. Callin. lib. 9. de verborum obligationibus c. 11. n. 4. Cutier. pract. lib. 3. quæstione 17. n. 229.*

31 Finalmente se hade aduertir que para se não impedir o effeito dõ nouo regimento das tres instancias declaradas, & se desse a sua deuida execução Sua Santidade reuogou, e anullou todas as commissoens, que fossem feitas, & se fizessem a Iuizes ecclesiasticos, que não fossem das Ordens Militares, por elle, & seus successores sobre as ditas causas contra forma, & theor do dito statuto, que somente mandaua, que se guardasse, ainda q̃ á instancia, & cõ consentimento das partes litigantes, ou com algũa juridica, & justa causa, se impetrassem dos Sũmos Pontifices, & Sancta Sé Apostolica *cum clausulis non aliàs, sublata eis & eorũ cuilibet, decreti irritantis, & non obstantibus constitutionibus & c.* como se pode ver das palauras do dito breue *ibi ac in super quascumque commissiones â nobis, & pro tempore existentibus: vsque ad finem.*

32 E com a clauſula que tem *ibi fol. ſic,vt præfertur,& non aliás* moſtra bem,que não ſe podem cometer as ditas cauſas fora doque ordena,& diſpoem eſte nouo eſtatuto *Pariſ.conſ.*10.*n.*28 *l.*4 *& melius deciſio Rot.*84.*n.*10.*p.* 3 *Flamin. Paris de reſignatione benef. quæſtione* 2.*n.*19.*Seraphin.deciſione* 114 *& habet naturam præciſam l.non aliter ff. leg.*3.*Surd.conſ.*143.*n.*43.*indus forma Dec.conſ.*528.*n.*11.*Flamin.lib.*7.*de reſignatione quæſtione*1.*n.*65.

33 E com outra clauſula *ſublata eis,& eorum cuilibet &c.* ſe tirou poder a todos de julgar,& interpretar de outra maneira o dito eſtatuto *Bart.in l.fin.ſub n.*1.*C.de amõ frum.vrb. Rom. Felin,in c.nonnulli n.*22. *verſ.*7. *concluſio de reſcript, Ancar. conſ.* 221. *incipit diſcutiendum n.* 2. *Villa Dieg.tract.de legat.quæſtione* 3.*Put.deciſione* 50.*n.*5.*Emil.deciſione Rot.*134.*n.*4.*p.*3.*Conſal,ad reg* 8.*cancell.gloſa* 66.*n.*3.*& ſequentibus.* E ſe refere a todas as couſas,que contem o dito breue *l.*1.*C.lib.præterit c. in quiſitioni cap.ſecũdò requiris de apellationibus lib.*3.*§.filius ff lib.& poſth. Rom.conſ.*380.*n.*7.*Auiles ca.*1.*prætorũ gloſa Loſuſoditho n.*1.*ex l.doli. cla.ff.de verb.*

34 E a clauſula *decreti irritantis* deque vſa,ainda que ſe não eſtendera aos que *ſcienter,vel ignoranter* forem contra o dito eſtatuto (*ibi ac ſi ſecus ſuper ijs a quoquam, quavis authoritate ſcienter, vel ignoranter &c.*) de direito tẽ a meſma força *Caſſad.decis.* 12.*n.*5.*ſuper regulam Felin. c.* 7.*n.*19.*de reſcriptis Card.Clem.*1.*n.*3.*de electione Rebuf.ad cõſtitut. reg.* tt.*de aduocat.in præfatione quæſtione* 4.*n.*22. *Vant. de nullitate ſententiæ* tt.*quot,& quibus modis nullitas proponi poſſit n.* 48. *& ſequentibus Menoch.de arbitr.caſu.*185.*n.*24. & aſsym tudo o qùe ſe fizer,& faz em cõtrario ſera nullo *ipſo iure,vt ſupra allegati reſoluunt, & notabiliter tradit Nauar.in coment.de ſpol.cleric.*§.14.*n.*2.*& in conſ.*6.*n.*1.*renũtiat.Caball. in mille loq.*467.*Hoged.de benef.*1.*p c.*10.*n.*6.*Neuiſan.conſ.*74.*n.*34.*Decio conſ.*532.

E a razaõ he porque importa forma eſſẽcial á dita clauſula annulla
35 tiua,*qua deficiente,corruit actus l.mulier abeſſe ff.de verb.ſignif.Menoch. de arbit.quæſtione* 30.*n.*5.*Roland.conſ.*60.*ex n.*24.*Felin.in c.cum dilecta n.*6. *de reſcript.Cutier.lib.*3.*pract.quæſtione* 5,*n.*3.*Ricius lib.*3. *variarũ reſolutione* 532.

E com a clauſula *non obſtantibus vſque ad finem verſ.quibus omnibus*
36 *etiam ſi de illis &c.* derogou de todo as conſtituiçoens,& ordenaçoẽs

Apoſto-

Apostolicas,& mais direito que as Ordens tinhão que podião encontrar este nouo estatuto de não hauer mays que hũa só instancia nas causas dos Comendadores,& mais Religiosos,& que podiam ser causa de não ter seu comprido effeito *vt pulchrè tradunt Firmus verbo exemptio n.11.Cramat. decisione 20. Nauar. cons.7.de priuileg. & cón.12.de regularibus & in capite si quando except.1.per totum de rescript.Felinus capit. accedentes num.4.& in repertorio verbo priuilegium secundum an tollat primum habens clausulam derogatoriam clausula 2. ad fin.& col 4 in fin & in verbo priuilegia,quæ habent clausulam derogatoriam Castr.cons.3.lib. 1. vbi loquitur in exemptione Carthusiensium, Federic.cons.37.& cons.233 eleganter Anton.de amat.decisione 11.Bart. in extrauag.ad reprimendum verbo non obstantibus, & l. omnes populi num.31.ff.de iust.& iur.Deci.cons.10.n.8.subscribit Parisi.cons.42. n. 18. lib.4.Alex cons.111.n.20,lib.6.*

37 E pera que se guardasse este estatuto passou o senhor Rey Dom Sebastião hũa carta,em que mandou que se guardasse,ainda antes de estar confirmado pella Santidade de Pio 4. & se registrasse no liuro da Chancellaria das Ordens,& no liuro do despacho da Mesa da Cõciencia,& Ordens,& que a propria se teria em boa guarda no cartorio do Conuento da Ordem feita à 10.dias de Nouembro do anno de 1562,& despois de confirmada pello dito breue mandou que se cõprisse inteiramente como tudo se pode ver da prouizão, que esta n. 198.fol. feita a 2.dias do mes de Iunho de 1563.

38 E nesta conformidade por ser notoria a exempção das Ordens Militares,em o regimento da Meza da Consciencia,& Ordens estão 2.capitulos n.148 fol. onde declara vossa Magestade q̃ os perdoens dos casos crimes dos Freires, Caualleiros , & Comendadores das tres Ordens Militares por serem da jurisdição ecclesiastica lhe pertencem como Gouernador,& perpetuo Administrador dellas.

39 E que as Iustiças seculares pellas razões, que considera, remetam logo os Caualeyros com as culpas ao Iuis dos Caualeyros sem dilaçaõ algũa,conforme â ley que fes,& que o manda como Rey,& Senhor,comque fica mais sem duuida tam verdadeira resolução.

40 E por este respeito a Casa da supplicação remeteo sem-

pre os Caualleiros das Ordens sem terem comenda,tença, ou mantença,& a outros com promessa somente de Comenda, ou tença, como se pode ver dos exemplos, que aponta a certidaõ do Escriuão do Iuis dos Caualleiros n 176 fol.

41 E que o Papa possa dar aos Caualleiros Militares esta exempção tenho prouado largamente em o papel fol. *cum sequentibus numero* 13. *&* 14. porque como sáo pessoas ecclesiasticas aquellas *quæ aut per ordinis susceptionem, aut Religionis alicuius approbatæ ingressum præcipuo quodam modo obseruandum Deo se dedicarunt* ficão gozando do priuilegio do foro, & do canone, *vt eleganter resoluit Vgolin. de censuris parte* 2. *capite* 12. *numero* 1. *& capite* 15. *vbi in specie loquitur in Militibus Alcantaræ Farinac. de inquisit. quæstione* 8. *numero* 20. *cum plené relatis per Carol. de gras.* 1. *effectu, ampliat.* 16. *numero* 108 *cum sequentibus & notab. decidit Mantua de iurisdictione capite* 32. *vbi numero* 4 *cum sequentibus agit de Ordinibus Militaribus, & addit numero* 18. *cum sequentibus* que os podia exemptar da jurisdição secular, como fez aos de Calatraua, & a outros, *etiam, inconsulto Imperatore, iuxta notata fol. n.* 14.

42 Quanto mais sendo alcançados os priuilegios, que as Ordens tem em seu fauor, & de que gozão à instancia dos Senhores Reys deste Reyno, & com seu consentimento, como fica mostrado, *& notat Bobadilha in polit. libro* 2. *capite* 19. *numero* 11. o quoal refere Monterroso, que diz, que em o anno de 627. passou vossa Magestade huma prouisaõ para que das causas criminaes dos Caualleyros, & Comendadores da Ordem de Sam Tiago não conheça nenhuma Iústiça secular, & assym como aduerrio *Gabrielius Pereira à Castro decisione* 58. *numero* 4. se não pode considerar o preiuizo da jurisdiçã secular, de que tratáõ *Gregorius Lopes l.* 1. *titulo* 7. *parte prima, verbo Milites, Azeuedo in l.* 14. *titulo* 5. *libro* 3. *recopilat.*

43 E sera sem fundamento algum duuidar ja desta verdade tam qualificada com doctrinas commuas,& recebidas de todos, com assistẽcia de bullas tam expressas, como saõ passadas em fauor das Ordens Militares, que se não he declarar esta opinião em Concilio, não lhe falta outra cousa.

44 E nam sey como se pode sustentar o assento, que se tomou em o Desem-

Desembargo do Paço cõtra Francisco Pereira para não gozar do privilegio do foro com o habito, que tem da Ordem de Christo, com promessa de comenda de 150 mil reis.

45 Nem que desculpa pode hauer para ser sentenciado á morte Frei Diogo Lopes da Franca, & degolado sendo professo com o habito da Ordem de Christo,& tendo a Comẽda,que lhe deixou seu pay,& exempto da jurisdição secular, & ainda da ecclesiastica,& só sogeito ao Gouernador,& perpetuo Administrador das Ordens,& ao Iuis, que tem nomeado dos Caualleiros para conheeer de suas causas, cõforme ao breue de Pio Quarto das tres instancias n 191. fol. & resoluções tomadas *supra n.25. cum sequentibus.*

46 Maiormente que em hum crime de morte, que tinha cometido vindo por appellação á Casa da Supplicação despois de sentenciado em a primeira instancia na Cidade de Tanger não tomou conhecimento della, declarando que naõ pertencia áquelle juizo, & que as partes requeressem em o competente,& o Iuis dos Caualeiros conheceo da causa como seu juis priuatiuamente competente, como consta da dita certidão n.176 fol. & foi por appellação â Mesa da Consciencia,& Ordens,& este he o verdadeiro facto do caso,emque ouue a dita remissão.

47 E com este exemplo,& os mais,que relata a mesma certidão,resolta interpretação precisa,& immutauel do nosso caso, *minimè namque mutanda sunt quæ certam determinationem habuerunt l. minimè ff. si de interpretatione ff de leg. Vincent. de Franch. decisione 90. n. 5. & decisione 283. n.2 facit decisio Rot. apud Caualc. decisione 80. á n.2.*

48 E se a interpretação importa tanto com a continuação de casos, em que os Caualleiros das Ordens Militares de Christo, & dos mais tem gozado de seus priuilegios, & exempções com serem remetidos ao Iuis dos Caualleiros, tambem aproueita em força de authoridade como decisão em termos,sendo o mesmo caso ainda que entre partes differentes *l. si duo in principio ff. iure iurando ibi multum tamẽ fidei, & authoritatis apud iudicem patronum habiturum l. filius emancipatus ff. ad leg. Cornel. de falsi, ubi sic inueni senatum censuisse Cam. decisione. 33.*

49 E bastaua esta interpretação aos privilegios, & exempção, dequegozão os Caualleiros causada dos casos de os remeter, ainda quando

estiuerão duuidosos para a receber do costume,& actos, deque se induz *Innoc.cõmuniter receptus in cap.olim. n.2.de verb.signif.Cravet.cons.* 101. *n.*3. *Molina de primogenijs lib.* 2. *cap.* 6.*n.*58.*Vincent.de Franch. decisione* 56.*n.*6.*in terminis de priuilegijs,Otalora de nobilit.p.*4.*c.*5.*n.* 20. *Burg.de Paz cons.*23.*n.*5.

50 E ainda que se diga que forão julgados outros casos em cõtrario, em que se não remeterão os Caualeiros a seu juizo, nem selhe guardarão seus priuilegios conforme ao breue de Leam 10.a que se remete a Ord.*lib.*2.*tt.*12.§.2.que vay n.168.fol. não consta que a Ordé tiuesse noticia delles, & assym não lhe causão prejuizo: nem menos se pode allegar da parte da jurisdição secular prescripção alguma cõtra ella, porque para hauer esta, era necessario que tiuesse sciencia, & paciencia de selhe não guardar sua exempção *l. quoties de seruitutibus l. si aquam C.de seruit.& aqua vbi Bald.n.*4.*Padilh.in l.si quas n.*41.*aliàs* 51.*C.eodẽ Cou.Ruuias regula possessor p.*2. *in principio, bonus tx.in c. cum Ecclesia Sutrina de causa possessionis,& propr.* Nem que ouuera cõ se julgarem muitos casos contra os Caualleiros, que não hauia tẽpo de prescripção,porque o dito Breue de Leão 10. se passou em o anno de 1514. & o Breue de Pio 4.que alcançou o Senhor Rey Dom Sebastião foi passado em o anno de 563. que são 49. annos,& conforme os priuilegios,que as Ordens tem não pode hauer prescripção contra ellas por menos tempo,que de cem annos *vt tradit Fr. Emanuel Rodrigues* 3.*tom. quæstione Reg.quæstione* 35.*art.*2. *vel saltem non currit* senaõ despois de passados 60.annos; & em todos os ditos annos sẽpre ouue contradiçaõ,& tem mais força hum acto contrario *ad interrumpendum, quam mille ad præscribendum l. nemo* §. *temporalia ff. de reg. iur. Bald.in c.illud n.*1.*de præscriptione,& in l.fin.n.*1.*ff. de seruitut. ibi vnus actus contrarius vna via factus eam præscriptionem interrumpit, Socin. cons.*7.*n.*11.*Abb.in capite fin,n.*19. *de consuetudine,Felin. in capite cum accessissent n* 31.*de constitution. Tiraq.de primogenijs quæstione* 38. *n.*3. *& quæstione* 90.*n.*1,*Decian.cons.*71.*n.*7.

51 E naõ somẽte temos hũ,mas saõ muitos os q̃ contẽ a dita certidão, fol. & a continuação delles para não prejudicar à Ordem tomar conhecimento a justiça secular das culpas de alguns Caualeiros, que não lhe podia dar direito contra a exempção,que tem,não sẽdo ouuidas as Ordens,& mais quando mostra tantos priuilegios, em que se funda,conforme ao capitulo *cum persona cap. porró de priuilegijs,* & o de Pio 4.considerado,*vt supra n.*25. *cum sequentibus* tendo mais ẽ seu

fauor

fauor à preſumpçaõ de lhe ſerem guardados *cap. accedentibus de priuilegijs l. 42. tit. 18 part. 3. vbi Gregorius Lopes verbo faſta treinta añes (ibi ſed cum incumbit onus probandi vſum, vel non vſum priuilegij, videtur quòd ſemper priuilegium dicenti eſſe deperditum per non vſum, vel per cõtrarium vſum, cum hoc ſit fundamentum ſuæ intentionis, & priuilegium ſit de per ſe probatio probata) ſequitur Carol. de Tapia in l. fin. de conſtit. princip. cap. 1. parte 2. n. 17. notabil. Valençuel. conſ. 71. n. 60.*

52 E auendo tantos priuilegios em fauor das Ordens Militares, & cõfirmados tantas vezes ainda ficaõ com maior força, & com mais dificuldade ſe podem derogar naõ ſe fazendo expreſſa mençaõ delles, *& reſoluit Valençuel. conſ. 79. n. 124. & 125,* & expreſſamente o declarão aſsy os breues de Innoc. 3. n. 130. fol. & de Clemente 4. n. 172. fol. *ibi niſi plenam, & expreſſam de hac indulgentia, & Ordine veſtro fecerint mentionem,* & outro do meſmo n 173. fol. & n. 182. fol. & ſobre todos o de Pio 5. n. 193. fol. onde expreſſamente confirma todos os priuilegios, que a Ordem de Sanctiago tem, & de nouo lhos concede, & innoua com clauſulas ampliſsimas, com q̃ deroga todos os que ſaõ paſſados cõtra elles, & eſte meſmo ſe comunicou á Ordem de Sanctiago deſte Reyno, & às mais pella comunicaçaõ, que tem entre ſy pello breue de Greg. 13. n. 186. fol. & de Clemente 8. n. 185. fol. & outros *ſupra n. 8.* & aſsym por todas as vias ſe proua q̃ a exempçaõ das Ordens deſte Reyno eſtá *in ſua viridi obſeruantia,* & ſe à de guardar em á forma dos priuilegios, que eſtão referidos.

53 E tambem gozaõ da meſma exempçaõ por hũ priuilegio do Senhor ReyDõ Manoel n. 167. fol. porque no q̃ toca aos crimes ou ſejão leues, ora graues, nenhũ Iulgador, nem Iuſtiça poderà tomar conhecimento delles, ſe não o Iuis da Ordem, onde quer que eſtiuer & aſsym eſtão exemptos os Caualeyros da Ordem de Chriſto da exempçaõ ſecular.

54 E tanto he iſto verdade que he cõmum opiniaõ que incorrẽ em excomunhaõ do Canone *ſi quis ſuadente diabolo* as Iuſtiças, que tomá o conhecimento das cauſas dos Caualeyros das Ordens Militares, como declaraõ muytos Sũmos Pontifices, como ſão Honorio n. 192. fol. Greg. 9. n. 183. fol. Clem. 4 *eodem n.* fol. concedidos á Ordem do Templo, & num. 163. outras 2. Bullas de Greg. 8. & de Innoc. 3. á de Calatraua de que goza a Ordẽ de Chriſto

vi supra n.8. E outro refere em termos *Mott. in lib.* da confirmação da Ordem de Sanctiago *lib.2. cap.1.§.8. Cherubin. in compendio bullarum Clem.7. constitut.32 scholio 1.* & esta mesma opinião, que he recebida de todos, se proua largamente *supra n.7.*

55 E por esta razão o Senhor Rey Dom Ioaõ segundo de Castella por ser sentenciado à morte, & degolado Dom Aluaro de Luna Mestre de Santiago pedio ao Papa absoluição para sy, & mais Conselheyros, & Iuizes, que interuieraõ nella, da excomunhão, em que incorreraõ, como em termos o traz *Montaluo in l.1. tit.7.* dos Religiosos *part. 1. in glo. verbo ex quibus. Nauar. in propugnac, apolog. §.16. vers. & post pauca ad fin. & latissime Ioan. Ramires in expositione bullæ Alex.3. de confirmat. Ordin. Sancti Iacobi cap.1 n.19. & in specie c.5. n.19. & in specie* da Ordem de São Lazaro, Alcantara, & outras aproua *Anton. Mario Marsarat. variarum resolutionum lib. primo resolut. vltima casu. 63. per totum. & Duard. in bulla Cœnæ Domini lib.2. Can. 15. quæstione 5. conclusione 4.*

56 E neste Reyno de Portugal não consta, nem ha memoria que ouesse mays exemplo de se poder sentenciar â morte Caualeyro algũ das Ordens que Dom Pedro da Sylua Negro que tinha o habito de Santiago por conspirar cõtra a pessoa Real, & seu Estado, & para esse effeito o Senhor Rey Dom Philipe primeiro deste Reyno, & o Fiscal das Ordens em seu nome pedio à Sanctidade de Gregr. 13. q̃ por ser o caso tam graue, & digno de naõ ficar sem castigo lhe concedesse, que pudesse ser sentenciado à morte pella ditta culpa, oqual lhe fez a dita graça, & declarou em o breue, que vay n. 179. fol. que â Mesa da Consciencia, & Ordens sendo conuencido, ou confessando o delicto que lhe desse a pena conforme ás determinações Canonicas, guardando a forma de direito, para não incorrer em as penas de excomunhaõ, nem outras ecclesiasticas, & o pudessem entregar á Iustiça secular, & a todos os Caualeyros, & Freyres, q̃ cometessem semelhante delicto; pello qual se vê manifestamente que naõ podia ser sentenciado à morte, nem degolado Fr. Diogo Lopes da Franca sem primeiro ser degradado em a forma do dito breue, não sendo o seu crime de conspiraçaõ, nẽ julgado primeiro pella Mesa da Consciencia & Ordens, como elle ordena para que sempre ouuerá de proceder o conhecimento do crime em a Mesa da Consciencia para a Iustiça secular o sentenciar despois em a forma do dito breue, & qualquer outra interpretação será contra a narração, & graça de sua Sãtidade.

E que

57 E que se guarde este costume, & direito aos Caualeyros das Ordens Militares de Castella *testatur Bobadilha in politica lib. 2. cap. 19 n. 25. Iuli. Clar. lib. 5. §. fin. quæstione 75. n. 5. Thuscus tom. 2. conclusione 139. n. 8. verbo. degradatio.*

58 E nos Clerigos de Ordens Sacras (com os quais se equiparaõ os Caualeyros das Ordens, como Religiosos) se guarda o mesmo quã. do comete m algum delicto por razaõ do qual a Iustiça ecclesiastica o pode degradar, *vt tradit Barb. in l. si quis posteaquam n. 250. & sequentibus ff. de iud.* & sem hauer a dita degradação, naõ pode a Iustiça secular conhecer, nem proceder criminalmente contra elles *Decian. in pract. crimin. lib. 4. cap. 9. vers. 10. Limita n. 120. & 122. Iul. Clar. pract. crimin. lib. 5. §. fin. quæstione 36 vers. scias etiam n. 35. 36. & 37. & Farinac. de inquisition. quæstione 8 n. 71. 85. 86. 108. & 109. iuncto n. 57. Mart. de iurisd. quarta p. casu. 129. maxime n. 16 & 17. & casu 130.* & que seja a mais commũ, & verdadeira opinião em o crime de assassino *testatur Bobadilha vbi supra. & cap. 18. n. 114. & 115.*

59 E como faltou a dita degradação os que o sentenciarão á morte & tomarão conhecimento dos casos crimes, que cometeo o dito, Diogo Lopes da Franca, posto que fossem grauissimos, incorrerão ẽ pẽna de excomunhão do Canone *si quis suadente* como fica prouado, & o declarão muitos Papas, que refere *Rott. in dict. lib. de confirmatione lib. 2 c. 1. §. 8. & supra n. 10. cum sequentibus.*

E com difficuldade os escusara da excomunhão do capitulo 15. da
60 Bulla da Cea *contra sæculares trahentes ad suum iudicium subiectos iurisdictioni ecclesiasticæ, de quo Viuald. in candelabr. super Bulla Cænæ Domini cap. 5 Emanuel Rodrigues, in summa p. 1. c. 81. n. 2. Nauarrus in manuali cap. 27. n. 69. & cons 32. n. 2. in titulo de sententia excomunicat. Barthol. Vgolin. de censuris p. 2. c. 15. §. 1. nec in hoc casu immemorialis illis suffragatur Doctores in cap. causam de præscript. Felin. in cap. 1. de maior. & obedient. Rott. decisione 10. de consuetudine in antiquis, præcipuè cum in dicta Bulla Cænæ Domini derogentur consuetudines etiam immemoriales.*

Só falta responder ás difficuldades.

61 QVO *ad primam* que os Caualleiros das Ordens Militares *non sunt veré, & propriè Religiosi, licet habeant quendam modum viuẽdi*, & que assy não gozão da immunidade da Igreja *ex Diuo Thoma, & Sarmient. & alijs dequibus supra n. 4.*

62 Doque fica resoluto se satisfaz a esta obiecçáo,porque o contrario consta,& se verifica por a milhor,& mais verdadeira,& commum opiniáo dos Doctores,& per concessoẽs de muitos Papas,& Reys, que de todo tirão a duuida,& *de aliquibus testatur Mart. vbi supra p. 2. c. 32. n. 18. & fol. 128. & 129. & Valenc. 2 p. cons. 115. n. 9. & 10.*

63 Alem disso considerando a materia como he razão,todos os Doctores,que se allegão pella opinião contraria em a primeira questão: *vtrúm sint verè, & propriè Religiosi?* seguem a *Sarmient.* porem em a segunda que respeita ao priuilegio do foro,são muy poucos,os que á defendem,& esses conuencidos pella mais verdadeira opinião de tãtos,& tão graues Doctores Iuristas,& Theologos,que sehão referido E *Mart. vbi supra p 4. cent. 2. casu 113. n. 33. & 34.* se esqueceo doque tinha resoluto *supra in dicto c. 32. n. 8* porque confessando, que sáo Religiosos os Caualleiros de S. Tiago,& que vio o seu priuilegio,que os exempta da jurisdição secular *vt etiam tradit Diana de immunitate ecclesiastica tract. primo resolut. 61. vers. sed quidquid quòd* vai contra elle n. 134. & 35.

64 Sancto Thomas que allegão *secunda secundæ quæstione 186. art. 4 ad tertium* sô diz *quôd illi modi viuendi, quorum homines matrimonio vtũtur, non sunt simpliciter, & absolutè Religiones, sed secundum quid* sem falar nas Militares, nem de sua profissáo, nem de seus priuilegios, nẽ se gozão do do foro,que he a nossa questão: & em outra parte tem que se podem instituir *ad defensionem diuini cultus, & tuitionem Reipublicæ, & sic sentit veram esse Religionem*:como se proua fol. 127. n. 5. *resoluit Valenç. dicta const. 115. n. 10.*

65 *Sott. lib. 7. de just. quæstione 5. art. 3 ad tertium* seguindo a S. Thomas diz que os Caualleiros Militares *non sunt simpliciter, & absolutè Religiosi, sed secundùm quid*: mas não, que não sejão ecclesiasticos, nẽ que deixem de gozar da exempção do foro, *& non rectè sequitur: non sunt perfecti Religiosi, sed secundùm quid, ergo* não sáo ecclesiasticos *nec gaudent priuilegio fori*: porque a consequencia se conuence com todos os DD. & doctrinas allegadas *supra n. 7. cum sequentibus* que a inda,que alguns delles tenham o mesmo *scilicet quòd non sunt verè, & propriè* Religiosos se contentão,que o sejaõ *secundùm quid, & consequenter* ecclesiasticos para que gozem do priuilegio do foro. Da mesma maneira se entendem *Molin de just. & iure disput. 141. & de primo genijs lib. 1. c. 13 n. 98. & lib. 2. c. 9. n. 16.* porq̃ só trataraõ de declarar que

podiaõ

podiaõ ſuceder, mas que para a exempção das peſſoas dos Caualleiros dizem que ſe haõde julgar por Religioſos ecclesiaſticos, & ſenaõ forão eſtes não tinha neceſsidade de diſpenſações, *vt late tradit Not. in reſpoſione ad* 18. *argumentum.*

Nem as deciſões da *Rott.* 591. 1. *p. diuerſorum*, nem a de *Seraph.* 121 negão que ſaõ Religioſos, porque não vierão mais que a declarar, q̃ não ſe comprehende em as deciſoẽs do Sagrado Concilio Tridentino, ſe não quando expreſſamente fala nellas, & por eſſa razaõ dizem que não ſaõ perfeitos Religioſos, mas em a exempção de ſuas peſſoas por ſerem ecclesiaſticos, & por razão dos priuilegios, que tem reſoluem o contrario do que pretendem moſtrar os que ſeguem outra opinião.

66 Aos mais reſponde *Nauar. de redditibus eccleſiaſticis quaſtione* 1. *Monit* 55. *&* 56. *Didacus a Motta dicto tractatu de confirmat. Ord. Sãcti Iacobi l.* 2. *c.* 2. §. 10. *&* 28. E ainda que aja DD. que queirão ſeguir a contraria opinião, a de Nauarro he a verdadeira, & a que ſe deue ſeguir, porque ainda que não tiuera da ſua parte os que eſtão allegados, & outros muitos que elles referem, não ha duuida, que ſão exẽptos da jutiſdição ſecular, & que gozão da exempção do foro, & da do canone, como expreſſamente declarão os Papas allegados, & os que refere *Motta dicto lib.* 2. S. 9 *fol.* 186. *& per totum*, & aſsym ſe não pode jâ duuidar deſta verdade, nem diſputar, pois que forão concedidas para maior bem eſpiritual das almas, para o qual tẽ poder immediato dado de Deos a S. Pedro, & a ſeus ſucceſſores.

E não he de conſideração ſe alguem diſſer que poſto que eſtes Caualleiros tenhão a dita exempção, que como hoje eſtejão ſogeitos a voſſa Mageſtade, em quem reſidem ambos os poderes de ſer Rey, & Adminiſtrador perpetuo das Ordens, que poderà mandar, q̃ conhecão de ſuas cauſas como lhe parecer, como Rey, ou Adminiſtrador por razão de bom gouerno, & beneficio publico, & iſto ainda que naõ tiuera em ſeu fauor o Breue de Leão 10. & que pode mãdar que ſe lhe não guardem ſeus priuilegios quando ſão cauſa de perturbar a paz da Republica.

A que ſe reſpode que ainda que eſtejão hoie em voſſa Mageſtade ambas as juriſdições a ſecular, & ecclesiaſtica por priuilegio Apoſtolico de Iulio 3 que anda na regra de Chriſto fol. 29. que ſe hade jul-

gar como pessoas diuersas, & como se estiuerão diuidídas em duas pessoas & assim tem obrigaçam preciza de fazer sendo Rey, & Mestre iuntamente, o que fizera como Rey só, ou como Mestre só *ex vulgari doctrina Bart. in l. si conuenerit §. si nuda n. 3. ff. de pignorat. act. Ioseph. Sese decisione Aragonensi 160. n. 19. part. 1. Concales super regul. Cancelariæ, glos. 5. §. 7. n. 119. Lancellot. Callia in consuetudines Alexandriæ, præfatione 8. n. 93. & 94. Cutier. pract. quæst. lib. 3. quæst. 17. & 18. n. 215.* do que se infere, que não pode mandar nenhuma cousa como Rey contra as Ordens Militares, porque he jurisdição separada omnino, & só como Mestre pode exercitar a que tem ecclesiastica, & como he Prelado fica obrigado a guardar o direito canonico, & os breues Apostolicos, como largamente esta apontado em todo este discurso, & com esta mesma obrigação se anexarão os Mestrados à Coroa, & esta tem os Ministros, que haõde a conselhar a vossa Magestade, & que conhecem das causas das Ordens para não encarregar a consciencia, & se por em perigo de peccar, de lembrar a vossa Magestade as censuras, que se offerecem, & podem hauer com se violar, & quebrar a exempção dos Caualleiros, como reconheceo ElRey Dom Ioão Segundo, & seu Conselho, & pedio absoluiçaõ ao Papa da morte de Dom Aluaro de Luna como se proua *supra n. 55.* E ElRey Dom Pedro Quarto de Aragaõ entendeo o mesmo, porq̃ queixandosse ElRey Dom Pedro de Castella que o de Aragão naõ permitia que os Caualleiros de Sam Tiago, & Calatraua do Reyno de Aragão obedecessem aos Mestres elegidos em Castella: Respondeo ElRey Dom Pedro que não pertencião a sua jurisdição por serẽ pessoas ecclesiasticas, nem se podia entrometer nisso com boa consciencia, refereo *Ioaõ Mariana in historia Hispaniæ libro 17. capite 1. in illis verbis: quòd de Militibus Diui Iacobi, & Calatrauæ &c.* O mesmo traz *Zurita in tomo 2. de seus annaes libro 9. capite 2. versiculo quanto alas encomiendas dela Orden de Calatraua respondio &c.*

67 Gregorio Lopes ainda que disputa a questão, naõ resolue, & se remete às bullas, que as Ordens tem, & como estaõ tam claras em seu fauor, naõ deixàra de seguir esta opiniaõ como fes *Montalu. in dicto libro 1. titulo 7. parte 1. in glossa* vendo o Breue de Alexandre Terceiro da confirmaçaõ da Ordem de Sam Tiago *de quo late Ramir. dicto c. 5. n. 19.*

68 E se os mais que se allegão contra tão verdadeira resolução, forão bem informados, ou tiueraõ noticia de tantas concessoẽs, & priuilegios

uilegios dos Summos Pontifices,& Reys, não deixarão de se conformar com elles,como ses *Fr. Emanuel Rodrigues supra relatus n.7.* & outros grauissimos DD. *& vide notata n.199.cum sequentibus fol.*

69 E os que tem a parte contraria não se mouem para mais fundamẽto,que de cuidar que com se casarem os Caualleiros,em consequencia não votaõ perfeita castidade,senão com a limitação de conjugal. Mas esta razaõ não he juridica,nem cõclue,porque,ainda que só votem castidade conjugal, saõ verdadeiras, & perfeitas Religioens, & posto que naõ tam perfeitas como as Mendicantes, quanto aos tres votos essenciaes, basta, que o sejão em a forma,que dispuseraõ os Papas em a aprouação de suas Ordens,porque de sua disposiçaõ depende declarar,& aprouar as verdadeiras Religioens, & o que lhe parecer, que haõ mister de rigor,& obseruancia, porque nenhuã se pode chamar,nem ter por essa sem estar aprouada pella Sé Apostolica, *vt in Conc. Latr.habetur c.nec nimia de Religios.domib.Greg.*10. *in Conc. Lugd. relato in c.vnicũ de Religios.domib.lib.6.*& diz S.Thom.*in opusc.* 19.*c.*4.*p.*7. que quando as Religioens estão aprouadas pella Sê Apostolica (como as nossas estão)o que as condena,manifestamente se condena *vt patet ibi cum enim per Apostolicam Sedem institutæ sint,manifeste se damnabilem reddit quicumque tales Religiones damnare conatur.* o que se confirma *in c.si quis damnata* 18.*c.postquam ecclesiastica.c.nulli* 25.*quæstione* 1.*ibi nulli fas est &c.*& hir contra suas declarações,em que o Papa não pode errar,fica sendo grande temeridade *vt tradit ex plurib. Ramir.in dicta Bulla Alexandri* 3.*c.*5.*n.*25.

70 E assy instituio hũas com clausura perpetua,& outras sem ella, hũmas com poder ter proprio em commum,outras que nem em particular,nem em comum o possaõ ter. Hũas com mais estreiteza,descalços,& obseruancia,outras com mais largueza,ou com menos estreiteza,dispensando com muitos Religiosos que tenhaõ proprio, & outros que se possaõ casar,porque depende tudo de sua vontade,& ordenar o gouerno dellas,como lhe parecer,que he necessario para sua conseruaçaõ,& declarar as circunstancias das jurisdiçoẽs, & perfeitas Religioẽs,& quaes sáo verdadeiros, & perfeitos votos regulares, sem que se possa duuidar (senão com grande perigo da consciencia) do grande poder,que neste particular tem os Summos Pontifices *vt latissimé præ cæteris declarat, & probat Motta in dicto lib.* 2. *de confir-*

matione c.1. §.5. & c.2.in præludio & §.3. & 11.Bann.ſecũdaſecundæ quæſtione 1.art. 1. dubit. 8. Fr.Emanuel Rodrigues in quæſtion. Regul. quæſt.17.art. 2. & late n.199. cumſequentibus fol.

71 E conſta euidentemente das palauras da Bulla de Alex. da diſpenſação,& para poderem caſar os Caualleyros das Ordens de Chriſto, & Auis n.150.fol. (*ibi firmis tamen in reliquis inſtitutis dictarum Ieſu Chriſti, & Auis Militiarum omnino remanentibus*), que ficarão verdadeiras Religioens,como a principio forão inſtituidas em a Ordem de Calatraua,& Ciſter,*vt ſupra n.12.* & aſsym gozão de todos os priuilegios,que lhe foram concedidos, ficando omnino exemptas da juriſdição ſecular *ex notatis per Not.in dicta confirmat. Alex. lib. 2. cap.2.§.9.per totum.*

72 Quanto à obediencia tem facil repoſta, porque a clauſura, que guardam os Caualeyros he de eſtarem por vontade do Meſtre, & Religiaõ eſtando ſempre diſpoſtos para ſeruir em o que lhe mandarem,& aſsym a não quebrantaõ,nem deixaõ de a ter,porque he ſem duuida que quando o Religioſo eſtá fora do Conuento com licença de ſeu Prelado,ſe ha que reſide,& eſtá dentro delle, como reſolue *Panormitan.in c.illorum de ſent.excomunicat.& in c.ex reſcripto de iureiurand. quos referens ſequitur Nauar.lib.3.de regularib.conſ.41.& n. 217.cumſeqq.*fol. *Ciurb.conſ.49.n.1.*

73 *Ad ſecundã obiectionem* da Bulla de Leaõ 10.n.168. reſpondo que para mouer a ſua Santidade ſe lhe expos em a ſupplica ẽ nome do ſenhor Rey Dom Manoel,que ja neſſe tempo era Meſtre da Ordem de Chriſto,que nas tres Ordens Militares deſte Reyno auia eſtatutos, & eſtabelicimentos,porque ſe tinha ordenado que ſe não admitiſſe peſſoa algũa nas ditas Milicias,nem foſſem prouidos de habitos dellas,ſem o eſtipendio, que bem pareceſſe, & porque hauia muitos que ſem o dito mantimento,ou eſtipendio fraudulentamẽte, & per engano,recebiam o habito contentandoſe com ſeu proprio patrimonio,ſó a fim de euitar o juizo ſecular,& mais liuremente cometer delictos,& gozar dos priuilegios em prejuizo da jurisdiçaó Real, ſe pedio ao Papa,que em comprimento dos ditos eſtatutos ouueſſe por bem,que aquelles que contra forma delles foſſem prouidos,*tam authoritate apoſtolica,quám licentia eorundem Magiſtrorum,* não gozaſſem do foro eccleſiaſtico nas cauſas crimes, nem foſſem exemptos do pagamento de tributos,& outros encargos reaes,ou peſſoaes.

E ſua

E ſua Santidade aſsy o proueo, & ouue por bem referindoſſe aos ditos eſtatutos como ſe pode ver do breue que vai n.168. fol *ibi*, *quód de cætero omnes, & ſinguli qui contra ſtabilimenta prædicta, abſque huiuſmodi ſtipendio, in aliqua dictarum Militiarum habitum &c.*

74 Deueſſe mais aduertir que acerca deſtes eſtatutos, de q̃ ſe faz mẽ çaõ em a ſupplica, naõ foi ſua Santidade bem informado, porque os que hauia em aquelle tempo depois dos de Calatraua, debaixo dos quaes foy inſtituida a Ordem de Chriſto, eram os que tinha feito o ſenhor Rey Dom Manoel em o Conuento de Thomar no mes de Dezembro do anno de 1503. como conſta da primeira parte das quatro do Meſtrado de Chriſto feita pello Doctor Pedralueres Dezẽbargador por ordem do Senhor Rey Dom Sebaſtiaõ fol. & naõ ha nenhum, que requeira que ſeja neceſſario ter a peſſoa, que entra em a Ordem, eſtipendio algum della cõ o habito para gozar do priuilegio do foro, como ſe pode ver do cap. 8. que trata das peſſoas, que deuem ſer recebidas á Ordem, & do 9.10.11.12.13.14.15. que vão n.134. *cum ſeqq.* fol. os que tratão deſte particular, nem ha outro que và contra elles, nem tal ſe ha de moſtrar, antes o dito cap. 15. acaba de manifeſtar de todo a errada ſuplica, que ſe fes a ſua Santidade, por que tratando da obrigação, com que ficão os Caualleyros profeſſos à Ordem, & da que o Meſtre tem, diz as palauras ſeguintes: (*& he teudo mantello na dita Ordem ſegundo que for rezão, & o q̃ merecer*) *ſaluo quãdo elle na Ordem entrou ſe contentou de ſeu patrimonio.* Eſtas palauras concluem que da parte do Meſtre he obrigação dar tença, ou mantença aos Caualeyros, & que ſó então fiqua fora della quando ſe cõtentou com ſeu patrimonio ſem lhe pedir eſtipendio, & por tanto ſe não podia dizer que os que não tiueſſem eſtipẽdio da Ordem, contẽtando ſe com ſeu patrimonio, cometiaõ fraude em prejuizo da juriſdição Real, como ſe expos a Sua Santidade, pois que vſauão do direito, que o meſmo eſtatuto lhes daua, & ſò iſto baſtaua para voſſa Mageſtade ſer ſeruido mãdar que não ſe praticaſſe a Ord. do liuro 2. titulo 12. §. 2. nem a do titulo 11. §. 7. fundadas em o dito breue: pois que baſta que tenhão patrimonio proprio com o habito, para gozar do priuilegio do foro, ainda que o Meſtre, ou a Ordem lhes não dé outro patrimonio, ou eſtipendio, & aſsy ſe podem entender as palauras da Ord. *ou mantença tal* conformandoſſe com o dito eſtatuto. Nẽ tambem as mais Ordens de Sam Tiago, & Auis tem tal eſtatuto, & não os hauendo, claro eſtà, que não tem lugar a diſpoſiçaõ do Papa Leão 10 *quia diſpoſitio, quæ vnum diſponit, & aliud præſupponit, nõ habet*

locum,niſi præſuppoſitum verificetur,& ceſſante præſuppoſito,ceſſat diſpoſitio gloſa in l.mancipia C.ſeru.fug.vbi.Bart. Roman. ſing. 495. Roland. conſ.10.n.14.vol.4. Cephal.conſ.90.n.51. Surd.conſ.150.n.78. & conſ. 315. n.40.& conſ.430.n.17.Ioſephus deſeſſe Arag deciſione 160.n.24.Seraph deciſione 121.n.11.

75 Demais diſto he principio certo em direito que toda a graça dos Papas *habet in ſe tacitam conditionem (ſi ita eſt) aut (veris exiſtentibus prænarratis) l.fin.in principio C.diuerſ.reſcript. Couar. in rubrica de teſtam. 2.p.n.14.Gonçal.ad reg 8.cancel.gloſa 9.inannot.n.228.notab.Valençuel.conſ.74.n.66.cum ſequentibus.* E por tanto toda a narratiua,como parte que he da meſma graça *ante omnia verificanda eſt* para ter effeito *Rott.deciſione 534 n.1 p.1. diuerſ. Gonçal. vbi ſupra n. 230. & 231. Valençuel conſ.48.n.24.Carol.de graſſ.de effectibus Clericor. effectu primo n.713.cum ſequentibus.* O que procede ainda que *aliàs talis narratiua neceſſaria nõ eſſet,probat ex multis Gonçal.dicta reg.8.glo.32.n.57.& ſequẽtibus,* E ſẽdo iſto aſsim nũca a narratiua da ditta Bulla ſe verificou.

76 Nos quaes termos tem lugar a deciſaõ de *Bellamera 666.incipit Auditor n.1.* onde dis,*quód ille, cuius gratia eſt adhuc verificanda, nondum habet jus in re,nec ad rem,idem declarauit elegantér Valençuel dicto conſ. 48.n.24.iuncto n.21.& 22.*

77 E em effeito em quanto a narratiua não eſtâ verificada, he o meſmo que ſe a graça foſſe ſubrepticia, *& habetur pro non facta Caputaq.deciſione 345.n.3.p.2.Gonçal.dicta gloſa 9 n. 232.& ſequentibus vbi dicit hoc eſſe intelligendum quoad effectum vtendi dicta gratia,ſecus tamen ad alios effectus,ſi poſtea verificetur* & por tanto, viſto não eſtar iuſtificada anarratiua da ditta bulla, não ſe pode fazer obra por ella *quòd etiam tradit dictus Carol.de Graſſ.effectu 1.n.314.& ſequentibus.*

78 E não obſta ſe ſe diſſer hauerſe dito na ſuplica em nome do Senhor Rey Dom Manoel que auia nas Milicias os ditos eſtatutos para não ſe duuidar diſſo,porque o Principe,que não reconhece ſuperior deue ſer crido em o que diz.

79 Porque deixadas muitas couſas que os Doctores dizem aſſas conſufamẽte *in illa vulgari cõcluſione an Papæ vel Principi aliquid atteſtãti plene credatur iuxta tx.in Clem.1.de probationibus,& tradit Cabr. lib. 2.communium concluſione ſecunda* ſe reſponde primeiramente que a quella ſuppliqa foi feita pellos Miniſtros do dito Senhor, & não por

elle

elle,& expreſſamente contra o que contem o dito capitulo 15.*ſupra* numero 74.& o que nelle ſe conſiderou. Segundo ſe reſponde que neſte negocio ſe trata de intereſſe dos Senhores Reys deſte Reyno, aſsym em reſpeito de ſua juriſdiçaõ, como em razão das portagens, direytos,tributos,& outros encargos reaes, & peſſoaes, como ſe expos,& conſiderou na dita Bulla,& neſtes termos quando ſe trata de tal intereſſe *non eſt ſtandum aſſertioni Principis,nec etiam Summi Pontificis Abb.in Clem.1.in fin.de probat.Crammat.deciſione 65.n.6.& deciſione 103.n.229.Cabr.conſ 197. vbi dicit quód Principes non probant ſua aſſertione delictum, ex quo eorum fiſcus commodum ſortitur Tiber. Decian.reſponſ.23.n.5.lib.1.& reſponſ.41.n.23.lib.2.*o quoal *in conſil.59 n.23. eodem lib.aſſerit quòd aſſertioni Principis in eius præiudicium creditur, & non tertij,vt tenent DD.in dicta Clem. 1. & ideo non ſtatur aſſertioni eius.quod quis deliquerit,ſecundum communem opinionem,de qua Burſat. conſ.128.n.6.& conſ.166.n.30.& conſ.225.n.90.vol.3.*

30 Acrecentõ que o que ſe pretendeo cõm eſta Bulla foi fazer licito aquillo,que aliâs era reprouado por direito fazendo que peſſoas Religioſas reſpondeſſem no Iuizo ſecular,couſa tam reprouada por direito, *& vbi aſſertio facit negotium eſſe licitum, quod aliâs eſſet á iure reprobatum,non ſtatur aſſertioni,de quo late Ozaſch deciſione Pedamont cap.72.n.2.ad med.vbi concludit non eſſe ſtandum aſſertioni alicuius,quãdo non poteſt libere actum exercere.*

31 *Non obſtat ſecundô* a dita Bulla, porque o teor do priuilegio ſe ha ſempre de conſiderar,& obſeruar *cap.porrò de priuileg.Rom.conſ.89.viſis his n.4.Albert.Brun.conſ.41.n.7.*& ſe deue entender,& interpretar conforme á petição, que ſe fez em nome do Senhor Rey Dom Manoel ſuprá referida *cap.inter dilectos verſ. cæterorum de fide inſtrument.vbi Bald.notat pro declaratione priuilegij ad ſupplicationem eſſe recurrendum Padilh.in l 1.n.14.C.de diuerſ.reſcript.Cancer. variar. lib. 3. cap.3.n.367.Bech.conſ.55.n.6.lib.1.*

32 E como foſſe menos verdadeira, porque ſe fundou em os eſtatutos,& coſtumes das Ordens,que não hauia,como eſtá prouado,& o Papa Leaõ 10.n.168 concedeo a graça referindoſe a ella *vt in verbis dictæ Bullæ ibi (qui contra ſtabilimenta prædicta abſque huiuſmodi ſtipendio)* logo claro fica que não valeo o priuilegio,& diſpoſição,quando a narraçaõ foi errada,& falſa, *& ſecundum eam* ſe deue declarar: *quia omnia diſpoſita in ſcriptura,ad quam fit relatio,cenſentur repetita,& expreſſa*

preſſa in priuilegio referente,vt in terminis reſoluunt Curt.iun. conſ. 97.n. 8.& 10.Cramat.deciſione 59.n.7.& ſequentibus,qui loquitur expreſſé in conceſsione Principis,Franciſcus Aret.conſ.76.n.6.& adducit concordã. tes Peregrin.de fidei commis.art.16.n.111 verſ.tertius caſus eſt.

83 *Reſpondetur tertiò.* Que ainda em caſo que ſe pudera ſuſtentar o priuilegio de Leaõ 10. (o que ſe nega) que como em a narratiua ſe não tratou,nem fez menção dos priuilegios concedidos ás Ordens Militares em remuneração dos ſeruiços,que os Caualleiros dellas lhe tinhão feitos;que eſtauão confirmados com muytos breues apoſtolicos,& em virtude delles,& da poſſe immemorial,em que eſtauão deſdo principio da ſua fundação ſempre obſeruados, ouueraõ muitas ſentenças em ſeu fauor,& ainda jurados pello Senhor Rey Dom Manoel como Meſtre,& como Rey, em a patente das merces, que fez a eſte Reyno em o capitulo 12. & com clauſulas que não ſeriaõ valioſos os que ſe paſſaſſem em contrario,ſem ſe fazer expreſſa menção da Ordem do Templo,& que de outra maneira lhe não prejudicaſſem,como ſe pode ver das bullas allegadas ſupra n.170 fol. & outra de Clemente n.173 fol. que contem as palauras ſeguintes. *Lecta ſiquidem nobis vniuerſitatis veſtræ petitio continebat, quod licét Ordini veſtro a Sede Apoſtolica ſit indultum, ne per literas Sedis eiuſdem conueniri poſsitis, quæ de Ordine veſtro non fecerint mentionem: nonnulli tamen eccleſiarum prælati & judices veſtris libertatibus inuidentes, cum aliquas literas Sedis prædictæ ad eos impetrari contingit, in quibus generaliter continetur quód, non obſtantibus aliquibus priuilegijs ſeu indulgentijs, tam exemptis, quam non exemptis, cuiuscumque Ordinis exiſtant, á Sede nominata conceſsis, per quæ attributæ ipſis iuriſdictionis explicatio impediri valeat, vel diferri, & de quibus oporteat fieri mentionem, & commiſsis eis negotijs per literas ipſas procedant in vos iuriſdictionem indebitam vendicare, nec non literarum ipſarum prætextu vos euocare coram ſe ad judicium non verentur in totius veſtri Ordinis magnum præjuditium, & grauamen ſuper quo ſubueniri vobis per Apoſtolicæ Sedis auxilium humiliter ſupplicando poſtulaſtis: Nos igitur veſtris deuotis ſupplicationibus fauorabiliter annuentes, ne huiuſmodi literæ ad prædictum extendantur indultum, nec per eas eidem indulto in aliquo derogetur ad inſtar felicis recordationis Alex. 3. & Vrbani prædeceſſorum noſtrorum Romanorum pontificum, authoritate vobis præſentium, indulgemus,* & tãbem a Ordem de Auis tem outra da meſma ſuſtancia em a ſua regra antiga fol.15.& como de cada huã deſtas couſas não teue informação,nem noticia a Santidade de Leaõ 10 para as poder reuogar,como

era

era necessario, porque não basta a clausula geral *non obstantibus* quãdo ha mister que aja derogação especial *de singulis obstantijs* como em termos *tradunt omnes in l. causas, vbi glosa vltima C. de transact. & sic solet facere Concil. Trid.* quando as pretẽde derogar, *vt patet sessione 6. c. 4 sessione 14. capite 4. & sessione 25. de reformatione cap. 6. Balb. l. 1. n. 22. C. de furt. Paris. cons. 140. n. 15. lib. 4. Molina de primogenijs lib 2. cap. 9. & sequẽtibus n. 6. Et ferè in terminis Cosadin. cons. 9. n. 24. & Aymon. cons. 142 n. 20. vers. 7. respondeo Cutier. in repetitione l. nemo potest n. 175. cum sequentibus ff. legat. 1. Neuisan. cons. 12. n. 131. inter feudalia Bruni.*

84 Não he verisimil que tiuesse tenção de reuõgar a exempção do q̃ não sabia, nem se lhe deu conta della *cap. 1. de pact. c. ex multiplici vbi Abb. n. 4 de decimis Rott. decisione 161. n. 4. p. 2. diuersorum Sacri Palatij cum alijs adductis per Valençuel. cons. 74. n. 69. nec debet Papa ea, quæ antecessores sui rectè statuerũt, euertere, sed cõfirmare capite institutionis cap. si ea, quos refert idem Valençuel. n. 70. & 71. in d. cons. 74.* E assym tambem *ex defectu intentionis, & voluntatis* não valeo o dito priuilegio.

85 *Quarto.* Ainda que o breue de Leaõ Decimo fora valioso, (que não he) *ex defectu intentionis* do Senhor Rey Dom Manoel, parece, que não quis em a suplica comprehender a Ordem de Christo, deque era Mestre, porque ainda que falasse nella, não foi mais que para mostrar que conforme aos estabilimentos, & natureza de todas as tres Ordens, naõ gozauão do priuilegio do foro os Caualleiros, que com o habito de algũa dellas não tiuessem estipendio da Ordem. E a razaõ está clara porque se declarou em a narrativa que alguns *dolosè, & fraudulentèr* com o seu patrimonio alcançando o habito com authoridade Apostolica, ou tambem do Mestre, sem ter o dito estipendio, se exemptauão do Iuizo secular, & cometiaõ muitos crimes a essa conta, & ficauão liures de pagar direitos Reaes, & pessoaes, oque era em grande prejuizo da jurisdiçaõ Real, que causaua muyto grande escandalo.

86 E posto que o priuilegio se referisse a todas tres *ibi (in aliqua dictarum Militiarum*, com tudo lhe fez mais fauor, doque lhe pedia, & pretendia, para atalhar o damno de selhe defraudar sua jurisdiçaõ por este caminho: porque naõ he de crer que se queixasse ao Papa de sy mesmo em cousa, que estaua em sua mão

darlhe remedio, & ficaua desta maneira prejudicado *contra regulam l.nulla iuris ratio 24 ff.de leg.l.quod fauere C.eodem.capite quod ob gratiam de regul.iur.lib.6.Surd decisione 195.n.5.*

87 E que não fosse essa a tenção, nem o intento do Senhor Rey Dõ Manoel se proua com a extrauagante segunda parte titulo 3.l.1. em a qual fazendosse menção da graça que sua Santidade lhe concedeu, não falou mais que nas Ordens de Sam Tiago, & Auis, que foi feita a 6.de Nouembro do anno de 1515.& do Aluará, que mandou a Ayres da Sylua, Regedor que então era da Casa da Suplicaçaõ em o dito mes & anno n.169.fol.

88 *Et fauori suo potèrat renuntiare* ainda que lhe tiuesse dado algum direito *l. cum pater §.libert.ff.de leg.2.l.si iudex circumuento ff.de minoribus l.potest.ff. ad leg falcid.l.si quis in scribendo C.de pact.regula inuito beneficium non confertur ff. de reg.iur.* E assim se guardou sempre o priuilegio que o Senhor Rey Dom Manoel tinha concedido aos Caualleiros da Ordem de Christo numero 167. fol. & às de Sam Tiago, & Auis os que lhe concederão os Papas, ã instancia do Mestre Dom Iorge, & dos mais passados, que de todo as exemptarão da jurisdicão secular sem hauer contradição alguma. Nem obstará dizersse que não foraõ recebidos nem praticados os ditos priuilegios, porque se deue prouar *cûm Lex semper præsumatur in vsu recepta, donec contrarium probetur Bald. in l. in illa ff. de verborum, Roland. cons. 90.n.53.& sequentibus, Petrus Beneintende decisione 13.n.9.& 10.*

89 E se corrobora mais, porque o Papa Clemente Septimo numero 178. fol. os manda guardar, ainda que não estejão em vso, & de nouo os confirmou, & declarou, que gozasse a Ordem de Calatraua de todos os priuilegios de Cister, & o mesmo fez Pio Quinto numero 193 fol. para ficar mais sem duuida, iuncto numero 8.

90 E assim, ainda quando não constasse que se practicaraõ, quanto mais que he notorio que gozaraõ sempre delles iguoalmente todas as tres Ordens, como tenho mostrado *supra n.11.19.& sequẽtibus* não bastaua

baſtaua para derogaçaõ das conſtituiçoẽs Apoſtolicas, & Reaes, por que as leys que de ſeu principio não tiuerão limitaçaõ de tempo, ſão por ſua natureza perpetuas *l. Arrianus C. de hæred. §. 1. inſt. de perpet. & temper. act. gloſa penult. in c. â nobis o primeiro de ſent. excomm. & ibi Abb. n. 12. Soar. de legibus. lib. 1. cap. 10. n. 5.* & aſsim *nec de tempore, nec de præſcriptione eſt curandum* em competencia deſtas exempçoẽs.

91 Nem contra ellas podia hauer preſcripçaõ, *ſaltem in criminalibus* aſsym porque naõ hauia tempo baſtante para iſſo, & oque ouue ſempre foi contrádicto, & interrupto com muitos actos contrarios, como eſtà prouado *ſupra n. 50. & ſequentibus* como tambem porque naõ tem lugar, ainda que fora immemorial, ſendo a iuriſdiçam ſecular incapaz deſte direito, & da exempçaõ, que tem os Militares, como Religioſos *iuxta tradita per Carolum de graſſ. 10 effectu n. 362. cum ſequentibus, & latiſsime n. 224. cum ſequentibus fol.*

92 *Quod ampliat procedere, etiam ſi ſit introducta cum ſcientia, & patiẽtia Summi Pontificis n. 282. verſ. ſubampliatur ſecundo. Ratio eſt quia ſi Summus Pontifex non poteſt expreſsé per ſuam conceſsionem Clericos ſubijcere jurisdictioni judicis laici, vt probat idem Carol. de graſſ. in dicto primo effectu ampliat. 6. n. 19.* Muito menos *hoc facere poterit tacité num. 383. verſ. alia ratio, & ſequentibus Thuſc. verbo, Clerici non ſubſunt, concl. 385. n. 1. 2. 3. & 45. Farinac. de inquiſitionibus n. 1. vſque ad quartum.*

93 E por eſta razaõ ſe hade premetir mais que os exemptos não tem obrigação de aparecer diante dos juizes para allegar ſua exempçaõ, ainda que ſejão citados quando he notorio o ſeu priuilegio, *aut eſt clauſum in corpore iuris, prout eſt exemptio Clericorum, & quarumcumque aliarum perſonarum eccleſiaſticarum*, & aſsym tambem a dos Caualleiros das tres Ordens Militares, que profeſsão a Ordem de Ciſter, & dos Templarios, & de Sancto Agoſtinho, como ſe pode ver do breue de Leão 10. concedido á Ordem de Alcantara, que anda no Bullario em ordem 44 que começa *in Apoſtolicæ Sedis dignitatis ſpecula de qua agunt latiſsime Caualc. deciſione 28. Henriques in ſumma lib. 7 cap. 25. n. 7.* & conſta de outras muitas, que andão no meſmo bullario, *quæ in ſpecie* tratão de todas as Milicias deſte Reyno, & de Heſpanha, & das mais, déque gozão de Ciſter, & do *tx. in l. Statuimus Cod. de Epiſcop. & Cleric. c. 2. c. ſi diligenti de foro competenti, vbi communes, & notatur per Doctores per textum ibi, & gloſã in cap. cum ordine de reſcript. & cap. 3. de priuilegijs.*

94 *Et cùm in his terminis euidens, & notoria sit exemptio, euidens, & notorium est citantem non esse suum judicem, nec in eos vllam iurisdictionẽ habere, & sic dubium non est non teneri comparere per se, vel per procuratorem, ad docendum, vel excipiendum de exemptione ex glosa vltima recepta in capite veniens de accusationibus, glossa verbo conuocari, capite si Episcopus 3. quæstione 2. post alios Iason l. 2. ff. si quis in jus vocat. Miles in repertorio verbo, exemptos, n. 33. Panormit. cap si duobus n. 9. de appellationibus: eandem firmat Iul. Clarus quæstione 36. n. 5. de criminalibus asserentes communem esse sententiam Clericum, Religiosum, vel quamcumque aliam personam ecclesiasticam (omnes enim personæ ecclesiasticæ Clericorum appellatione comprehenduntur Mandos. in rubrica 24. n. 7 Miles in repertorio verbo, Clericorum appellatione, n 34. & supra n.) citatam per judicem sæcularem occasione alicuius delicti non teneri coram eo per se, vel procuratorem, comparere, nec exemptionem proponere. Immo in hac specie quando notorium est delinquentem esse Clericum, Religiosum, Præceptorem, vel Militem cuiuscumque dictarum Militiarum, vel similem personam ecclesiasticam, aut denique ipse pro tali communiter habebitur, statim, & incontinenti, absque vlla alia cognitione prædictæ qualitatis, Iudici ecclesiastico remitti debet ex regula textus in capite si udex Laicus vers. & si notorium fuerit, & ibi omnes nostri, de sentent excomuni. cat. in 6 facit Ord. lib. 2. tt. 1. §. 22. & 23. & n. 224. & sequentibus fol.*

95 E em caso que não fora notoria a dita qualidade de Clerigo, ou de Religioso, & em caso *quód Iudex Laicus* negara, q̃ o delinquẽte he Clerigo, ou Religioso, & que não deue gozar do priuilegio, nem deue ser remetido por ter algum deffeito *in Clericatu professione, tonsura, & vestibus*; ainda entam não pertencia ao secular tomar conhecimento desta qualidade, senaõ ao ecclesiastico *ex dicto c si iudex Laicus in principio, vbi communiter*, a elle, & não ao Iuis secular *pertinet cognoscere an quis sit remittendus, & priuilegium amiserit? Communis ex Cou. pract. cap. 33. n. 1. Mar. Anton. Macerat. variarũ resolut. lib 3. resol. 489. testatur de communi, & infra fol 132. n. 27. Nec obstat Ord. lib. 2. tt. 1. §. 21 quia loquitur de simplici ostensione tituli, quæ sola sufficit sine alia disceptatione, & discussione validitatis ipsius*, & que só a respeito dos Clerigos in minoribus se pode practicar, & dos mais, deque rara, mas naõ se pode estender aos Caualleiros das Ordens Militares, *vt est manifestum numeris sequentibus.*

96 E ainda isto se pretendeo fazer para maior satisfaçaõ em o caso da remissaõ de Frei Diogo Lopes da Franca dizendosse ambem que tinha Comenda, que seu pay Andre Dias da Frrnca lhe deixou com a faculdade, que vossa Magestade lhe deu para isso, que bastaua, ainda

que

que não estiuesse de posse della, para gozar do priuilegio do foro, como aproueita aos Bispos titulares, *qui non habẽt reddditus ex suis Episcopatibus* como sam os de Targa, & de Fez, *vt optime declarat Carol. de Grass, primo effectu n.1224. vers. attamen si aliquod, & tradit Thusc. 1. part. verbo Clerici conclusione 385. n.37.* que basta ao Beneficiado ter titulo Canonico em o beneficio, ainda que o não possua naturalmente, por que *illud verbum Concilij (dummodò habeat beneficium)* basta entender-se doque o possue ciuilmente *Macerat. Var. resol. lib. 3. resol. 48. n. 22. vèrsiculo tamen.*

97 *Et per consequèns ad ecclesiasticum Iudicem, scilicèt Ordinum Militarium, seu Conseruatorẽ, pertinebat cognoscere* se o dito Diogo Lopes se auia de remeter, & gozar do priuilegio do foro, & principalmente quando trataua de ser remetido a seu juis competente.

98 *Nec obstat Ord. lib. 2. tt. 1. §. 27. incipit* os Clerigos de ordens menores *quia cũ expressè exorbitet á iure cõmuni, dequo in dicto c. si judex, nõ est extendenda ad alios casus* como foi este da remissão do dito Diogo Lopes da Fráca *incontinenti facienda iuxta règulam, quæ a iure exorbitant de reg. iur. in 6. Et quidquid aliud resoluat Barb. in l. Titia n. 29 cum sequentibus ff. Iolut. matr. & Gabrielius Pereira dicta decisione 58. n. 12. propter Bullam Pij Secundi concessam* a el Rey Dom Afonso 5. *& concordiam in Clericis minoribus, & coniugatis, & alias considerationes omnino videndas.* Todauia não pode ter lugar em os Caualleiros das Ordens Militares deste Reyno, porque o mesmo Breue de Leão De cimo n.168 fol (quando se pudera praticar) que concedeo ao Senhor Rey Dom Manoel, & a seus succesores o dito priuilegio, lhe deu logo juizes certos ecclesiasticos, como saõ o Bispo do Funchal, o Prior de Sancta Cruz de Coimbra, & o Prouisor de Lisboa para conhecer delle, & o dar à execução contra os Caualleiros das Ordens, que lhe não guardassem o priuilegio & assim ficão omnino incompetentes, & ainda incapazes as Iustiças seculares de conhecer desta causa, & de todas as que toquam aos Militares, & tem obrigação de os remeter ao Iuis dos Caualleiros, tanto que lhes apresentarem seu precatorio *iuxta supra resoluta n. 91. & sequentibus, & infra num. 774. & sequentibus fol.*

99 E tambem o seu proprio Prelado, ou Iuis ecclesiastico competente, como he o dos Caualleiros, ainda que elles não requeirão a remissaõ, pode pedir que se lhe remetão as culpas com os Caualeyros, que

eſtiuerẽ preſos *vt probat téxtus expreſsus in dicto c. ſi iudex laicus in principio Iul.Clar.dicta quaſtione 36.n.22.Cou.ru pract. cap.33.verſ.his accedit quaſtio etiam ipſe judex,vbi.poſt Bald.vna Dominicum,& Francum tradit ibi habere locum,etiam ſi Clericus,vel perſona eccleſiaſtica confeſsi fuerint apud ſecularem ſe laicos eſſe,idem reſoluit Carol.de graſs.cum pluribus relatis effectu 1.n.327.& ſequentibus Anaſt.Germon. de Sacrorum immunitate lib.3.c.15.n.55.& ſequentibus,quod ampliat n.64.* que pode ſer caſtigado o juis,ſe o não remeter

100 *Et in terminis* quando o Iuis ſecular conhece da *interlocutoria, com que* o Clerigo veyo para pronunciar ſe he ſua iurdição para effeito de o remeter *iuxta l.ſi quis ex aliena ff.de jud.Barb.per notata ad dictam l.Titia n.31.reſoluit ibidem quôd intelligendum eſt quando eccleſiaſticus non petit illum ſibi remitti,nam ſi petat,tunc debet ſuperſedere ſecula, rìs in cognitione ſummaria Clericatus,& eum remittere ad eccleſiaſticũ, ad quem pertinet, & ſuper cauſa principali interim ſuperſedere Thuſcus lib.1.concluſione 385 n.18 verſ.amplia &* 19.& aſsim era obrigada a Caſa da Suplicação a remeter o dito Frei Diogo Lopes ao Iuis dos Caualleyros, *& ſuperſedere in cauſa principali* para não incorrer nas penas de excomunhão,nem nas mais de direito,como incorreo quando ſe tratou da cauſa do Arce, deque tomou conhecimento o Vigario Geral deſta Cidade,& pedio q̃ ſe lhe remeteſſe ſua cauſa para ver ſe era Clerigo,ou Frade, como tinha articulado, & pello não remeter os ouue voſſa Mageſtade por excomungados, & mandou abſoluer aos que o ſentenciarão â morte, confeſſando ao pee da forca que não era frade,nem tinha ordens.

101 E à razaõ diſto hẽ porque eſte conhecimento pertence priuatiuamente á juriſdição eccleſiaſtica por ſer cauſa eſpirituál,& eccleſiaſtica ſaber ſe o dito Frei Diogo Lopes era Frade,ou Religioſo, & ſe gozaua do priuilegio do foro, ou do canone *notabiliter Carol. de Craſſ. dicto 1.effectu n.1271.cum ſequentibus,junctis numeris 1257.cum ſequentibus,& 1265.Nauar.in propugnac.apolog.§.16.ad fin.verſ.& poſt pauca ibi&* depender principalmente de ſer,ou não ſer eſtas Ordens Militares couſa Religioſa,& eccleſiaſtica *Anaſt.Germon.dicto lib.3.c.15. n.56.& ſequentibus.*

102 Nem obſta a extrauagante dita 2.parte titulo 3.l.1.no verſo dõde foi tirada a Ord.lib.2.tt 12.§.2. (ſaluo aquelles que fizeſſem certo) *deducta* do priuilegio de Leão 10. que ainda o Senhor Rey Dom Mano-

Manoel extendeo mays em a carta, que eſcreueo a Ayres da Sylua Regedor da Caza da Suplicaçaõ n.169.fol, *ibi* (ſaluo aquelles q̃ vos fizerem certo que tem com os ditos habitos tença, ou mantença, que lhe foſſe dada pelo Meſtre, porque aſſym nolo tem outorgado o Sancto Padre por ſua bulla) aqual declaraçam não ſofre o dito breue, quando nomeou Iuizes que ouueſſem de tomar conhecimento da cauſa, & ẽ caſo que não os dera, & o breue eſtiuera *in ſua viridi obſeruantia, manebat in diſpoſitione iuris communis, de qua ſuprâ n.94.& ſequentibus.*

103 E aſsim a declaração do Aluará ſenão podia fazer, nem o eſtillo, que ha neſte particular, ſe pode nem deue praticar, por ſer expreſſamente contra a diſpoſição do dito breue *iuxta tradita p Barb.in dicta l.Titia n.36 verſ.quia tunc nõ ipſe priuat, ſed magis predicta bulla &c.* & ainda com hauer coſtume antigo, & immemorial, ſe não pudera defender *iuxta notata per dictum Anaſtaſ.Germon. dicto libro 3. capite 15.numero 65.*

104 E quando não baſtarão reſoluçoẽs tam verdadeiras, & recebidas de todos commumente para os Militares gozarem do priuilegio do foro, & do canone, como eſtà prouado *ſupra n.* 7. & a bulla de Leaõ 10.as encontrara (*quod minimê dicendum eſt*) eſtâ reuogada expreſſamente por outra de Paulo Terceiro n.170.fol. que alcançou o Meſtre Dom Iorge para de todo ſe auer por nulla, com todas as clauſulas que ſaõ neceſſarias para eſſe effeito, *& ibi etiam ad inſtantiã, ſeu ſupplicationem quorumcumque etiam Portugalliæ Regum &c.* as quais palauras me pareceo referir, porque pode acontecer que algũa peſſoa menos afeicoada às Ordens as cale, porque não fazem a ſeu propoſito, ſendo as que moſtraõ claramente a juſtiça, que ellas tem em a reuogação, que ſe fes do breue de Leaõ 10. E não obſtará dizerſe que eſte breue de Paulo 3. he nullo por não ſer citado o Procurador da Coroa, por razão do direito, que parecia ter acquirido o Senhor Rey Dom Manoel com o dito breue de Leaõ 10. Porque ſe reſponde aduertindo que a conceſſaõ deſte priuilegio foi meramente gracioſo, & pello contrario o priuilegio da exempçaõ do foro, & canone dos Caualleiros lhes foi concedido pella Sancta Sê Apoſtolica em remuneração de muitos ſeruiços feitos a ella & á Igreja, que ſe reputão por titulo oneroſo: nos quaes termos he reſoluçaõ commum de todos os Doctores, que o Principe pode *ad libitum, & ſine cauſa, reuocare priuilegia gratioſa ſine partis citatione, vt per Ciurb. conſ.*

crim. 59. n. 17. & 62. & 63. vers. gratuito, Girond. de priuilegijs n. 584 & sequentibus Ant. Petr. de potest. princip. cap. 24. n. 225. & sequentibus & pello contrario he commum mente recebido, que não pode reuogar os priuilegios, que concede por titulo oneroso, *vt per Ciurb. ex pluribus dicto cons. 59. n. 62. vers. alia verò sunt ob remuneration em seruitorum &c. & notabiliter Ascanio Tamburin. de iure Abbat. disput. 6. quastione 12. n. 9. & sequentibus* deque resulta o priuilegio de Paulo 10. não tem nullidade por não ser ouuido o Procurador da Coroa, & que foi nullo o de Leaõ 10. notoriamente por não serem ouuidos o Mestre, & as Ordens de Sam Tiago, & de Auis aos quais se pretendẽ tirar o dito priuilegio da exempçaõ, que tem do foro, & do canone, os Caualleiros dellas lembrando mais, que o Senhor Rey Dom Manoel procurou a reuogação deste priuilegio como Rey, como se deixa ver da supplica *supra* referida, não declarando a qualidade de ser tambem Mestre da Ordem de Christo, & por tanto lhe não podia prejudicar em seu direito, nem às outras sem serem ouuidas.

105 *Sed videtur obstare* que os priuilegios concedidos aos Reys não costumão os Papas derogar taõ facilmente *iuxta tx. in capite nec aliqui de priuilégijs lib. 6.*

106 *Respondetur enim primo*, que isso se entende, quando estamos em em duuida, porque então naõ se comprehendẽ os Reis. & Principes disposiçoẽs geraes dos Summos Pontifices *ex defectu intentionis* mas se fala nelles expressamente, não ha duuida que tem poder para se reuogar o priuilegio, que lhe concedeo *maximé* quando se alcançou o de Leão 10. com falsa informaçaõ, *vt supra n. 73 cum sequentibus* se mostrou, nos quaes termos, ainda que não fora passado contra a liberdade ecclesiastica, & direito das Ordens Militares, senão podia sustentar.

107 E o de Paulo 3. foi em seu fauor dellas, porque as tornou a seu primeiro estado, & despois não ouue tempo de se prescreuer contra a dita reuogação, nem podia ser, porque quando algum costume, ou estatuto se reuoga por alguma Ley superueniente (*ex eo quod sit contra ius commune*) *eo ipso* fica reuogado todo o outro costume, que depois haja da mesma qualidade, de tal maneira *quod iam nõ potest prascribi ex doctrina Bald. in capite 1. de cap. Cõrad. in principio & in l. dudum n. 2. C. contrah. exemptione & in l. fin. C. depact. pigner. ornat. & cõmendat Iason in l. de quibus n. 8 ff. de leg.*

Sed

108 *Sed ſic eſt*, que eſte coſtume he o meſmo, que ſe reuogou: *ergo nõ poteſt amplius induci.* E tem eſta concluſaõ hum fundamento muy iuſtificado, o qual ſe proua *per tx. in c. 1. de præſcripti. in 6. quando enim ius commune reſiſtit* (como he neſte caſo deque tratamos) *& eſt præſumptio in contrarium, non ſufficit bona fides ad inducendam præſcriptionem, ſed requiritur titulus, aut tempus immemoriale*, mas aqui não ha titulo, porque o breue ficou reuogado, *& non entis nullæ ſunt qualitates l. ex qui in prouincia ff. ſi cert. pet. l. ſi ſeruum 4. §. 1. ibi non poteſt act. emp.* não ha tempo immemorial, que deſpois tiueſſem: *ergo nulla datur præſcriptio cõtra reuocationem Pauli Tertij, quæ nihil aliud eſt, quam iuris communis diſpoſitio*, porque ha por bem que ſem embargo da bulla de Leaõ 10. & da clauſula, que contem que exprimio, & ainda acrecentou com outra *pro expreſsis* os Caualleyros da Ordem de S. Tiago *& per conſequens* os de Chriſto, & Auis, como ſe prouou *ſuprâ n.* 17 gozem de ſeus priuilegios, ainda que não tenhão tença, nẽ mantença da Ordem, & aſsim *in omnem euentum* ceſſão todos os fundamentos em contrario

109 *Facit etiam* que como eſte priuilegio he contra a liberdade eccleſiaſtica *quatenus tales Religioſos, & verê perſonas eccleſiaſticas trahit ad iuditium ſeculare, quod eſt huius priuilegij iniquitas, & ideo irrationabile* nunca o ſenhor Rey Dom Manoel quis vzar delle, ſenão em o que era em ſeu fauor, porque fez ſomente Ley para os Caualleyros do habito de Sam Tiago, & Auis, *ſupra n.* 87. das quaes era Meſtre Dom Iorge por ſegurar mais ſua iuriſdição, & quis que ficaſſem della como não tiueſſẽ da Ordẽ eſtipẽdio cõ o habito, & para a de Chriſto não vzou do priuilegio em todo o tempo que viueo: pello que depois de falecido não podião ſeus ſucceſſores vzar delle em fauor da iuriſdição ſecular, nẽ ẽ a Caſa da Supplicação ſe podia por elle determinar, que os Caualleiros, que não tiueſſem tença, ficaſſem da iuriſdiçaõ ſecular para ſerem iulgados por ella, eſtando prouado o contrario *ſupra n.* 93. *& ſequentibus* & menos ſe podia fazer o aſſento em o juizo da fazenda, deque trata a extrauagante 5. p. l. 14. deque foi tirada a Ord. lib. 2. titulo 11. §. 7. porque não tinha poder para fazer eſta Ley, como largamente eſtâ prouado em todo eſte diſcurſo

110 E poſto que de ordinario ſe não deroguem os priuilegios, q̃ poſſão em contrato concedidos ainda aos Principes ſem juſta cauſa: *hoc intelligendum erit de cæteris, præterquam in iuriſdictionalibus: ita reſoluit Bald. in l. qui ſe patris col. penult. verſ. item conceſsis C. vnde lib. Dec. in c. nouit n. 14. de judic. vbi Aret. col. 3. & Felin. & firmat. Cabr. cõmunium lib. 3. de iure quæſit. nõ tollẽdo cõcluſione 6. n. 22. Ciurb. cõſ. 29. n. 85. & cõſ. 59. n.*

59.n,62.& 63.verbo gratuito iuncto n.17. Quapropter cûm priuilegiũ conceſsum Regi D.Emanueli,vt de criminibus Religioſorũ cognoſcat, tribuat ei iuriſdictionẽ, bene reuocari poſſe dicẽdũ venit, vt factũ fuit pello dito breue de Paul.3.*& per inſtitutionẽ Greg.14.ſupra n.13.Cãbacurt.codẽ n. & Ambroſ.de immunitate eccleſiaſtica in qua reuocãtur omnia priuilegia cõceſſa Principibus ſecularibus cognoſcẽdi de delictis eccleſiaſticarum perſonarũ & n.15.iuncto n.10. Fr.Ant.de Souſa diſput.102.c.26.Dian. de immunitate eccleſiaſt.tractat.1.reſolutio.6.verſ.contrariam ſententiam.*

111 E tambem ſe reuoga o priuilegio, *quando incipit eſſe nociuũ Aret. & Felin.in dicto c.nouit de jud.* & o não podia ſer mais o de que ſe trata *iuxta ſupra reſoluta Mart.de juriſdictione 4 p.Centuria 1.caſu 7.n. 12. & Dian. vbi ſupra reſolutione 57.verſ.his &c.quod procedit & ſi per cõſuetudinem ĩmemoriale obſeruatum ſit*

112 *Et notabiliter reſoluit in terminis Ambr. de immunitate eccleſiaſtica c.18.n.16.* o que procede mais ſem duuida,quãdo o priuilegio foi gratuito *vt late p Ciurb.dicto cõſ.59.n.17.62.& 63.& Mart.vbi ſupra reſ.51*

113 Tambem ficou reuogado pello Breue de Pio 4.n.191.fol. alcançado pello ſenhor Rey Dõ Sebaſtiaõ,de q̃ tratei *ſupra n.25.cũ ſeqq.*

114 E aſsim ſenaõ deue,nẽ pode fazer caſo do breue de Leaõ 10,eſtando tantas vezes derogado,& anullado por breues apoſtolicos,q̃ ſẽpre ſortiraõ effeito,cõ ſe julgar por elles as cauſas dos Caualleiros,& freyres,& paſſados á inſtãcia dos ſenhores Reys deſte Reyno Gouernadores,& perpetuos Adminiſtradores das Ordẽs Militares, como o foraõ tambẽ os de Greg.13.n.186.fol. & de Clem.8.n.183.fol. q̃ comunicaraõ às noſſas Milicias o de Pio 5.q̃ ſecõcedeo á de S Tiago de Caſtella n.193.fol & de nouo lhe confirmou todos os priuilegios,que os exẽptauaõ da juriſdiçam ſecular.

115 E quando *priuilegiũ â pluribus Põtificibus,& Prĩcipibus eſt cõfirmatũ,difficiliùs tollitur Deci.cõſ.165.n.3.Auguſt.Barb.in tractatu de clauſulis clauſula 83.n.25,præſertĩ cũ accedat fauor piæ cauſæ,vel Religionis: iuxta tradita per eundẽ Deci.dicto cõſ.165 n.1.Alex.cõſ.123.n. 16. lib. 4. Marc.Ant.de Mac.deciſione 17.n.6.Valẽçuel.cõſ.79 n.124.& ſeq.Geminatio enĩ manifeſtẽ demõſtrat Principis voluntatẽ l. Balliſta cũ ibi notatis ff. ad Treb.Pariſ.cõſ.94.n.4.vol.2.Crauet.cõſ.102.n.42.Menoch.cõſ.10.n.1. & cõſ.255.n.45.*

116 E com mais razaõ tẽ voſſa Mageſtade obrigaçaõ de guardar eſta exemp-

exempção dos Caualleiros,& de mandar que as Iusticas seculares os remetão a seu Iuiz competente,pois que nesse estado as achou ao tẽpo, que succedeo nestes Reynos, & em o capitulo 12. do memorial das graças,que lhe são concedidas,prometeo, & iurou que nas Ordẽs Militares se não innouaria nada do estado, emque de presẽte estauão.

117 E quanto â eqüiparação, que se faz dos Clerigos de Ordens menores, que não se achão ao tempo da prisão com habito, & tonsura,aos Caualleiros das Ordens Militares, que não tem tença, ou estipendio de algũa dellas.

118 Se responde q̃ se dá muito diuersa razam entre elles,porque conforme ao breue de Pio 2.logo se declarou que nam sendo achados com o habito, & tonsura ao tempo da prisam,que podiam ser castigados conforme aos crimes,que cometesslem atê pena de morte *inclusiuê* como se pode ver das extrauagantes 2. parte titulo 4.l. 5.vers. primeiramente.

119 E ainda nestes termos se o Clerigo *in minoribus* cometer hum delicto, em que lhe nam val o priuilegio do foro, se despois cometer outro leuando habito, & tonsura, nam deixarà de gozar do priuilegio, que somente perdeo em o primeiro crime, de que he acusado *iuxta tradita per Barb.l.Titia n.33. vers. quinimmo ff.solut. matr.* & dá por razam que quando por certa causa *quis priuatur priuilegio Clericali,intelligitur quoad possessionem, non autem quoad proprietatem, ibidem omnino videndus cum ab eo relatis.* E assim se for acusado por hum crime,& tomar conhecimento da causa a Iustiça secular,ainda que em fraude se faça Clerigo, ou Religioso,o nam poderà condenar a iustiça secular mais que em pena de dinheiro, porque fica sendo Iuiz da causa,& nam da pessoa *iuxta notata per Iul.Clar.lib.5.pract. crim. §. fin.quæstione 6.n.43.Barb.ad l.si postea quam n.217.vsque ad 222. ff. de jud.Ciurb.cons.15.n.2.& 40.*

120 E a razam he porque o Clerigo tem dous priuilegios a saber *priuilegium fori,& priuilegium canonis,si quis suadente* 17. & quãdo *propter fraudẽ commissam,vel aliam causam,amittat primum, non tamen amittit priuilegium prædicti canonis,vt tradit Barb. in dicta l.si postea quam n. 221,vers.addendo cũ sequẽtibus* & assim não he boa cõsequencia *priuatur Clericus priuilegio fori:ergo,* foi tambem priuado do priuilegio do canone,*vt resoluunt August.Barb.de officio,& potest. Episcopi allegatione*

tione 12.n.32.Sanch.in ſumma.lib.3.c.13.n.36.& 37.in 2.p.& notab.Carc de benef.2.p.c.2.n.19.verſ. pratereà cum plenè traditis per Anaſt.Cermon de Sacrorum immunit.lib.3 c. 15.n.78.& ſequentibus.

121 E por eſte fundamento ſe o breue de Pio 2. deque trata a extrauagante ſuprá referida n. 118. deque trata Thome Vaz *variarum allegatione 15.n.12.Gabrielius Pereira deciſione 58.n.3.* lhe não tirara tambem o priuilegio do canone aos Clerigos *in minoribus* o não ficaua perdẽdo, poſto que tiueſſem perdido o do foro, & com muito maior razão quando foſſem de ordens ſacras, ou Religioſos, deſpois de ter cometido o delicto: porque neſſe eſtado, poſto que eſtiueſſe preuenta á juriſdiçaõ ao Iuiz ſecular, os não podera condenar mais que em pena de dinheiro, & não em a peſſoa, que he totalmẽte exempta della, *vt tradit Barb.in dicta l. ſi quis poſteà quám n.216.cũ ſequentibus, Farinac.in praxi criminali quaſtione 8.n. 107. Thomé Vas variarum allegatione 17.n.14.probat Ord.lib.2.tt.2.§.3.Valaſc.conſult.48.& ſupra n.119.*

122 Da meſma maneira, ainda em caſo que fora neceſſario aos Caualeyros das Ordens Militares ter tença, ou eſtipendio de alguma delas para gozar do priuilegio do foro, conforme ao dito breue de Leão 10. ſe deuia entender quando foſſem recebidos, & admitidos a alguã das ditas Ordens ſem eſtipendio algum *ibi qui recipiuntur, & admittuntur in Milites n.168 fol.* fazendo a meſma conſideração de ſerem mais ouſados a cometer crimes, com que ſe reſtringio o priuilegio do foro a os clerigos *in minoribus iuxta tradita per Barb.in dicta l.Tuia n.35. verſ.quodammodo per priuilegium datur occaſio delinquendi Thomè Vas variarum allegatione 10.n.3* & que aſsim naõ gozariaõ do priuilegio do foro, que aliâs lhe competia: mas do canone *ſi quis ſuadente*, de que gozaõ, como fica moſtrado *ſupra* n.7. naõ falou palaura, & eſte naõ perdeo, poſto que naõ tiueſſe o do foro: & com muyto maior razaõ fazẽdo profiſſaõ, ainda deſpois de ter cometido o delicto cõforme o q̃ fica reſoluto em os Clerigos *in minoribus* que tomaõ ordens ſacras deſpois de ter perdido o priuilegio do foro, & os leigos, que deſpois de proceder contra elles a Iuſtiça ſecular por algum crime, ſe fazem Clerigos, ou Religioſos *vt tradunt Thomè Vas variarum allegatione 17.n.14. & per totam latiſsime Mart. de iuriſdictione p.4. caſu 121.n.4 & per totam Ord.dicto lib.2 tt.2.§.3.*

123 Quanto mais nam ſendo neceſſario aos Caualleyros das Ordens Militares ter tença, ou eſtipendio da Ordem para gozar com o habito do

to do priuilegiõ do foro *vt supra n.* 96. se mostrou.

124 E em o caso de Fr. Diogo Lopes da Franca se podia menos duuidar desta verdadeira resoluçam, quando foi ja remetido ao Iuiz dos Caualleitos sem ter tença, nem estipendio algum da Ordem em o anno de 622. *supra n.* 17 *fol.* per hum crime de morte, de que foi acusado, & estaua ja nessa posse, que selhe auia de conseruar *iuxta notata per Capic. decisione* 189. *n.* 9. & agora tinha mais em seu fauor ser professo antes de cometer os delictos, porque foi sentenciado, & degolado, & a Comenda que seu pay lhe deixou para ser remetido a seu Iuiz com petẽte ainda que nam estiuesse de posse della como está prouado *supra n.* 96. que he o mesmo que se obserua em os Clerigos, & Bispos que não tẽ mais q̃ o titulo do beneficio *vt supra n.* 96.

125 Nem a tençam de Sua Sanctidade deuia ser outra em o priuilegio que concedeo ao senhor Rey Dom Manoel quando pode mais facilmente restringir por causas justas a exempçam dos Clerigos, q̃ tem a primeira tonsura & ordens menores, que as dos Clerigos de Ordens Sacras, *vt per Farinac. in praxi criminali de inquisitionibus quaestione* 8. *n.* 4. *vers. limita ibi facilius posse &c. Thomê Vas allegatione* 10. *n.* 6. & a nam pode de todo tirar aos Clerigos, & mais Religiosos, que de direito diuino sam tambem exemptos da Iurisdiçaõ secular *Carol. de Graß. de effect. Clericor effectu* 1. *n.* 2. *Barb. ad l. si quis postea quã n.* 217. *& in l.* 1. *art.* 3. *n.* 274 *ff. de jud. Mart. de iurisd.* 2. *p. c.* 6. *&* 4. *p. cẽt.* 1. *casu* 64. *n.* 4. *Iul. Clar. pract. criminalibus* § *fin. quaestione* 36. *n.* 2. *Thomê Vas var. alleg.* 10. *n* 4. E somente podera derogar o priuilegio do foro a alguns, *& quoad aliquas causas. D. Carol. de graß. effect.* 1. *n.* 25. *cum sequentibus Farinac. vbi supra n.* 4. *vers. limita Thom. Vas. allegatione* 10. *n.* 6. *Decian. pract. crim.* 4. *parte ca.* 9. *n.* 66. *Anastas. Germon. de Sacrorũ immunitate lib.* 3. *c.* 15 *n.* 41. *Cou. pract. c.* 31. *n.* 4.

126 E por estas mesmas razoẽs em as causas crimes conforme os DD. allegados em todo este discurso & breue de Pio 4. *supra n.* 25. *& sequentibus* & tambem em as causas ciueis deuem responder os Caualleiros, como pessoas ecclesiasticas diante do seu Iuiz dos Caualleyros *vt patet ex Concilio Tridentino sessione* 25. *c.* 20. *de reformatione auth. Statuimus C. ne Episcop. & Cleric. quôd ex iure humano, & ciuili, & canonico sunt exempti â potestate, & iurisdictione seculari tam in causis ciuilibus, quam in criminalibus* como está prouado *supra n.* 199. *cum sequentibus fol.* *tradit Gabrielius Pereira decisione* 58. *n.* 1. *& sequentibus* & o notou tambem *in* 2. *p. de manu Regia c.* 58. *n.* 26. com as con

 sidera-

siderações, q̃ mostraõ bẽ q̃ não se pode sustentar a Ord. do liuro 2. titulo 12. §. 1. tirada da extrauagante 2. *p. tt.* 3. *l.* 4. *in quo hallucinauit Castro in praxi eccleſiaſt. lib.* 2. *c.* 1. *n.* 12. *nec talis cõſuetudo poteſt admitti ex ſupra reſolutis, & late exornat Molin. de iuſt. & iure tract.* 2. *diſput.* 672. *ad fin.* & para oque sucede cada dia.

127 Se deue considerar que aos Caualleyros, & Comendadores, que saõ Miniſtros nos Tribunaes Reaes, se formão muitas vezes culpas, & se poem contra elles auçaõ, a que poem nome ciuil, dizendo que lhe pedem grandes penas ciuilmente, & que assym podem ser demandados no foro secular, & vossa Magestade lhe costuma nomear Iuizes que não saõ do habito, oque se encontra diretamente com a exemp ção que tem, porque esta pena que se pede, como descende de crime posto que se diga que se pede ciuilmente, sempre he crime conforme a Ordenação lib. 2. titulo 12. §. 1. Porque sò neste Reyno se tem por verdadeira aução ciuil a que trata de refazer a perda recebida no patrimonio como declara a Ord. lib. 3. titulo 18. §. 14. & na pena ciuil do crime o declara a Ord. *lib.* 2. *tt.* 1. §. 4. *ibi* (saluo nos calos crimes assy ciuilmente como criminalmente intentados) logo, nem os Caualleiros, nem Comendadores, que a Ley equipara com os Clerigos conforme a Ord. *codẽ lib.* 2. *tt.* 3. *ibi* (Clerigos beneficiados & Comendadores) podem ser demandados senão diante de seu juiz competente, que he só o dos Caualleyros *iuxta ſupra reſoluta & n.* 210 *fol Ciurba conſ. criminali* 96. *n.* 22.

128 E da mesma maneira saõ exemptos de todos os encargos Reaes & pessoaes como se pode ver dos breues *ſupra* referidos *& per Carol. de graſſ. dicto effectu* 3. *n.* 1. *cũ ſequentibus Surd. conſ.* 301. *lib.* 3. *Bellam. conſ.* 45. *Duenh. regul.* 100. *& n.* 212. *fol.*

129 E tambem ouuera de ser remetido Francisco Pereira com a promessa, que tem de Comenda, & ainda que a não tiuera, a seu juiz cõpetente como fica prouado *ſupra n.* 74. porque o assento que se tomou em o Dezembargo do Paço, he contra as resoluçoẽs referidas & assy deue sua Magestade ser seruido de mandar que não se guarde nem tenha effeito.

130 E que tambem Frei Ascenso de Siqueira seja remetido ao Iuiz dos Caualleyros, pois que he professo, & tem promessa de tença de vinte mil reis com o habito de Christo, & naõ pode a Iustica secular

tomar

tomãr conhecimento das culpas, que lhe achou o Doutor Ioão de Meſquita,& porque o tem prezo em a Corte de Madrid em a deuaſſa,que foi tirar à Cidade de Eluas com prouiſaõ da Meſa da Conſciencia,& Ordens,que lhe não deu mays poder,que para deuaſſar dos Caualleiros,que achaſſe culpados,& os remeter ao Iuiz dos Caualleyros como a ſeu Iuis priuatiuamente competente conforme a diffiniçaõ da Ordem de Chriſto 3.p.tt.6.§.3.& tt.3.§.1.& voſſa Mageſtade como vſa deſta juriſdição,que he ecclesiaſtica como Gouernador,& perpetuo Adminiſtrador, & he Prelado,eſtã obrigado a guardar os termos de direito canonico,*vt reſoluit Cabed.ex pluribus deciſione 61.per totam Gabr.Pereyra á Caſtro deciſione 58.n.7.*

131 E não he contra eſta reſolução a diffinição da Ordem de Chriſto 3.parte tt.6.em quanto diz que faça voſſa Mageſtade mercê à Ordẽ de mandar impetrar breue para que todas as peſſoas da Ordem, poſto que não tenhão tença, nem mantença, gozem do priuilegio do foro,porque preſuppondo que ſam verdadeiramente Religioſos em o meſmo titulo, & em à primeira parte titulo 6.& na 2.titulo 35.§.3. ainda que nam tenham tença,nem eſtipendio da Ordem bem ſe deixa ver,que nam ham miſter noua graça para gozar do priuilegio do foro,porq̃ tem eſſe conforme ao que fica prouado,*& fruſtra precibus impetramus quod iure communi conceditur*, & pello reſpeito que deuia ter o diffinitorio à Ord.lib.2.tt.12,§.2.por ſe remeter ao Breue de Leaõ 10.lhe pareceo que era neceſſario hauer outro para o derogar quando não tinha poder para o fazer ſem voſſa Mageſtade lhe dar licença para iſſo:mayormente quando os que aſsiſtiraõ em as diffinições,que forão o Conde de Sancta Cruz,o Claueyro Dom Aluaro da Sylueira.Dom Frei Gonçalo Coutinho,Fr.Simão da Cunha de Mendoça, Fr. Dom Diogo de Menezes, Frei Ruy da Sylua, o Conde da Atalaya,o Conde de Faro,o Conde de Atougia Frei Ioaõ Furtado de Mendoça,Frei Dom Pedro da Cunha. Poſto que Caualeyros da ordem,& peſſoas de tanta qualidade,& partes,não tinhaõ obrigação de alcançar ſe aquella clauſula podia ſer,não ſendo Letrados,de algũ prejuizo à ordem,que Realmente não importa, *& quia inducta ad augmentum non operantur diminutionem.*

132 E ſobre tudo lembro a voſſa Mageſtade que a Ord.do Reyno lib 2.tt.12.§.2.foi tirada das extrauagantes 2.p.tt.3.l.1.aqual não fala mais que em as Ordens de Sam Tiago,& Auiz,& aſsim ſe não podia eſtẽder á de Chriſto eſtando exempta da iuriſdição ſecular pella Ley q̃ fez

fez o senhor Rey Dom Manoel n.167.fol. & costume sempre obseruado de responderem nas causas crimes da Ordem de Christo diante do Iuiz dos Caualleyros. Nem consta que os Dezembargadores do Paço, a que vossa Magestade cometeo a reformação das Ordenaçoẽs antigas para fazer esta noua recopilaçaõ tiuessem poder mais que para juntar a ellas as Leys que forão feitas em tempo do senhor Rey Dom Manoel, como se pode ver de duas prouisoẽs assinadas pella Real mão de vossa Magestade, que andão em o principio da Ord. huma feita a sinco do mes de Iulho de 1595. & a outra a 11. de Ianeiro de 1603. que he o tempo em que se começarão a praticar pello que excedendo o mandado de vossa Magestade, em que lhe deu certa forma do que auião de fazer, não podiaõ hir contra ella, nem prejudicar ao direito da Ordem porque se vossa Magestade fora seruido de outra cousa o declarara em a comissão, que lhe fes *iuxta l. vnica §. sin autem ad deficientis C. de caduc. tollend. Cravet. cons. 6. n. 97. & ex l. non dubium C. de legib. Roland. cons. 29. n. 22. l. 4* & o que vossa Magestade não disse, não podiaõ elles dizer, nem fazer *ex tx in l. si seruũ §. non dixit præter ff. de acquirend. hæred. l. illam Cod. de collat. Marc. Anton. Eugen. cons. 76. n. 169.* Pello que sendo o dito §. 2. expressamente contra a dita Ley primeira porque não trata da Ordẽ de Christo, nẽ a comprehẽde, & encontra a que vay n. 167. fol. do senhor Rey Dom Manoel, breue de Pio 4. das tres instancias, & os mais referidos não se pode guardar, nem estar por elle porque he nullo por defeito de poder, que não tinhão *iuxta reg. l. diligenter ff. mand. Marsil singulari 265. n. 1. l 3. & 4 ff. mandat. Menoch. lib. 2. de arbitrarijs casu 271. n. 3* principalmente em materia penal exorbitante, & odioza *tx & D D. in auth. quas actiones Cod. de Sacrosanct. eccles. Cou. lib. 1. variarum cap. 11. n. 5. Menoch. de arbitrarijs casu. 276. n. 22.*

133 As quaes razoẽs concluem hauerem de ser remetidas as causas crimes dos Caualleiros das Ordens Militares ao seu juiz, ainda que não tenhão Comenda, tença, ou estipendio da Ordem conforme ao breue de Pio 4. das tres instancias, & o mais, que fica dito, & com mayor razaõ quando vossa Magestade lhes fas merce do habito com promessa de Comenda, tença, ou mantença, por qualquer via, que seja, porque não estando por elles não dar vossa Magestade comprimento á dita promessa, não se lhes pode imputar culpa, & se hade hauer para o caso da remissaõ, como se tiuera effeito a dita merce conforme as regras ordinarias de direito: ficando a vossa Magestade sempre obrigação de comprir a promessa feita em remunera-

çam

ção de merecimentos, & deue ser seruido que nesta conformidade se remetão as culpas dos Caualleyros a seu juiz competente, sem embargo da Ord. lib. 2. tt. 12. §. 2. & não obstante o breue de Leão 10. em q̃ ella se funda, que naõ pode ter lugar pellos fundamentos que largamente estam apontados. O qual ainda, que naõ tiuera tantos defeitos para se não fazer caso delle, tem cessado de todo a razão do dolo, & fraude dos que tomauam o habito contentandosse sô com seu patrimonio para gozar dos priuilegios das Ordens: cõ a vnião dos Mestrados in perpetuum á Coroa quando está em mão de vossa Magestade euitar o damno q̃ obrigou ao senhor Rey Dom Manoel impetrar a dita graça. E assym esperamos esta merce da grãdeza, & Catholico zelo de vossa Magestade para se atalharem tantos males, & escrupulos.

Dom Carlos de Noronha.

PRIMEIRA PARTE DIFFINIÇOẽS DA ORDEM DE CHRISTO.

134 ITEM porque o começo de toda las ordens, hê filhar os Nouiços, & fazer a profiſſam, Defenimos, & ordenamos, que no receber dos ditos Nouiços ſe guarde eſta maneira.

CAP. VIII. das peſſoas que deuem ſer recebidas á Ordem.

135 ITEM o Caualleiro, que hade ſer recebido por freire pera auer Comenda, & poder ſer Meſtre, deue ſer homem fidalgo, ou bem criado, que ſeja Caualleiro, ou Eſcudeiro conhecido por bom, & que paſſe de idade de 15. annos ao menos, & que não paſſe de 50. annos, em tal maneira que por menos de idade, nem per grande idade non leixe de fazer ſeruiço a Deos, & á Ordem em feito de cauallaria pera que foi eſtabelecido, & o homem, que for alejado, ou deſpoſasado, que nã o poſſa filhar armas, poſto que ſeja de idade, non ſeja recebido na Ordem.

CAP. IX. que o Meſtre com conſelho de alguns dos Comendadores, quem ſua caſa eſtiuerem deue receber á Ordem.

136 ITEM quando o Meſtre os taes filhar pera Caualleiros, & Comendadores, poſto que ſeiam pertencentes pera ello como dito he deueo de fazer, tomãdo conſelho dalguns dos Caualleiros, & Comendadores, que á quelle tempo em ſua caza eſtiuerem.

CAP. X. que oque deue ſer recebido, deue ſer primeiro Caualleiro.

137 ITEM ſe aquelle, que aſsi for eleito pera Freire, Comendador ainda no for Caualleiro, deueo primeiro de ſer, ante que entre na Ordem, & depois lancelhe o habito, porque depois que o tiuer he douida ſe o pode ſer.

CAP. XI. da maneira emque se lançará o habito.

138 ITEM diffinimos,& ordenamos,que quando o Mestre quizer lãçar o habito a algum Caualleiro, que seja pera Comendador se tenha esta maneira.s.deuesse assentar no Cabido,ou em outro lugar honesto,quando non estiuer no Conuento em sua seeda de praça,& Dom Prior na sua seda,se hi for, & todollos outros Caualleiros,& Freires que hi se acertarem ham de estar em seus bancos per suas ancianidades,& vestidos todos ẽ seus mãos brãcos,cõ suas Cruzes,& o que manto branco non tiuer no estê hi no Cabido,& o Mestre o constranga, que o tenha dhi em diante.

CAP. XII. do modo,emque virâ o Nouiço â Ordem.

139 ITEM o mestre,& Dom Prior,& Caualleyros assi assentados hi ram dous Caualleyros pello Nouiço, que quer vir à Ordem, & vestirlheam seu bentinho sem ser bento,por quanto quando fizer profissaõ,selhe ha de benzer, & viram com elle ante o Mestre, & lançarseham de bruços ante elle em terra,& o Mestre lhe perguntarà:que demandaes?E elles lhe respõderão:a Misericordia de Deos,& ajuda de vos outros todos.E o Mestre lhe diga entam que se leuante, & como for leuantado,façalhe ler as asperezas da Ordem. s. façalhe pregunta o Mestre,ou quem elle manda se he homem de fora da ley ou se he seruo,ou Mordomo,ou Almoxarife dalgum senhor,que seja obrigado de dar conta? ou deue à alguem alguma couza, ou contia, que non possa pagar? ou se entrou em outra Ordem? ou se prometeu romaria â Caza Sancta de Ierusalem,ou Roma? porque o que ha de entrar nesta Ordem, ha de vir forro, & liure de todas estas cousas *& ha de amar pobreza, & castidade,& ser obediente a seu Mestre*, & non ter em si querer, ou non querer, seno o que lhe mandar seu Mestre,& sua Ordem,& que non deue de entrar nesta Ordem com preitizia dizendo:esto me daram: mas deueo de fazer per seruiço de Deos,& encomendarse a elle,& em esperança de seu Mestre de prouer na Ordem segundo que virem que o merece,& mais lhe ham de dizer que quando quizer folgar,dirlheam que trabalhe nos trabalhos da guerra per seruiço de Deos,& defensa de sua terra,& da sua Ordẽ & quando quizer comer, que o mandaram jeiuar, & quando quizer jeiuar mandaloão comer, assi que nenhuma cousa hade ser em sua vontade,& se disser que de todo esto he liure,& que entende todo soportar,então lhe dirâ o Mestre,que o ha por recebido á Ordem,& q̃

no tem-

no tempo,que estiuer na Ordem, ante que faça a profissaõ se enformará no que manda fazer sua Ordem assi de jeiuns, como de rezar, & assi nas regras della:& entom lhe diram que pode estar hum anno,& hum dia,sem ser professo da Ordem,& ante deste tempo se pode sair da Ordem,se quizer,ou a Ordem o engeitar se vir,que non he pertencente pera ello,& não lhe daram Comenda, nem tença nem estarà em Cabido,ante que faça profissaõ,& porem se ao Mestre prouuer com acordo dos Caualleyros, que hi estiuerem, pode tomar a profissaõ ante do tempo,quando por bem tiuer segundo o conhecimento que tiuer do dito Caualleiro. Pero porque muitas vezes o Mestre comete o lançar dos habitos a Dom Prior do Conuento,diffinimos,& mandamos,que em cazo, que o Nouiço queira logo fazer profissaõ ante do anno,& dia da prouação o dito Dom Prior, ou quem o receber por authoridade do Mestre lha non receba sem seu especial mandado.

CAP. XIII. de como se hade fazer a profissam.

140 ITEM quando ouuer de fazer a profissão o Caualleyro assentarsehà o Mestre,& Dom Prior,& Comendadores em seus assentos segundo que se ha de fazer quando lhe lançam o habito,& vira o Nouiço,& dous Caualleiros com elle,vestidos em seus mantos brãcos com sua cruz,& bentinho,& assentarseham em giolhos ante o Mestre,ou ante aquelle,que por seu mandado lhe puder tomar a profissaõ,& diraõ as palauras,que disserão a outra ves.s. perguntarlhe há o Mestre:q̃ demandaes?elles lhe responderão: a misericordia de Deos,& ajuda de vos outros todos:as quais assi ditas o Mestre lhe dirá: que elle he recebido à Ordem ha tanto tempo, no qual elle podia auer conhecimento della, porem, que elle estarà forro, & sem nenhuã obrigação,& selhe prouuer de leixar a Ordem, que o pode fazer, & se prouuer de ser freire,que elle, & os Caualleiros da Ordem por o conhecerem,por bom lhe praz de o receber a ella por irmão, se elle disser que lhe praz,tomelhe o Mestre as mãos antre as suas estando o Caualleiro em jiolhos ante elle, & diga nomeandosse por seu nome.

Eu Frei Foaõ Caualleiro me praz de entrar nesta Ordem de nosso Senhor Iesu Christo,& faço a Deos, & a vós profissão de bem, & obediencia atê minha morte,& aos outros Mestres,que depois vierem em minha vida,& o Mestre o beija na face & assi fiqua professo.

E entom feito assi o bentinho,& o manto branco, & a Cruz, que nelle

nelle trouxer lhe sera tirado com a oraçam, de *Exuat te Dominus* em que a diante serà toda declarada, & depois de bento per Dom Prior ou quem seu carrego tiuer lho tornara o Mestre alançar dizendo *Induo te &c.* como adiante esta oraçam serà de todo escrita. E depois de todo assi feito lhe dirâ o dito Prior, ou quem seu carrego tiuer, as outras orações nos vsos contheudas que a diante seram escritas.

CAP. XIIII. de como se pode sair da Ordem.

141 ITEM ante que faça profissão o Nouiço, se pode saír da Ordem sem obrigaçam della, & o Mestre o leixar & tirarlhe o habito, & & tambem o Mestre o pode tirar da Ordem, se vir que pera elle non he pertencente: & porẽ passante o anno, & dia nõ fazẽdo profiſ. sam, elle pode leixar este habito, mas fica profesſo quanto a Deos, por que hade viuer em regra tam estreita, como esta, ou mais, & non mais larga. & o Mestre posto que passe o anno, & dia, como dito he, de non fazer profissam, lhe pode tirar o habito, se entender que non he professo na Ordem, & isto com acordo do Comendador môr, & dos Comendadores, que em sua casa estiuerem, & fora o habito, vão buscar outra Ordẽ, em que viua, aqual he tão estreita, ou mais q̃ esta.

CAP. XV. como non pode leixar a Ordem feita profiſſam.

142 ITEM se fizer profissam non pode leixar esta Ordem por outra nenhuma sem licença do Mestre, & posto que lha dé, & non se pode hir seno per outra tam estreita, ou mais, & o Mestre o non pode tirar fora, sem seu prazimento, feita a dita profissam, *& he teudo mantelo na dita Ordem segundo que for rezão, & o que merecer, saluo sequando elle na Ordem entrou se contentou de seu patrimonio.*

CAP. XVIII. que o Mestre poderà deitar o habito da Ordem, estando fora.

143 ITEM se o Mestre for fora destes Reynos de Portugal lá onde est tiuer pode deitar o habito, & tomar a profissam, aos Caualleiros, & tambem pode dar lugar a outro Caualleiro da Ordem que o pos sa lançar a alguns, & filhar a profissam em seu nome, posto que esté fora da terra.

CAP.

CAP. XIX. que quando o Meſtre non pode lançar o habito, & tomar profiſſam, o cometa a outrem.

144 ITEM quando o Meſtre non poder lançar o habito, & tomar a profiſſam, ao Caualleiro, por alguma razão, que lhe pareça razoado, deue de mandar a Dom Prior, ou ao Comendador môr, ou a ſanchriſtão da Caza, ou a outro Caualleiro, que quando eſtes ahi non eſtiuerem, ſendo elle pertencente pera ello que a tome por elle na forma antes eſcrita.

COPIA.

145 DIZ Franciſco Pereira da Sylua, Caualleiro profeſſo da Ordẽ de Chriſto, que Leonel de Abreu, & ſua filha Dona Franciſca da Sylua, deraõ huã querella delle, diante do Corregedor do Crime da Cidade do Porto, da qual tendo noticia tirou aduocatoria do Iuiz dos Caualleiros das Ordens Militares. & ſendo prezentado ao dito Corregedor impugnaraõ as partes o comprimento della, com embargos, emque deduziraõ: que naõ tinha com o habito Comenda, nem tença, & vendoſſe em Relaçaõ, eſtando preſente o Procurador da Coroa, foi ſentenciado, por ſeis Dezembargadores, que o ſuplicante gozaua do priuilegio do foro, porque baſtaua para iſſo *tomar o habito com huã promeſſa de Comenda de cento, & ſeſenta mil reis:* E ſe remeteraõ os autos ao Iuiz dos Caualleiros, como a ſeu Iuiz competente, diante do qual ſe apreſentou com a carta de ſeguro, que lhe mandou paſſar: & foraõ as partes citadas; as quaes tornaraõ a tratar dos meſmos embargos, em o ſeu Iuizo, & ſem embargo delles, ſe pronunciou por Iuiz competente, do qual deſpacho ſe agrauaraõ para o Iuizo da Coroa, onde tornaraõ a allegar a meſma materia, & foraõ prouidos em o dito agrauo, & paſſandoſſe carta para o Iuiz dos Caualleiros, com a repoſta que deu, & Breues Apoſtolicos, que ſe aiuntaraõ: ſe julgou que, conforme a direito, gozaua o ſuplicante do priuilegio do foro: com ter promeſſa de Comenda com o habito, como por outras muitas vezes ſe tem julgado, em caſos ſemelhantes, & mandaraõ que a cauſa ſe remeteſſe outra vez ao Iuiz dos Caualleiros achandoſſe ao deſpacho preſente o Procurador da Coroa, com a qual determinação *ficou o ſuplicante tendo tres ſentenças em ſeu fauor* E tornando as partes a vir com embargos da meſma materia diſcutida, & reſoluta, que ia lhe naõ foraõ recebidos, deque naõ podiaõ conhecer ſenaõ os meſmos Iuizes, que deraõ a ſentença, conforme

â Ordenação lib.1.tt.1.§.24. nem o Regedor podia nomear outros, saluo constando de ausencia,ou impedimento,& esse quer o direito, & estyllo q̃ não seia momẽtaneo:mas de qualidade que não se possa remouer facilmente:toda via cõtra a disposição da dita Ord.& estyllo de Iustiça inuiolauel, sendo hum dos Iuizes certos o Doctor Agostinho da Cunha Villasboas, estando na Cidade, sem impedimento algum,continuando todos os dias antes, & despois na Relação,huma menhãa,que faltou nella;nomeou logo no feito o Regedor outros Iuizes, os quaes o despacharão logo, sem o hauer visto recebendo os embargos,& hauendoos por proua dos:reuogando a sẽtença,que na conformidade das outras duas, com tão pleno conhecimento da causa,se hauia dado,& passandosse ordem conforme ao estyllo para que o Iuyz dos Caualleyros,& o da Coroa,com o Procurador della fossem ao Dezembargo do Paço para se tomar assento sobre a materia,& sendo todos ouuidos,empataraõ os votos;comque foi necessario pedirse Adiunto ao Gouerno,que nomeou quinto Iuiz & tornandosse a ver o negocio, se resolueo, que as cartas estauão bẽ passadas,& que o Iuiz dos Caualleyros as deuia comprir,& por quãto com o dito assento tomado se fes notauel agrauo ao suplicante por lhe tocar o priuilegio de seu foro contra Breues Apostolicos,diffiniçoẽs da Ordem de Christo terceira parte tt.3.§.1.& § 2. & disposição de direito authorisada com tantas sentenças, nos mesmos termos dadas em fauor de outros Caualleyros todas as vezes,que se offerecer causa semelhante & capitulo do regimento da Mesa da Consciẽcia,dequefas mẽção Phebos,2 p.decis. Aresto 154 in vers.& porq̃ sou informado,& ser este priuilegio o premio, & remuneração, que vossa Magestade lhe tem dado por hauer estado em Africa tres annos, com grande despesa em seu Real seruiço, & não lhe auer vossa Magestade até agora feito merce da Comenda, que lhe prometeo, naõ estando por elle:naõ lhe deue preiudicar, porque a tẽçaõ de vossa Magestade he fazer merce a seus vassalos com effeito,que basta para se satisfazer ao que dispoem a Ord.do liuro 2.tt.12.§ 2. & ficar gozando do priuilegio do foro.

Pede a vossa Magestade,que hauendo a tudo respeito seja seruido de mandar que o dito assento do Paço se naõ guarde, & que a causa delle suplicãte seia remetida ao Iuiz dos Caualeyros das Ordẽs Militares,aquem priuatiuamente toca o conhecimento delle, conforme a direyto,& breues das tres instancias,em que saõ fundadas as diffiniçoẽs alegadas & R.M.

COPIA

Em carta de Sua Magestade de 31 de Mayo de 634.

146 DEpois de ter dado a ordem, que hauereis entendido, em repoſ
ta de huã conſulta, que o Deſembargo do Paço me fez, ſobre
a deuaſſa que o Dezembargador Ioão de Meſquita tirou em
Eluas, ſe recebeo o papel, que o Biſpo da Guarda me enuiou, & vay
neſte deſpacho, em que aponta os fundamentos, & razoens de direi-
to, que ha, para os Comendadores, & Caualleiros do habito, ainda q̃
não poſſuaõ Comendas, nem tenças, hauerem de gozar do priuilegio
da izenção do foro, não obſtante a Ordenação, que ha em contrario,
E porque eſta materia he muy digna de ſe ver com toda a ponderaçã-
ção, & que huma vez ſe tome aſſento nella, vos encomendo, & en-
carrego, que façaes ver o papel, aſsy na Meſa da Conſciencia, como
no Dezẽbargo do Paço, & que aquelles Tribunaes, faça cada hum
conſulta dos fundamentos, que tiuerem, com o que lhes parecer ſe
deue guardar: & ſobre tudo vereis as conſultas, & mais pareceres, que
ſe uos derem na materia, & me enuiareis tudo com o voſſo. E porq̃
por parte de Franciſco Pereira da Silua ſe me deu tambem a petição
que hirá cõ eſta carta, em que pede ſe remeta ao Iuiz dos Caualleiros
ros a cauſa de que trata, ordenareis que ſe veja iuntamente com o di
to papel, & ſe tome reſolução, para eſte, & os mais negocios deſta
qualidade, que ao diante ſe podem oferecer. *Phelipe de Meſquita.*

EL REY.

147 PRESIDENTE, y los del mi Conſeio ſabed, que por parte
de las Ordenes Militares del Reyno de Portugal, ſeme ha ſupli
cado, tenga por bien, y mande, que en eſtos Reynos ſe les aya
de guardar, y guarden los priuilegios, y prerogatiuas, que tocan a los
Caualleros dellas, por Breues de los Summos Pontifices, y por cedu-
las deſpachadas por los Reyes de, Portugal mis progenitores, en la
forma que ſe guardá en aquel Reyno alos Caualleros delas Ordenes
Militares de Caſtilla, y auiendo mandado hazer vna Iunta de Miniſ-
tros de ambas Coronas, y platicadoſſe en ella la materia, con parti-
cular atencion, y conmigo conſultado, he reſuelto, y tenido por bien
que alos Caualleros delas Ordenes Militares de Portugal: *ſe les guar
den en eſtos Reinos*, ſus priuilegios, y inmunidades de la miſma mane-
ra, que ſe han guardado, y guardan a los de aqui, y que en los caſos,
y de la forma que eſtos pueden nombrar Iuez Conſeruador para ſus

negocios,le nombren tambien los de Portugal:y trauada la competencia,ante el Iuez Conseruador,y las Iusticias seglares,de lo que el pronunciare,se lleue,por via de fuerça,al mi Cõsejo,y se vea en la Sala del Gouierno:en la forma que lo haze en las cauzas de los Caualleros de Castilla,sin diferencia ninguna:y en las materias que se declarare que el Conseruador no haze fuerça,en cuya consequencia,se han de remitir a su fuero los Caualleros:y porque seria de mucho preiuyzio el remetirlos a Portugal,en daño de las partes interessadas,en estos Reynos enestos cazos ayan de conocer,y conoscan de sus causas,siendo Iuezes de ellas los que en el Consejo de Portugal,que aqui residen huuiere con habitos de qualquiera de las Ordenes Militares,de aquel Reino;para lo qual siendo necessario se pedirá Breue a su Sanctidad, con que en los cazos,que sucedieren en esta mi Corte sobre si el Conseruador haze fuerça,ono,hade conocer el mi Consejo de Iusticia,y en los que sucedieren,fuera de la Corte,la Chancilleria,en cuyo districto huuiere sucedido.I en los casos,que se declarare que no haze fuerça,han de conocer los Conseieros del Consejo de Portugal,que tuuieren habito de las Ordenes Militares de aquel Reyno,*solos*,ó *nõbrando dos Ancianos* de la Orden,de que fuere el Cauallero delinquente;y de la sentencia,que dieren se pueda suplicar,y suplique,*para ante my,y se traerá* Breue remetido a vno de los mismos Conseieros de Portugal,como se ha hecho,y haze en las apelaciones de las causas criminales de las Ordenes de Castilla.Todo lo qual tengo por bien,y es mi voluntad se guarde,cumpla,y execute, segun,y como,y de la manera,que en esta mi cedula se contiene,sin exceder en cosa alguna fecha en Zaragoça a diez y seis dias del mez de Enero,de mil,y seiscentos,y veinte y seis años IO ELREY Por mandado del Rey nuestro Señor Don Sebastian de Con. creras.

Copiá

Copia do Capitulo 49. do Regimento da Meſa da Conſciencia & Ordens.

148 E Porque ſou informado, que alguns Caualleiros das Ordens Militares, cuios liuramentos dos caſos crimes pertencem ao Iuizo das Ordens, que para iſſo tenho ordenado, mouidos de ſeus reſpeitos, ſe deixão liurar perante as Iuſtiças ſeculares, deixando de vir com exceição para ſerem remetidos ao ſeu Iuiz competente, & deſpois, ſelhes não vem bem eſtarem pellas ſentenças dadas pellas Iuſtiças ſeculares, vzão de embargos de nullidades, fundados em que ſaõ izentos da Iuriſdição ſecular: o que he em grande prejuizo da Iuſtiça ſecular, & da Iurdição das ditas Ordens: para ſe atalharem eſtes, & outros inconuenientes, como *Rey, & ſenhor, ouue por bem de fazer huá Ley, pella qual ordeno, & mando ás Iuſtiças ſeculares, de qualquer qualidade que forem*, não tomem conhecimento das culpas dos Caualleiros, que tiuerem qualquer dos habitos das tres Ordens Militares, poſto que nellas conſintão ſob as penas na dita Ley declaradas: & como Gouernador, & perpetuo Adminiſtrador, que ſou das ditas Ordens: hey por bem, & mando, que as Iuſtiças ſeculares poſſaõ prender os Caualleiros das ditas tres Ordens, achandoos em fragrante delicto, ou tendo delles culpas de caſos graues, & eſcandaloſos, & com declaração, que em hum caſo, ou outro, os remetão logo ſem dilação alguma ao Iuis dos Caualleiros, que reſide na Corte, com todos os autos da prizão, & culpas, que delles tiuerem: poſto que elles lho não requeirão, & a prizão ſerà na forma das Ordenaçoẽs do Reyno, & o que niſſo ſe deſpender, ſerâ á cuſta da fazenda dos ditos Caualleiros, & no que ſe montou ſomente poderaõ fazer execuçaõ nella.

Copia do Capitulo 48. do Regimento do meſmo Tribunal.

149 E Declaro, uqe os perdões dos caſos crimes dos Freires, Caualleiros, & Comendadores das tres Ordens Militares, por ſerem da juriſdição eccleſiaſtica, pertencem amy, como Gouernador, & perpetuo Adminiſtrador das ditas Ordens, & não pertencem às minhas Iuſtiças ſeculares, que eu ponho neſtes meus Reynos, como Rey, & Senhor.

Copia da parte do Capitulo 28. do meſmo Regimento que trata do Cartorio.

149 EAſsy as das outras Ordens Militares defora deſtes Reynos, de-
que as ditas Ordens, & peſſoas dellas podem participar, & co-
municar.

Breue da diſpenſação para poderem caſar os Caualleiros das Ordens de Chriſto, & Auis, ficando em ſeu vigor as Religioens alcançadà à inſtancia do Senhor Rey Dom Manoel.

150 ALEXANDER Epiſcopus ſeruus ſeruorum Dei. Ad perpe-
tuam rei memoriam. Romani Pontificis Sacri Apoſtolatus miniſterio, ordinatione Diuina, præſidentis in hoc potiſsimũ verſatur intentio, vt Sacrorum canonum decreta ſeruentur, & iuxta illorum traditionem, quantum fieri poteſt, ſingula dirigantur. Occurrunt tamen ſępenumero temporum neceſsitates, & cauſæ, in quibus illorum rigorem ſolitę benignitatis gratia cogitur moderari, vnde re prehenſione careat oportet, ſi iuxta diuerſitates rerum, perſonarum, & negotiorum, neceſsitate ſuadente, tradita ſibi in Beato Petro poteſtatis plenitudine, rigorem iuris Apoſtolicæ manſuetudinis temperat ſuauitate. Sanè pro parte chariſsimi in Chriſto filij noſtri Emmanuelis Portugaliæ, & Algarbiorum Regis Illuſtris nobis nuper exhibita petitio continebat, quòd in Regnis prædictis, in quibus Militiæ Ieſu Chriſti, & de Auis Ciſtercienſis Ordinis pro infidelium expugnatione, & depreſsione ad militandum contra eos ab eorum primæua fundatione inſtitutę fore noſcuntur, Milites dictarum Militiarum pro maiori parte continentiæ & caſtitatis voto, quod in eorum profeſsione emittunt, contempto, concubinas etiam plures, & in eorum, ac Pręceptoriarum, & Prioratuum dictarum Militiarum proprijs domibus, & locis, non ſine magno Religionis opprobrio, publice tenere, & eis cohabitare, ac etiam adulteria cum alijs mulieribus coniugatis committere non verentur, ex quo ab eorumdem Regnorum incolis, & habitatoribus maximo odio habentur, diſſentiones, & inimicitiæ oriuntur, diuerſa ſcandala quotidie concitantur, ac non parua Militum eorundem imminent pericula animarum. Verum ſi ſtatueretur, & ordinaretur quòd de inceps, perpetuis futuris temporibus, in dictis Militijs profiteri volentes profeſsionem ſolitam, & quoad continentię votum, matrimonialem, prout Milites Militię Sancti Iacobi

cobi de Spata Ordinis Sancti Augustini emittunt, emittere debent,& ad eorum instar matrimonium contrahere possent, ex hoc profectó incontinentię,& adulterijs, odijs, dissensionibus, inimicitijs,scandalis,& animarum periculis huiusmodi obuiaretur: ac multi nobiles Regnorum eorundem, qui Militijs prædictis aduersùs ipsos infideles plurimum vtiles, & fructuosi essent, videntes se matrimonium contrahere posse,ad profitendum in dictis Militijs inducerentur; ac quam plures nobiles mulieres,quę cum difficultate nuptui tradi possunt, cum eisdem Militibus possent matrimonio collocari: quod ad maximam incolarum Regnorum eorundem consolationẽ cederet pariter,& quietem. Quare pro parte, tam prędicti Emanuelis Regis, qui dictæ Militię Iesu Christi in temporalibus per Sedem Apostolicam Administrator,seu Gubernator deputatus existit,quàm dilectorum filiorum vniuersorum Priorum,Prœceptorum,& Militũ dictarum Iesu Christi,& de Auis Militiarum,maxima cum instantia, & sępenumerò, nobis fuit humiliter supplicatum, vt in præmissis opportunè prouidere de benignitate Apostolica dignaremur. Nos igitur,qui animarum periculis,ac scandalis,& dissentionibus, ne eueniant,quantum cum Deo possumus,libenter obuiamus,attendentes quòd Dominus noster Iesus Christus Beato Petro Apostolo, cuius vices,meritis licet imparibus,tenemus in terris,nunquam tantam tribuisset potestatem, vt diceret: quodcumque ligaueris super terram, erit ligatum, & in cælis, & quodcumque solueris super terram, erit solutum,& in cælis,nisi ipsum Petrum,& eius successores ea potestate aliquando vti oportere iudicasset: ex præmissis, & certis alijs nobis expositis causis,facta etiam super hoc per venerabilem fratrem nostrum Georgium Episcopum Albanensem Cardinalem Vlixbonensem nuncupatum, de ipso Portugalliæ Regno oriundum, in Sacra Theologia peritissimum, ac in magnis, & arduis rebus longa experientia comprobatum, vitæque exemplaris, & morum honestate decorum,alijsque virtutum donis, quę in eo Diuina propagauit clemencia,multipliciter insignitum,asserentem se de hoc plurimum informatum esse,ac ita in Regnis prædictis omnino expedire,idque etiam dudum antea cum fœlicis recordationis Sixto Quarto,& Innocentio Octauo Romanis Pontificibus prędecessoribus nostris, dum in humanis agebant, concluisse,qui morte præuenti ad finalem expeditionem deuenire nequiuerunt,nobis relatione fideli,huius instãtissimis suplicationibus inclinati,& rationibus, & causis prædictis inducti, quôd de inceps perpetuis futuris temporibus in dictis Iesu Christi,& de Auis Militijs profiteri volentes solitam, & *quo ad continentiæ*

nentiæ votum, matrimonialem, prout Milites Militiæ Sancti Iacobi de Spata huiuſmodi emittunt, profeſsionem emittere debeant, & ad eorum inſtar matrimonium, non aliâs tamen, ritè contrahere, & in eo poſtquam contractum fuerit, remanere libere, ac licitè poſsint, authoritate Apoſtolica, & ex certa ſciencia, ac de Apoſtolicę poteſtatis plenitudine, tenore præſentium, ſtatuimus pariter, & ordinamus, ac cum eis ſuper hoc diſpenſamus: prolem ex huiuſmodi matrimonijs ſuſcipiendam legitimam nunciantes: *firmis tamen in reliquis inſtitutis dictarum Ieſu Chriſti, & Auis Militiarum omnino remanentibus.* Non obſtantibus prędmiſsis, ac conſtitutionibus, & ordinationibus Apoſtolicis, ſtatutis quoque, & conſuetudinibus, ſtabilimentis, vſibus, & naturis earundem Ieſu Chriſti, & de Auis Militiarum iuramento, confirmatione Apoſtolica, vel quauis firmitate alia roboratis, priuilegijs quoque, & indultis Apoſtolicis illis, ſub quibuſcumque verborum formis & expreſsionibus, conceſsis, quibus, etiam ſi de illis, eorumque totis tenoribus, pro illorum ſufficienti derogatione, ſpecialis, ſpecifica, expreſſa, indiuidua, ac de verbo ad verbum, non autem per generales clauſulas id importantes, mentio, ſeu quęuis alia expreſsio, habenda foret, tenores huiuſmodi pro ſufficienter expreſsis habentes, illis aliás in ſuo robore permanſuris, hac vice duntaxat, quoad prędmiſſa, ſpecialiter, & expreſsè, harum ſerie, derogamus, cæteriſque contrarijs quibuſcumque. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam noſtrorum ſtatuti, ordinationis, diſpenſationis, nunciationis, & derogationis infringere, vel ei auſu temerario contraire. Si quis autem attentare prędſumpſerit, indignationem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli Apoſtolorum eius, ſe nouerit incurſurum. Datum Romę apud Sanctum Petrum. Anno Incarnationis Dominicę milleſsimo quadringenteſsimo nonageſsimo ſexto. Duodecimo Kale. Iulij, Pontificatus noſtri anno quarto.

Calatrauenſis Ordinis exemptio ampliſsima.

151 IVLIVS Epiſcopus ſeruus ſeruorum Dei ad perpetuam rei memoriam. Sincerę deuotionis affectus, feruenſque deuotio, quam dilecti filij Magiſter, Priores, Præceptores, Fratres, & aliæ perſonæ Militiæ de Calatraua Ciſtercienſis Ordinis, illorumque familiares, & ſeruitores ad nos, & Romanam gerunt eccleſiam, non indigne meretur, vt votis eorũ, illis prędſertim, quas ex diuotionis feruore prodire conſpicimus, ac per quę eorum commoditatibus, vtilitatibus, quieti, & immunitati conſulitur, quantum cum Deo poſſumus, fauorabiliter

liter annuamus, prçcipue cũ Catholicorũ Regum, & Principũm id expoſcit deuotio: Dudum ſiquidem pro parte dilectorum filiorum Ioannis Ciſtercienſis Cabilonenſis Diçceſis, aliorumque Ciſtercienſis Ordinis Monaſteriorum Abbatum, & Conuentuum eorundem felicis recordationis Innocentio Papæ VIII. prædeceſſori noſtro expoſito quôd licet ipſi, eorumque, ac dicti Ordinis Monaſteria, tam virorum, quam mulierum, & alia Religioſa loca, & membra, ac Monachi, Moniales, Vaſſali, ſubditi, & eis ſeruientes, bonaque omnia iam dudum per plures Romanos Pontifices prædeceſſores noſtros, ſub ipſorum Pontificum, & Apoſtolicę Sedis protectione recepti, & recepta, ac eidem Sedi immediatê ſubiecti, & ſubiecta, nec non ab omni iuriſdictione ordinaria exempti, & exempta forent, eiſque conceſſum eſſet, vt ad prçſtationem aliquarum collectarum, ſeu ſubſidiorũ per locorum Ordinarios, vel alios pro tempore impoſitorum, non tenerentur: tamen deſiderabant, pro maiori eorum quiete præmiſſis receptioni, ſubiectioni, & alijs prædictis robur ſuæ approbationis adijci, illaque omnia per eundem Innocentium prædeceſſorem de nouo eis concedi. Idem Innocentius prædeceſſor Abbatum, & Conuentuum prædictorum in ea parte ſupplicationibus inclinatus receptionem, ſubiectionem, ac exemptionem prçdictas, ac ſingulas deſuper confectas literas cum omnibus, & ſingulis in eis contentis clauſulis, authoritate Apoſtolica, & ex certa ſcientia, per quaſdam approbauit, ac perpetuæ, & inuiolabilis firmitatis robur obtinere decreuit, ſupplens omnes, & ſingulos defectus, ſiqui forſan interuenerint in eiſdem, & nihilominus pro potiori cautela Monaſteria, loca, membra, & bona omnia huiuſmodi tunc præſentia, & futura, Abbates, Abbatiſſas, Monachos, Moniales, vaſſalos, ſubditos, & ſeruientes præfatos tunc, & pro tempore exiſtentes, authoritate, & ſcientia prçfatis, ſub Beati Petri, & Sedis prædictæ, atque ſua protectione, ſuſcepit & ab omni iurisdictione, ſuperioritate, correctione, viſitatione, dominio, & poteſtate Archiepiſcoporum, Epiſcoporum, & aliorum Iudicum ordinariorũ, eorumque Vicariorum, & Officialium quorumcumque, nec nõ à ſolutione ſubſidiorum, etiam charitatiuorum, procurationum, collectarum, & aliarum exactionũ huiuſmodi pro tempore imponendorum, perpetuo prorſus eximit, & totaliter liberauit, ac eiſdem Innocentio prædeceſſori, & Sedi immediatè ſubiecit: *itaque Archiepiſcopi, Epiſcopi, Ordinarii*, Vicarij, Iudices, & Officiales præfati, *etiam ratione* delicti, aut contractus, vel rei, de qua ageretur, vbicumque committeretur delictum, iniretur contractus, aut res ipſa conſiſteret, nullam in eos, & eorum aliquem, aut Monaſteria, mẽ-

bra, & bona prędicta, tanquam prorsus exemptos, & exempta, iurisdictionem, correctionem, superioritatem, dominium, & potestatem exercere, *aut excommunicationis, suspensionis, vel interdicti, aut quascuis alias sententias, censuras, & pœnas* promulgare pręsumerent, aut possent, vel deberent quoquomodo; nec ipsi sic exempti coram nobis, aut eiusdem Sedis Delegatis, vel Subdelegatis (nisi in literis eis pro tempore directis de Innocentij prædecessoris literis huiusmodi specialis, specifica, & expressa, ac de verbo ad verbum mentio fieret) ad iudicium vocari, aut quouismodo directê, vel indirectê molestari possêt, vel deberent: decernens omnes, & singulos processus, sententias, *censuras, & pœnas*, quos, & quas per Archiepiscopos, Episcopos, Ordinarios, Iudices, Vicarios, & Officiales prædictos, *seu eorum aliquem* contra Abbates, & alios exemptos, ac Monasteria, *& loca huiusmodi*, etiá exempta, vt præfertur, haberi, vel promulgari: nec non quidquid secus super his ab eis, & alio quoquam, quauis *authoritate, scienter, vel ignoranter attentari contingeret*, irrita, & inania, nulliusque roboris, vel momenti. Cum autem, sicut nobis nuper Charissimus in Christo filius noster Ferdinandus Aragonum, & Siciliæ Rex illustris, ac dictę Militiæ ex concessione, & dispensatione *Apostolica, in spiritualibus, & temporalibus, perpetuus Administrator*, tam suo, quam Conuentus, Priorum, Pręceptorum, & Fratrum, Militum prędictorum nominibus exponi fecit, licet Magister, Priores, Pręceptores, Fratres, ac aliæ personæ eiusdem Militiæ ipsorum Monasteria, domus, & loca quęcumque ab ipsius Militiæ fundatione omnibus, & singulis priuilegijs gratijs, prętogatiuis, & exemptionibus per quoscunque Romanos Pontifices, & Sedem eandem dicto Ordini concessis, tanquam membra, & filij dicti Ordinis semper vsi, & gauisi fuerint, & de præsenti gaudeant, & vtantur, quia tamen ea, quæ specialiter conceduntur, maiori custodiuntur veneratione, ac maius obtinent, seu obtinere videntur, robur, ac firmitatem; Ferdinandus Rex, & Administrator, Conuentus, Priores, Præceptores, ac Fratres, & alię personæ prædictę cupiunt omnia, & singula per dictum Innocentium prædecessorem eidem Ordini concessa Magistro, Prioribus, Pręceptoribus, Fratribus, & alijs personis Militię huiusmodi, illorumque familiaribus, & seruitoribus pręsentibus, & futuris, ac Monasterijs, domibus, & alijs locis eiusdem Militiæ specialiter concedi, ac nobis dictis nominibus supplicari curauit, vt omnia & singula præmissa, in dictis literis Innocentij prędecessoris contenta cum omnibus, & singulis clausulis, & derogationibus in eisdem literis expressis, dicto Ordini Cistercienſi, tam in genere, quam in specie, concessa, eisdem Magistro, Prioribus, Præcept›ribus,

bus,

bus,Fratribus,& alijs personis,seruitoribus, & familiaribus; nec non Monasterijs,domibus,& alijs locis Militię huiusmodi specialiter,& expressê concedere, & indulgere, & alias in præmissis opportune prouidere,de benignitate Apostolica dignaremur. Nos Priores,Præceptores,Fratres,& alias personas huiusmodi a quibuscumque excõmunicationis,suspensionis,& interdicti,alijsque ecclesiasticis censuris,sententijs,& pęnis à iure,vel ab homine,quauis occasione,vel causa latis, si quibus quomodolibet innodati existunt,ad effectum præsentium dumtaxat consequendum,harum serie, absoluentes,& absolutos fore censentes huiusmodi supplicationibus inclinati omnia,& singula pręmissa in literis Innocentij Prædecessoris huiusmodi contenta,cum omnibus,& singulis clausulis,& derogationibus,in eis expressis dicto Cistercienſi Ordini,tam in genere, quam in specie cõcessa eisdem Magistro,Prioribus,Præceptoribus,Fratribus, & alijs personis,familiaribus, & seruitoribus: nec non Monasterijs, domibus,& alijs locis dictæ Militiæ,in omnibus,& per omnia,iuxta formam literarum Innocentij Prædecessoris huiusmodi, authoritate Apostolica,tenore presentium,specialiter,& expresse,concedimus,& indulgemus. Non obstantibus constitutionibus, & ordinationibus Apostolicis, nec non Ordinis, & Militiæ prædictorum iuramento, confirmatione Apostolica,vel quauis firmitate alia roboratis, statutis,& consuetudinibus,vsibus,& naturis, ac omnibus illis, quæ idem Innocentius Prædecessor in dictis suis literis voluit non obstare,cæterisque contrarijs quibuscumque. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostræ absolutionis,concessionis,& indulti infringere,vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare pręsumpserit,indignationem Omnipotentis Dei,ac Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum eius,se nouerit incursurum. Datum Romæ apud Sanctum Petrum,anno Incarnationis Domini nostri 1511. tertio Octobris,Pontificatus nostri anno octauo.

Innocencio o Papa outorga, & concede ao Mestre, & Freires da Ordem de Auis os priuilegios de Calatraua.

152 INNOCENTIVS Episcopus seruus seruorum Dei. Dilectis filijs Magistro, & Fratribus Elborensis Militiæ professis Ordinis de Calatraua salutem, & Apostolicam benedictionem. Religiosam vitam eligentibus Apostolicum conuenit adesse prẽsidium ne forte quilibet temeritatis incursus, aut eos a proposito reuocet, aut robur, quod absit, Sacræ Religionis infringat. Eapropter, dilecti in Domino filij, vestris iustis postulationibus grato concurrentes assensu personas vestras, & domum, in qua diuino estis obsequio mancipati, cum omnibus bonis, quæ inprẽsentiarum rationabiliter possidet, aut in futurum, iustis modis, Deo propitio, poterit adipisci, sub Beati Petri, & nostra protectione suscipimus: Specialiter autem possessiones, quas habetis in Elbora, Coluche, Benauente, Sanctarem, Vlixbona, Mafara, Alcanede, Alpedris, Oris, in Silua obscura, & in Panoias cum omnibus pertinentijs suis, sicut eas iustẽ, ac pacificẽ possidetis, Vobis, & per vos Domui Vestræ, authoritate Apostolica, confirmamus, & prẽsentis scripti patrocinio communimus. Paci vero, & trãquillitati vestrę paterna volentes solicitudine prouidere, cum professi fitis Ordinem de Calatraua, vt institutionibus eiusdem Ordinis, libertatibus præterea, immunitatibus, & indulgentijs, quas idem Ordo, concessione Romanorum Pontificum Prædecessorum nostrorum, & nostra etiam, habere dignoscitur, sicut in eorum priuilegijs continetur, libere, sine contradictione cuiuslibet, vti possitis, deuotioni Vestrę authoritate præsentium, indulgemus; Decernimus ergo, ut nulli omnino hominum liceat &c.

Ex

Ex Bulla Iulij secundi.

153 AC Priorem, Milites, Fratres, & alias personas Militiæ IESV Christi huiusmodi non teneri ad obseruationem aliquarum constitutionum regulatiom dictę Militiæ de Calatraua, authoritate, & tenore prædictis, decernimus, statuimus, & ordinamus, atque omnes, & singulas personas dictæ Militiæ IESV Christi a transgressionibus dictarum constitutionum Militię de Calatraua, si forsan ad illarum obseruationem tenebantur, absoluimus, & absolutos esse volumus.

DA EXEMPC, AM DE CALATRAVA, E ALCANtara tirada do liuro que se intitula Origen, y principio de la Caualleria de Alcantara, a onde anda traduzida de latim em lingoa Castelhana.

1 *Vocantur personæ Religiosæ*
2 *Et quod possint matrimonium contrahere, remanentibus &c.*
3 *Et quod possint gaudere omnibus priuilegijs concessis Militibus Sancti Iacobi in forma amplissima.*

154 PAVLO Obispo siervo de los siervos de Dios para perpetua memoria. El Romano Pontifice Vicario de IESV Christo en las tierras, que tiene del Señor el primero principado sobre las gentes, y sobre los Reinos, teniendo diligentemente cuidado cerca de los statutos de las reglas, y conservaciones de qualesquier Personas Religiosas principalmẽte de aquellas que trabaian continuamẽte debaxo de Caualleries regulares, por la defension de la Fê Catholica, y oppresion de los infieles, auezes muda, modera, y amplia las costumbres, reglas, y instituciones dellas, & interpone mas diffusamente los trabajos de su Militacion para que las tales personas gozen de los cuentos votiuos, assi como lo demandan los votos de los Catholicos Reyes, y Principes ensalçadores de la misma Fê: y compensada la condicion de las tales personas, y la qualidad de los lugares. y tiempos, vee aquello conuenir saludablemente enel Señor. Assi es que nuestro mui amado hijo en IESV Christo Don Carlos Emperador de Romanos siempre Augusto, que assi mismo es Rey de Leon, y de Castilla, Administrador perpetuo en lo temporal, y espi-

ritual diputado por la Sede Apoſtolica de las Cauallerias de Santiaguo del eſpada de la regla de San Auguſtin, y dela de Calatraua, y Alcantara de la Orden de Ciſter, inſtituidas en la Region de Caſtilla, y hizo que nos hizieſſen relacion que aſsy a los Preceptores, que ſe dizen Comendadores, y a los Caualleros, y Freiles de las dichas Cauallerias de Calatraua, y Alcantara, los quales, y cada vno dellos en la profeſsion regular, que en las dichas Cauallerias hazen por tiempo, entre las otras coſas, que prometen, acoſtumbran hazer voto de perpetua caſtidad, y continencia, y hazer eſpecial promeſſa de guardarla inuiolablemente, para ſiempre, conforme alas inſtituiciones reglares, y alas diffiniciones, o eſtablecimientos delas tales Cauallerias, y dela Orden de Ciſter, ſe les dieſſe facultad que no haziendo voto alguno enla caſtidad, de aqui adelante puedan caſarſe, ala manera delos Comendadores, Caualleros, y Freiles dela dicha Caualleria de San Tiago dela Eſpada: la qual los que la quieren recebir aun deſpues de auer ſido caſados, y hauer tenido legitima generacion, y aun viuiendo la muger, ſon recebidos, y admittidos por Freyles, y Caualleros della, conforme alos priuilegios que la Sede Apoſtolica les ha concedido, que an eſtado, y eſtan en ſu nueua obſeruancia, y eſtà cierto q̃ muchos aun que Grandes, y nobles delos tales Reinos, en quienes las Encomiendas, y lugares delas dichas Cauallerias de Calatraua, y Alcantara por la maior parte conſiſten, mas facilmente ſe mouerian a entrar enlas tales Cauallerias de Calatraua, y Alcantara, y a poner ſus perſonas, y hazienda en deſtruicion delos infieles enemigos del nombre de Chriſto, y ſe ſeguiria mucho acrecentamiento de vtilidad, y prouecho alas tales Cauallerias de Calatraua, y Alcantara, aun para enſalçamiento dela Religion Chriſtiana, y aun allende deſto aprouecharia para la ſalud delas animas delos tales Comendadores, y Caualleros, y Freiles, los quales guardarian mas facilmente la pudicicia conjugal, que no la continencia perpetua acerca delo qual el dicho Don Carlos Emperador, Rey, y Adminiſtrador nos hizo rogar humilmente que tuuieſſemos por bien de proueer dela benignidad Apoſtolica lo que cerca deſto conuinieſſe para conſeruacion, y proſpero eſtado, y reglas dela dicha Caualleria de Calatraua, y Alcantara, y para acrecentamiento dela Religion Chriſtiana pues aſsi es. Nós que con deſſeos limpios deſſeamos el ſaludable prouecho, y felice ſuceſſo delas tales Cauallerias de Calatraua, y Alcantara, y delas perſonas dellas; inclinados a tales ſupplicaciones, por la authoridad Apoſtolica, por el tenor delas preſentes, eſtatuimos, y ordenamos para ſiempre, que todos, y cada vno delos fieles Chriſtianos

tianos presentes,y por venir,los que de aqui adelante para siempre iamas aconteciere entrar canonicamente en las dichas Cauallerias de Calatraua,y Alcantara, y aun los Maestres dellas, no sean obligados,ni puedan contra su voluntad ser constreñidos por alguna manera a hazer profesion de voto de tal perpetua castidad, y continencia en la profesion regular que por tiempo han de hazer conforme alas instituiciones, y establecimientos delos susodichos: mas en lugar de tal voto deuan hazer voto de coniugal castidad,conforme alas instituiciones,y establecimientos dela Caualleria de San Tiago susodicha, aun de tal manera,como se nunca les ouiesse sido prohibido por las instituiciones,y establecimientos delas dichas Cauallerias de Calatraua, y Alcantara casarse, y aun que porlas tales instituiciones,y establecimientos se vedasse que alguno despues de casado quedasse en las tales Cauallerias, y si algunos Freiles, assi los que agora son,como los que seran de aqui adelante, fueren casados, aun viuiendo la muger. y aun que primero se ayan casado, o despues se casen,quisieren entrar en alguna delas tales Cauallerias de Calatraua, y Alcantara,y hazer profesion de voto de castidad coniugal,y en lo demas, conforme alos estatutos, y establecimientos delos susodichos,aun que ayan entonces auido generacion legitima de su muger, con quien estauan casados, puedan ser recebidos, y admittidos por Freiles,y Caualleros delas tales Cauallerias de Calatraua, y Alcãtara en lo demas conforme alos estatutos, y establecimientos delas dichas Cauallerias,y permanecer continuamente en ellas dela misma manera que los dichos Comendadores, Caualleros, y Freiles de San Tiago lo pueden ,y han tenido en costumbre, y que los tales Maestres, Comẽdadores,Caualleros,y Freiles por venir, aun despues como auemos dicho de ser casados,cõforme alos estatutos dela ante dicha Caualleria de S. Tiago puedan vsar,y gozar de todos,y de cada vno delos priuilegios,immunidades,exempciones, gracias, libertades,prerogatiuas,fauores,indultos,que les auian sido concedidos de qualquier manera,antes que desta manera se casasen por razon delas dichas Cauallerias de Calatraua, y Alcantara, que hauiendo dela tal manera ya hecho profesion en ellas,y los que de derecho,y costumbre antes del tal matrimonio contrahido les dauan, y gozauan, y podian vsar,y gozar en todo, y por todo, como se nunca ouiessen contrahido el tal matrimonio,y todos, y cada vno dellos, en algun tiempo casados dela forma susodicha, puedan canonicamente recebir,y retener qualesquier Maestrazgos,y Encomiendas, y Dignidades,y officios delas dichas Cauallerias de Calatraua, y Alcantara assi co-

si como los Caualleros,& Freiles dela Caualleria de San Tiago,puedan recebir, y retener qualesquier Maestrazgos, y Encomiendas, y Dignidades,y officios della;y puedan libremente testar, y hazer erogacion de qualesquier cosas,y bienes,que tengan,assi muebles,como raizes,de qualquier qualidad, y condicion que sean, presentes, y por venir,agora les conuenga por iuro hereditario, o de qualquier otra manera, como quiera que sea, y delos que ouieren adquirido, o adquirieren,por conuenir,o tener respecto alas dichas Cauallerias, y Encomiendas,o de otra qualquier manera,como quiera que sea, en la forma, y manera que los Comendadores, y Caualleros, y Freiles dela dicha Caualleria de San Tiago hazen, conforme a las instituiciones,y establecimientos,y que sus hijos,y herederos hauidos de legitimo matrimonio, assi como los hijos, y herederos delos dichos Comendadores,y Caualleros, y Freiles dela dicha Caualleria de San Tiago tienen potestad, que puedan libre, y licitamente succederles para siempre con todas aquellas cosas,y cada vna dellas en todo, y por todo,conforme alas instituiciones, y establecimientos dela dicha Caualleria de San Tiago, determinado el matrimonio que por los dichos Comendadores,Caualleros,y Freiles fuere contrahido ser canonico;y las generaciones de qualquier sexo a caso ya hauidos, o que se ouieren por tiempo delos tales ser legitimos. Y allen desto approuamos, y confirmamos con authoridad Apostolica por el tenor delas presentes los dichos priuilegios, immunidades, exempciones,gracias,libertades,prerogatiuas,fauores, y indultos, cuios tenores de todos,como si de verbo ad verbum aqui se inseriessen,queremos por las presentes tener por expressados, y supplimos todos, y cada vno defecto de derecho,o de hecho,si algunos por ventura en ellos interuenieren,y determinamos los tales deuer de tener fuerça de firmeza perpetua, y deuer ser guardados firmemente, y de nueuo los concedemos.Y allen desto damos facultad cumplida, y libre alos Capitulos Generales delas dichas Cauallerias de Calatraua, y Alcantara para reformar,y enmendar, y limitar, y commutar del todo, o en parte las diffiniciones, y ordenaciones, y estatutos de tal manera, assi como les pareciere meior conuenir,y para hazer,establecer,y ordenar otros razonables,y honestos para la conseruacion opportuna, y necessaria delos derechos, y priuilegios delas dichas Cauallerias, y personas dellas, los quales despues que fueren enmendados, reformados,limitados,hechos,y ordenados, y apuestos,por el mismo hecho sean iuzgados por confirmados por la authoridad Apostolica. Assi mismo por la misma authoridad,y tenor, absoluemos al dicho

Don

Don Carlos Emperador, y Rey, y Maestre delas dichas Caualleria, y a todos, y cada vno delos Comendadores, Caualleros, y Freyles dellas, de todas, y qualesquier censuras, y penas, que conforme alos estatutos, y establecimientos susodichos, o de otra qualquier manera ouieren incurrido, por procurar de alcançar de nosotros las cosas susodichas, y deshazemos de todo en todo, y de raiz dellos toda macula de inhabilidad, y infamia contraida en qualquier manera, deque puedan por ello ser notados, y el por ellos lo pidio. Y allende desto de especial gracia otorgamos alos táles Maestres, y a todos, y cada vno delos Comendadores, Caualleros, y Freiles, q̃ por tiempo fueren, que puedan vsar, y gozar complidamente delos estatutos, ordenaciones, y decretos, y de todas las cosas ante expressadas, y destas presẽtes letras; Y assi mismo otorgamos de especial gracia, assi a ellos como alas otras personas delos tales Caualleros de Calatraua, y Alcantara, que puedan alcançar, vsar, y gozar libre, y licitamente de todos, y qualesquier priuilegios, y immunidades, gracias, y libertades prerogatiuas, fauores, y letras Apostolicas, que se ayan cõcedido, o se concederan por qualesquier Romanos Pontifices, o por ventura de nos otros, debaxo de qualesquier tenores, y formas dela dicha Caualleria de San Tiago dela espada, y al Maestre, y Comendadores, Caualleros, y Freiles, y a todas las otras personas della, que por tiempo fueren en la misma manera, que fueran especial, y nombradamente otorgadas alas dichas Caualleria de Calatraua, y Alcantara, determinando estas presentes letras no poder ser notadas de vicio de subrepcion, ni de falta de intencion, y de tal manera deuen ser iuzgadas, y diffinidas por qualesquier Iuezes de qualquier authoridad, que sean, quitandoles a ellos, y a cada vno dellos qualquier facultad, y authoridad de iuzgar, o interpretallo de otra manera. Y tambien determinamos que qualquier cosa, que en esto al contrario acaeciere ser inuentada por alguna persona, sabia, o ignorantemente, por qualquier authoridad, sea en si ninguna, vana, y de ningun valor, effecto, y firmeza. Y por esto por los escriptos Apostolicos encomendamos a nuestros amados hijos Iuan de San Iuan ante portam Latinam, y a Garcia de Sancta Susana, y Pedro Manrique de San Iuan, y San Pablo, y a todos los Presbiteros Cardenales, que ellos, o los dos, o vno dellos por si, o por otros, si, y quando vieren que conuiene, siendo requeridos por parte delos Maestres, Comendadores, y Caualleros, y Freiles sobredichos publicando solamente las presentes letras, y ayudandoles en las cosas susodichas con socorro de efficaz defension, fagan por nuestra authoridad que las presentes, y contenido en ellas,

firmemente sean guardadas,y que cada vno, aquien las presentes tocaren,gozen dellas pacificamente,y no permitan los tales ser molestados por qualesquier que sean,en alguna manera indeuidamente contra el tenor dellas, refrenando los contraditores, y rebeldes qualesquier por censuras,y penas ecclesiasticas, postpuesta el appellacion, y aggrauando las tales censuras,y penas muchas vezes;llamádo para ello,si fuere necessario,el auxilio del braço seglar,no obstantes las cosas ante dichas,y las constituiciones,y ordenancas de Bonifacio Papa Octauo nuestro antecessor de gloriosa memoria, en la qual se prohibe que alguno fuera de su Ciudad o diocesi no sea llamado a iuizio,sino en ciertos casos, y en aquellos no mas que vna iornada del fin de su diocesi,o en que se prohibe que los Iuezes,y Cõseruadores diputados porla Sede Apostolica: no presuman proceder contra qualesquier personas fuera dela Ciudad,o diocesi en las quales fueran elegidos,y deputados Conseruadores,ni cometer sus vezes a otra,o otras personas, y las determinaciones delas dos dietas del Concilio General,con tanto que alguno por authoridad de las presentes no sea llamado mas de tres jornadas; no obstante assi mismo qualesquier otras constituiciones, y ordenaciones echas en los Concilios Generales,o especiales:y no obstante los estatutos,costũbres,y establecimientos,y diffiniciones,vsos,y naturalezas delas Caualleriasde Calatraua, y Alcantara dela Orden de Cister confirmados con iuramento delos susodichos, o por authoridad Apostolica, o por otra qualquier firmeza,y qualesquier priuilegios,y indultos en contrario desto,y los indultos debaxo de qualquier tenor,y forma,y qualesquier derogatorias,y de otras mas fuertes,y insolitas clausulas, aun que digan no ser nada lo contrario dellas, y de todos los otros decretos,aunque sean de motu proprio,y de cierta sciencia,y consistorialmente concedidas,muchas vezes approuadas,y innouadas, por qualesquier causas,y aun que sea por consideracion Imperial,o Real: los quales todos,aun que para la sufficiente derogacion dellos,se huuiesse de tener la especial,y especifica,indiuidua, y expressa mencion, alguna otra expresion dellos, y de todos sus tenores, o se ouiesse de guardar alguna otra exquisita forma para esto: teniendo por expressos por las presentes los tales tenores,ni mas,ni menos que si de verbo ad verbum, no dexando cosa alguna, guardando la forma en ellos contenida, fuessen aqui insiertos, los derogamos especial, y expressamente en lo que tocante a esto son contrarias:quedando en lo demas en su fuerça,y si a algunos comun,o diuisamente se aya concedido dela dicha Sede Apostolica que no puedan ser entredichos, suspensos

penſos, ó excomulgados por letras Apoſtolicas, que no hagã expreſſa, y complida mencion de verbo ad verbum del tal indulto, pues que anſsi es. Ninguna perſona ſea licito quebrantar eſta carta de nueſtro eſtatuto, ordenacion, voluntad, approbacion, confirmacion, ſupplecion, conceſsion, abſolucion, decreto, mandado, derogacion, o yr contra ella con oſadia temeraria, y ſi alguno lo preſumiere tentar, ſepaſe que incurrirá en la indignacion de Dios todo poderoſo, y delos bienaventurados ſus Apoſtoles ſan Pedro, y ſan Pablo. Dada en Roma cabe San Pedro en el año dela Encarnacion de nueſtro Saluador Ieſu Chriſto de mil, y quinientos, y quarenta, a tres de Agoſto en el año ſexto de nueſtro pontificado.

Vocãtur Religioſi Milites Ordinis Chriſti, & ſunt exempti â iuriſdictione eccleſiaſtica, & ſeculari, etiam ratione delicti, contractus, & rei.

156 INNOCENTIVS Epiſcõpus ſeruus ſeruorum Dei. Dilectis filijs Abbati Monaſterij de Alcobaça, & Cantori, ac Theſaurario Eccleſiæ Orenſis Olixbonenſis diæceſis ſalutem, & Apoſtolicã benedictionem. Commiſſum nobis deſuper Apoſtolicæ ſeruitutis officium mentem noſtram excitat, & inducit, vt ſingularum, præſertĩ Religioſarũ, ac nobis, & Sedi Apoſtolicæ immediate ſubiecta ũ, perſonarum votis, per quæ eis ab ipſa Sede conceſſa priuilegia conſeruẽtur, libentér annuamus, ac ea fauoribus proſequamur opportunis. Exhibita ſiquidem Nobis nuper pro parte dilectorum Filiorum Nobilis Viri Iacobi Viſeu, & Begiæ Ducis, perpetui Adminiſtratoris Militiæ Ieſu Chriſti per Sedem Apoſtolicam deputati, ac vniuerſorum Præceptorum, & Fratrum dictæ Militię petitio continebat quód licet perſonę eiuſdẽ Militiæ Sedi prędictæ immediaté ſint ſubiectę, & ab aliorum iuriſdictione exemptę, ita vt ratione delicti, contractus, vel rei, nequeant coram aliquo Ordinario conueniri, & per felicis recordationis Honorij Quarti, & Alexandri tertij Romanorum Pontificum Prædeceſſorum noſtrorũ, ac in ſua obedientia, de qua partes illę tunc erant, Bonifacij Noni, literas dictæ militię ſit conceſſum, quód capientes aliquem Religioſum eiuſdem Militiæ ex communicati denuncientur vſquequo iniuriam paſſo ſatisfecerint, & pro abſolutionis beneficio dictę Sedi ſe præſẽtauerint, necnon, illi qui eorũ bona violẽter diripiũt, ſi à Prælatis, de quibus in dictis literis, cõmoniti ablata eis nõ reſtituerint, vinculo anathematis adſtringãtur. Nihilominus nõnulli eccleſiaſtica, aut ſæculari iurisdictione fungẽ-

tes perſonas,& res dictæ Militiæ capere,& captas detinere,& requiſiti vt perſonas ipſas relaxent,& earũ Superiori remittãt,& res ipſas reſtituant,facere perſępe recuſant,aſſerentes priuilegia prædicta in habentibus iuriſdictionem ſibi locum non vendicare. Quare pro parte dictorum Iacobi Ducis,Pręceptorum, & Fratrum nobis fuit humiliter ſupplicatũm,vt eis in præmiſsis opportunê prouidere de benignitate Apoſtolica dignaremur. Nos igitur, qui ſingula priuilegia perſonis præſertim eidem Sedi ſubiectis per dictam Sedem conceſſa cupimus obſeruari:de præmiſsis aliás certam notitiam non habẽtes huiuſmodi ſupplicationibus inclinati diſcretioni Veſtræ per Apoſtolica ſcripta mandamus, quatenus vos,vel duo,aut vnus veſtrum ſi,& poſtquam de pręmiſsis exemptione,& conceſsione conſtiterit,quod Ordinarij,& alij quacumque iuriſdictione,& ſuperioritate eccleſiaſtica,vel mundana fungentes,ſi requiſiti perſonas detentas ad Magiſtrum Generalem dicti Ordinis pro tempore exiſtentem non remiſerint,& res captas non reſtituerint,& dimiſerint, cenſuris prædictis ligentur,& innodentur,authoritate noſtra,decernatis. Non obſtantibus conſtitutionibus,& ordinationibus Apoſtolicis,ac omnibus,quæ dicti Prędeceſſores in præfatis literis voluerunt non obſtare, cæteriſque contrarijs quibuſcumq; Datis Romę apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominicę milleſsimo quadringẽteſimo octuageſsimo iiij. Decimo Kalendas Octobris. Pontificatus noſtri anno primo.

BVLLA DO PAPA INNOCENTIO QVARto em que declara que a decretal,que elle fez,em que mãda que os que forem izentos,ſem embargo diſſo,ſeião obrigados a reſponder diante dos Ordinarios por razão dos delictos,ou de contrato ou de couſa que ſe trate contra elles, não ſe entenda nas peſſoas deſta Ordem.

INNOCENTIVS Epiſcopus ſeruus ſeruorũ Dei. Dilectis filijs Abbati Ciſtertij,ciuſque Coabbatibus, & Conuentibus Vniuerſis Ciſtercienſis Ordinis ſalutem,& Apoſtolicam benedictionem. Cum nuper duxerimus ſtatuendum,vt exempti, quantacumque gaudeant libertate, nihilominus tamen, ratione delicti, ſeu contractus, aut rei, de qua contra ipſos agitur, ritè poſſint coram locorum Ordinarijs conueniri, & illi, quoad

hęc

hęc,ſuam in ipſos iuriſdictionem,prout ius exigit,exercere. Vos dubitantes ne per conſtitutionem huiuſmodi libertatibus, & immunitatibus vobis, & Ordini veſtro per priuilegia, & indulgentias ab Apoſtolica Sede conceſsis præiudicari valeat: nobis humiliter ſupplicaſtis vt prouidere ſuper hoc indemnitati veſtrę paterna ſolicitudine curaremus. Quia veró eiuſdem Ordinis Sacra Religio ſic vos apud nos dignos fauore conſtituit, vt nobis votiuum exiſtat vos ab omnibus,per quæ vobis poſſent prouenire diſpendia,immunes libẽti animo præſeruare, authoritate vobis pręſentium indulgemus, vt occaſione conſtitutionis huiuſmodi nullum eiſdem libertatibus, ac immunitatibus in poſterum præiudicium generetur. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam noſtræ conceſsionis infringere,vel ei auſu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare pręſumpſerit:indignationem Omnipotentis Dei,& Beatorum Petri,& Pauli Apoſtolorom eius ſe nouerit incurſurum. Datum Lugduni quarto Nonas Maij,Pontificatus noſtri anno octauo.

Bulla do Papa Alexandre,pella qual manda,que os Caualleiros do Templo,que commeterem algum delicto fora das terras da Ordem, não poſſam ſer demandados,nem conuencidos,ſenão pellos Iuizes della.

158 ALEXANDER Epiſcopus ſeruus ſeruorum Dei. Dilectis filijs Magiſtro,& Fratribus Militię Templi Hieroſolymitani ſalutem, & Apoſtolicam benedictionem. Cum fælicis recordationis Innocentius Papa prędeceſſor noſter olim duxerit ſtatuendum, vt exempti quantacunque gaudeant libertate:nihilominus tamen,ratione delicti,ſeu contractus,aut rei, de qua contra ipſos agitur,ritê poſsint coram locorũ Ordinarijs conueniri, & alij quoad hæc,ſuam in ipſos iuriſdictionem, prout ius exegit, exercere, vos dubitantes ne per conſtitutionẽ huiuſmodi libertatibus, & immunitatibus vobis, & Ordini veſtro per priuilegia, & indulgentias ab Apoſtolica Sede conceſsis pręiudicari valeat:nobis humiliter ſupplicaſtis,vt prouidere ſuper hoc indemnati veſtræ paterna ſolicitudine curaremus, quia vero eiuſdem Ordinis Sacra Religio ſic apud nos dignos vos fauore conſtituit, vt nobis votiuum exiſtat vos ab omnibus, per quæ vobis poſſent prouenire diſpendia, immunes libenti animo pręſeruare, ad inſtar prædeceſſoris eiuſdem, authoritate vobis præſentium indulgemus,vt occaſione conſtitutionis huiuſmodi nullum eiſdem libertatibus, & immunitatibus in poſterum

preiudicium generetur. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostræ concessionis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare presumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum eius se nouerit incursurum. Datum Neapoli, Sexto Nonas Martij Pontificatus nostri anno primo.

Communicação dos priuilegios, & ampliação delles á Ordem de Christo.

CLEMENS PP. VIII.

159 AD perpetuam rei memoriam. Qui Dei obsequijs, & populi fidelis saluti in spiritus humilitate, & charitatis zelo, vacant, eorum nos decet priuilegia, & indulta tueri, ac vt illis perpetuó perfruantur, confirmationis Apostolicæ præsidio communire, prout eorum vota exposcunt, ac nos in domino salubriter conspicimus expedire. Cum itaque, sicut accepimus, felicis recordationis Paulus PP. III. prædecessor noster Priori Generali, & Monachis Conuẽtus de Thomar Ordinis Militiæ Iesu Christi nullius dioceſis Prouincię Vlisbonensis omnium aliorum Monasteriorum tam tunc erectorum, quã pro tẽpore erigendorum Prioribus, Abbatibus, Monachis, Fratribus, & Religiosis eiusdem Ordinis, ac tam Monasterio, seu Conuentui de Thomar, quâm alijs Monasterijs præfatis, eorumque Ecclesijs, Capellis, Membris, Locis, & personis, Ministris, rebus, & bonis quibuscumque, vt omnibus, & singulis, tam spiritualibus, quàm temporalibus priuilegijs, & immunitatibus, exemptionibus, facultatibus, fauoribus, libertatibus, prærogatiuis, indultis, indulgentijs, & gratijs, quibus alia quæcumque Monasteria Sancti Benedicti Cisterciensis, & Sancti Hieronymi Ordinum, tam in Hispaniarum, & Portugaliæ Regnis, quam in quibuscumque Mundi partibus consistentia, & ipsorum Congregationes quæcunque, ac eorundem Ordinum, & Congregationum Priores etiam Generales, Abbates, Præpositi, Rectores, Religiosi, Monachi, Conuentus, Ecclesię, Capellę, Loca, Ministri, Personæ, Res, & quęcũq; quomodolibet vtebãtur, potiebãtur, & gaudebãt, ac vti, potiri, & gaudere poterãt quomodolibet in futurũ, eisque quomodolibet per quoscumque Romanos Pontifices pro tempore existentes, & Sedem Apostolicam tunc concessis, & pro tempore concedendis, æquê, pariformiter, & absque vlla penitus differentia, absque vllo conscientię scrupulo, respectiuê vti, potiri,

potiri,& gaudere,libere,& licitê posſent,& valerent Perinde acſi,& iillis ſpecialiter, & nominatim conceſſa, fuiſſent, conceſserit, & ndulſerit,ac aliás prout in literis eiuſdem Pauli prædeceſſoris,per officium Pœnitentiariç, ſub datis decimo ſexto Kalendas Iulij, anno III. & V. Idus Maij,anno octauo eius Pontificatus expeditis latiús continetur;Cumque firmiora ſint ea,quæ Sedis Apoſtolicæ authoritate ſçpius fuerint communita,& ideo dilecti filij Modernus Prior Generalis,& Conuentus de Thomar nobis humiliter ſupplicari fecerint,vt prçmiſsis ac alijs priuilegijs,& gratijs ipſis,& Ordini præfato conceſsis Apoſtolicæ firmitatis robur adijcere, de benignitate Apoſtolica dignaremur. Nos in ſupremo Militantis Eccleſiæ ſolio, diuina diſponente clementia,conſtituti,ad Monaſteriorũ,& Ordinũ, in eiſque Præſidentium, ac degentium perſonarum ſtatum feliciter dirigendum,libentêr intendentes, & tam præfatarum literarũ Pauli Tertij Prædeceſſoris præfati,quam aliarum quarumcunque per alios quoſcumque Romanos Põtifices eidem Ordini Militiæ Ieſu Chriſti conceſſarum tenores,ac ſi de verbo ad verbum inſererentur, præſentibus pro ſufficienter expreſsis habẽtes.Prioremque Generalem, & alios Prælatos,Monachos,Religioſos,& alias perſonas quaſcũque Ordinis,& Militiç Ieſu Chriſti præfatorũ ſpiritualibus fauoribus,& gratijs proſequi volentes,nec non eorum quemlibet á quibuſuis excõmunicationis,ſuſpenſionis,& interdicti, alijsque eccleſiaſticis ſententijs,cenſuris,& pœnis à iure, vel ab homine,quauis occaſione, vel cauſa latis, ſi quibus quomodolibet innodati exiſtunt, ad effectum præſentium dumtaxat conſequendum, harum ſeric abſoluentes, & abſolutos fore cenſentes huiuſmodi ſupplicationibus inclinati omnia,& ſingula priuilegia,præeminentias,immunitates, exemptiones, gratias,libertates,prçrogatiuas conceſsiones, antellationes, indulgentias,& indulta prçfatis Priori Generali,ac Cõuẽtui de Thomar,alijſq; eiuſdem Militiæ Ieſu Chriſti Monaſterijs, Domibus,& Cõuentibus, ac Fratribus, & alijs perſonis Regularibus quibuſcumqne (vt præfertur) vt aliàs quomodocumq; tam á dicto prædeceſſore,quam quibuſuis alijs Romanis Pontificibus prædeceſſoribus noſtris, ac Apoſtolica Sede,eorumque Legatis,& Nuntiis quibuſcumque conceſſa,& confirmata,ac approbata huiuſmodi,quatenus tamen in vſu ſint,& Sacris Canonibus,ac Concilij Tridentini decretis,atque conſtitutionibus Apoſtolicis non aduerſentur, aut reuocata, vel ſub aliquibus reuocationibus comprehenſa non ſint, authoritate Apoſtolica,tenore præſentium,perpetuo confirmamus, & approbamus,illisque perpetuæ,& inuiolabilis firmitatis robur adijcimus, omnesq;

& singulos tam iuris, quam facti, aliosque etiam substantiales defectus, si qui in eisdem interuenerint, supplemus, eaque valida, & efficacia fore, & esse, perpetuamque roboris firmitatem obtinere, & ab omnibus, quos concernunt, & concernent, in futurum, inuiolabiliter obseruari: Nec non dicto Priori Generali, alijsque dicti Ordinis Prælatis, Monachis, & Personis præfatis, æque, & pariformiter, & absque vlla penitus differentia, suffragari debere, eosque illis vti, frui, & gaudere posse, & debere, nec super illis tam in iudicio, quàm extra iudicium, etiam in foro conscientiæ, a quocumque molestari, pertubari, aut inquietari, vllatenus posse, sicque & non aliter ab omnibus, & singulis censeri, & ita per quoscunque iudices ordinarios, seu commissarios quauis authoritate fungentes, ac Sanctæ Romanę Ecclesiæ Cardinales, etiam de Latere Legatos, Vicelegatos, ac etiam Palatij nostri Apostolici Auditores, iudicari, & diffiniri debere, necnō quidquid secus super his á quoquam quauis authoritate scienter, vel ignoranter cotigerit attentari, irritum, & inane decernimus. Quocirca dilectis filijs Abbati Generali Monasterij de Alcobacia, ac Abbatibus Monasteriorum Sancti Benedicti Olixbonensis, & Conimbricensis Ordinis eiusdem Sancti Benedicti nunc, & pro tempore existentibus, per præsentes committimus, & mandamus, quatenus ipsi, vel duo, aut vnus eorum per se, vel alium, seu alios, præsentes literas, & in eis contenta quæcunque vbi, & quando opus fuerit, ac quoties pro parte Prioris Generalis, Prælatorum, Monachorum, & Religiosorum præfatorum, nunc, & pro tempore existentium, fuerint requisiti, solemniter publicantes, eisque in præmissis efficacis defensionis præsidio assistentes, faciant, authoritate nostra, præsentes literas, & in eis contenta huiusmodi firmiter obseruari, ipsosque, & eorū quēlibet, ipsis pacifice frui, & gaudere, non permittentes eos desuper per quoscumque, contra earundem præsentium tenorem, quomodolibet molestari. Contradictores quoslibet, & rebelles, per censuras, & pœnas ecclesiasticas, aliaque opportuna iuris, & facti remedia, appellatione postposita, compescentes, legitimisque super his habendis seruatis processibus, censuras, & pœnas ipsas, etiam iteratis vicibus, aggrauando, inuocato etiam ad hoc (si opus fuerit) auxilio brachij secularis. Nō obstantibus præmissis, ac felicis recordationis Bonifacij Papæ VIII. similiter prædecessoris nostri de vna, & in Concilio Generali edita de duabus diætis, dummodo vltra tres diætas aliquis authoritate præsentium, ad iudicium non trahatur, ac alijs constitutionibus, & ordinationibus Apostolicis, statutis, & consuetudinibus, etiam iuramento, confirmatione Apostolica, vel quauis firmitate alia roborati-

tis

tis,priuilegijs quoque, indultis, & literis Apoſtolicis in contrarium præmiſſorum eidem Ordini quomodolibet conceſsis, confirmatis, & approbatis. Quibus omnibus,& ſingulis,eorum tenores præſentibus pro expreſsis,& ad verbum inſertis habentes, hac vice dumtaxat,ſpecialiter,& expreſſê,ac latiſsimé derogamus,cæterisque contrarijs quibuſcunque. Aut ſi aliquibus cõmuniter,vel diuiſim ab Apoſtolica ſit Sede indultum,quód interdici,ſuſpendi, vel excommunicari non poſsint, per literas Apoſtolicas non facientes plenam, & expreſſam,ac de verbo ad verbum de indulto huiuſmodi mentionem. Dãtum Romę apud Sanctum Petrum ſub annulo Piſcatoris, die XIII. Martij MDC. Pontificatus noſtri anno Nono.

M. Veſtrius Barbianus.

Confirma o Papa Clemente Quarto todas as liberdades,priuilegios, & indulgencias por ſeus Anteceſſores concedidas â Ordem do Templo.

160 CLEMENS Epiſcopus ſeruus ſeruorum Dei. Dilectis filijs Præceptori,& Fratribus Domus Militiæ Templi in Hiſpania Salutem,& Apoſtolicam benedictionem. Cum á nobis petitur,quod iuſtum eſt,& honeſtum,tam vigor æquitatis, quám ordo exigit rationis,vt id per ſolicitudinem officij noſtri ad debitum perducatur effectum. Eapropter, dilecti in Domino filij, veſtris iuſtis poſtulationibus grato concurrentes aſſenſu,omnes libertates,& immunitates á prædeceſſoribus noſtris Romanis Pontificibus ſiue per priuilegia,ſeu alias indulgentias,vobis vel domui veſtræ conceſſas, nec non libertates,& exemptiones ſæcularium exactionum á Regibus,& Principibus,alijsque Chriſti fidelibus rationabiliter vobis,aut Domui prædictę indultas,ſicut eas iuſtê,ac pacificé obtinetis,vobis, & per vos eidem Domui, authoritate Apoſtolica, confirmamus, & præſentis ſcripti patrocinio communimus. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam noſtrę confirmationis infringere,vel ei auſu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare præſumpſerit: indignationem Omnipotentis Dei,& Beatorum Petri,& Pauli Apoſtolorum eius ſe nouerit incurſurum. Datum Peruſij quarto Kalendas Iunij. Pontificatus noſtri anno primo.

Outra tal do meſmo teor do Papa Cregorio X.

162 GREGORIVS Epiſcopus ſeruus ſeruorum Dei. Dilectis filijs Magiſtro,& Fratribus Domus Militię Templi Hieroſolymitani ſalutem, & Apoſtolicam benedictionem. Cum â nobis petitur quod iuſtum eſt, & honeſtum, tam vigor æquitatis, quâm ordo exigit rationis,vt id per ſolicitudinem officij noſtri ad debitum perducatur effectum. Eapropter, dilecti in Domino filij veſtris iuſtis poſtulationibus inclinati, omnes libertates,& immunitates à prædeceſſoribus noſtris Romanis Pontificibus per priuilegia, & alias indulgentias Domui Veſtrę conceſſas,nec non libertates, & exemptiones ſæcularium exactionum à Regibus, & Principibus, & alijs Chriſti fidelibus rationabiliter vobis indultas,terras quoque,poſſeſſiones,& alia bona veſtra ſicut ea omnia iuſtê,ac pacificê obtinetis,vobis,& per vos eidem Domui,authoritate Apoſtolica,confirmamus,& preſentis ſcripti patrocinio communimus. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam noſtrę confirmationis infringere,vel ei auſu temerario contraire.Si quis autem hoc attentare preſumpſerit:indignationem Omnipotentis Dei, & beatorum Petri, & Pauli Apoſtolorum eius ſe nouerit incurſurum. Datum Laterani XII Kalendas Iunij. Pontificatus noſtri anno primo.

Parecer do Illuſtriſſimo,& Reuerendiſſimo Biſpo da Cuarda Dom Frey Lopo de Siqueira ſobre hauerem de gozar os Caualleiros das Ordens Militares do priuilegio do foro,ainda que não tenham tença,nem mantença.

163 SOBRE como ſe hà de entender a Ordenação do liuro 2. titulo 12. §. vltimo em quanto declara,que nenhumas peſſoas,que forem prouidas no habito das Ordens Militares,gozem de priuilegio algum dellas (ainda que ſeia priuilegio de foro) ſaluo aquelles,que tiuerem com o habito Comenda,ou tença,que com elle lhe ſeia dada,ou mantença tal,comque ſe poſſam gouernar.Para entendimento deſta Ordenação ſe ham de premittir as couſas ſeguintes.

Primeira mente a izençã das peſſoas eccleſiaſticas conforme a opiniam commum he de direito diuino:aſsi o tem a gloſſa *verbo, & diſcuti* 86. *diſt.* aqual Iaſ.*in l.eſt ceptum n.*3 *ff iuriſdictione omnium iudi. cum appellat notabilem* ſemelhante he a gloſſa no capitulo. *Quanquam de cenſibus lib.* 6.aqual opiniaõ ſeguem todos commummẽ-

te

te na dita gloſſa *verbo, & diſcuti* principalmente *Roman. ſing.* 414. *Cardin. in repetitione cap. Perpendimus de ſententia excomunic. oppoſitione* 7. *Abbas, & Felin. in cap. Eccleſiæ Sanctæ Mariæ de conſt n.* 7. & *Couar. pract. c.* 31. *à n.* 1. *cum ſequentibus.* ainda, que a não ſegue a cha ma commua, & por ella refere muitos, & entre elles he o inſigne Na uarro na repetiçam, que fez no capitulo *Nouit. de iudicijs*: a meſma defende *Mart. de iurisdictione 2. parte c.* 6. *per totum.* O meſmo ſuppoem *Molina de iuſt. & iu. tract.* 2. *quæſtione* 672. *in fine* dizendo que o coſtume nam pode derogar eſta izençam allegando para iſſo a authentica *Caſſa Cod. de Sacroſanctis eccl.* E dos noſſos tratando do entendimento deſta Ordenaçam ſuppoem por couſa certa eſta opiniam *Reinoſo obſeruatione* 2. *n.* 17. & 18.

Segundo ſe ha de premittir, que os Comendadores, & Caualleiros das Ordens Militares ſam verdadeiramente Religioſos, & peſſoas eccleſiaſticas: o q̃ ſe proua, porque a Religião, que elles profeſſam inſtituida, & ordenada para pelejar pella Fê de Chriſto, & bem das Reſpublicas Chriſtans, por ſeu fundamento he verdadeira Religiam conforme a doutrina de Sancto Thomas *ſecunda ſecundæ quæſtione* 188. *art.* 3. E aſsi lho chamam os Summos Pontifices em todas as bullas, que em ſeu fauor, & confirmaçam tem paſſado, como conſta do teor dellas, & das que ſe paſſam às Milicias de Caſtella, de cujos priuilegios as deſte Reyno gozam, das quais tratta *o Lecciado Diogo da Motta de confirmatione Ordinis Militiæ Sancti Iacobi l.* 2. *capite* 1. §. 2. & refere por ſentença ſerem os Militares verdadeira, & propriamente Religioſos. O meſmo tem o inſigne doctor *Nauarro de redditibus eccleſ. quæſtione* 1. *monitione* 55. & 56. & em confirmaçam deſta opiniam *quæſtione* 3. *monitione* 28. traz em o meſmo tratado huma apologia de Miguel Amaranhon em lingoajem Heſpanhola, em que moſtra com muitas razoens ſerem os Comendadores, & Caualeiros do habito Militar verdadeiramente Religioſos: & o meſmo confeſſa em muitos lugares dos ſeus conſelhos, os quais refere *Miranda in manu Prælatorum tom.* 2. *quæſtione* 10. *art.* 4. & faz diſſo huma concluſam na maneira ſeguinte. *Milites, Nobiles Viri, & Equites Ordinum, & Religionum Militiarum Diui Iacobi, Calatrauæ, & Alcantaræ, aliarumque ſimilium Religionum congruentiſsime, atque conuenientiſsime, & proprie dici poſſunt Religioſi, non abſoluè, atque ſimpliciter, ſed cum addito Militaris, hoc eſt, ad prælium, ſiue militiam Ordinati.* O meſmo de fede *Gregorio Lopes* nas Leys das partidas *partita* 1. *tit.* 6. *l.* 1. 5. *pro parte verò contraria* dizendo, que ainda q̃ hoie naõ guardem os votos ſubſ-

tanciaes da Religiam em seu rigor, basta no principio de sua creaçam serem instituidas com ella, paraque ainda que hoje estejam dispensados do seu rigor, nam deixem de ser verdadeiras Religioens allegando para isso a doutrina da Ley. *Quod fauore Cod. de legibus.* Dos nossos o tem *Gabriel Pereira de Castro* nas suas decisoens *decisione* 58. *n.* 3. & *Aluaro Vaz* nas suas consultaçoens *consultatione* 131. *n.* 5. & *Reinoso obseruatione* 2. *n* 14. & a nossa mesma Ordenação os nomea entre pessoas ecclesiasticas no liuro 2. tit. 3. in principio, & tambem nesta Ordenação do titulo 12. (de que trattamos) suppoem serem Religiosos. E assy se pratica em todos os tribunaes deste Reyno.

Tertiò præmittendum est, que o Mestre das Ordens Militares, em quanto Mestre, nam he mais, que hum Prelado, como os das outras Religioens. E assy na pessoa Catholica de sua Magestade (que Deos guarde) se consideram dous poderes distinctos, & separados entre sy: hum que toca á pessoa Real, em quanto Rey, & outro que lhe toca, em quanto Mestre. E oque pode fazer como Rey, não lhe he licito fazelo como Mestre, nem ao contrario, o que pode fazer, como Mestre, naõ o pode fazer como Rey, como doutamente o notou o *Doctor Cabedo* nas suas decisoens 1. *part. decisione* 61. *n.* 4. *Gabrielius Pereira in suis decisionibus decisione* 58. *n.* 7. E em quanto Mestre naõ pode sua Magestade fazer couza alguma contra o direito commum canonico, nem breues de sua Santidade, nem contra a izençam das ditas Ordens Militares, em as quais nam tem mais, que oque lhe cõcedeo o Papa Iulio III. no breue da anexação dos Mestrados, que se fez à Coroa: oqual foi passado aos 15. de Ianeiro de 1551. no anno II. do seu Pontificado: onde o Papa lhe encarrega a izençam, & conseruaçã dos bẽs das ditas Milicias aos Reys deste Reyno em quanto Prelados delles. E como os bens da hõra sã de maior estima (como todos os Doctores confessão) estes tem obrigação o Mestre de guardar, & defender, & acerca delles, & de sua dispensação nam pode couza alguma mais, que em quanto o Summo Pontifice lhe der de iurisdição, & poder, porque da Sê Apostolica tomaõ as Milicias, & mais Ordens a regra, & todo seu ser. *Capite final. de Religiosis domibus.* Eo capitulo 1. no mesmo tit. lib. 6. *Gregorius Lopes vbi supra* no meio do dito §. *pro parte veró contraria.* E como dizemos, que o Mestre das Ordens Militares hê como os demais Prelados das outras Religioens; fica claro que elle não pode fazer contra ellas, & sua izençaõ couza alguma pella regra do capitulo *Cùm inferior de maioritate, & obedientia.* E por conclusaõ deste premisso dizemos que sua Magesta-

de co-

de como Rey nam podia fazer esta Ordenaçaõ por ser materia de pessoas ecclesiasticas: E assi confessa nella, que o faz como Mestre. E quando vem á esta declaração, que se nella contem, & deque tratta mos, diz, que o faz conforme ao Breue de Leão X. por onde consta, que elle nam fez esta Ley, como Rey, & fazendoa como Mestre, era necessario conforme ás deffiniçoens das Milicias primeiro decretar, se em capitulo geral por virtude do ditto breue: oque senão fez. E se no ditto breue vinha isso determinado, & declarado, ouuera de se referir á substancia do dito breue, como o notou *Puteo lib.* 8. *decis.* 122. *n.* 4. porque declarar o ditto breue não pertencia a sua Magestade, nem em quanto Rey, nem em quanto Mestre, conforme a doutrina do texto *capite cùm venisset de iudicijs*, oqual diz assi. *Cùm super priuilegijs Sedis Apostolicæ causa vertatur, nolumus de ipsis per alios iudicari.* E nam só serue a doutrina deste texto para à declaração, que se fez na Ordenação, mas para ella se hauer de praticar, porque ella se funda em breue de sua Sanctidade. E sô elle, & seus Ministros a ham de declarar, & não os Iuizes seculares. *Cutierres practicarum lib.* 3. *&* 4. *quæstione* 28. *n.* 2. & he tanto assy que o Mestre não pode fazer, nem declarar nas Milicias cousa alguma, q̃ para ElRey Phelippe o Prudẽte fazer Visitadores, foi necessario breue de Clemente VIII. como o hâ S. Magestade para tudo, oque nellas quer Ordenar contra seus statutos. Conforme as causas, q̃ temos premittido se inferẽ as cõclusoens seguintes.

PRIMEIRA CONCLVSAM.

A Primeira he, que segundo a opinião commum de a izenção ecclesiastica pertencer ao direito diuino, nem por breue de sua Sanctidade se podia tirar a izenção do foro, deque tratta a Ordenação, aos Comendadores, & Caualleiros, por serem pessoas ecclesiasticas, & competirlhes como tais *ex natura rei* a izenção do foro, & canone. Prouase esta concluſam doque dissemos no primeiro, & segundo premisso, onde largamente prouamos, que os Comendadores, & Caualeiros são verdadeiramente Religiozos, & como tais izentos.

SEGVNDA CONCLVSAM.

AInda que a izençaõ das peſſoas eccleſiaſticas não ſeja de direito diuino,ſenão *de iure humano*,como tem *Couar. practicarùm dicto cap.*31.*n.*2.§.*ſecunda concluſio*,& outros,que elle refere,com tudo a Ordenaçaõ, deque tratamos,ſenão pode defender por ſer feita ſem iuriſdição.Porque ſua Mageſtade como Rey,nẽ como Meſtre podia fazer a declaraçaõ,que ſe nella conthem pellas razoens appontadas no terceiro premiſſo. E aſsy como a ditta Ordenaçam foi nulla *â principio* por falta de iuriſdição, & poder, naõ podia o tempo,nem coſtume darlhe valia,por ſer conforme â huã regra de direito *in* 6.que dis aſsy.*Non firmatur tractu temporis, quod de iure ab initio non ſubſiſtit.l.quod ab initio ff.de regulis iuris*,& o meſmo defende *Molina de iuſt.& iure tract.*2.*quæſtione* 632.*in fine*,onde falando do Coſtume,diz,que nenhum pode preualecer contra a izençaõ eccleſiaſtica:antes deue ſer extincto por a authentica *Caſſa de Sacroſanctis eccleſijs.*

TERCEIRA CONCLVSAM.

AOrdenação deque tratamos naõ contem em ſy mais, q̃ o q̃ diſpoem o breue de Leão X.como della ſe vé,dizendo, que a declaração,que fas,he conforme o breue do ditto Pontifice:porque as Leys declaratiuas naõ dizem mais,que oque ſe contem naquillo, que ellas declaraõ, principalmente quando o Legislador não tem mais poder,nem iuriſdição, que a Ley, & breue, aque ſe remete. E como quer,que o breue de Leão X.ſe reuogou por outro breue de Paulo iij.não ficou tendo força o breue de Leão X. E por conſequencia nem a Ordenação, que ſe nelle funda: por quanto a Ley depende de iuriſdiçaõ,não he neceſſario mais,que faltar ella,para faltar a Ley,conforme a doutrina do P. Soarez,*de legibus lib.* 6.*c.* 8.*n.* 4. *cum ſequentibus* oqual enſina,que quando ſe duuida da Ley proceder em algum caſo por falta de poder,& iuriſdiçam,para ſe alcançar o entendimento commum della,ſe ha de recorrer ao que inſinam os prĩcipios de direito:& naõ à vontade do Principe,*in hæc verba:probatur, quia tunc non agitur de interpretanda ſuperioris voluntate,ſed de poteſtate,quam non tenemur interpretari ex iudicio ipſius Principis, quando ipſe illam non declarauit:ſed ex principijs Theologiæ,aut iuris.* E daqui ſe infere claramente como nam obſta contra a reuogaçaõ, que fes o Papa Paulo iij,o que tem *Sapientiſsimus meus Magiſter Iacobus de*

Bri-

Brito non solum muneribus Regijs, sed maioribus literis condecoratus, em quanto no seu compendio *diuersorum titulorum* diz, que nam vala dita reuogaçam de Paulo iij. porque nam foi *impetrada per ElRey & que he necessario* para ella ser valida declarar sua Magestade, que o ha assy por bem. Porque conforme ao que ensina o Padre Soares, *insignis Magister communis dicto loco* para se iulgar se a reuogaçam do breue de Leam X. & a Ordenaçam, q̃ por elle se fez, he valiosa, nam se ha de recorrer à vontade do Principe, pois della nam depende, senam aos principios de direito: segundo os quais pello breue segundo se reuoga o primeiro *præcipue* quando delle se faz mençam *cap. cæterum de rescriptis, vbi Doctores cap. 1. de const. lib. 6. in fine. Vbi glossa verbo expresse.* E assy tanto que se passou o breue segundo de Paulo iij a fim de reuogar o de Leam X. nam teue força mais nẽ por consequẽcia a Ordenaçam, que delle se fundou. Porque para se reuogar o breue de Leam X. nam era necessario conforme as regras de direito mais que fazerse mençam delle quando o reuogou o Papa Paulo iij. E a clausula de estar feita a dita Ordenaçam por elle nam podia difficultar o passarse o breue da reuogaçam, pois a Ordenaçam encontra as regras de direito, & he contra a liberdade ecclesiastica, & exorbitante como o dito Doctor Diogo de Brito confessa, & como tal odiosa ao Summo Pontifice: & nam podia difficultar a dita reuogaçam, nẽ preualecer, ainda, que se praticasse por muitos annos, como expressamente se decide na authentica *Cassa Cod. de Sacrosanctis eccles.* aqual *in toto orbe terrarum* anulla tudo, oque he contra a liberdade ecclesiastica, como sobre ella o ensina Bart. n. 2. de sua Lectura, & no n. 3. diz elle, que tem a authentica lugar quando alguma Ley encontra os priuilegios das pessoas ecclesiasticas. O mesmo tem o capitulo *Nouerit de sententia excommunicationis.* E como quer que a Ordenaçam hẽ exorbitante, & contra o priuilegio de pessoas ecclesiasticas nam hauia para que o Summo Pontifice fizesse mençam della, & bastaua fazella do breue, em que ella se funda derogãdoo expressamente para a derogaçam ter seu effeito, sem ser necessario interuir a declaraçam, & consentimento de sua Magestade principalmente porque os priuilegios das Ordens Militares sẽpre se hão de interpretar em seu fauor, por ostais preuilegios se fundarem em bem commum, & terem para isso particular breue de Leam X. que assi o manda, passado no anno primeiro de seu Pontificado, de nosso Senhor IESV Christo de 1513. Fas tambem à isto o principio de direito, que temos que *facilius reducuntur legès exorbitantes ad sua principia*: oque prouam os *Doctores in capite Ecclesia Sancta, de constitutionibus.* E segun-

do isto se ha de admitir a dita reuogaçam, por ser conforme a direito commum. Por esta razão considero tambem oque suppoem *Couar. practicarum capite* 36. *n.* 2. que se sua Magestade der hum beneficio do Padroado Real declarando no rescripto da colacam, q̃ sem ẽbargo de ser do Padroado, o dà por aquella vez, val a tal collacã, sendo assy que as Igrejas, & beneficios do Padroado se contam entre os bens da Coroa, como o notou *Cabedo capite* 12 *numero* 6. *capite* 4. *numero* 6. *de patronatibus Regiæ Coronæ*, logo com mais razaõ hade valer o breue de Paulo Terceiro com só fazer mençaõ doque passou Leaõ X. ser concedido á instancia de ElRey, pois nesta reuogaçaõ naõ se offende bem algum da fazenda Real: antes he em seu fauor, como a baixo diremos, nem menos faz contra a ditta terceira conclusaõ, o que considera o ditto Doctor Diogo de Britto da regra que nouamente se fez da Ordem de Christo, em quanto quer confirmar sua opinião com a ditta regra não declarando, que os Caualeiros, & Comendadores gozassem seus priuilegios, sem que tiuessem a renda, que a Ordem requere: porque basta o que o dito Doutor tacitamente diz contra a ditta regra por se ordenar nella, que se pedisse a Sua Magestade & a sua Sanctidade declaraçaõ para fazer pouca proua, nem ser materia de consideração, maiormente quando está decidido em direito, que duuidandosse de algum preuiligio se recorra ao Summo Pontifice que o concedeo: como claramente o diz o capitulo *cùm veniſſent de iudicijs.* E assy se deuia fazer em cazo, que o breue de Leão Decimo não estiuera reuogado pello de Paulo Terceiro, fazendo expressa menção delle. E nam era numqua necessario recorrer a sua Magestade, pois não dependia de sua vontade a ditta reuogação.

E para estender mais a opiniam, que defendemos, dizemos, que posto que o breue de Leam Decimo não estiuera reuogado, como está, ainda assy não obrigaua, porque com elle se reuogauão diretamente priuilegios concedidos *ob remunerationem*, como sam os das Ordens Militares, & estes tais nam se podem reuogar, nem Sua Sanctidade quer que se reuogem, sem serem ouuidas as pessoas aque toca, por terem natureza, & condiçam de priuilegios concedidos em razão de contrato, os quais o Principe não pode reuogar sem ouuir as partes, como o notou *Menoch. consultatione* 307. *numero* 7. E não somente por esta razão o Breue de Leam Decimo nam tinha força: mas tambem porque os priuilegios das Ordens Militares sam onerosospella obrigaçam, que tem de pelejar pella Fee de Christo, &

por

por outras a que ſam obrigados pellos votos. E eſtes tais priuilegios oneroſos nam podem ſer reuogados pello Principe ſem ouuir as partes. *Item Menoch. conſ.* 461. *n.* 12. E em termos, & caſo, deque tratamos ſente o meſmo Gabriel Pereira de Caſtro appoſtilando a Ordenaçam, & priuilegio de Leaõ 2. *parte manus Regiæ cap.* 58. *n.* 5.

E ſuppoſto, que o breue de Leaõ Decimo não era valido, ficou a Ordenação, de quanto tratamos, ſendo Ley, não ſoo exorbitante, por ſer contra as regras de direito commum, mas preiudicial, & diretamente contraria à liberdade, & izençam de peſſoas eccleſiaſticas, como ſam Religioſos Militares, & como tal nam tem força, nem valor, antes *aboleri debet* de tam iuſtas Leys, como ſam as da noſſa Ordenação, como expreſſamente o manda a authentica *Caſſa Cod. de Sacroſanctis Eccleſ. ibi penitus aboleri mandatur.*

E para maior confirmação doque defendemos, dizemos, que ainda que o breue, & a Ordenação foram valioſos, ainda neſtes termos nam comprehendiam os Commendadores, & Caualleiros de Chriſto, conforme ſe declara no *diploma Regio*, que eſtâ eſcrito no liuro, que ſerue na Relaçaõ de Lisboa, deque faz menção o Doutor Diogo de Brito nos lugares, em que o citamos: onde claramente diz, q̃ os prouidos das Ordens dos Meſtrados de Auis, & Sam Tiago nam gozam dos priuilegios das Ordens, nam tendo a tença, ou mantença, deque alli ſe trata, que he a meſma, deque fala a Ordenaçam, & nam fala nos Commendadores, & Caualleiros da Ordem de Chriſto: & aſsi as nam pode comprehender.

E dado caſo, que falara nelles todos, como fala a Ordenaçam ainda aſsy não pudera comprehender os de Chriſto, nem os que tem promeſſa de tença, ou Comenda, porque he principio de direito, q̃ todas as vezes, que as Leys exorbitantes podem receber dous ſentidos, ſe ham de entender, & practicar naquelle, que menos preiudica à Ley, ou priuilegio, deque ſe ella deſuiou, como o notou *Nauarro lib.* 3 *conſiliorum conſ.* 2. *ſub titulo de cohabitatione Clericorum. n.* 2. E aſsy a Ordenaçam ſe deue entender, & praticar (em caſo, que fora valida) ſôem aquelles Caualleiros, que tomaram o habito ſem promeſſa de tença, & nam naquelles, que o tomaram com promeſſa de Comenda, ou tença porque doutro modo fora caſtigar a Ley aos que nam cometendo culpa, os priuaua dos priuilegios, ſó à falta da promeſſa Real, *quod inciuile eſt cogitare*, pois conuem à grandeza de Sua Ma-

geſtade,& a razaõ do ſeu eſtado,& bom gouerno auerem ſe ſuas promeſſas,como poſtas em effeito. E o contrario diſto he muito em prejuizo da fazenda de ſua Mageſtade,porque ſatisfazendo hoje gráes ſeruiços com eſtas promeſſas,ſe ſe declarar que ellas nam baſtam para gozar dos priuilegios das Ordens Militares, ſerá força dar Sua Mageſtade logo com effeito as tenças,em tempo,que ſua Real fazenda eſtá tam neceſsitada, porque doutro modo nam acceitaram ſeus Vaſſalos os habitos das Ordens Militares,pois com elles nam gozaõ de priuilegio algum.E por eſtas,& outras razoens ſe tem practicado em muitos caſos, que a Ordenação nam tem lugar, por quanto os habitos ſe tomaraõ com promeſſa de Comenda, o u tença. E ſe he verdade,como he,que tudo,o que ſe conſidera nas Leys ſe há de reduzir ao principio dellas, como o notou doutiſsimamente *Sanch. lib.7.de matrimon.diſp.8.n.12.*E he texto expreſſo na *l.2. ff. de iuris, & facti ignorantia l.2 Cod.de imponenda Lucratiuorum deſcriptione lib.10 gloſa in capite Alma mater,verbo eccleſijs de ſent.excomun.lib. 6.* firmemente podemos dizer,que a Ordenaçaõ ſe naõ pode entender nos que tomaraõ o habito com promeſſa: porque a tençaõ, comque El Rey Dom Manoel ouue o breue de Leão Decimo foi ſô a fim de o Meſtre de San tiago,& Auis não dar tantos habitos,como naquelle tempo daua ſem promeſſa alguã,& a iſſo tira o diploma, que refere o Douter Diogo de Britto,dequc aſsima falàmos,& não he de crer, que ſua Mageſtade hoje ſendo Meſtre das tres Ordens Militares,contra ſeus priuilegios,& contra a razam de ſeu eſtado,queira que ſe pratique a Ordenação naquelles, que a titulo de ſua Real promeſſa tomarão o habito,por qãnto quãdo não ouuera outros grãdes inconueniẽtes, baſtaua ſô o poderſe dizer, que ſua Mageſtade enganaua aos tais prouidos,não lhes dando com a merce do habito couſa alguma para a tal practica ſe não poder em modo algum admittir.

Suppoſtas as cõcluſoens ditas,& o direito,cõmq̃ ſe ellas prouão, com tudo o mais,que temos apontado,fica claro,que os Comendadores,& Caualleiros do habito,ainda que não poſſuão Comendas, nem tenças,gozam dos priuilegios Militares, & da izenção do foro, nam obſtante as palauras da dita Ordenação,aqual quando fora valida (oque negamos) nam ſe podia practicar nos que á titulo de promeſſa, ou tença tomaraõ o habito das tres Ordens Militares. E aſsy nenhuns Caualleiros nas cauſas criminaes podem ſer remittidos à Iuizes ſeculares,como doctamente o proua *Gabriel Pereira de Caſtro 1.parte deciſione 58.n. 6.* acrecentando, que ainda que os tais

Comen-

Comendadores,& Caualeyros consintam,se nam pode fazer a tal remissaõ pella regra do capitulo. *Si diligenti de foro competenti*, dizendo as palauras seguintes. *Illud enim totum Summo Præsuli reseruatum extitit in signum suæ supremæ potestatis.*

E os Ministros que remettem os tais Comendadores,& Caualeyros aos Iuizes seculares encorrem em excommunhão da Bulla da Cea, & iuntamente os Superiores,que o consintem,como se vio no cazo de Dom Aluaro de Luna,em que ElRey Dom Ioão o segundo de Castella por consintir na sua remissão, & sentença impetrou dispensação do Summo Pontifice,& o mesmo dizem aconteceo á Senhora Dona Caterina Raynha de Santa memoria, que por consentir que sentenceasem a morte Ioaõ Palha,tendo o habito, ouue absoluição da See Apostolica,aqual se lhe concedeo com condiçam que fosse dos Estaos á São Domingos a pee, & alguns dizem que com hũa vella na mão. Pelloque quando naõ ouuera outra couza mais que o risco de encorrer em tal censura, era iusto, & rezam, que se intrepretase a Ordem em fauor dos priuilegios, & se ouuese por derogada em quanto Sua Santidade naõ declarasse, que queria consentir o que nella se contem,sem embarguo de ser contra a liberdade Ecclesiastica. O que nunqua se pode presumir da benignidade & clemencia da See Apostolica nem menos da grandeza de sua Magestade pois he Mestre,& defensor das Ordens Militares, com cujos bens,& rendas paga os mais assynalados seruiços, que lhe fazem.

Por remate de tudo o que dizemos, consideramos as palauras, com que o Doctor Gabriel Pereira de Castro seguio a contrariá opinião, 2. *parte manus Reg. cap. 58. n. 27. versiculo. an autem.* Porque pondo por questam,se poderiam gozar os Caualeyros Militares do priuilegio do foro com sô tomarem o habito com promessa,diz estas paláuras. *Ego inclino non gaudere, visa forma Ordinationis, quæ nititur breui Leonis, non Regia potestate.* E vendo o ditto Doctor a grande difficuldade,que hauia contra o ditto breue de Leão X. diz as palauras seguintes. *Sed adhuc dici potest. quôd nec breue Leonis sufficiat ad minuenda priuilegia Militijs concessa impetratum ad Regis instantiam, quia requirebatur breuium antiquorum derogatio specialis, & debuit audiri Magister*, de modo que com estas palauras segue a nossa opinião, em quanto dizemos no n. 7. que o Breue de Leão X. naõ tem força, nem vigor, por razão de se derogarem com elle os priuilegios concedidos ás Ordens Militares, de que confessa o ditto Doctor que se auia de fazer especial derogação, & hauia de

ser ouuido o Mestre,como notamos no terceiro premisso,& assy cõsiderado bem o que o ditto Doctor diz,segue a nossa opinião assy em quanto confessa,que o breue de Leão X.está reuogado pello de Paulo III.como em dizer,que o breue de Leão X. não era valiozo para deregar os priuilegios da Ordem,como se contem nas suas palauras,que aqui referimos,em o que dizemos no n. 7. Em tanto que vendo como se não podia sustentar a contraria opinião,á que elle se inclinou,se remetteo ao costume antigo com estas palauras. *Nisi dicamus quod longæuus vsus inducit approbationem*, sendo assy que nas materias,que encontraõ a liberdade Ecclesiastica, & os priuilegios das pessoas Ecclesiasticas,senão admitte costume,nem vso em contrario:por mui antiguo,que seja,como expressamente está decidido na authentica *Cassa Cod.de Sacrosãctis Eccles.*& o diz expressamẽte Molina *de iust.& iure tract. 2. disp. 672.in fine* nas palauras seguintes. *Illud postremo hoc loco addiderim inualidam esse aduersus ecclesiasticam libertatem quamcumque contrariam consuetudinem: atque adeo nullo tempore aduersus eandem libertatem præscribi.* Com o que se mostra bem,que a opinião contraria ao que dizemos,se não pode defender em direito,& aque temos,& defendemos,he mui conforme as regras de direito,& a razão,& ao que conuem ao seruiço de suaMagestade como Rey,& Senhor,& como Mestre. *sub censura.*

Fr.L.Bispo da Guarda.

BVLLA DO PAPA VRBANO SEXTO, POR. que toma sob protecção do Bemauenturado São Pedro,& sua as pessoas do Mestre,& Caualleiros da Ordem de nosso Senhor IESV Christo, & seu Conuento,& Casa de Crasto Marim: & confirma todas as liberdades,immunidades,priuilegios,& outras quaesquer graças,& indulgencias aos dittos Religiosos, & sua caza pellos Santos Padres seus predecessores & pellos Reis,Principes,& outras quaesquer pessoas concedidas.

164 VRbanus Episcopus Seruus Seruorũ Dei. Dilectis filijs Magistro,& Fratribus Domus Militiæ Iesu Christi de Castromarino Siluẽsis Diocesis salutẽ,& Apost.benedictionẽ. Cũ a nobis petitur quod iustũ est,& honestũ,tã vigor çquitatis, quã etiam ordo

exigit

exigit rationis, vt id per ſolicitudinem officij noſtri ad debitum perducatur effectum. Eapropter, in Domino dilecti filij, veſtris iuſtis poſtulationibus grato concurrentes aſſenſu, perſonas veſtras, & domum veſtram, in qua eſtis ad laudem Dei, & gloriam, atque defenſionem fidelium ſuorum, & liberandum Dei Eccleſiam congregati, cũ omnibus bonis, quæ in præſentiarum rationabiliter poſsidetis, aut in futurum iuſtis modis, præſtante Domino, poteritis adipiſci, ſub Beati Petri protectione ſuſcipimus, atque noſtra: Omnesque libertates, & immunitates à prędeceſſoribus noſtris Romanis Pontificibus, ſiue per priuilegia, vel alias indulgentias, vobis, & Domui veſtræ prædictæ conceſſas, nec non libertates, & exemptiones ſecularium exactionum à Regibus, Principibus, vel alijs Chriſti fidelibus rationabiliter vobis, & domui prædictæ indultas, ſicut eas iuſtè, & pacificé obtinetis, vobis, vel per vos, eidem domui authoritate Apoſtolica confirmamus, & preſentis ſcripti patrocinio communimus. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam noſtræ confirmationis infringere, vel ei auſu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare preſumpſerit, indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri & Pauli Apoſtolorum eius ſe nouerit incurſurum. Datum Ianuę ſexto Non. Iul. Pontificatus noſtri anno nono.

Outra Bulla do Papa Ioão XXIII. porque confirma ao Meſtre, & Caualleiros de Noſſo Senhor Ieſu Chriſto do Conuento, & Caſa de Thomar as graças, priuilegios, izenções, & liberdades, que pellos Santos Padres, Reys, Principes, & outras peſſoas lhe erão concedidas.

164 IOANNES Epiſcopus ſeruus ſeruorum Dei. Dilectis filijs Magiſtro, & fratribus Domus Militiæ Ieſu Chriſti de Thomerio Vlixbonenſis Dioceſis ſalutem, & Apoſtolicam benedictionem. Solet annuere Sedes Apoſtolica pijs votis, & honeſtis petentium precibus fauorem benenolum impertiri. Eapropter, dilecti in Chriſto filij, veſtris iuſtis poſtulationibus grato concurrentes aſſenſu omnes libertates, & immunitates à prædeceſſoribus noſtris Romanis Pontificibus, ſiue per priuilegia, ſeu alias indulgentias, Vobis, & Domui veſtræ prędictę conceſſas; nec non libertates, & exemptiones ſecularium exactionum â Regibus, Principibus, vel alijs Chriſti fidelibus rationabiliter vobis, & domui prædictæ indultas, ſicut eas iuſtè, & pacificé obtinetis, vobis, & per vos, eidem domui authoritate Apoſtolica

tolica confirmamus, & preſentis ſcripti patrocinio communimus. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam noſtræ confirmationis, & communitionis infringere, vel ei auſu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare preſumpſerit, indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli Apoſtolorum eius ſe nouerit incurſurum. Datum Romę apud Sanctum Petrum VII. Idus Auguſti Pontificatus noſtri anno ſecundo.

Conſeruatoria da Ordem de Chriſto.

365 INNOGENTIVS Epiſcopus ſeruus ſeruorum Dei. Venerabilibus fratribus vniuerſis Archiepiſcopis, Epiſcopis, eorũque officialibus, & in ſpiritualibus Vicarijs Generalibus, ac dilectis filijs Abbatibus, Prioribus, Decanis, Archidiaconis, Cantoribus, Theſaurarijs, & quibuſuis alijs perſonis dignitate eccleſiaſtica præditis, ac Metropolitanenſium, & aliarum Cathedalium Eccleſiarum Canonicis vbilibet conſtitutis ſalutem, & Apoſtolicam benedictionẽ. Militanti Eccleſiæ, licet immeriti, diſponente Domino, preſidentes circa curam Eccleſiarum, & Religioſorum, ac piorum locorum omnium ſolertia reddimur indefeſſa ſoliciti, ac iuxta debitum paſtoralis officij, eorum occurramus diſpendijs, & profectibus, diuina cooperante clementia, ſalubriter intendamus. Sane dilectorum filiorum nobilis viri Emanuelis Ducis Begię Adminiſtratoris perpetui per Sedem Apoſtolicam deputati Magiſtratus Militię Ieſu Chriſti Ciſtercienſis Ordinis, & Vniuerſorum Priorum, Præceptorum, & Fratrum eiuſdem Militiæ conqueſtione percepimus: Quod nonnulli Epiſcopi, alijſqũe Eccleſiarum Prelati, & Clerici, ac eccleſiaſticæ perſonæ tam Religioſę, quam ſeculares, necnon Duces, Marchiones, Comites, Barones, Nobiles, Milites, & Laici, Communia Ciuitatum, Vniuerſitates Oppidorum, Caſtrorum, Villarum, & aliorum locorũ, & aliæ ſingulares perſonæ Ciuitatum, & diœceſum, & aliarum partium diuerſarum occuparunt, & occupari fecerunt caſtra, villas, & alia loca, terras, domos, prata, nemora, vineas, molendina, poſſeſſiones, iura, & iurisdictiones, nec non fructus, cenſus, redditus, & prouẽtus, Magiſtratus Prioratuum, & Præceptoriarum, & aliorum membrorum dictæ Militię, & nonnulla alia bona mobilia, & immobilia, ſpiritualia, & tẽporalia ad Magiſtrũ pro tẽpore, ac Priores, Præceptores, Milites, Fratres, familiares, & ſeruitores, ac Vaſſallos Militię prędictæ, necnon ad Magiſtratum, Prioratus, Præceptorias, & Membra huiuſmodi communiter, vel diuiſim ſpectantia, & ea detinent indebitẽ

bité occupata,seu ea detinentibus præstant auxilium, consilium,vel fauorem:Nonnulli etiam Ciuitatum.& partium prædictarum, qui nomen Domini in vanum recipere non formidant,eisdem Emanuel Administratori,Prioribus,Prœceptoribus, Militibus, Fratribus; familiaribus,& seruitoribus,ac vassalis super prædictis Castris; Villis, Locis,& alijs terris,domibus,possessionibus,iuribus,iurisdictionibus fructibus,censibus,redditibus,ac prouentibus eorundem, ac quibuscumque alijs bonis mobilibus,& immobilibus,spiritualibus,& temporalibus,ac libertatibus,& priuilegijs dicto Ordini,rebusque,& personis eiusdem, tam á Romanis Pontificibus prædecessoribus nostris,quam aliâs ritè á Principibus secularibus concessis, nec non alijs rebus ad eosdem Magistrum,Priores,Præceptores, Milites,Fratres familiares,seruitores,ac vassallos communiter, vel diuisim spectantibus multiplices molestias,ac iniurias inferunt, & iacturas. Quare dicti Emanuel Dux,& Administrator, ac Priores, Præceptores, Milites, & Fratres nobis humiliter supplicarunt,vt cum eis, ac familiaribus, seruitoribus,ac vassallis prædictis valde reddatur difficile pro singulis querelis ad Sedem Apostolicam habere recursum,prouidere ipsis super hoc paterna diligentia curaremus.Nos igitur aduersus occupatores,detentores,præsumptores,molestatores, & iniuriatores huiusmodi illo volẽtes eisdem Administratori, & pro tempore Magistro, Prioribus,Præceptoribus,Militibus,Fratribus, familiaribus, seruitoribus,ac vassallis,remedio subuenire, per quod ipsorum compescatur temeritas,alijs aditus committendi similia præcludatur. Discretioni vestrę per Apostolica scripta mandamus quatenus vos,vel duo, aut vnus vestrum,per uos,vel alium,seu alios, etiam si sint extra loca, in quibus deputati estis Conseruatores,& Iudices,præfatis Administratori,& pro tempore Magistro, Prioribus, Prœceptoribus, Militibus, familiaribus,seruitoribus,& vassallis efficacis defensionis præsidio assistentes non permittatis eosdem super his, & prędictis priuilegijs, nec non quibuslibet alijs bonis, ac iuribus ad Magistrum, Priores, Milites, Fratres,familiares,& seruitores,ac vassallos ad Magistratũ,Militiam,Prioratus,Prœceptorias,& membra huiusmodi,vt prœmittitur, cõmuniter,vel diuisim spectantibus ab eisdem,& quibusuis alijs indebitè molestari,vel eis grauamina,vel damna,seu iniurias irrogari: facturi dictis Administratori, & Magistro pro tempore, Prioribus, Præceptoribus,Militibus, Fratribus,familiaribus, seruitoribus, & vassalis,cùm ab eis.vel procuratoribus suis,aut eorum aliquõ,fueritis requisiti,de prędictis,& alijs quibuslibet super restitutione huiusmodi castrorum,& villarum,terrarum, & aliorum locorum, iurisdictionũ

iurium,& bonorum mobilium,& immobilium,reddituum quoque & prouentuum,& aliorum quorumcumque bonorum, & prædic. torum priuilegiorum nunc,& pro tempore eis conceſſorum conſeruatione,nec non de quibuslibet moleſtiis, iniurijs, atque damnis præſentibus,& futuris,in illis videlicet, quæ iudicialem requirunt indaginem,ſummariê,ſimpliciter, & de plano, ſine ſtrepitu, & figura iudicij,in alijs vero,prout qualitas eorum exegerit, complementum iuſtitiæ. Occupatores,ſeu detentores,præſumptores, moleſtatores, & iniuriatores huiuſmodi,nec non contradictores quoslibet,& rebelles cuiuſcunque dignitatis,gradus,ordinis, vel conditionis extiterint, & quotieſcunque expedierit,authoritate noſtra, per cenſuram eccleſiaſticam,appellatione poſtpoſita, compeſcendo, inuocato ad hoc, ſi opus fuerit,auxilio brachij ſecularis. Cæterum ſi per ſummariam informationem per vos ſuper his habendam vobis conſtiterit quod huiuſmodi occupatorum,ſeu detentorum,præſumptorũ,moleſtatorum, & iniuriatorum, ac contradictorum,& rebellium præſentia, prout monitionibus,& requiſitionibus per vos, vel aliquem veſtrum de ipſis ſtatuendis tutè, ſecurè, vel commodê haberi nequierit, nos vobis,monitiones,& requiſitiones huiuſmodi, ac citationes quaslibet per edicta publica,locis affigenda publicis de quibus ſit veriſimilis coniectura,quòd ad notitiam citatorum,& nominatorum huiuſmodi peruenire valeant,faciendi,ac legitimis ſeruatis proceſsibus, cenſuras huiuſmodi iteratis vicibus aggrauandi,plenam, & liberam concedimus,tenore præſentium,facultatẽ volentes,& decernentes quód monitiones,requiſitiones,& citationes huiuſmodi perinde ipſos citatos,requiſitos,& monitos,vt præmittitur,arctent,ac ſi eis factæ,& inſinuatæ præſentialiter,& perſonaliter legitime extitiſſent. Nõ obſtantibus felicis recordationis Bonifacij Papæ Octaui prædeceſſoris noſtri, quibus cauetur nequis extra ſuam Ciuitatem, niſi in certis exceptis caſibus,& in illis vltra vnam dietam à fine ſuæ dioceſis ad iudicium euocetur,ſeu ne iudices,& conſeruatores præfati à Sede deputati prædicta extra Ciuitatem,& dioceſim,in quibus deputati fuerint contra quoſcunq; procedere,ſeu alij,vel alijs vices ſuas cõmittere, vel aliquos vltra vnam dietam a fine diœceſis eorundem trahere præſumant, & de duobus dietis in Concilio Generali editis, ſeu quòd de alijs, quam de manifeſtis iniurijs, & violentijs, & alijs quę iudicialem requirunt indaginem, pœnis in eos, ſi ſecus egerint, & in id procurantes, adiunctis, Conſeruatores ſe nullatenus intromittant,quam alijs quibuſcunque conſtitutionibus á prædeceſſoribus noſtris Pontificibus tam de iudicibus delegatis,& Conſeruatoribus

ribus, quam personis vltra certum numerum ad iudicium non vocandis, & alijs editis, quæ vestræ possent in hac parte iurisdictioni, ac potestati, eiusque libero exercitio quomodolibet obuiare, quodq; vos filij Vicarij, Officiales, ac Canonici, de personis, qui deputati non sitis, seu si aliquibus communiter, vel diuisim à prædicta sit Sede indultum quod interdici, suspendi, vel excommunicari: seu si extra, vel vltra certa loca ad iudicium euocari non possint per literas apostolicas non facientes plenam, & expressam, ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi, & eorum personis, locis, ordinibus, & nominibus proprijs mentionem, & qualibet alia dictæ Sedis indulgentia generali, vel speciali, cuiuscunque tenoris existat, per quam præsentibus non expressam, vel totaliter non insertam vestrę iurisdictionis explicatio in hac parte valeat quomodolibet impediri, & de qua, cuiusque toto tenore habenda de verbo ad verbum sit in nostris literis mentio specialis. Cæterum volumus, & apostolica authoritate decernimus quód quilibet vestrum prosequi valeat articulum, etiam per alium inchoatum, quamuis idem inchoans nullo fuerit impedimento canonico præpeditus. Quodque á data præsentiũ sit vobis, & vnicuique vestrum in præmissis omnibus, & eorum singulis cæptis, & non cæptis, præsentibus, & futuris, perpetuata potestas, vt eo vigore, eaque firmitate posita in præmissis omnibus cæptis, & non cæptis, præsentibus, & futuris, & pro præmissis, procedere, ac si omnia, & singula coram vobis cæpta fuissent, & iurisdictio vestra, & cuiuslibet vestrũ in prædictis omnibus, & singulis per citationem, vel modum alium, perpetuata legitimé extitisset, constitutione prædicta, super Conseruatoribus, & alia qualibet in contrarium edita non obstante. Verùm quia difficile foret præsentes litteras ad singula, quibus de eis fides forsitan facienda fuerit, loca deferre, volumus, & eadem authoritate decernimus, quôd ipsarum transumptis manu publici notarij scriptis, & sigillo alicuius Prælati, vel personæ in dignitate ecclesiastica constitutę, aut Curię ecclesiasticæ munitis in iudicio, & alibi, vbi opus fuerit, eadem prorsus fides adhibeatur, quę adhiberetur eisdem præsentibus, si forent exhibitæ, vel ostensę, perpetuis futuris temporibus duraturis. Datum Romæ apud Sanctum Petrum. Anno Incarnationis millesimo quadringentesimo nonagesimo Kalendis Februarij. Pontificatus nostri anno septimo.

Carta do Infante Dom Henrique Mestre da Ordem de Christo filho de ElRey Dom Iohão o Primeiro.

166 EV o Iffante Dom Henrique Regedor da Ordem de noſſo Senhor Ieſu Chriſto, Duque de Vizeu, & Senhor de Couilham, faço ſaber a vos Frey Afonſo Vaſquez de Souza Claueiro, & Comendador da Redinha, que eu fui informado pello Corregedor de ElRey meu Senhor, & por outros Corregedores das Comarcas, & Iuſtiças, que os Caualleiros deſta Ordem eram requeridos, & conſtrangidos, aſſy dos feitos crimes, como ciueis, que reſpondeſſem perante elles, os quais por não ſerem ſabedores de como ſom izentos, aſsi pollo direito commum, como pellos priuilegios à Ordem outorgados, que tem dos Sanctos Padres, eram muito empachados por não ſaberem, oque em eſto auiam de fazer, porque poderà ſer, que per ſemelhante guiza ſereis requerido. Eu vos notifico que vôs, & os outros Caualleiros da dita Ordem ſois aſſy izentos, como os Frades, ou Clerigos de ordens Sacras, & Beneficiados, aſsy tendes feitas voſſas profiſſoens. E porende vos mando, & defendo que não reſpondais perante o Corregedor, ou Corregedores, & Iuſtiças, aſſy em feitos crimes, como ciueis, ſe não pella forma, & cazos, que reſpõdem Conegos, & Clerigos de ordens Sacras, & Beneficiados, & Frades izentos, porque aſſy ſois profeſſos, como elles: & ſe vos allegarẽ, que tendes ſenhorio, ou jurdiçom, bem podeis notificar que voſſas Comendas vos não ſom dadas ſomente ſobre as rendas, que aiais de prouer, & requerer, & auerdes para voſſas gouernanças para ſeruiço de Deos, & de ElRey noſſo Senhor, & requeiro, rogo, & encomendo ao Corregedor dâ Corte, & aos outros Corregedores, & Iuſtiças que vos não conſtranjam de voſſos feitos, & naõ queiram encorrer nas excomunhoens, que encorreraõ, ſeſe dello entremeterem por bem dos ditos priuilegios, mas vos remetam a my, que ſou voſſo mayor para de vos fazer comprimento de Iuſtiça, & ſe vos eſto não quizerem guardar vos ireis a ſeu citamento, & non reſpondais, mas pedi dello hum inſtromento para por elle proceder ſegundo forma de direito, & conteudo nos ditos priuilegios: & peço por merçe a El Rey meu ſenhor que pois a todolos Arcebiſpos, & Biſpos, & Ordẽs, que tem tamanha multidoem de peſſoas, lhe ſom guardadas ſúas jurdiçõcs lhe praza de mandar guardar amim eſta pequena jurdiçom, que tão poucas peſſoas ſom em ella. Feyta em Thomar ſeis dias de Feuereiro, Fr. Pedro Eſcriuão da dita Ordem afez, era do naſcimento de noſſo Senhor Ieſu Chriſto de 1456. annos.

Dom

167 DOM Emmanuel por graça de Deus Rey de Portugual, & dos Algarues, daquem, & dalem mar em Africa Senhor de Guine, & da Conquista, nauegação, & comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, & da India. Aquantos esta nossa carta virem fazemos saber que vendo nos quãto somos obrigado a todo bem, & conseruação das couzas da Ordem do Mestrado de Nosso Senhor Iesu Christo, cuja gouernança, & administraçõ temos; & como com rãzom em toda couza, que bem podermos, deuemos a dita Ordem priuilegiar, & por fazermos graça, & merce aos Comendadores, & Caualleyros della por esta prezente carta nos praz, & lhe outorgamos que em todos os feitos ciueis, que forem demandados, se guarde, & tenha daqui em diante esta maneyra, a saber que todolos Iuizes, & Iustiças de nossos Reynos, perante quem ciuelmente forem demandados quaisquer Comendadores, & Caualleyros da ditta Ordem per auçõ noua possam conhecer, & conheçam de seus feitos, assi como se proprios Iuizes da dita Ordem fossem, porque nos lhe damos para ello poder, & authoridade, com esta limitação, que atê aquella quantia, que cabe em ajutisdição, & alçada, que ordenadamente tem os Iuizes ordinarios pera nelles acabarem sem mais appellação, nem aggrauo, âte estas contias acabe tambem nelles no q̃ tocar aos ditos Comendadores, & Caualleyros da ditta Ordem, & dem suas sentenças à deuida execução sem mais outra appellação, nẽ aggrauo: & como os tais feitos forem de mayor contia, então darão appellação, & aggrauo para o Iuiz, ou Iuizes da Ordem, perante o qual se seguiriam as dittas appellações, & aggrauos pellas partes, & per os ditos Iuizes da Ordem finalmente sem mais outra appellaçom, nem aggrauo, serão os dittos feitos despachados, como com direito for. Emperô declaramos que onde nos estiuermos, ou posto q̃ ẽ pessoa não estemos, se hi estiuer o Iuiz proprio da Ordẽ, nenhũ Iuiz, nẽ outra Iustiça, posto que até a dita contia de sua jurdição aja de conhecer, como por esta o mandamos, & nelles acabar, nom tomarã conhecimento de nenhũ feito dos sobreditos Comendadores, & Caualeyros da dita Ordẽ: & os tais onde nos estiuermos, ou o ditto Iuiz poderão ser demandados perante o Iuiz della, ou perante qualquer outra pessoa, que nos para isso ordenarmos, porq̃ o conhecimento dos outros Iuizes pera vzarem do que dito he, se não hade entender saluo de fora nos logares, onde nos nõ formos prezente, ou o Iuiz da dita Ordem, & cõ esta declaração mandamos a todos nossos Corregedores, Iuizes, & Iustiças, a que esta nossa carta for mostrada, que ẽ todo a cumpram, & guardem, & façam comprir, & guardar, como

nella he conteudo, noque tocar aos ditos feitos ciueis: porque noq̃ toca aos crimes ora sejam leues, ora graues nenhum Iulgador, nem Iustiça não poderá delles tomar conhecimento, senão o Iuiz da Ordem, onde quer que estiuer, ou qualquer outra pessoa, que nós ordenarmos & assi mãdamos q̃ se cũpra & guarde. Dada em a nossa Cidade de Lixboa, a 4. dias do mes de Ianeiro, Aluaro Fernandes a fez anno do Nascimento de NossoSenhor Iesu Christo de 1505. annos

Que os Caualleiros das Ordens, que não tem tença, não gozem dos priuilegios dellas.

Ordenaçaõ liuro 2. titulo 12. *in fine.*

168 LEO Episcopus seruus seruorum Dei: Ad perpetuam rei memoriã. Vniuersalis Ecclesiæ regimini, diuina disponẽte clemẽtia, licet immeriti præsidentes, ad ea libenter intendimus, quæ Regalium iurisdictionum, & iurium conseruationem, ac Regum cõmoda conspicere dignoscuntur. Sané charissimus in Christo filius noster Emmanuel Portugaliæ, & Algarbiorum Rex Illustris nobis nuper exponi fecit, quod licet institutis, & consuetudinibus, stabilimentis, vsibus, & naturis Iesu Christi, & Sancti Iacobi de Spata, ac de Auis Portugaliæ, & Algarbiorum Regnorum Militiarum, inter alia caueatur, quod illis, qui recipiuntur, & admittuntur in milites pro tẽpore existentibus prouideri debeat, & hactenus receptis, & admissis in Milites Militiarum huiusmodi, iuxta eorum qualitatem, de huiusmodi stipendio, prout sic fuerit. Quia tamen quamplurimi fraudulenter, & dolosè, vt iudicium seculare euitare, & maleficia liberiús perpetrare, & vectigalium, & aliorum onerũ solutione facilius se eximere, & priuilegijs eorundẽ Militũ, qui iuxta stabilimenta prædicta in earundẽ Militiarũ Milites cũ stipendio recepti sunt, & in eis verè militant, gaudere possent, ad habitum per Milites dictarũ Militiarum gestari solitum, autoritate Apostolica, vel etiam eorundẽ Magistrorum, sine huiusmodi stipendio, recipiuntur, & loco dicti stipendij se proprio patrimonio contentos esse dicunt in graue iurisdictionis Regiæ præiudicium, cùm audaciores ad crimina, ex quibus maxima oriuntur scandala, perpetranda reddantur, & efficiantur. Quare præfatus Emmanuel Rex nobis humiliter supplicauit, vt periculis, & scãdalis huiusmodi obuiare aliás, quod in præmissis opportunè prouidere de benignitate Apostolica dignaremur. Nos itaq; attendentes petitionẽ huiusmodi fore cõsonã rationi, huiusmodi supplicationi-

bus

bus inclinati, quòd de cętero ōnes, & singuli, qui cōtra stabilimenta prędicta, absq; huiusmodi stipēdio, in aliqua dictarū Militiarum habitū per illarū milites gestari solitū, tā autoritate Apostolica, quā de eorundē Magistrorū licētia susceperint, in criminalibus priuilegio fori ecclesiastici gaudere non debeant, nec à solutione tributorum, vectigalium, & aliorum onerum Regalium, vel personalium immunes & exempti existant, autoritate Apostolica, tenore præsentium, perpetuo statuimus, & ordinamus. Quo circa venerabili fratri nostro Episcopo Funchalensi, & dilectis filijs Priori Sanctæ Crucis Colimbrien si, ac officiali Vlixbonensi per Apostolica scripta mandamus, quatenus ipsi, vel duo, aut vnus eorum, per se, vel alium, seu alios, præsentes literas, quoties pro parte Emmanuelis, ac pro tempore existentis Regis Portugaliæ fuerint requisiti, solemniter publicantes faciant, autoritate nostra, illas, ac in eis contenta omnia, & singula inuiolabiliter obseruari, ipsumque Emmanuelem, ac pro tempore existentem Portugalię Regem statuto, & ordinatione, ac alijs pręmissis pacificē frui & gaudere, non permittentes eum per quoscumque desuper quomō dolibet molestari: Contradictores per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita, compescendo, inuocato etiam adhoc, si opus fuerit, auxilio brachij secularis. Non obstantibus fælicis recordationis Bonifacij Papæ Octaui prędecessoris nostri, qua inter alia cauetur ne quis extra suam Ciuitatem, & diœcesim, nisi in certis exceptis casibus & in illis vltra vnam dietam à fine suæ diœcesis ad iudicium euocetur, seu ne Iudices à Sede prædicta deputati extra Ciuitatem, & diœcesim, in quibus deputati fuerint, contra quoscumque procedere, aut alij, vel alijs vices suas committere præsumant, & de duabus dietis in Concilio generali edita, ac alijs Apostolicis Constitutionibus, & Ordinationibus, nec non supradictis statutis, & consuetudinibus, stabilimentis, vsibus, & naturis, iuramento, confirmatione Apostolica, vel quauis firmitate alia roboratis, nec non quibusuis priuilegijs, & indultis, ac literis Apostolicis eisdem Militijs concessis, quibus, quo ad hæc, etiam si ad illorum derogationem de illis, eorūq; totis tenoribus specialis, specifica, expressa, & indiuidua, ac de verbo ad verbum non autem per clausulas generales idem importantes, mentio, seu quęuis alia expressio habenda, aut aliqua alia exquisita forma seruanda esset, illorum omnium tenores præsentibus pro sufficienter expressis, & insertis habentes, illis alias in suo robore permansuris, hac vice deroxat specialiter, & expresse derogamus, contrarijs quibuscūque, aut si aliquibus communiter, seu diuisim ab eadem sit Sede indultum, quod interdici, suspendi, vel excommunicari non possint per literas Apostolicas non facientem plenā, & expressam, ac de verbo ad

verbum de indulto huiusmodi mentionem. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostræ Ordinationis, statuti, mandati, & derogationis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri & Pauli Apostolorum eius se nouerit incursurum. Datum Romæ apud Sanctum Petrum. Anno Incarnationis Dominicæ milesimo quingentesimo quarto decimo sexto Idus Decembris Pontificatus nostri anno secundo.

Que os Caualleiros da Ordem de S. Tiago, & de Auis q̃ não tem tença, não gozam dos priuilegios da Ordem.

169 NOS ElRey fazemos saber a vos Ayres da Sylua do nosso Cõselho, & Regedor da nossa Caza da Supplicação, que nós temos bulla do S. Padre, pella qual por alguns justos respeitos, perque sua Sanctidade he mouido á nossa Supplicaçaõ outorga, & manda que a nenhumas pessoas, que forẽ prouidos dos habitos das Ordens dos Mestrados de Auis, & S. Tiago, não seja guardado nenhum priuilegio das ditas Ordens, saluo sẽ dolhe dado pello Mestre das ditas Ordens com os dittos habitos tença, ou mantença tal, com que se possa gouernar. Porẽ volo notificamos assi: & mãdamos que a nenhuã pessoa, que seja prouido do habito das ditas Ordens, não seja guardado priuilegio algum dellas em nenhuns cazos seus, perq̃ a ellas se chamar, & que allegarem, que lhe deuem ser guardados, saluo aquelles, que vos fizerem certo que tem com os ditos habitos tẽça, ou mantença, que lhe fosse dado pello Mestre, porq̃ assi nolo tem outorgado o S. Padre por sua bulla. E este aluará se traslade no liuro, que anda na meza grande para sempre se saber como assi se ha de fazer. Feito em Almeirim a 6. do mez de Nouembro de 1515.

Paũlo 3. no anno de 1535. a 29. de Iunho cõfirmou todos os priuilegios dos Papas passados nomeando expressamẽte atẽ Iulio 2. & reuogou a Bulla de Leão X. noque toca á Ordem de Santiago, ẽ quãto mãdaua, que os que com o habito della não tiuessem tença, não gozassem dos priuilegios da Ordẽ, nẽ do foro in criminalibus.

170 PAVLVS Episcopus seruus seruorum Dei. Ad perpetuam rei memoriam. In eminenti Apostolicę Sedis specula, meritis licet imparibus, Diuina disponente clementia, constituti, & solerti meditatione pensantes quód Religio Militiæ Sancti Iacobi de Spata sub regula S. Augustini ab immemorabili tempore citra ad orthodoxæ fidei defensionem, tutelã, & augmentum propugnatores acerri-

mos

mos,& religione decoros producere non cessat, dignum, quin potius debitum reputamus,vt quę eidem Religioni pro illius salubri directione,& profectu à diuersis Romanis Pōtificibus prædecessoribus nostris in genere cōcessa fuerint,per nostri operis ministeriū singulis ipsius Religionis personis suffragētur.Sane pro parte dilecti filij nobilis viri Georgij Ducis Colībriēsis eiusdē Militiæ in Regno Portugalię perpetui Administratoris per Sedē Apostolicā specialiter deputati nobis nuper exhibita petitio cōtinebat,Quod licet dudū fælicis record.Alexāder 6 tūc Magistrū, & fratres Militię huiusmodi,tā clericos,quā laicos tūc prę sētes,& futuros in speciales,& proprios S. Romanæ Ecclesiæ filios receperit,statuētes quod quæcūq; possessiones,& bona,quæ tūc iustē,& legitimē possiderent,aut in futurum cōcessione Pōtificum,largitione Regū,vel Principū,ac oblatione fidelium,seu alijs iustis modis,præstante Domino possēt adipisci,firma eis, suisq; successoribus,& illibata permanerent,quodq; in locis desertis,aut locis Sarracenorū de nouo Ecclesiā cōstruerēt, Ecclesiæ ipsę plena gauderēt libertate,nec aliqua decimarū,aut alterius rei exactione per Episcopos grauarētur,decreuerit,& piæ memorię Lucius etiā tertius ex ecclesijs per fratres Militiæ huiusmodi indeserto tūc cōstructis vel cōstruēdis per venerabiles fratres nostros Archiepiscopos,& Episcopos per Hispanias cōstitutos quidquā diocesanę legis nomine requiri,vel à ministris suis requiri permitti prohibuerit, & quod vltra memoriā hominū sub Sarracenorū fuisset potestate detētū,desertū acceperit,& intelligi debere statuerit:Ac recolēdę memoriæ Innocētius 4 à Magistro,& fratribus pro tēpore existētibus Militiæ huiusmodi decimas animalū suorum,seu ex ipsis animalibus decimas exigi, etiā prohibuerit,ac pro tēpore existētibus Magistro,& fratribus eiusdē Militiæ,vt de blado,vino,lana, lignis,mōtatijs,lapidibus,animalibus,& alijs,quę eos pro vtilibus suis emere, vel vēdere cōtingeret, nulla pedagia,& gabellas,quę pro ijs à secularibus exigebātur,soluere tenerētur,indulserit: Et similis memorię Grægorius 9.illū locū desertū in prę missis intelligi declarauerit, qui nō habitatus penitus,neq; cultus vltrà memoriā hominū fuisset Sarracenorū potestate detētus, ac cēluerit ecclesias in talibus desertis a fratribus ipsis cōstructas,seu etiā cōstruēdas plena libertate gaudere, & nihil ab eis eiusdē legis diocesanæ nomine posse per Episcopos exigi,quas in locis huiusmodi dicti fratres habētes potestatē petita á Sede Apostolica licētia cōstruendi eas cū suis plebibus per suos clericos gubernarent idoneos, & etiā fælicis recordationis Martinus 5.Magistrū,& Fratres, Milites huiusmodi,ac illius Ordinis professores,Cōuētus,Monasteria,& loca

ca cũ õnibus personis, mẽbris, rebus, bonis, juribus, & pertinẽtijs suis quæ tũc possidebãt, ac in futurũ possẽt adipisci, ab õni iurisdictione dominio, potestate, visitatione, correctione, & superioritate Ordinariorũ Iudicũ, superiorũ, & aliorũ, tã seculariũ, quã regularium quorũcũq; vsq; ad eiusdẽ Sedis beneplacitũ, exemerit, & plenariè liberauerit, eosq; & ea sub Beati Petri, & dictę Sedis protectione, atq; sua susceperit, ac exemptos, & exempta esse, sibique, & dictæ Sedi immediatè subesse voluerit: ita quod, huiusmodi durãte beneplacito, Ordinarij Iudices, & Superiores prædicti, etiã ratione delicti, seu cõtractus, aut rei, de qua ageretur, vbicunq; cõmitteretur delictum, iniretur cõtractus, aut res ipsa cõsisteret, nullã in eos, aut aliquẽ eorum, ac Cõuẽtus Monasteria, loca, personas, res, & bona prædicta possent iurisdictionẽ potestatẽ, dominium, correctionẽ, visitationẽ, seu superioritatẽ quomodolibet exercere, sed duntaxat corã eo, & Sedis prędictæ delegatis tenerẽtur de iustitia respõdere, decernẽs ex tunc õnes, & singulos, processus, ac excõmunicationis, suspẽsionis, & interdicti sententias quos, & quas contra eos, ac Conuentus Monasteria, & personas, ac membra huiusmodi haberi contigerit, seu etiam promulgari irritos, & inanes: Ac etiam piæ memoriæ Innocentius Octauus statuerit, decreuerit, & ordinauerit qnod ex tunc de cætero, perpetuis futuris temporibus, Magister, Priores, Pręceptores, Milites, & fratres Militiæ huiusmodi quod ad receptionem, vel prouisionem alicuius indicta Militia, prætextu literarum ipsius Sedis, vel Legatorum eius minime tenerentur, & ad id inuiti compelli non possent, quodq; statuto, & decreto, ac ordinatione prædictis per eiusmodi quod literis Apostolicis apponi consueuerat, aut si Magistro, & fratribus prædictis vel quibusuis alijs communiter, vel diuisim ab eadem sit Sede indultum quòd ad receptionem, vel prouisionem alicuius minime tenerentur, & ad id compelli, aut quod interdici, suspendi, vel excommunicari non possint, quodq; de huiusmodi, vel alijs beneficijs ecclesiasticis ad eorũ collationẽ, prouisionẽ, pręsẽtationẽ, seu quãuis aliã dispositionẽ cõiũcti, vel, separatim spectãtibus nulli valeat prouideri per literas Apostolicas nõ faciẽtes plenã, & expressã, ac de verbo ad verbũ de indulto huiusmodi mẽtionẽ, & quascũq; alias etiã fortiores, & efficaciores, ac derogatorias clausulas nũquã cẽseretur derogatũ, nisi dũ & quoties per ipsũ Innocẽtiũ, & pro tẽpore existẽtẽ Romanũ Põtificẽ per trinas diuersas literas eisdẽ Magistro, & fratribus pręsẽtatas cũ interuallo duorum mẽsiũ inter eorum datam, & præsentationes illis significatum foret intentionis suæ, & Romani Pontificis pro tempore existentis esse velle derogare, & non alias aliter, nec

alio

alio modo: Ac etiam recolendę memoriæ Nicolaus Quintus Magiſtro, Militibus, fratribus, & perſonis, ac locis eiuſdem Militiæ in Regno Portugalliæ pro tempore exiſtentibus, vt omnibus, & ſingulis priuilegijs, prærogatiuis, conceſsionibus, & indultis Magiſtris, Conuentui, Militibus, & fratribus ipſius Militiæ in Regno Caſtellæ conſtitutis quomodolibet conceſsis perpetuo vti, & gaudere poſſent, indulſerit: ac ſimiliter fælicis recordationis Iulius 2. Romani Pōtificis prędeceſſoris noſtri indultum huiuſmodi approbauerit, ac Magiſtro, Prioribus, Militibus, & fratribus Militiæ S. Iacobi de Spata huiuſmodi dicti Regni Portugaliæ pro tempore exiſtentibus, vt omnibus, & ſingulis gratijs, libertatibus, indultis, conſeruatorijs, priuilegijs, indulgētijs, exemptionibus, honoribus, & literis Apoſtolicis, quibus Magiſtri, milites, & Fratres de Calatraua, & Alcantara Militiarum Caſtellæ, & Legionis Regnorum vtebantur, potiebantur, & gaudebant, ac in futurū vti, potiri, & gaudere poſſent, & valerent, indulſerit: Ac tam ipſi Alexander, & Lucius, ac Innocentius 4. & Martinus, ac Innocētius 8. nec non Nicolaus, & Iulius, quam diuerſi alij Romani Pontifices, etiam prædeceſſores noſtri diuerſa alia priuilegia, iuriſdictiones, facultates, immunitates, conceſsiones, indulgētias, libertates, prerogatiuas, exēptiones, gratias, fauores, & indulta Magiſtro, Prioribus, Prięceptoribus, Militibus, fratribus, & perſonis, ac Monaſterijs, Prioratibus, domibus, & locis Militię S. Iacobi huiuſmodi ſucceſsiuis temporibus per diuerſas eorum literas conceſſerit, confirmauerit ac innouauerit prout in eiſdem literis plenius continetur: & Magiſtri, Priores, Prięceptores, fratres, & aliæ perſonæ eiuſdem Militiæ S. Iacobi de Spata, ſiue in Legionis, Caſtellę, & Aragonum, ſiue in Portugalię, & Algarbiorū Regnis conſtituti ſint, eiuſdem profeſsionis exiſtant, & ſub eiſdem regularibus inſtitutis militent, nec alia inter eos differentia, quā quod in diuerſis Regnis conſiſtunt, foré dignoſcatur, ac prędmiſſa in fauorē ipſius Militiæ de Spata in genere conceſſa appareant. Nihilominus nonnullos hſiætare poſſe, an ſingulę literæ prædeceſſorum huiuſmodi eidem Gregorio Duci, & Adminiſtratori, ac pro tēpore exiſtentibus Prioribus, Prięceptoribus, fratribus, & perſonis, ac Monaſterijs, Prioratibus, domibus, & locis eiuſdem Militię in dicto Regno Portugaliæ conſtitutis ſuffragari poſſent, pro parte eiuſdem Georgij Ducis, & Adminiſtratoris nobis fuit humiliter ſupplicatū, vt prædmiſſa omnia, & ſingula, ac quęcumque alia priuilegia, iuriſdictiones, facultates, immunitates, conceſsiones, indulgentias, libertates, prærogatiuas, exemptiones, gratias, fauores, & indulta pro tempore exiſtentibus Magiſtro, ſeu Adminiſtratori, Prioribus, Præceptoribus, militibus

fratribus,& pērsonis, ac monasterijs, Prioratibus, domibus, & locis dictæ militiæ Sancti Iacobi Castellæ, Legionis, & Aragonum Regnorum prædictos,& alios quoscunque Romanos Pontifices prædecessores nostros tām in genere, quam in specie concessa, confirmata,& innouata cum omnibus,& singulis clausulis,& derogationibus in eis expressis sibi,& pro tēpore existentibus Magistro, Prioribus,Præceptoribus,militibus,fratribus,personis,monasterijs,prioratibus,domibus,& locis eiusdem Militiæ Regni Portugaliæ concedere aliàsque sibi in præmissis opportunè prouidere de benignitate Apostolica dignaremur. Nos, qui religioni quorumlibet, & præsertim pro fide Christi militantiū votis,quantū cū Deo possumus, libenter annuimus,eundem Georgium Ducem,& Administratorē â quibus vis excōmunicationis,suspensionis,& interdicti,alijsque ecclesiasticis sententijs,censuris,& pœnis â iure,vel ab homine quauis occasione, vel causa latis,siquibus quomodolibet innodatus existit,ad effectum præsentiū duntaxat consequendum harū serie absoluentes, & absolutū fore censentes,huiusmodi supplicationibus inclinati præmissa omnia,& singula,quorū omniū tenores,formas,& effectus, ac si de verbo ád verbum insererentur præsentibus,haberi volumus pro expressis,quęcunque alia priuilegia,iurisdictiones,facultates, immunitates,concessiones,indulgentias,libertates,pręrogatiuas, exēptiones, gratias,fauores,conseruatorias,& indulta pro tempore existentibus Magistro,seu Administratori, Prioribus, Præceptoribus, Militibus, Fratribus,& personis,ac Monasterijs,Prioratibus:Domibus & bonis dictę Militiæ Sancti Iacobi Castellæ,Legionis,& Aragonū Regnorū per prædictos,& alios quoscūque Romanos Pontifices prædecessores nostros,tā in genere,quam in specie concessa, confirmata, & innouata cum omnibus,& singulis clausulis,& derogationibus in eis expressis Georgio moderno,ac pro tēpore existentibus Administratori,seu Magistro,ac Prioribus, Præceptoribus, Militibus, Fratribus, personis,Monasterijs,Prioratibus,& Domibus,ac locis Militiæ Regni Portugaliæ huiusmodi,itavt Georgius Modernus,& pro tempore existens Administrator,seu Magister,ac Priores, Milites,Fratres,personæ,monasteria,prioratus,domus,& loca Militiæ Regni Portugaliæ huiusmodi præmissis omnibus,& singulis,ac quibuscūq; alijs priuilegijs,iurisdictionibus,facultatibus,immunitatibus,concessionibus, indulgentijs,libertatibus,prærogatiuis, exemptionibus, gratijs fauoribus,conseruatorijs,& indultis prædictis iuxta literarū super illorū singulis confectarū continentiam,& tenorem in omnibus,& per omnia perinde,ac si illis specialiter,& expressé concessa fuissent, libere,

& li-

& licitê vti valeant, auctoritate Apostolica, tenore præsentium, concedimus. Quocirca venerabili fratri nostro Episcopo Casertanen. & dilectis filijs Ministro Monasterij per Ministrum, seu priorem gubernari soliti Sanctissimæ Trinitatis Vlixbonensis, ac, scholastico Ecclesiæ Egitanensis per Apostolica scripta mandamus quatenus ipsi vel duo, aut vnus eorum per se, vel alium, seu alios præsentes literas, & in eis contenta quæcumque vbi, & quando opus fuerit, ac quoties pro parte Georgij moderni, & pro tempore existentis Administratoris, seu Magistri, ac Priorum, Præceptorum, Militum, Fratrum, & personarum Militiæ Regni Portugaliæ huiusmodi, seu alicuius desuper requisiti fuerint, solemniter publicantes, eisque in præmissis efficacis defensionis præsidio assistentes faciãt auctoritate nostra literas huiusmodi, & in eis contẽta quæcũq; firmiter obseruari, ac singulos, quibus eędem literæ concernunt, illis pacifice gaudere, non permittentes eos desuper per quoscũq; quomodolibet indebitè molestati, contradictores per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita compescendo. Non obstantibus constitutionibus, & ordinationibus Apostolicis, ac quibusuis alijs priuilegijs, indultis, & literis Apostolicis, etiã informa breuis per eosdem, & quoscũq, alios Romanos Pontifices prędecessores nostros, & præsertim recolendæ memoriæ Calixtũ tertiũ, & Leonem decimũ etiam Romanos Pontifices prædecessores nostros sub quibuscũq; tenoribus, & formis, ac cum quibusuis etiam derogatoriarum derogatorijs, alijsque efficacioribus, & insolitis clausulis, ac irritantibus, & alijs decretis, etiam ad instantiam, seu supplicationem quorũcũque etiã Portugaliæ Regum, aut aliatũ personarum quarumlibet, cuiuscumque dignitatis, status, gradus, ordinis, vel conditionis existentium, seu eorum intuitu, vel consideratione quomodolibet concessis, approbatis, & innouatis, etsi in eis caueretur expressê quód extunc de cætero qui habitũ per Fratres Militiæ huiusmodi gestari solitum contra stabilimenta ipsius Militiæ, quibus caũeri dicitur expressé quod illis ex tunc de stipendio prouideri debere, etiam de illius Magistri licentia, seu Apostolica auctoritate susceperint in criminalibus priuilegio fori ecclesiastici gaudere non debeant, nec à solutione tributorum, vectigalium, & aliorum onerũ realium, & personalium immunes, vel exempti existant, quibus omnibus, etiamsi de illis, illorũq, totis tenoribus specialis, expressa, & indiuidua mentio habenda, aut aliqua exquisita forma adhoc seruãda foret, tenores huiusmodi, acsi de verbo ad verbum, nil penitus omisso ac forma in illis tradita obseruata, inserti forẽt, præsẽtibus pro sufficiẽter expressis habentes, illis aliás in suo robore permãsuris, hac vicedũ

taxat ſpecialiter,& expreſſé derogamus,& ſufficienter derogatum eſſe,ac aduerſus præmiſſa nemini ſuffragari poſſe decernimus, contrariis quibuſcunque,aut ſi aliquibus communiter, vel diuiſim, â dicta ſit Sede indultum,quod interdici,ſuſpendi,vel excommunicari non poſsint per literas Apoſtolicas non facientes plenam, & expreſſam, ac de verbo ad verbum de indulto huiuſmodi mentionem.Nulli ergo hominũ liceat omnino hanc paginam noſtræ abſolutionis, conceſsionis,mandati,derogationis,& decreti infringere,vel ei auſu temerario contraire.Siquis autem hoc attentare præſumpſerit indignationem Omnipotentis Dei,ac beatorum Petri, & Pauli Apoſtolorum eius ſe nouerit incurſurum. Datũ Romæ apud Sanctum Marcum anno Incarnationis Dominicæ Milleſimo quingenteſimo trigeſimo quinto, tertio Idus Iunij,Pontificatus noſtri anno primo.

BVLLA DE INNOCENCIO III, PORQVE concede que não valham as letras paſſadas contra os priuilegios da Ordem do Templo.

INNOCENTIVS Epiſcopus Seruus Seruorũ Dei. Dilectis filijs Magiſtro,& fratribus Militiæ Templi ſalutem,& Apoſtolicam benedictionem.Cum vos tanquam ſpeciales Eccleſię filios religionis intuitu,& conſideratione obſequij, quod in vltramarinis partibus in defenſione nominis Chriſtiani Deo feruenter impenditis,ſemper Apoſtolica Sedes charitate ſincera dilexerit,& ſpecialia curauerit priuilegia indulgere:noſtro imminet officio prouidendum, vt ſi per falſam ſubiectionem,aut tacendi fraudẽ literæ á nobis contra veſtra priuilegia emanauerint,nullum ex eis libertas veſtra ſuſtineat detrimentum.Eapropter authoritate vobis Apoſtolica indulgemus,vt ſi contra priuilegia veſtra literæ fuerint ad cuiuſquam ſuggeſtionem obtentæ contra priuilegiorum ipſorum tenorem,iudicio alicuius non teneamini diſceptare.Nulli ergo omnino hominũ liceat hanc paginam noſtræ conceſsionis infringere, vel ei auſu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare præſumpſerit indignationem Omnipotentis Dei,& Beatorum Petri, & Pauli Apoſtolorum eius ſe nouerit incurſurum.Datum Laterani,tertio Kalendas Aprilis,Pontificatus noſtri anno tertio.

Sobre

SOBRE O MESMO, E QVE NAM VALHAM se não fizerem mençaõ da Ordem do Templo.

171 INNOCENTIVS Episcopus Seruus Seruorũ Dei. Dilectis filijs Magistro,& fratribus Militiæ Templi salutem,& Apostolicam benedictionem,cum inter vos,& clericos seculares super decimis,& pluribus alijs,quæstio sit suborta, ipsi contra vos literas â Sede Apostolica impetrantes domos vestras litigijs, sicut, significantibus vobis,accepimus,& expensis difficilibus inquietant. Volentes igitur solicitê prouidere,ne contra tenorem priuilegiorũ vestrorum posìtis qualibet temeritate vexari,authoritate vobis Apostolica indulgemus,vt si contra vos super decimis,vel alijs,quæ vobis specialiter Apostolica Sedes indulsit,contra tenorem priuilegiorũ vestrorum,non facta mentione Fratrũ Militię Templi,literæ fuerint á Sede Apostolica impetratæ,eis minime teneamini respondere. Datis Romæ Apud Sanctum Pétrum,septimo Kalendas Iulij, Pontificatus nostri anno octauo.

De Clemente Quarto sobre o mesmo.

CLEMENS Episcopus Seruus Seruorum Dei. Dilectis filijs Magistro,& Fratribus domus Militię Templi Hierosolymitani salutem,& Apostolicam benedictionem. Deuotionis vestræ promeretur affectus,vt quod â nobis suppliciter petitis, ad exauditionis gratiam,quantũ cum Deo possumus, fauorabiliter admittamus. Ea propter, dilecti in Domino filij,vestris supplicationibus inclinati,vt ab aliquibus in causam trahi per literas Apostolicas,nisi plenam,& expressã de hac indulgentia,& Ordine vestro fecerint mentionem,minimé valeatis auctoritate vobis præsentium indulgemus. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostræ concessionis infringere,vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attentare præsumpserit,indignationem Omnipotentis Dei, & beatorum Petri,& Pauli Apostolorum eius se nouerit incursurum. Datum Perusij,tertio Kalendas Iulij,Pontificatus nostri Anno primo.

Concede o Papa Clemente ao Meſtre, Comendadores, & Caualleiros da Ordem do Templo, que não poſſão ſer demandados por letras Apoſtolicas, que não façaõ menção da dita Ordem.

1173 CLemens Epiſcopus ſeruus ſeruorum Dei. Dilectis filijs Magiſtro, & fratribus domus Militiæ Templi Hieroſolymitani ſalutem, & Apoſtolicam benedictionem. Meritis Sacræ veſtrę Religionis inducimur, vt fauoris benigni gratia vos iugiter proſequentes, paci, & tranquillitati veſtrę ne iurgiorum concutiatur procellis, in poſterum conſulamus. Lecta ſiquidem nobis Vniuerſitatis veſtræ petitio continebat, quod licet Ordini veſtro à Sede Apoſtolica ſit indultum, ne per literas Sedis eiuſdem conueniri poſsitis, quæ de Ordine veſtro non fecerint mentionem: Nonnulli tamen eccleſiarum Prælati, & iudices veſtris libertatibus inuidentes, cùm aliquas literas Sedis prędictę ab eis impetrari contingit, in quibus generaliter cõtinetur, quod non obſtantibus aliquibus priuilegijs, ſeu indulgentijs, tam exemptis, quam non exemptis, cuiuſcumque ordinis exiſtant, á Sede nominata conceſsis, per quæ attributę ipſis iuriſdictionis expli catio impediri valeat, vel differri, & de quibus oporteat fieri mentionem, & commiſsis eis negotijs per literas ipſas procedant in vos iuriſdictionem indebitam vendicare, nec non literarum ipſarum prætextu vos euocare coram ſe ad iudicium non verentur in totius veſtri Ordinis magnum prędiudicium, & grauamen, Super quo ſubueniri vobis per Apoſtolicæ Sedis auxilium humiliter ſupplicando poſtulaſtis. Nos igitur veſtris deuotis ſupplicationibus fauorabiliter annuentes, ne huiuſmodi literæ ad prædictum extendantur indultum, nec per eas eidem indulto in aliquo derogetur, ad inſtar felicis recordationis Alexandri, & Vrbani prędeceſſorum noſtrorũ Romanorum Pontificum auctoritate vobis prędentium indulgemus. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam noſtrę conceſsionis infringere, vel ei auſu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare præſumpſerit indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli Apoſtolorum eius ſe nouerit incurſurum. Datum Aſsiſij ſecundo Nonas Septembris, Pontificatus noſtri anno primo.

Bulla

BVLLA DA FVNDAÇAM DA ORdē de Christo, que foi instituida, debaxo da regra de Calatrana, que guardou muitos annos.

174 IOANNES Episcopus seruus seruorum Dei ad perpetuam rei memoriam. Ad ea, ex quibus cultus augeatur diuinus, fidelium quies in quiete proficiat, & defensionis murus, & vallum fidei in exterminabile aduersus incursus infidelium hostium opponatur, ad hibemus plenis affectibus solicitudinis nostræ curas. Sane dudum felicis recordationis Clemens Papa Quintus prędecessor noster quondam Ordinem Militię templi Hierosolymitani éx certis rationabilibus causis, eiusque statum, habitum, & nomen in Concilio Viennēsi, eodem approbante Concilio, irrefragabili, & perpetuo valitura sustulit sanctione illum perpetuæ prohibitioni supponens: ac districtius inhibens ne quis dictum Ordinem, vel habitum eius suscipere, seu deferre, vel pro Templario se gerere quomodolibet attētaret, bonis omnibus dicti Ordinis Apostolicæ Sedis ordinationi specialiter reseruatis, dictusq; prædecessor attendens quod dilecti filij Magister & fratres Hospitalis Sancti Ioannis Hierosolymitani fidei orthodoxæ cultores industrij, & Christianæ Religionis in trāsmarinis præcipuē partibus strenui defensores, pro defensione illarum partiū, & recuperatione Terræ Sanctæ ducebant, sic vt ducunt pericula quælibet in contemptum, post deliberationem super hoc cum fratribus suis S. Romanę Ecclesiæ Cardinalibus, nec non Patriarchis, Archiepiscopis, Episcopis, & Prælatis alijs, & nōnullis Principibus, & Illustribus Viris, necnon Prælatorum absentium, Capitulorumq; ac Cōuentuum Ecclesiarum, & Monasteriorum procuratoribus tūc in dicto Concilio constitutis præhabitam diligentem, omnia bona dicti quondam Ordinis Templi, quę idem Ordo, tempore, quo Magister, & nonnulli ex fratribus dicti quondam Ordinis in Regno Franciæ communiter capti fuerunt, videlicet, Anno Domini 1308. mense Octobris per se, vel quoscunq; alios, habebat, tenebat, & possidebat vbilibet, vel ad dictum ordinem, ipsosq; Magistrum, & fratres ipsius pertinebant, seu pertinere poterant, & debebant, Ordini dicti Hospitalis, ipsiq; Hospitali donauit, concessit, vniuit, incorporauit applicauit, & annexit in perpetuū de apostolicæ plenitudine potestatis bonis illis, quę idem Ordo Templariorum in Regnis, & terris charissimorū in Christo filiorum nostrorum Castellæ, Aragonum, Portugalliæ, & maiorum Regum illustrium ex

tra Regnum Franciæ habebat,seu posidebat,& ad eum poterant debite quomodolibet pertinere,duntaxat exceptis, quæ dictus prædecessor,certis ex causis,pro parte Regum ipsorū prætensis â donatione,concessione,vnione, incorporatione, & annexatione prædictis excepit specialiter,& excluſit,ea nihilominus dispositioni, & ordinationi Appostolicæ reseruando. Sed ne propter prætensionem causarū huiusmodi dictorū bonorum in dictis Regnis,& terris consistentium ordinatio diutiús differretur,idem prædecessor certū terminū dictis Regibus per suas literas peremptoriū assignauit,in quo procuratores,seu nuntios idoneos plenū ad hoc,& speciale mandatum habentes cum omnibus rationibus,& munimentis ad causas pertinentibus memoratis apostolico se cōspectui presentarēt, informaturi eū de veritate causarum,& essentia prædictorum,eiusque super illis ordinationis beneplacitum audituri. Post hæc autem Charissimus in Christo filius noster Dionysius Portugalliæ,& Algarbij Rex Illustris propter hoc ad predecessoris eiusdem,& subsequentis ad nostrā,post quā,domino permittente,ad apicem Apostolicæ dignitatis assumpti,præsentiam nuncios suos diuersis vicibus destinauit proponi faciens diuersas rationes,& causas,propter quas bona ipsa in Regnis suis assistentia vniri, & incorporari non posse memorato Ordini Hospitalis,absque suo, & Regnorum suorum euidenti preiudicio, & dispendioso periculo,asserebat,cuius in hac parte causis, & rationibus,coram nobis,& fratribus nostris,expositis,diligenter auditis, post longam tamen, & diutinam examinationem, quam cū dilectis filijs Petro Petri Canonico Colimbricensi,& nobili viro Ioanne Laurentij de monte Saratio Milite nuntijs,& procuratoribus dicti Regis ad hoc legitimum mandatum habentibus, & etiam speciale, cuius mandati copiam præsentibus inseri iussimus, ac cautelam habuimus diligentem. Inter alia per procuratores eosdem expositæ nobis fuerunt graues iniuriæ,innumera damna,& alia multiplicia,& enormia mala non facile commemoranda presentibus,quæ hostes fidei Sarraceni perfidi iam retro antiquis,& continuatis successiue temporibus,partibus illis,quas fideles inhabitant, hostibus eisdem continuó intulerunt,& inferre non cessant,qui inter cętera adhibenda remedia ad eorundem hostium molimina refrænanda, vtpoté de cōditionibus illarum presentibus plenam notitiam obtinentes,ac de ipsius Regis conscientia ad plenum instructi aperuerunt nobis plures causas necessarias,ac euidentes,& probabiles rationes quôd in Castro Marino Siluensis Diocesis in dicto Regno Algarbij cōstituto, castro(vt pote valido)quod in expugnabili quodam modo redditur

loci

loci dispositio naturalis,in frontaria dictorum hostium fidei consis-
tente,cisque contiguo,noua Militia pugillum Christi, qui, dimissis
vanitatibus seculi,Sanctę Religionis spontanei professores circa ze-
lum Verę Fidei sic accensi poterant collocari,quorum ope,& prop-
to præsidio prædictis iniurijs,damnis,& malis,quorum illatione fe-
ra manus hostilis iam dudum vacauit,liberius obuiari salubriter po
terit in futurum,& via pręstari facilior non solum ad resistendum
hostium prædictorum congressibus, sed etiam ad impetus, & cona-
tus conterendos ipsorum,& propulsandum eosdem,& recuperandū
partes alias intermedias per ipsorum hostium iam olim fraudulen-
tas insidias occupatas:Exposuerunt quoq; nobis procuratores prędic
ti quod occurrit acceptius Votis nostris, quod idem Rex pręmissa
commoda fidei in examen attentæ considerationis inducens tanq;
Princeps Christianissimus,Deo deuotus,dictum castrū, ex quo non
parua sibi proueniebat vtilitas temporalis ob tātum bonum eidem
fidei prouenturum, cum mero, & mixto imperio, omnibusq;
iuribus,& iurisdictionibus,paratus erat prędictę nouæ Militiæ noui
Ordinis inibi ordinandæ ex sua propria munificentia, donatione
perpetua elargiri, propter quod procuratores prædicti nobis ex par
te ipsius Regis humiliter supplicarunt, vt eius in hac parte pio desi-
derio annuentes nouam Militiam pugilum Christi religiosę viuen
tiū in dicto Castro cōstituere dignaremur.Nos itaq; prædictis causis
& rationibus diligentius intellectis,casq; in attentæ meditationis in-
daginem deducentes,propter securitatem fidelium,& tutelam, plu
rimaq; bona exinde, annuente Domino, prouentura, cum fratribus
nostris super his diligenti deliberatione præhabita, eiusdem Regis
laudabile in hac parte propositum disposuimus fauorabiliter prose-
quendum:propter quod,de ipsorum fratrum consilio, & apostolicæ
plenitudinis potestate ad infrascriptam ordinationem diuinum su-
per hoc inuocantes auxilium duximus procedendum,cum enim il-
la fæda dictorum Sarracenorum natio,& impia Christiani nominis
inimica in fronteria dicti Regni Algarbij contiguis terminis,vt prę-
tangitur,constituta,Regnum ipsum,eiusq; fideles in Summi Regis
offensam per scelus,proh dolor,retro temporum diuersorum tribu-
lationibus multis aflixerit,periculis subiecerit varijs,& feritatem fre
quenter armauerit,sicut & armare conatur in exterminium eorun-
dem hostium conatus nefarios deprimendo, assistente nobis diuino
pręsidio,prospicere cupientes,in prædicto Castromarino Domum
noui Ordinis pugilum Christi prouidimus ordinandam,quam qui
dem domum ipsius Ordinis caput esse decernimus, & ei parochiale

ecclesiam Sanctę Mariæ eiusdem Castri dictæ Siluensis Diocesis, cũ omnibus iuribus,& pertinentijs suis,donamus, concedimus, annectimus,& vnimus, ac ad honorem Dei, & exaltationem Catholicæ Fidei,tutelam fidelium, & depressionem infidelium prædictorum in dicta domo prædictum Ordinem instituimus,authoritate Apostolica,& etiam ordinamus:in quo præfata Militia fidei athletarum qui ordinem proprium profiteantur sub obseruatione regulæ de Calatraua eiusdem regulares obseruantias seruaturi idonei, & in fidei soliditate præstantes debeant colocari,vt sic idem Regnum, & fideles có feruentius dictis hostibus resistere valeant,quô plurimum viribus conflatis in vnum,maiori potentia fulciãtur, authoritate apostolica,de ipsorum fratrum consilio statuentes quod Ordo prædictorum militum eiusdem nouæ Militiæ,Ordo Militiæ Iesu Christi perpetuis futuris temporibus nuncupetur,ac dilectum filium Ægidium Martini olim Magistrum Domus Ordinis Militiæ Calatrauensis de Auisio Elborensis Diocesis eiusdem Calatrauensis Ordinis professorem,de cuius vitæ munditia, Religionis zelo, morũ maturitate,strenuitate personæ,integritate fidei,& alijs innatæ sibi probitatis meritis laudabilia nobis testimonia sunt relata, eidem Ordini Militiæ Iesu Christi,de ipsorum fratrum consilio,authoritate prædicta,præfecimus in Magistrum, ipsum a Magisterio præfati Ordinis Militię Calatrauẽsis de Auisio, authoritate præsentium, absoluentes, sibiq́; curam, gubernationem, & administrationem dicti Ordinis Militiæ Iesu Christi plenariê committentes, alie natione bonorum immobilium dicti noui Ordinis sibi,& suis successoribus,& membris eius omnibus,penitus interdicta,nisi in casibus à iure permissis, & forma iuris debite obseruata, dictis filijs, fratribus dictæ domus de Auisio,vel jis, vel ei, ad quos, vel quem Magistri præfatæ domus electio,vel prouisio pertinet, eligendi sibi personam idoneam, vel prouidendi de persona idonea in Magistrum:dantes, tenore præsentium, liberam facultatem, dictumq́; Ordinẽ ac Magistrum, qui nunc,& qui prò tempore fuerit,ac fratres eiusdem Ordinis eisdem priuilegijs libertatibus,indulgentijs gaudere volumus,quibus Magister,& Fratres Calatrauenses gaudent:cui quidem Ordini,plena super hoc cum eisdem fratribus deliberatione præhabita, & de ipsorum consilio,ex causa præmissa,Castrum Album,Langroiuam, Thomerium,& Almourol,nec non alia castra,fortalitia,& bona mobilia,& immobilia vniuersa,& singula quæcunque,& in quibuscunque cõsistentia,tam ecclesiastica,quam mundana,nec non nomina, actiones,iura,iurisdictiones,imperium merum, & mixtum, honores,homines,

mines,& vassalos quoslibet,cum Ecclesijs,capellis,& oratorijs quibuscunq; ac suis iuribus,terminis,& pertinentijs vniuersis quæcunque Ordo quondam Templi in præfatis Portugalliæ, & Algarbij Regnis tenebat,habebat,& habere debebat,quæcunq, & in quibuscunq; consistat,& quocumque nomine cẽseantur, & ad eum quacunq; ratione, vel causa, debebat,vel poterat pertinere, authoritate prædicta cõcedimus,donamus,vnimus,incorporamus, annectimus & in perpetuum applicamus,decernentes irritum, & inane &c.

Clausula da Bulla de Iulio Segundo.

APPROBAVIT insuper, & confirmauit, ac mandauit quod omnes dicti Ordinis,seu Militiæ Iesu Christi vterentur consuetudinibus,statutis,priuilegijs,& libertatibus, quibus antiquitus vsi fuerant,& semper habuerant,ac priuilegijs contentis in dicto olim Ordine Templariorum,prout semper vsi fuerant, & eodem modo vterentur concessis cæteris Ordinibus, & Militijs de Calatraua, Alcantara, & Auis, & quantum ad curam animarum pertinebat, approbauit quod Vicarij haberent curam animarum. &c.

Bulla do Papa Iulio Segundo, porque confirma a reformação do Bispo de Viseu, que fez em a Ordem de Christo, & concede â dita Ordem os Priuilegios dos Templarios, & da Ordem de Calatraua, Alcantara, & Auis.

175 IVLIVS Episcopus seruus seruorum Dei,ad perpetuam rei memoriam.Militans Ecclesia tanquam Regina in vestitu deaurato circundata varietate sibi assistentium, & famulantium,inter cæteros deuotos,& præclaros sibi obsequentes,eiusque tutelę,& defensioni,omni conatu insistentes,Magistrum,Milites,& Fratres Militię Iesu Christi assumpsit,qui vitam actiuam,& contemplatiuam,ac pudicam ducentes duplicatum fructum de talento sibi commissore portant,pijs charitatis,& misericordiæ operibus, cum multa mansuetudine,& humilitate, iugiter insistendo: vnde nos, quibus eiusdem militantis Ecclesiæ regimen, diuina dispositione, meritis licet imparibus,commissum est,ea,quę pro felici,& salubri,ac quieto, & tran-

tranquillo ſucceſſu dictæ Militiæ,& illius perſonarum prouida ordinatione ſtatuta,& ordinata fuiſſe dicuntur,vt in ſua firmitate consistant, cum á nobis petitur, libenter Apoſtolico munimine,roboramus,& aliás in ijs noſtri paſtoralis officij partes fauorabiliter impartimur, pro vt, temporum qualitatibus diligenter conſideratis, conſpicimus in Domino ſalubriter expedire.Dudum ſiquidem poſt quam fælicis recordationis Clemens Papa Quintus prędeceſſor noſter ex certis cauſis rationabilibus quondam Ordinem Militiæ Tépli Hieroſolymitani,eiusque ſtatum,habitum, & nomen in Concilio Viennẽſi, eodem Concilio approbante, perpetuò ſuſtulerat, ac piæ memoriæ Ioannes Papa Vigeſimus Secundus etiam ptædeceſſor noſter ad ſupplicationem claræ memoriæ Dionyſij Portugaliæ,& Algarbiorum Regis,ex certis cauſis tunc expreſsis, pro Fidei Catholicæ defenſione, ac perfidis eiuſdem fidei hoſtibus Sarracenis iam tunc retro antiquis, & continuatis temporibus, partibus illis, quas fideles inhabitant, eiſdem hoſtibus contiguis in Oppido de Caſtro marino Syluenſis dioceſis dicti Regni Algarbiorum, & ex oppoſito dictorum hoſtium,conſtituto,domum noui Ordinis dictę Militiæ Ieſu Chriſti,ſub obſeruatione regulę Militiæ de Calatraua de fratrum ſuorum Sanctę Romanæ Eccleſiæ Cardinalium conſilio, Apoſtolica authoritate inſtituerat,& ordinauerat, ac ſtatuerat quod prædictorum pugilum, ſeu Militum eiuſdem Militiæ Ieſu Chriſti, Ordo Militiæ Ieſu Chriſti nuncuparetur,recolendæ memorię Eugenio Papæ Quarto etiam prædeceſſori noſtro pro parte quondam Hẽnrici Ducis Viſenſis,& perpetui Adminiſtratoris in ſpecialibus, & temporalibus, dictæ Militię Ieſu Chriſti per Sedem Apoſtolicam deputati,expoſito quod propter varia dictæ Militiæ ordinationes, ac ſtatuta,quorum aliqua illi plurimum diſpendioſa, quædam non minus rationabilia erant, grauia in huiuſmodi ſpecialibus, & temporalibus Militiæ Ieſu Chriſti ſuſtinuerat detrimenta, dictus Eugenius prędeceſſor,eiuſdem Henrici Ducis, & Adminiſtratoris in ea parte ſupplicationibus inclinatus bonæ memoriæ Ioanni Epiſcopo Lamacenſi, ſuis literis, dedit in mandatis quatenus, vocatis, qui forent euocandi, ac viſis, & diligenter examinatis per eum ſtatutis, & ordinationibus prędictis, nec non eiuſdem Militiæ conſtitutionibus, etiam ſi roboris apoſtolici firmitate vallata eſſent, illaque minus rationabilia, ſeu Militię prædictę, vel eius fratribus, & perſonis diſpendioſa cenſeri poſſent, & ex quorum obſeruantia ſcandalum,ac inconueniens ſuccedere deberet, apoſtolica autoritate,tolleret,reuocaret, caſſaret, & nulla-

annullaret,ipsosque fratres, & personas extunc deinceps ad illorum obseruationem non teneri, authoritate præfata,denuntiaret,ac reliqua,quæ congruentia, & profutura Militiæ,nec non fratribus,& personis prædictis,honesta quoque, & rationabilia forent,& per quę, si obseruarentur,votiuum in specialibus,& temporalibus prędictis,dicta Militia incrementum susciperę,præfatorumque fratrum,& personarum status, & diuini propagatio cultus, salubriter dirigi valerent,eadem authoritate,approbaret,& confirmaret,aliaque statuta & ordinationes ederet,ac illa,nec non ex prędmissis, quę non reuocaret,statutis,& ordinationibus,ab ipsis fratribus, & personis irrefragabiliter obseruanda decerneret,ac vniuersa, & singula faceret, disponeret,& exequeretur,quæ pro statu,& incremento,nec non alijs præmissis congruere, prospiceret pariter, & expedire: super quibus plenam,& liberam eidem Ioanni Episcopo Lamacensi concessit facultatem,prout in Clementis, Ioannis, & Eugenij prædecessorum præfatorum literis desuper confectis plenius continetur, & deinde sicut exhibita nobis nuper pro parte charissimi in Christo filij nostri Emanuelis eorundem Portugaliæ, & Algarbiorum Regnorum Regis illustris,ac dictæ Militiæ Iesu Christi per Sedem Apostolicam Administratoris in specialibus,& temporalibus, deputati petitio continebat,quod dictus Ioannes Episcopus ex Ecclesia Lamacē. si,cui tempore datæ literarum prædictarum ipsius Eugenij prędecessoris præerat,ad Ecclesiam Visensem canonicē translatus, ad earundem literarum Eugenij prædecessoris præfati executionem aliàs, illarum forma seruata,procedens,vocatis vocandis,& visis,ac diligentēr examinatis statutis,ordinationibus,& consuetudinibus dictæ Militiæ Iesu Christi,& omnibus,quæ requirebantur, ac habita eorum plena informatione, ad amputandum, & tollendum superflua, & dispendiosa,corrigendoq́; addendo, & innouando, & approbando statuta,& ordinationes tenotis infrascripti, authoritate Apostolica sibi tunc Episcopo Lamacensi per ipsas literas præfati Eugenij prędecessoris attributa,fecit,& edidit Et in primis quia dictus Ioannes prædecessor voluerat,& ordinauerat quod Conuentus,& Caput totius ordinis,& Militię Iesu Christi huiusmodi esset in dicto Oppido de Castro marino,& post modum,gratia Dei coadiuuante, ptędicti Sarraceni infideles ab illis partibus expulsi fuerant, & locus dicti oppidi sterilis,& victualibus carens erat, Conuentus prędictus non poterat ibidem sustentari,& Magister dictę Militiæ de consilio fratrum Militię eiusdem Conuentus huiusmodi in diuersis partibus dictorum Regnorum Portugaliæ,& Algarbiorum posuerat,& deinde il-

de illum transtulerat ad oppidum de Thomar nullius Diocesis, vbi tunc existebat, & locus ipse de Thomar eidem Ordini, & Militiæ Iesu Christi commodior existebat, huiusmodi translationem ad præfatũ Oppidum de Thomar Apostolica authoritate approbauit, statuendo, & declarando translationem huiusmodi Conuentus ad ipsum Oppidum de Thomar, & in illo situationem ipsius Conuentus persistere, & ibi Caput Ordinis, & Militiæ Iesu Christi huiusmodi esse, sicut erat in primęua ipsius institutione in dicto Oppido de Castro marino, Verum quia non reperit in regula, nec stabilimentis dictæ Militiæ, & Ordinis Iesu Christi certum habitum, quem fratres Milites illius deferrent, & reperit quod ex consuetudine tenebantur deferre Crucem rubeam in pectore apertam super albo, & diebus festiuis portabant mantella alba longa vsque ad talos, cęteris verô diebus, portabãt mantella aliorum colorum non prohibitorum, deferebantque etiam vestes paruas super diploide die, ac nocte, idem Ioannes Episcopus consuetudinem relationis habitus huiusmodi, modo, & forma prædictis, eadem authoritate approbauit, ac ordinauit, & mandauit, vt fratres, & milites prædicti ipsum habitum, modo, & forma supradictis, deferrent, & vestibus vterentur illo modo, quo antea vsi fuerant, taliter quod mantella per eos deferenda in Capitulo, & diebus festiuis, & cum quibus communicare, & sepeliri deberent, essent longa vsque ad talos, & aperta in parte dextra, & alię vestes deferendę per Clericos, & fratres essent longę, milites autem propter exercitium eorum in armis, & rebus militaribus deferrẽt vestes lõgas ad minus vsq; ad genua, & debito modo suo longiores, ita tamen quod semper Crux sit in pectore directa, ac prohibuit ipsis militibus ne deferre possent vestes virides clari, seu rubei, ac crocei colorum, & qui contrarium facerent perderent vestes, & Magister dictæ Militiæ in hoc executionem faceret, & fratres, qui de hoc notitiam habuerint, & negligentes forent in reuelando hoc prędicto Magistro, verbo, vel in scriptis, tenerentur singulis diebus, quibus negligentes forent, in non reuelando, dicere quindecim vicibus orationem dominicam, & toties angelicam salutationem, & dictas vestes in pœnam præmissorũ amittendas daret Magister dictæ Militiæ suis parafernarijs, aut alijs personis, de quibus sibi videretur, & similiter idem obseruari voluit circa deferentes colores prohibitos, & vestes inhonestas, ac capella, nec non caligas, manicas, & diploides eorundem colorum prohibitorum. Statuit insuper, & ordinauit quod Milites dictæ Militiæ Iesu Christi deferre possent vestes sericeas, non tamen existentes de coloribus supra dictis prohibitis,

quod-

quodque posſint habere cortinas,non tamen auro contextas, vel ornatas,ac tapetia,ſeu tapeceriias,ac etiam vti pannis lineis in lectis,& pro corporibus ſuis,& poſſent facere exercitium pro eorum inſtructione,prout in actibus militaribus,& ad uenationem etiam ad montes ire,& habere aues,& canes,& omnia alia ad uenationem neceſſaria,cùm etiam hoc fratribus dictæ Militiæ de Calatraua conceſſũ fuiſſe reperiſſet,& quoad ornamenta conuenientia eorum habitui, in bellis facerent,prout Magiſter dictæ Militiæ eis pro tempore mã dauerit,etiam deferendo enſes deauratos, & catenas,ſiue torques auri,ac calcaria,& zonas,& ornamenta equorum,& mularũ,ſeu aliorum animalium,prout de conſuetudine habebant. Quò vero ad recitationem orationum ordinauit,quod Milites, & Præceptores dictæ Militiæ Ieſu Chriſti recitarent,& dicerent officium Beatæ Marię Virginis glorioſę iuxta morem, quo melius ſcirent legere, & Milites non ſcientes legere,dicerent ſexaginta vicibus orationem Dominicã,& toties Angelicam ſalutationem;decem videlicet pro matutinis,& decem pro veſperis,pro ſingulis autem alijs horis, octo vicibus,& ſi poſſent premiſſas orationes,horis debitis,dicerent,& correctio malæ recitationis dictarum orationum, ſeu officij eiuſdem Beatæ Mariæ Virginis relinqueretur eorum confeſſoribus, & ſi forſan milites prædicti ſcientes legere infirmitate,aut labore,vel alio impedimento dicere non poſſent dictum officium B. Mariæ Virginis;dicerent modo præmiſſo dictam orationem Dominicam, & Angelicam ſalutationem, & dum in bellis,ſeu circâ bella occupati forent, recitarent, pro vt Magiſter prædictus eis mandauerit. Circa autem confeſsionem,profeſsionem, & communionem,per fratres, Milites, & Præceptores dictæ Militiæ Ieſu Chriſti faciendas, ſtatuit, & ordinauit quod profeſsio,eo modo,quo eatenus facta fuerat,fieret, promittendo videlicet bonam obedientiam Omnipotenti Deo, & Magiſtro,ac Ordini Militiæ Ieſu Chriſti huiuſmodi,quoad vixerint, Ac quod Prior,Clerici, Milites, & Præceptores dictæ Militiæ Ieſu Chriſti confiterentur ad minus in Natiuitatis, & Reſurrectionis Domini noſtri Ieſu Chriſti feſtiuitatibus, & in eiſdem feſtiuitatibus reciperent Euchariſtiæ Sacramentum. Et quoad ieiunia,quod ieiunarent qualibet feria ſexta cuiuſlibet hebdomadę, ac etiam faterent, ſeu obſeruarent alia ieiunia Sanctæ Matris Eccleſiæ, & ſi aliqui ex dictis fratribus,ſeu Militibus aliqua alia ieiunia facere voluerint,dictus Ioannes Epiſcopus Viſenſis ſibi dedit benedictiones,& indulgẽtias Ordinis,& Sedis Apoſtolicæ,ac Beatorum Petri, & Pauli Apoſtolorum:Milites vero exiſtentes in bellis quoad huiuſmodi ieiuniũ

facerẽt quod eis pręceptum foret per dictum Magistrum. Et quoad esum carnium, vescerẽtur carnibus tribus diebus hebdomadæ cuiuslibet, & qualibet die Dominica, ac mandauit eis, vt die, qua huiusmodi carnibus vescerentur, quinquies orationem Dominicam, & Angelicam salutationem, vltra alias orationes, ad quas tenentur, in honorem Domini nostri Iesu Christi, dicere, & recitare tenerentur. Existẽtes autem in Conuentu circa silentium obseruarent quod eis per suũ Priorem mandatum fuerit. Cum verò electio Magistri faciẽda esset, statuit, & ordinauit quod electio huiusmodi fieret per Præceptorẽ maiorem, Priorem, Sacristam, & Clauigerum, & nouem Milites antiquiores Ordinis Militiæ Iesu Christi huiusmodi, qui tempore electionis huiosmodi faciendę possent interesse eidem electioni, & forma electionis prædictæ esset iuxta iuris Canonici, seu decretorum dispositionem, & secundum constitutiones Ordinis, tam circa personam eligendam, quam formam electionis. Cum verô Nouitij recipiendi essent, reciperentur iuxta morem catenus obseruatũ, & qui in ordinationibus antiquis dicebatur contineri, videlicet dicendo, seu cantando *Veni creator Spiritus*. Approbauit insuper, & confirmauit, ac mandauit quod omnes dicti Ordinis, seu Militiæ Iesu Christi vterentur consuetudinibus, statutis, priuilegijs, & libertatibus, quibus antiquitús vsi fuerant, & semper habuerant, ac priuilegijs contentis in dicto olim Ordine Templariorum, prout semper vsi fuerant, & eodem modo vterentur concessis cæteris Ordinibus, & Militijs de Calatraua, de Alcantara, & Auis. Et quantum ad curam animarum pertinebat, approbauit quod Vicarius haberet curam animarum in dicto Oppido de Thomar, & eius districtu, & in Sancto Iacobo Oppidi de Santarem, & alijs locis, ad quę iurisdictio sua se extendebat, & etiam circa curam Prioris, & Conuentus, & aliarum personarũ Ordinis prędictæ Militiæ Iesu Christi, prout de consuetudine hab bat absoluendo de omnibus casibus Episcopis locorum reseruatis: & quia idẽ Ioannes Episcopus Visensis aliter nõ reperit in casibus Sedi Apostolicæ reseruatis expressé commissum, minusq; aliquam expressam facultatem concessam fuisse in absolutione facienda in casibus eidem Sedi Apostolicæ reseruatis, seu specialibus ad tollendum dubium, & scrupulũ conscientiæ, quę circa similia in multis partibus euenire potuissent, authoritate apostolica, declarauit, & mandauit quod Prior in suo Cõuentu in Personas religiosas, & suos familiares, super quibus antiquitus habuerat, & habebat iurisdictionem specialem, & similiter dictus Vicarius in suos subditos, & personas, tam ecclesiasticas, quàm seculares, ad quas sua iurisdictio se extenderet,

habe-

haberent Prior,& Vicarius prefati illam autoritatem, quam quilibet Episcopus habebat in sua dioces,& quos casus,seu absolutionem in eisdem casibus possent per se, aut suos Commissarios facere, & ipse Prior posset sibi eligere confessorem,qui eum etiam in eisdem casibus absoluere posset:ac etiam statuit,& ordinauit quod dictus Prior posset dare eandem authoritatem prędicto Vicario sibi eligendi cõfessorem,qui illum absoluere t in supradictis casibus, & simili modo Magistro dictæ militiæ Iesu Christi quando illum confirmaret, aut quoties ab eo requisitus foret. Concessit insuper eidem Vicario de Thomar pro tempore existenti quod vteretur sua iurisdictione, iuribus,& libertatibus,prout semper vsus fuerat,& eius prædecessores in consuetudine vtendi fuerant. Et quia fratribus tam Clericis quam militibus conuentualibus,& non conuentualibus dictæ Militiæ Iesu Christi in mortis articulo auferebantur omnia bona sua, adeó quod neque Ordo,seu Militia Iesu Christi huiusmodi aliquid vtilitatis ex illis habebat,neque seruitoribus,aut etiam animarum saluti pro diuinis officijs pro eis faciendis,prouideri poterat,idẽ Ioannes Episcopus Visensis, eadem authoritate Apostolica statuit,ordinauit,& mandauit,quod omnes personę dicti Ordinis,seu Militiæ Iesu Christi tam Magister,Gubernator,& Prior, seu Comendator maior, seu Clauiger, vel quæcunque alię personæ Milites, aut Fratres, conuentuales,aut non conuentuales dicti Ordinis,qui pro reparatione,& ornamentis dicti Conuentus dederint,& soluerint singulis annis,æquis portionibus,medietatem fructuum,reddituum,& prouentuum suarum præceptoriarum,quæ eis pro tempore per ipsum Ordinem concessę forent,seu augmentatæ,possent in articulo mortis de omnibus bonis suis mobilibus ad suum libitum, & de omnibus redditibus in hora mortis remanentibus, aut, qui vsque ad festum Sancti Ioannis Baptistæ à die obitus tunc proximẽ futurum,& huiusmodi præceptorijs proueniet, libere disponere: itaque si cõtingat fratres,seu milites,& alias personas dicti Ordinis Militiæ Iesu Christi mori vna die post dictum festum Sancti Ioannis Baptistæ, dispositio de huiusmodi redditibus in mortis articulo facta obseruetur, & si moriatur per vnum diem ante dictum festum, aut in ipso festo Sancti Ioannis nihil habẽt de redditibus illius anni,qui incipit, & in festo S.Ioannis quoad fructus futurorum percipiendos,& distribuẽdos post dictum festum pro illo anno,qui incipit in ipso festo Sancti Ioannis.E quod fructus,redditus,& prouentus prædicti inter ipsas personas dicti Ordinis Militię Iesu Christi singulis annis persoluerentur,& darentur Receptori reparationis,seu fabricæ dicti Con-

uentus,qui Receptor fidem faciat de huiuſmodi receptione per ſcri-
ptam,ſeu notarium dictæ reparationis, ſeu fabricæ, & ipſe Receptor faciat expenſas reparationis,ſeu fabricę, & ornamentorum prædictorum iuxta mandatum Gubernatoris,ſeu Adminiſtratoris, aut Magiſtri dictæ Militiæ pro tempore exiſtentis. Et quod Prçceptor, aut alia perſona dicti Ordinis,quæ medietatem fructuum vnius anni huiuſmodi,vt præfertur,perſoluiſſet,haberet literas ſolutionis,& qui tantiæ à Magiſtro,vel Adminiſtratore prædicto,vt per eaſdem literas ſibi concederetur facultas diſponendi de dictis bonis mobilibus, & quod quando aliqua domus præceptoriatum conceditur alicui ex perſonis dicti Ordinis, bona mobilia in domo dictę præceptoriæ exiſtentia ſemper pro eadem domo,ſeu ad illius vſum,prout erat,ré manerent, ita quod virtute dictæ conceſsionis diſponendi de bonis huiuſmodi nihil de dictis bonis in domo eiuſdem præceptoriæ exiſtentibus diſponerent,ſed pro eadem domo, remanerent Bona, autẽ perſonarũ dicti Ordinis,quæ non habuerint literas â Magiſtro vel Adminiſtratore,vt prçfertur,tempore obitus earũdem perſonarum reperta,remanerent,videlicet Maiori Præceptori arma, & beſtiæ,Clauigero verô veſtes, & panni lecti: Gubernatori autem, vel Magiſtro omnia alia bona remaneant, & ſimiliter Priori de bonis Clericorum.Et ſi deceſſerint ab inteſtato,aut ſine cedula,ſeu literis á Magiſtro,vel Adminiſtratore præfato habitis, omnia ſupradicta bona remaneant Magiſtro,Comendatori maiori, Clauigero, & Priori prçfatis,& vt prouideretur animarum ſaluti decedentium ab inteſtato,quod tertia pars mobilium decedentium diſtribueretur per Priorem pro miſsis,& aliis diuinis officijs pro anima ipſius defuncti celebrandis, & inter familiares ſuos, prout ſecundùm conſcientiam ſuam exiſtimaret defunctum fuiſſe obligatum. De bonis autem immobilibus emptis,aut acquiſitis,ſeu remanentibus de ſuis hæreditatibus,ſiue ſuſceptionibus,aut per eos etiam,donationis cauſa,habitis, & tempore obitus dimiſsis,relicta,ſeu dimiſſa tertia parte eorum dicto Ordini,de alijs duabus partibus ad ſui libitum perſonæ dicti Ordinis diſponere poſſent,excepta quarta parte Magiſtri, ſeu Adminiſtratoris, & Fratres preſbyteri, & Conuentuales haberent literas á Priore,& volentes ſoluere in pecunia numerata pro tertia parte bonorum immobilium ſibi, ratione hæreditatis, ſeu ſuſceptionis,aut emptionis,vel donationis,pertinentium,& quæ tertia pars dicto Ordini deberetur,vt præfertur,ſi faceret ſolutionem tertię partis de omnibus bonis mobilibus huiuſmodi haberet quietantiam ſolutionis huiuſmodi,& ſi eaſdem literas non haberet,omnia bona prędicta, vt

præ-

præfertur, remanerent dicto Ordini. Et quod in diuisione, seu dispositione dictorum bonorum immobilium per ipsas personas dicti Ordinis, vt præfertur, facienda, non includerentur bona immobilia quæ ab ipso Ordine, aut eis pertinentibus recepissent, seu habuissent, aut reciperent, & haberent, sed quæ ad ipsas personas ratione hęredi tatum, seu susceptionum suarum, aut donationum eis factarum duntaxat pertinerent. Et vt cessaret omnis calumnia, seu fraus in præmissis, idem Ioannes Episcopus Visensis mandauit quod literę infra scripto modo fierent, videlicet quod Magister dictæ Militię per easdem suas literas desuper conficiendas notificaret omnibus qualiter talis Præceptor, seu alia persona dictæ Militiæ potest disponere de bonis, quæ exprimerentur in ipsis literis, ad sui libitum, quia soluit dicto Ordini, seu Militię tertiam partē valoris bonorum immobilium suorum, prout tenebatur, & de alijs nihil possit facere, nisi solum de illis, de quibus haberet literas ab ipso Magistro, & quod talis Præceptor, seu persona dicti Ordinis grauiter peccabat, si aliquo modo circa huiusmodi bona calumniā, seu fraudem erga ipsum Ordinem adhiberet, attenta magna gratia, quam ab ipso Ordine receperat circá dispositionem aliorum bonorum. Et insuper ordinauit quod bona, vt præfertur, remanentia Ordini, per mortem dictarum personarum, exponerentur in reparationem. Cōuentus de mandato Magistri. Et quia reperit Gubernatorem, seu Præceptorem dictæ Militię pro maiori parte benefacere eorum præceptorijs, illos in hoc commendando, vt de bono in melius iuxta possibilitatem suā perseuerarēt, eos exhortando etiam statuit quod si contingeret eos morte, uel aliás eorum præceptorias dimittere, illas cum meliora mētis, & non deterioratas, nec dilapidatas dimitterent: Qui autem sic melioramenta dimitterent, eis, authoritate Apostolica sibi concessa, benedictionem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum eius, ac omnes indulgentias, & remissiones dicto Ordini Militiæ Iesu Christi, & eius benefactoribus concessas, concessit. Et idem Ioannes Episcopus, attenta personarum fragilitate, & malitia temporum, ac volens circa præmissa scrupulum conscientiæ quo ad illorum obseruationem, amoueri, voluit, quod Religiosi Milites, & fratres Militiæ Iesu Christi huiusmodi in præmissis per eum determinatis non tenerentur obseruare formas antiquas, ac etiam non obseruando aliquas ex dictis Ordinationibus, tam antiquis, quā nouis, peccatum mortale non committerent, seu incurrerent, exceptis illis, in quibus pœnam expressé appossuerat, aut alijs de sui natura peccatum mortale inducentibus, sed tenerentur ad pœnam temporalem

ralem ieiuniorum, orationum, disciplinarum, & inclusionis in Claustro, super quibus omnibus conscientiam suam ex oneran do, onerat conscientiam Magistri, Prioris, & Visitatorum, ac personarum quibus competebat correctio, aut correctionis inquisitio, & persistentibus in obseruatione præmissorum, & ieiuniorum, præmissaque omnia per eum statuta, ordinata, comprobata, & confirmata, manu propria subscripsit, suoque sigillo communiuit. Et insuper dictus Emanuel Rex, & Administrator in prædicto Conuentu de Thomar in Capitulo generali supra hoc celebrato, attendens quod sanctæ, & deuotæ orationes ad Deum illi sunt plurimum gratę, & acceptę, ad authoritatem Administrationis huiusmodi sibi commissæ, diffiniuit, & ordinauit, quod die, ac nocte diuinum officium in dicto Conuentu per omnes, & singulas personas regulares dicti Conuentus diceretur, & omnia fierent cum pura, magna, & integra deuotione, obseruando tam in dicendo huiusmodi officio, quàm in alio obsequio, seu seruitio domus dicti Conuentus antiquas constitutiones dicti Ordinis, seu Militiæ Iesu Christi, & in ipsa sua diffinitione, seu constitutione contentas, districte præcipiendo, & mandãdo tunc, & pro tempore existenti Priori dicti Conuentus, né in diuinis officijs celebrandis, & eorum cæremonijs, ac consuetudinibus aliquid augeant, aut minuant quocumque tempore, exceptis illis diebus, seu festis antiquo tempore in dicto Conuentu factis, & fieri consuetis, sed in illis omnibus obseruarent vsus, & consuetudines antiquos Conuentus, & ordinis prædictorum: Et quod vltra præmissa Sacerdotes non hebdomadarij, nec obligati ad Missas cõuentuales, semel in hebdomada celebrarent Missam sub pęna priuationis vini, & fratres non præsbyteri in Natiuitatis Domini nostri Iesu Christi, & primæ dominicę quadragesimæ, & Resurrectionis eiusdem Domini nostri Iesu Christi, ac Pẽthecostes, nec non Assũptionis Beatæ Mariæ Virginis, & omnium Sãctorum festiuitatibus, eorum peccata confitentes communionem deuotê suscipiant, dum Missa conuentualis celebretur, & ieiunia, ac silentium, & omnes alias cæremonias omnino obseruent secundum consuetudines antiquas, & prout in regula disponitur, & transgressores prædictorum puniãtur aspere per Priorẽ dicti Cõuẽtus: & vt diuina officia cum debita solẽnitate celebrarẽtur; etiã statuit, ordinauit & definiuit quod cãdelæ, quę in altari ponerẽtur, essẽt lõgitudine triũ palmorũ, & illarũ, quæ libet põderis duarũ librarũ, & existẽtes iuxta altare in cãdelabris essẽt palmorum quatuor, & illarum quilibet dparum librarum cum dimidia, ac quod in candelabris magnis non existentibus apud

altare

altare essent tossiæ quatuor librarum cum dimidia,& quòd tàm cãdelę,quam tossiæ essent de cera alba,& de eis curam haberet dictus Prior.Et quia præfatus Rex Administrator non reperit in definitionibus,siue statutis dictæ regulæ,siue Militiæ Iesu Christi quam obligationem habeat dictus Prior circa celebrationem Missarum,licet repererit ipsum in certis solemnitatibus,Missam celebrare consueuisse,idem Emanuel Rex,& Administrator declarando statuit,& ordinauit,siue definiuit quod dictus Prior teneret,seu haberet suam hebdomadam pro celebratione Missarum,sicut quilibet alius frater dicti Conuentus, & quod in vigilia Natiuitatis Domini nostri Iesu Christi,ac in die dicti festi,nec non Epiphaniæ, & Purificationis,& omnibus alijs festiuitatibus Beatę Mariæ Virginis, & in Ramis palmarum,ac quintæ feriæ,siue die Iouis Sancta, & sabbato Sancto, & his diebus omnibus maioris hebdomadæ omnia officia facere,ac Missas dicere & dicto sabbato ignem, & Cereum benedicere, nec non Resurrectionis, & Ascensionis Dominicæ, ac vigilia Penthecostes,& Sanctæ Trinitatis,nec non Sacratissimi Corporis Christi, & Sancti Ioannis Baptistę,nec non Beatorum Petri,& Pauli Apostolorum,& Sancti Benedicti festiuitatibus Missam celebrare,& ipso festo Purificationis officium benedictionis candelarum facere,& antiphonam *Hodie Beata Virgo* incipere,& similiter in festo Ramis Palmarum faciendo officium benedictionis in processione antiphonam *Ingrediente Domino*,& ad Magnificat, & Benedictus, & in omnibus festiuitatibus principalibus,tam in vigiliis,quãin diebus & omnibus octauis Natalis, & Resurrectionis Domini nostri Iesu Christi,ac Penthecostes,& alijs diebus duodecim lectionum, antiphonas incipere,& in omnibus diebus maioris hebdomadę officiũ facere teneatur,satisfaciendo nihilominus alijs obligationibus,& vsibus,seu consuetudinibus,ad quę ipse Prior iuxta ordinationes Ioannis Episcopi, & Regis, & Administratoris prędictorum teneretur prout in statutis,ordinationibus, declarationibus, definitionibus,& alijs per Ioannem Episcopum,& Emmanuelem Regem, & Administratorem præfatos circa præmissa editis, ac eorum literis, seu instrumentis publicis desuper confectis dicitur pleniùs contineri. Cũ autem,sicut eadem petitio subiungebat, á tempore ordinationum, statutorum,& aliorum præmissorum per dictum Ioannem Episcopum factorum,& editorum,Magister,siue Administrator,Prior,Milites,& fratres dictæ Militiæ Iesu Christi statuta,& ordinationes huiusmodi,iam sexaginta annis,vel circa elapsis,non autem constitutiones,seu instituta dictæ Militiæ de Calatraua obseruauerint,& â

nonnullis asseratur Milites,& fratres,ac etiã alias personas Militiæ Iesu Christi etiam ad obseruationem institutionum regularium dictę Militiæ de Calatraua teneri,ac propterea Milites,& fratres,& alias personas dictæ Militiæ Iesu Christi, qui constitutiones dictæ Militiæ de Calatraua non obseruauerint stimulus conscientiæ remordeat. Pro parte dicti Emanuelis Regis,& Administratoris, nobis fuit humiliter supplicatum,vt statutis,ordinationibus, declarationibus, definitionibus,& álijs præmissis per Ioannem Episcopum,prętерquam quoad prohibitionem colorum supradictorum, & Emmanuelem Regem, & Administratorem præfatos, vt prętertur,factis, & editis, pro illorum subsistentia firmiori robur Apostolicæ confirmationis adijcere,& quatenus Prior,Milites,fratres, & alię personę prædictæ transgressores constitutionum prædictarum Militiæ de Calatraua extiterint, seu dici possent, eos à reatu transgressionum huiusmodi absoluere,& aliàs in præmissis opportune prouidere de benignitate Apostolica dignaremur. Nos igitur attendentes quod etiam secundum conditiones,temporum statuta humana variantur,quique singulos Christi fideles sub religionis iugo pro exaltatione diuini nominis,& Fidei Catholicæ defensione domino famulantes,& militántes,ex speciali dilectionis affectu libenter prosequimur, huiusmodi supplicationibus inclinati,statuta,ordinationes,definitiones, declarationes,concessiones,indulta,remissiones,facultates,& huiusmodi,ac alia omnia,& singula præmissa per dictos Ioannem Episcopum Visensem,& Emmanuelem Regem,& Administratorem facta,& edita,ac prout ea concernunt omnia,& singula in eisdem statutis, ordinationibus,definitionibus,declarationibus,indultis, & facultatibus, ac desuper confectis literis,seu instrumentis contenta, & inde secuta quæcumque prætерquam quoad prohibitionem aliquorum colorum Militibus,& fratribus,ac alijs personis dictæ Militiæ Iesu Christi,cum nullos colores eis prohibitos esse decernimus, dum tamen ipsos colores deferant de licentia eorum Magistri, aut superioris, authoritate Apostolica,& ex certa nostra scientia, tenore prętentium, approbamus,& confirmamus:& iuxta illorum tenores,prætерquam quoad huiusmodi colorum prohibitionem obseruari,& perpetuæ firmitatis robur obtinere debere decernimus,supplentes omnes, & singulos defectus etiam solemnitatis omissæ, seu protestatis dicti Ioannis Episcopi Visensis:ex translatione de persona sua ad Ecclesiá Lamacensem,cui tempore commissionis sibi per dictum Eugenium Prædecessorem factæ,præerat, ad dictam Eccl'siam Visensem, aut alias forsan ex tenore dictarum literarum Eugenij prædecessoris prę

fati

fati ſuper præmiſsis non competentis, ſi qui interuenerint in eiſdem, ac Priorem, Milites, fratres, & alias perſonas Militiæ Ieſu Chriſti huiuſmodi, non teneri ad obſeruationem aliquarum conſtitutionum regularium dictæ Militiæ de Calatraua, authoritate, & tenore prædictis, etiam decernimus, ſtatuimus, & ordinamus, atque omnes, & ſingulas perſonas dictæ Militiæ Ieſu Chriſti á tranſgreſsionibus dictarum conſtitutionum Militię de Calatraua, ſi forſan ad illarum obſeruationem tenebantur, abſoluimus, & abſolutos eſſe volumus ita vt ſi ſcrupulus conſcientiæ eos remordeat, confeſſorem, qui ſibi pro præmiſsis pœnitentiam ſalutarem iniungat, hac vice, & pro præteritis duntaxat eligere poſsint. Et nihilominus cupientes, vt Magiſter, ſeu Adminiſtrator, ac Præceptores, Milites, & fratres, ac alię perſonæ dictæ Militiæ Ieſu Chriſti in his, quæ ad ipſius Militiæ conſeruationem & ſalubrem profectũ cò feruentius intendant, quô ex hoc etiam dono cæleſtis gratiæ vberius conſpexerint ſe refectos, quantum cum Deo poſſumus, prouidere, de eiuſdem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli Apoſtolorum eius authoritate confiſi, omnibus, & ſingulis ex Magiſtro, ſeu Adminiſtratore, ac Militibus, & fratribus, ac alijs perſonis dictæ Militiæ Ieſu Chriſti, qui in ſingulis tribus Capitulis generalibus dictæ Militię Ieſu Chriſti, infrá decennium celebrandis interfuerint, plenariam omnium peccatorum ſuorum, ex quibus corde contriti, & ore confeſsi fuerint, pro quolibet Capitulo ex dictis tribus Capitulis infrá dictum decennium celebrandis, remiſsionem, eadem authoritate apoſtolica, per præſentes elargimur eiſdem præſentibus poſt dictum decennium, quoad huiuſmodi plenariam remiſsionem duntaxat minime valituris, non obſtantibus præmiſsis, ac conſtitutionibus, & ordinationibus apoſtolicis, necnõ Militiarum prædictarum iuramento, confirmatione apoſtolica, vel quauis firmitate alia roboratis, ſtatutis, & conſuetudinibus, nec non priuilegijs, & indultis eidem Militiæ de Calatraua, ſub quibuſcumque tenoribus conceſſis, quibus illorum tenores, ac ſi de verbo ad verbum expreſsi, & inſerti forent præſentibus, pro expreſſis, & pro totaliter inſertis habentes quatenus in aliquo præmiſſis obſtent, ſpecialiter, & expreſſè derogamus, cæterisque contrarijs quibuſcumq; Volumus autem quod ſi intereſſentibus dictis Capitulis Generalibus aliqua alia indulgentia in perpetuum, vel, ad certum tempus nondum elapſum duratura per nos conceſſa fuerit, præſentes literæ quoad huiuſmodi plenariam indulgentiam nullius ſint penitus roboris, vel momenti. Nulli ergo omnino hominũ liceat hanc paginam noſtræ [illegible] mationis, decreti, ſuppletionis, ſtatuti,

tuti,ordinationis,absolutionis,concessionis,derogationis,& voluntatis infringere,vel ei ausu temerario contraire.Si quis autem hoc attentare præsumpserit,indignationem Omnipotentis Dei,ac Beatorum Petri,& Pauli Apostolorum eius se nouerit incursurum. Datũ Romæ apud Sanctum Petrum Anno Incarnationis Dominicæ millesimo quingentesimo quinto, quarto Idus Iulij,Pontificatus nostri anno secundo: D. de comitibus gratis, de mandato domini nostri Papæ &c.

Certidão do Escriuão das Ordens Militares.

176 CErtifiquo eu Francisco de Andrade Carreira Escriuaõ dos Caualeiros das Ordens Militares destes Reynos por ElRey nosso Senhor Gouernador,& perpetuo Administrador das ditas Ordens &c. Que ao prezente tenho neste meu cartorio os feitos,& autos,que se remeterão a este iuizo assy dantes,que fosse proprietario deste meu officio,como depois, que o sou,& o siruo,& há mais de vinte,& tres annos, de Caualleiros das Ordens de Christo Santiago,& Auis com não terem mais q̃ os habitos,& outros com promessas de Comendas,& de pensoens nellas, capellas, ou de tenças, & expectatiua dellas, como por alguns, que se seguem, se pode

1 ver. ¶ Luis de Souza Castelo branco com naõ ter mais, que o habito de Christo,o remeteraõ da Relação desta Cidade com suas culpas,& autos das mortes de Paulo Machado,& Manoel Mendes Ca-

2 beção,de que neste juizo dos Caualleiros se liurou. ¶ Ruy de Castro da Silua com naõ ter mais que o habito de Christo o remeteraõ

3 com suas culpas a este juizo. ¶ Nunaluares Botelho tendo somente o habito de Christo,& seu pay Diogo Botelho aluará de lembrãça para por sua morte deixar suas Comendas a seu filho mais velho

4 o remeteraõ a este juizo, no cazo da bofetada, que deu ao Capitam Landim na armada de Dom Luis Faiardo, & ao depois dante os Corregedores do crime desta Corte pella morte de Ioaõ Candozo

5 o Moço. ¶ Dom Fernando de Faro com naõ ter mais que o habito de Christo, & seu pay huma copia de carta de sua Magestade,em que lhe fes merce,que por seu falecimento ficasse a sua Comenda a seu filho mais velho seruindo em tres armadas efectiuas da Coroa deste Reyno,não constandolhe delas compridas, o remeterão a este juizo dos Caualleiros dante os Corregedores do crime desta Corte culpas, & autos da queixa de Francisco daCosta

6 Prouedor dos Cont s. ¶ Diogo Lopes da Franca Caualleiro do habito

bito de noſſo Senhor Ieſu Chriſto, que hora degolaraõ no terreiro do Limoeiro por ſentença da Relação deſta Cidade o remeteraõ dellá dantes a eſte juizo no caſo da morte de Gaſpar de Arouca Pita no anno de ſeiſcentos vinte, & dous, oqual feito ſentenciou o Iuiz dos Caualleiros,& por apellaçam na Meſa da Conſciencia, & Ordens em ſete annos de degredo para Mazagaõ, & quarenta mil reis para as deſpezas da dita Meza, & por aluará aſsinado pella mão Real de ſua Mageſtade,como Gouernador,& perpetuo Adminiſtrador da dita Ordem,feito em Madrid a dezaſete de Iunho de ſeiſcentos vinte,& tres annos lhe perdoou o dito degredo,cõ tãto,que não requereria ſinco annos de ſeruiço, que fizera, depois que ſucedeo á dita morte,& que ſe regiſtraſſe o dito aluará no liuro das merces em ſeu titulo,como o fez Marçal da Coſta. ¶ Franciſco Henriques de Miranda do dito habito de Chriſto o remeteraõ da dita Relaçam a eſte juizo dos Caualleiros,com ſuas culpas,& autos, das queixas de Dona Mariana,& ſua filha Dona Luiza,& Dona Mecia de Lima,& no acordaõ diſſo conſta eſtarẽ aſsinados o Corregedor, & Dezembargadores Pereira,Goes,Almeida,Velho, Cabral; Correa, a ſete de Março de ſeiſcentos vinte,& ſeis,em que diz: *Por conſtar ſer Caualleiro da dita Ordem,& profeſſo nella,& lhe ter ſeu ſogro dotada a ſua Comenda com poder Real, que para iſſo tinha, oqual lhe largara logo os fruitos della, & que os tinha, com o dito habito* julgando, que gozaua do priuilegio do foro, não tendo o dito Franciſco Henriques pádram da dita Comenda,nem tomado poſſe della por elle,que deuia de ſer,por ainda o dito ſeu ſogro Ioaõ Rodrigues Roxo ſer viuo, & não poder ſer a tal ſucceſſão ſenão por ſua morte, como as partes o diſſeraõ em ſeus embargos, & rezoens, & ſem embargo diſſo o remeteraõ como dito he. ¶ Antonio de Souza Guarda Repoſta Caualleiro do habito de Sanctiago tambem remeterão da dita relação a eſte juizo dos Caualleiros as culpas,& autos que lhe fazia Ioaõ Rodrigues Faya Ciriciro de ElRey com ter ſomente com o dito habito trinta mil reis de penſaõ pera ſelhe dar em Comenda,ou fora da meſma Ordem, & não a ter ainda effectiuamente. ¶ Antonio de Oliueira Cardim com o habito de Chriſto, & promeſſa cõ elle de vinte mil reis de penſaõ em hũa Comenda o remeteraõ dante os ditos Corregedores do crime da Corte os autos da achada cõ a eſpigarda neſta Cidade de noite a eſte dito Iuizo dos Caualleiros. ¶ Henrique Henriques de Miranda Caualleiro da Ordẽ de Chriſto pelas culpas da perda do Galião Conceição indo de ſocorro à Bahia o remeterão dante os Corregedores do crime deſta Corte com

11 ſuas culpas a eſte Iuizo dos Caualleiros aonde ſe liurou. ¶ Dom Pedro Maſcarenhas Caualleiro da Ordem de Chriſto com não ter mais, que hũa promeſſa por aluarà de ſua Mageſtade para que tendo idade poder requerer hũa Comenda de cento, & oitenta, atê cento, & nouenta mil reis o remeteraõ a eſte juizo dos Caualleiros no caſo do dezafio, q̃ teue com Chriſtouão Cabral por acordão da dita Relação, deque o theor he o ſeguinte. Acordam em Relação &c. Viſtos os autos, precatorio iunto para ſerem remetidas as culpas de Dom Pedro Maſcarenhas, & como goza do priuilegio do foro, Mandão, que ſeja remetido. Lisboa, dous de Agoſto de ſeiſcentos. & trinta, & hum. *Colaço. Villas Boas. Abreu. Pinto. Pereira. Siquei*

12 *ra. Barros.* ¶ Ioão Gomes da Silua Caualleiro do habito de Auis cõ a expectatiua da Comenda de ſeu pay Luis da Silua por ſua mor te, o remeterão a eſte juizo dos Caualleiros pello cazo do ferimẽto feito a Luis de Miranda Enriques per acordão da dita Relação, de q̃ o teor he o ſeguinte. Acordam em Relaçaõ &c. Viſtos eſtes autos & precatorio iunto do Iuiz dos Caualleiros, em que pede lhe ſeja remetida a cauza, deque neſtes autos ſe trata, & como ſe moſtra o Reo Ioaõ Gomes da Silua eſtarlhe feita merce da Comenda de ſeu pay por ſua morte, & eſtar muitas vezes iulgado neſta conformida de. Iulgam competirlhe o priuilegio do foro, & como tal deuer ſer remetido ao juizo da dita Ordem, & o remetem a elle, & pague os autos. Lisboa vinte, & dous de Março de ſeiſcentos vinte, & oito. *Pereira. Diogo da Cunha. Siqueira. Salema.* E por neſte Acordaõſe declarar eſtar muitas vezes iulgado &c. Naõ me eſtẽdo aqui neſta minha certidaõ com outros muitos mais, que remeteraõ ſempre a eſte dito juizo dos Caualleiros, & por me ſer mandado em a Meza da Conſciencia, & Ordens dar eſta, a paſſei por mim feita, & aſsinada em Lisboa aos vinte, & ſete dias do mes de Iunho de mil, & ſeiſcentos trinta, & quatro annos, & me reporto em todo aos autos feitos, & acordãos delles, deque faço menção, & ao mais aqui referido: pagou nada, & me reporto as certidoens, que delles tenho paſſado, em todo, & por todo.

Franciſco de Andradè Carreira.

Outra

OVTRA CERTIDAM DO MESMO ESCRIvão dos Caualleiros.

177 CERTIFICO eu Francisco de Andrade Carreira Escriuão dos Caualleiros das Ordens Militares deste Reyno por El-Rey nosso Senhor Gouernador,& perpetuo Administrador das ditas Ordens,&c.que ao presente tenho ẽ meu Cartorio autos crimes,q̃ remeteraõ â este Iuizo dos Caualleiros, para liuramento delles,os seguintes, ¶ Luis de Souza Castellobranco, Caualleiro da Ordem de Christo pelas culpas das mortes de Paulo Machado Sacoto, & Manoel Mendes Cabeçaõ sem constar nos autos ter feito profissão,nem ter Comenda,tença,ou outra cousa algũa com o habito, os remeteraõ da Relação desta Cidade,por acordão della,a onze de Março de seiscentos,& tres,como parece nos ditos autos.a fol.22.n. 26. ¶ Niculao Zuzarte Caualeiro da Ordẽ de Christo as culpas das palauras, que disse ao Doctor Ioaõ Luis Affonso Dezẽbargador da Casa da Supplicaçaõ sobre seu officio,o remeteraõ a este Iuizo dos Caualeiros por precatorio,sem constar nos autos que tinha Comenda,téça,ou outra cousa cõ o habito,mais que professo nelle a fol. 11. dos autos,& étregaraõse a meu Antecessor as culpas delles a dez de Dezembro de mil quinhentos nouenta,& hum annos a fol. 45. n. 80. ¶ Simaõ da Gama Caualeiro da Ordem de Christo pela offensa,que fez ao Meirinho Marcos d' Almeida,sem constar ter com o habito Comenda,tença,nem outra couza lhe remeteraõ suas culpas do Iuizo da Correiçaõ do crime da Corte,a este Iuizo dos Caualleiros,como parece da reposta de meu Antecessor dada na folha corrida,a oito de Agosto de seiscentos, & tres annos,que está nos autos a fol 8.verl.& pela cota do Promotor a baixo della. ¶ Simão Rebello Contador do Mestrado da Ordem de Sanctiago Caualleiro do mesmo habito no feito de seu liuramento da queixa de Diogo Lopes Pinto,não consta ter com o dito habito comenda,tença, nem outra cousa,& suas culpas vieraõ do Iuizo da Correiçaõ do crime da Corte,a este Iuizo dos Caualeitos,& nelle se sentenciou a vinte, & tres de Agosto de mil quinhentos nouenta,& quatro annos,& se vê de fol.18.ate fol.19.num.35. Os quais feitos achei em os primeiros maços,que busquei do tempo mais antigo,que he de vinte, & quatro annos a esta parte,conforme ao que se me mandou na Meza da Consciencia,& Ordens,& entendo acharey outros mais se se me der tempo para buscar todo o meu cartorio,& do tempo mo

derno,que ſe começou a dar com os habitos penſoens nas Comendas,promeſſas dellas,& expectatiuas das meſmas Comendas,ou tenças, que vagaõ por morte de ſeus pays,acharey muytos feitos, que por Acordaõ da Relaçaõ, & Corregedores do crime da Corte, ſe remeteraõ a eſte Iuizo dos Caualleiros ſem terem outra couſa, mais que as ditas promeſſas,com os habitos,de que ja paſſey outras certidoens,ao que em todo,& por todo me reporto aos autos donde as paſſey,& aos autos deſta outro ſy me reporto,Lisboa 8 de Iunho de 635.annos por mim ſobſcrita,& aſsynada. Eu Franciſco de Andrade Carreira a ſobſcreui,& aſsiney.

Franciſco d' Andrade Carreira.

QVE OS DE CALATRAVA COZEM DE *todos os priuilegios da Ordem de Ciſter, ainda que não eſtejão vzados.*

178 CLEMENS Epiſcopus ſeruus ſeruorum Dei, ad perpetuam rei memoriam. Romanus Pontifex ea,quæ per prædeceſſores ſuos,& Sedem Apoſtolicam, perſonis quorumuis Ordinum regularibus conceſſa reperiuntur,in aliarum perſonarum, præſertim Militum ſub eiſdem ordinibus pié militari vitæ vacantium fauorē, vt eô inuicem ſuarum gratiarum perampliús participes fiant, quô ſub eiſdem regularibus Ordinibus, ac Militijs, pro fidei Catholicæ exaltatione inſtitutis,viuere dignoſcuntur, ſalubriter extendere, ac Catholicorum Regum id deuote expoſcentium votis fauorabiliter annuere, aliaque eis de nouo concedere conſueuit,prout in Domino conſpicit expedire.Sané chariſsimus in Chriſto filius noſter Carolus Romanorum Rex Illuſtris,in Imperatorem electus, qui etiam Caſtellæ,Legionis, Aragonum, & vtriuſque Siciliæ Rex ac Militiæ de Calatraua Ciſtercienſis Ordinis per Sedem eandem deputatus perpetuús Adminiſtrator exiſtit,ſuo,& dilectorum filiorū Capituli,& vniuerſorum diffinitorum nuncupatorum, ac aliorū Priorum,Præceptorum,fratrum,& militum d. Militiæ nominibus per dilectum filium Ramirum Nuñez de Aguilera Præceptorem domus de Meſtança Militię, & Ordinis prædictorum Tole-

tanæ

tanæ Diœcesis, Nuntium suum super hoc ad nos destinatum, nobis nuper exponi fecit, quod licet alias felicis recordationis Iulius Papa II. & forsan alij Romani Pontifices prædecessores nostri, ac dicta Sedes omnia, & singula priuilegia, gratias, libertates, immunitates, exẽptiones, indulgentias, concessiones, indulta, & literas Apostolicas, spiritualia, & temporalia, ac alia per eosdem, ac alios etiam prędecessores nostros Romanos Pontifices, & Sedem præfatam eatenus dicto Ordini, illiusq; familiaribus, vassallis, subditis, & alijs personis, ac locis concessa, illa forsan quę erant in vsu, ad eandem iMilitiam, illiusque Magistrum, Priores, Præceptores, personas, Ecclesias, Monasteria, membra, loca, familiares, vassallos, & subditos, tam tunc existentia, quám futura extenderint, & ampliauerint, per diuersas eorundem prædecessorum literas, prout in illis dicitur pleniùs contineri, quia tamen illa, vel eorum aliqua, vt à nonnullis asseritur, tunc in vsu, aut in iudicio, vel extra, obseruata, vel approbata non existebant, ac forsan inter personas Militię huiusmodi, & per eos, ac locorum Ordinarios, vel alios eorum aduersarios, ac pro eis agentes respectiue super eisdem priuilegijs, gratijs, & literis, vel eorum aliquibus, eorumque vsu, obseruantia, & consuetudine, varia dubia orta, & hactenus non plene discussa fuerunt, cuperent Carolus Rex in Imperatorem electus, & Administrator, ac Capitulum prædicti, ad euitandũ vlteriores lites, & dissensiones, illa omnia, & singula, siue sint, siue nõ sint in vsu, ad Militiam, illiusque monasteria, loca, & membra, nec non Priores, Præceptores, fratres, milites, & personas huiusmodi, quę cum sint eiusdem Ordinis, honestum est, vt illis vtantur, potiantur, & gaudeant, per Sedem eandem libere extendi, & ampliari. Quare pro parte Caroli Regis in Imperatorem electi, & Administratoris, ac Capituli prædictorum per dictum Ramirum nominibus prædictis fuit humiliter supplicatum, quatenus eis in præmissis oportune prouidere de benignitate Apostolica dignaremur. Nos igitur, qui singulorum militum sub eisdem Militijs militantium votis libenter annuimus, Capitulum, Priores, Præceptores, fratres, milites, & personas prędictas, ac eorum singulos à quibusuis excommunicationis, suspensionis, & interdicti, alijsque ecclesiasticis sententijs, censuris, & pœnis á iure, vel ab homine, quauis occasione, vel causa latis, si quibus quomodolibet innodati existunt, ad effectum præsentium dumtaxat cõsequendum, harum serie, absoluentes, & absolutos fore censentes, nec non omnium, & singulorum priuilegiorum, gratiarum, libertatum, immunitatum, exceptionum, indultorum, concessionum, & literarum Apostolicarum spiritualium, & temporalium, hactenus per prędictos

dictos,& alios quoscumque Romanos Pontifices similiter prædecessores nostros,ac Sedem eandem, Ordini, illiusque monasterijs, membris,locis,familiaribus,vassallis,subditis,& personis præfatis cõcessorum tenores præsentibus pro expressis habentes, huiusmodi supplicationibus inclinati,authoritate Apostolica,tenore præsentiũ, ac ex certa scientia nostra,& de Apostolicæ potestatis plenitudine, extensionem, & ampliationem prędictas approbamus,& innouamus,ac potiori pro cautela omnia, & singula priuilegia, immunitates,exemptiones,facultates, indulgentias, peccatorum remissiones, pręrogatiuas,concessiones,& indulta spiritualia,& temporalia,ac literas Apostolicas dicto Ordini, & illius monasterijs, Prioratibus, & locis,nec non eorum pro tempore existentibus Abbatibus, Prioribus,Monachis,familiatibus,vassallis,subditis, & personis per prædecessores,& Sedem præfatos hactenus quomodolibet concessa,& cõcedenda,nec non quibus illa,illę, & illi iuxta priuilegia, indulta, & literas huiusmodi,seu de iure,vel consuetudine,aut aliás vtuntur,potiuntur,& gaudent,ac vti,potiri,& gaudere poterunt quomodolibet in futurum,in omnibus,& per omnia,iuxta illorum formam, continentiam,& tenorem,siue illa sint, siue non sint in vsu huiusmodi obseruata,vel approbata,ita vt Militia, ac illius monasteria, domus, loca,Magister,seu Administrator, Priores, Pręceptores, milites, fratres,familiares,vassalli,subditi,& personæ huiusmodi illis õnibus,& singulis vtãtur,potiãtur,& gaudeãt,ac vti,potiri,& gaudere libere,& licite possint,& debeãt in omnibus,& per omnia, perinde, ac si illa eis specialiter concessa fuissent, & in posterum concederentur, de speciali gratia,extendimus,& ampliamus, illaque eis de nouo concedimus. Ac eis quod Carolus Rex in Imperatorem electus, & Administrator,ac pro tempore existentes Administrator, vel Magister, ac Capitulum,Priores,Præceptores,Milites,& Fratres Militiæ huiusmodi, ac eorum singuli omnia, & singula priuilegia, immunitates, exemptiones,prerogatiuas,indulta, indulgentias, facultates, concessiones,& literas eidem Cistercienſi Ordini concessa prædicta de Cistercij,& Morimundo dicti Ordinis, Cabilonenſis,& Lingonenſis, Diœcesum,ac alijs quibuluis monasterijs eiusdem,vel, alterius Ordinis,in quibus originalia,priuilegia,indulta,indulgentiæ,facultates, & literę huiusmodi habentur,seu reperientur,& ab illis coram quocumque loci Ordinario,vel eius Officiali,seu alio iudice,aut persona in dignitate ecclesiastica constituta, per eos eligenda,petere, exigere,extrahere,& habere,ac exemplari,& transcribi,eorumque exẽplaria,& transumpta in publicam,& in authenticam formam redigi fa-

gi facere libere,& licitê valeant,etiam indulgemus: plenamque, & liberam ad id licentiam,& facultatem etiam concedimus,ac eorundem Monasteriorum Abbatibus,& Conuentibus, nec non quibuſuis alijs perſonis,apud quos dicta originalia,priuilegia,indulta,indulgentiæ,facultates,& literæ reperientur, vt illa extrahi, & exemplari, ac eis dari faciant,& permittant,in virtute ſanctæ obedientiæ,& ſub excommunicationis,ſuſpenſionis, & interdicti ſententijs, cenſuris, & pœnis,eo ipſo,ſi contra fecerint,incurrendis (ſaluo honeſto ſalario publicis notarijs exemplaria huiuſmodi pro tempore facientibus propterea debito) mandamus, ac eiſdem ſic tunc exemplatis, & ſigillo eiuſdem Ordinarij,ſeu Officialis,aut iudicis,vel perſonæ eligendorum prædictorum munitis, ac manu vnius ſimilis Notarij ſubſcriptis, eorũque omnium,& ſingulorum,ac aliarum per nos eis, & in eorum fauorem hactenus conceſſarum,& hodie concedendarum literarum,manu ſimilis notarij ſubſcriptis, ea plena,vera, & indubitata fides in iudicio, & extra,vbilibet adhibeatur,quæ adhiberetur eiſdẽ originalibus,priuilegijs,indultis,indulgentijs,facultatibus,& literis,ſi eſſent exhibita,vel oſtenſa,ac aprobationi,innouationi,conceſſionibus,indultis,mandato,decretis.& alijs præmiſsis, ac præſentibus literis prędictis,etiam per nos,& Sedem prædictam derogari non poſſe,ac derogationes de illis pro tempore factæ pro nullis, & prorſus infectis haberi debere,nec non Carolum Regem Imperatorem electum,& Adminiſtratorem,ac Capitulum,nec non pro tempore exiſtentes Adminiſtratorem, vel Magiſtrum, Priores, Præceptores,Milites,& fratres Militiæ huiuſmodi ad parendum literis derogationum huiuſmodi,etiam quaſcũque ſententias,cenſuras, & pœnas in ſe cõtinẽtibus minime teneri,neq; pro pterea aliquas ſẽtẽtias, cẽſuras, & pœnas incurrere ſic q; per quoſcũq; Sãctę Romanæ Eccleſię Cardinales,ac cauſarũ Palatij Apoſtolici Auditores, & alios Cõmiſſarios,ac Ordinarios,ſeu alios iudices,iudicari,ſententiari,& diffiniri debere: ſublata eis,& eorum cuilibetquauis alia aliter iudicandi, ſententiandi,& diffiniendi facultate, irritum quoque, & inane ſi ſecus ſuper his á quoquam,quauis authoritate, ſcienter, vel ignoranter contigerit attentari, decernimus. Non obſtantibus quibuſuis vſu, & conſuetudine in contrarium hactenus forſan introductis, & alijs præmiſsis, ac Apoſtolicis, nec non in Prouincialibus, & Synodalibus Concilijs editis generalibus, vel ſpecialibus, conſtitutionibus, & ordinationibus, ac Militiæ, Ordinis, Monaſteriorum, & locorum prædictorum, etiam iuramento, confirmatione Apoſtolica, vel quauis firmitate alia roboratis

ſtatutis,& conſuetudinibus,priuilegijsq; indultis, & literis Apoſtolicis,illis,ac locorum Ordinarijs,eorumque Officialibus,& Vicarijs ac Abbatibus,& Conuentibus prædictis,nec non quibuſuis alijs per ſonis,etiam cum quibuſuis,etiam irritatiuis, caſſatiuis, annullatiuis, mentis atteſtatiuis,præſeruatiuis,prohibitiuis,& alijs quibuſuis, etiã quantumcunque fortioribus, efficacioribus, & inſolitis clauſulis, & decretis,conceſsis,confirmatis,approbatis, & etiam pluries innouatis,ac concedendis,confirmandis,approbandis,& ſimiliter innouandis,etiam ſi in eis caueatur expreſſé quód originalia,priuilegia, indulta,& literæ eis pro tempore conceſſa huiuſmodi nullis oſtendere,vel exhibere,aut exemplari permittere teneantur, nec ad id per quemcumque compelli, vel interdici, ſuſpendi, ſeu excommunicari, aut tales declarari non poſſe.Quibus omnibus,etiam ſi pro illorum ſufficienti derogatione,de illis,eorumque totis tenoribus ſpecialis,ſpecifica,expreſſa,& indiuidua,ac de verbo ad verbum, non autem per generales clauſulas idem importantes, mentio, ſeu quæuis alia expreſsio habenda,aut aliqua alia exquiſita forma ſeruanda, illorumq; quibus illa conceſſa ſunt,nomina,cognomina, dignitates, gradus,& ordines exprimenda eſſent,illorum omnium tenores, ac modos, & formas, nominaque,& cognomina, dignitates, ordines, & gradus huiuſmodi,præſentibus,ac ſi de verbo ad verbum exprimerentur,& inſererentur,pro ſufficienter inſertis,& expreſsis habentes, illis aliás in ſuo robore permanſuris, hac vice dumtaxat,harum ſerie, ſpecialiter, & expreſſe derogamus,ac omnibus, quæ dicti prædeceſſores in ſingulis eorum literis prædictis voluerunt non obſtare, cęteriſque contrarijs quibuſcunque.Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam noſtræ abſolutionis,approbationis,innouationis, extenſionis,ampliationis,conceſsionis,indulti,mandati,decreti,& derogationis infringere,vel ei auſu temerario contraire.Si quis autem hoc attentare præſumpſerit, indignationem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri,& Pauli Apoſtolorum eius ſe nouerit incurſurum.Datum Romæ apud Sanctum Petrum, Anno Incarnationis Dominicæ milleſimo quingenteſimo vigeſimo quinto, Octauo Kalendas Februarij,Pontificatus noſtri anno tertio.

BREVE

BREVE APOSTOLICO PARA OS DEPVTADOS da Mesa da Consciencia poderem entregar ao braço secular Dom Pedro da Sylua negro, Caualleiro da Ordem de Santiago, & os mais Caualleiros, & Freires, que conspirarem in statum, & personam Regiæ Maiestatis.

DILECTIS FILIIS PRÆSIDENTI, ET DEputatis Mensę Conscientiæ Chariſſimi in Chriſto filij noſtri Portugalię, & Algarbiorum Regis Catholici.

Gregorius Papa XIII.

179 DILECTI filij, ſalutem, & Apoſtolicam benedictionem. Exponi nobis fecit dilectus filius Promotor fiſcalis Curię Philippi Portugaliæ, & Algarbiorum Regis nomine, quod poſtquam aliás iniquitatis filius Petrus de Silua ex genere Æthiopum, ſeu ex Prouintia Guinees oriundus Frater Miles Militiæ Sancti Iacobi de Spata, ſub regula S. Auguſt. in Regno Portugaliæ inſtitutę diuerſorũ exceſſuum, & delictorum veniam, & impunitatem à prędicto Rege, & prædictę Militiæ perpetuo Adminiſtratore obtinuerat, profeſsionis ſuæ, & indebitæ fidelitatis immemor, in ſtatum Regnorum prædictorum, vna cum certis alijs ſecularibus hominibus, conſpirans fidelem populum Regnorum eorundem, ſeu Prouinciarum illi ſubiectarum conturbare, & ab obedientia, & fidelitate dicti Regis auertere, aliaque forſan grauiora tractauit, & machinatus fuit. Quapropter ſocij criminis, quorum principalis dictus Petrus fuit pœna vltimi ſupplitij damnatus, pœnam ipſam paſsi fuerunt, & ſicut eadem ſubiungebat expoſitio, plurimum expediat reos delictorum huiuſmodi condigna pœna publica puniri, cum grauia alioquin ſcãdala ſuboriri, & prauis hominibus occaſio, ſeu licentia poſſent tribui talia frequentius perpetrandi. Quare pro parte Promotoris eiuſdem, nomine prædicto, fuit nobis humiliter ſupplicatum, quatenus in premiſsis opportunè prouidere de benignitate Apoſtolica dignaremur. Nos igitur, qui ex officij debito iuſtitiæ zelatores eſſe tenemur, improbos, & ſeditioſos homines eccleſiaſtica libertate, & immunitate indignos eſſe cenſentes, huiuſmodi ſupplicationibus inclinati, Diſcretioni veſtræ, veſtriſque ſucceſſoribus Menſæ prędictæ

pro tempore Deputatis,vt absque alicuius censurę,vel pœnæ ecclesiasticæ,seu irregularitatis notæ incursu,dictum Petrum,& quoscunque alios Militiarum prędictarum fratres Milites, vel Capellanos, etiam in Sacris Ordinibus constitutos,quos in posterũm in statum Regnorum prędictorum,& Regię Maiestatis offensionem conspirasse,& ad id populum commouisse,& huiusmodi delicti legitimé convictos,aut confessos vobis esse constiterit,iuxta Canonicas Sanctiones condignis pœnis affectos,seruata iuris forma,Curiæ sæculari tradere puniendos liberê,& licitê possitis,& valeatis,Apostolica authoritate,tenore præsentium,licentiam, & facultatem concedimus, & impartimur,& ob traditionem huiusmodi,etiam si ex illa membrorum mutilatio,vel hominum cædes subsequantur,nullas censuras, vel pœnas ecclesiasticas, aut irregularitatis notam per quempiam vestrum incurri posse,aut debere,eisdem authoritate,& tenore,decernimus. Non obstantibus quibusuis Apostolicis, ac in Prouincialibus,& Synodalibus Concilijs editis generalibus, & specialibus cõstitutionibus,& ordinationibus, dictarumque Militiarum, & Ordinum,etiam iuramento,confirmatione Apostolica, vel quauis firmitate alia roboratis stabilimentis, vsibus,naturis, & consuetudinibus, priuilegijs quoque,indultis,& literis Apostolicis illis,illarumq; Administratoribus,fratribus,militibus,capellanis,& quibusuis alijs personis quomodolibet concessis, confirmatis, & innouatis. Quibus omnibus,etiam si pro illorum sufficienti derogatione, de illis, illorumque totis tenoribus,in præsentibus literis specialis, specifica, & indiuidua mentio,seu quæuis alia forma obseruanda, vel habenda foret,tenores huiusmodi pro expressis habentes,illis aliás in suo robore permansuris,hac vice dumtaxat,specialitér,& expressé derogamus,cæterisque contrarijs quibuscumque. Datum Romæ apud Sãctum Petrum,sub annulo Piscatoris die vigesima quinta Octobris, millesimo quingentesimo octuagesimo tertio, Pontificatus nostri anno duodecimo. Cæsar Glorierius.

VRBANO QVARTO, QVE OS QVE POEM mãos violentas nos Caualleiros,& peßoas da Ordem sãõ excomungados,ipso iure,& manda aos Prelados,que os euitem por excomungados, & que procedam contra os que tomarem, ou vsurparem seus bens.

180 VRBANVS Episcopus seruus seruorum Dei. Venerabilibus fratribus Archiepiscopis,& Episcopis,ac dilectis filijs Abbatibus,

batibus, Prioribus, Decanis, Archidiaconis, & alijs Ecclesiarum Prælatis, ad quos literæ istę peruenerint, salutem, & Apostolicam benedictionem. Paci, & quieti religiosorum virorum fratrum Ordinis Militiæ Sancti Iacobi de Spata Apostolica nos conuenit solicitudine prouidere, & tam ipsos, quam eorum bona, tanto sollicitius á malignorum incursibus, & rapinis tenemur protegere, quanto pro fide Christiani nominis se diutius omnibus exponunt periculis, & aduersus prauas, & exteras nationes labores subeunt graviores. Inde est quod cum fortes athletas Christi in suo Sancto proposito volentes attentius confouere, ad defensionem suam solicitudinem vestram duximus commonendam, vt magis, ac magis possint ad promoúendum propositum, quod sumpserunt, intendere, cum fuerint sollicitudine Prælatorum Ecclesiæ malignantium inquietatione securi. Vniuersitatem vestram ad instar felicis recordationis Alexandri Papæ Prædecessoris nostri monemus, ac prȩcipimus. Quatenus si quando Clerici, & laici parochiani vestri in aliquem prædictorũ fratrum capiendo, vel de suis equitaturis deijciendo, aut aliás inhoneste tractando violentas manus inijciunt, huiusmodi prȩsumptores, veritate cognita, & sublato appellationis obstaculo, accensis candelis, dilatione, & occasione postpositis, excommunicatos publicé nuntietis, & tandiu faciatis sicut excommunicatos arctius euitari, donec passo iniuriam congrué satisfaciant, & pro absolutionis beneficio impetrando Apostolico se conspectui repræsentent. Eos vero, qui in prædictos fratres manus non inijciunt violentas sed equitaturas, aut alia eorum bona violenter diripiunt, si á vobis cõmoniti ablata eis restituere noluerint, & de illatis iniurijs satisfactionem congruam exhibere, vinculo anathematis adstringatis, quo ipsos vsque ad dignam satisfactionem teneatis adstrictos. Datum apud Vrbem Veterem decimo sexto Kalendas Februarij, Pontificatus nostri Anno secundo.

BVLLA, PORQVE O SANCTO PADRE concede á Ordem de Sam Tiago, & de Auis todas as graças concedidas, & por conceder aos Mestrados de Castella.

§ IVLIVS

181 IVLIVS Episcopus seruus seruorum Dei ad perpetuam rei memoriam. Decet Romanum Pontificem ea, quę per prædecessores suos in fauorem Militiarum, & illarum personarum, præsertim sub regulari habitu in terris pro exaltatione fidei contra eius nominis inimicos viriliter pugnantium concessa sunt, approbare, & confirmare, suarumque literarum præsidio communire, vt eô firmius maneant, quo maiori fuerint munimine roborata, ac etiam aliqua de nouo concedere, prout cognoscat in Domino salubriter expedire. Sane pro parte dilectorum filiorum nobilis viri Georgij Ducis Colimbriensis Sancti Iacobi de Spata Sancti Augustini, & de Auis Cisterciensis Ordinum Regni Portugalliæ Militiarum perpetui Administratoris per Sedem Apostolicam deputati, ac Priorum, Militum, & fratrum dictarum Militiarum nobis nuper exhibita petitio continebat, quod aliás felicis recordationis Nicolao Papę Quinto prædecessori nostro pro parte quondam Fernandi Principis dicti Regni, ac Militiæ huiusmodi Sancti Iacobi de Spata perpetui Gubernatoris expositio quod cùm multa, & diuersa priuilegia, exemptiones, prærogatiuæ, aliæque concessiones, & indulta dilectis filijs Magistro, & Conuentui, Militibus, & fratribus dictæ Militiæ de Spata in Regno Castellę constitutis á diuersis Romanis Pontificibus concessa fuissent, apud nonnullos in dubium reuocabatur an priuilegia, prærogatiuę, concessiones, & indulta huiusmodi ad Magistrum, Conuentum, Milites, fratres, Ecclesias, personas dictę Militiæ in Regno Portugalliæ constitutas censerétur extendi. Idem Nicolaus prædecessor ambiguitatis huiusmodi scrupulum volens amouere, ipsius Fernandi Gubernatoris supplicationibus inclinatus eidem Fernando Gubernatori, suisque successoribus Magistris, & Gubernatoribus, seu Administratoribus, Conuentui, Magistratui, Militibus, & fratribus in dicto Regno Portugaliæ constitutis tunc præsentibus, & futuris quod ipsi, & eorum singuli, nec non personæ, loca, & Ecclesiæ dictæ Militiæ in dicto Regno Portugaliç constituta omnibus, & singulis priuilegijs, prærogatiuis, concessionibus, indultis Magistris, Conuentui, militibus, & fratribus Militiæ dictæ in dicto Regno Castellæ constitutis quomodolibet concessis, & quibus illi gaudebant, & vtebantur, etiam vti, & gaudere, perpetuis futuris temporibus, possent, & valerent, indulsit, ac etiam omnia, & singula priuilegia, exemptiones, prerogatiuas, cõcessiones, & indulta quęcumque, quotcumq, & qualiacumque forent, á prædecessoribus nostris, tunc suis, Romanis Pontificibus, etiam de Papatu contendentibus, eidem Militiæ cõcessa quo-

quorum tenores pro expressis haberi volens confirmauit, & approbauit, prout in ipsius Nicolai prædecessoris literis dicitur plenius contineri. Quare pro parte Georgij Ducis, & Administratoris, Priorum, Militum, & fratrum prædictorum asserentium eundem Georgium claræ memoriæ Ioannis Secundi Portugalliæ, & Algarbiorum Regis natum esse, seque secundum statuta, & ordinationes Militiarum Regni Castellæ huiusmodi Sancti Iacobi de Spata, & de Calatraua, ac de Alcantara respectiue viuere, ac eorum Ordinum existere, Nobis fuit humiliter supplicatum, vt literis prædictis robur apostolicæ approbationis adijcere, ac eis, vt tam ipsi, quam pro tempore de Spata, & de Auis Magistratus Regni Portugalliæ, Magistri, Priores, ac Militiarum huiusmodi milites, & fratres, perpetuis futuris temporibus, omnibus, & singulis gratijs, libertatibus, indultis, conseruatorijs, priuilegijs, indulgentijs, exemptionibus, honoribus, & literis apostolicis, Magistris, Prioribus, Militibus, & fratribus Sancti Iacobi, & de Calatraua, ac de Alcantara Regni Castellæ, & Legionis Militiarum in genere quouismodo à Nobis, & Sede Apostolica cõcessis, & in posterum concedendis, vti, & gaudere, ac loco iudicum in litetis eis concessis deputatorum, alios iudices in dicto Regno Portugaliæ in ecclesiastica dignitate constitutos sibi eligere possint, licentiam concedere, ac aliàs in præmissis opportune prouidere de benignitate Apostolica dignaremur. Nos igitur Georgium Ducem, & Administratorem, Priores, Milites, & Fratres præfatos, ac eorum singulos á quibusuis excommunicationis, suspensionis, & interdicti, aliisque ecclesiasticis sententijs, censuris, & pœnis á iure, vel ab homine, quauis occasione, vel causa latis, si quibus quomodolibet innodati existunt, ad effectum præsentium dumtaxat consequendum, harum serie, absoluentes, & absolutos fore censentes huiusmodi supplicationibus inclinati literas, ac priuilegia, conseruatorias, exemptiones prerogatiuas, indulgentias, aliaque concessiones, & indulta huiusmodi apostolica authoritate, tenore præsentium, approbamus, nec non Magistro, Prioribus Militibus, & fratribus Sancti Iacobi de Spata, & de Auis Militiarum Regni Portugalliæ huiusmodi præsentibus, & pro tempore existentibus, perpetuis, & futuris temporibus, vt omnibus, & singulis gratijs, libertatibus, indultis, conseruatorijs, priuilegijs, indulgentijs, exemptionibus, honoribus, & literis apostolicis, quibus Magstri, Priores, Milites, & fratres Sancti Iacobi de Spata, & de Calatraua, ac de Alcantara Militiarum Regni Castellę, & Legionis huiusmodi vtuntur, potiuntur, & gaudẽt, ac vti, potiri, & gaudere

poterunt, quomodolibet in futurum, vti, potiri, & gaudere valeant, ac si eis in genere concessa fuissent, ac loco iudicum in literis Militiarum Regni Castellæ huiusmodi concessis deputatorum alios iudices, in dignitate tamen similiter ecclesiastica constitutos in dicto regno Portugalliæ, qui eandem potestatem habeant, quam iudices in eisdem literis deputati habent, seu habere poterunt, quomodolibet in futurum, deputare libere, & licite valeat, eisdem authoritate, & tenore, de specialis dono gratiæ, indulgemus. Volumus autem, & dicta authoritate, decernimus quod priuilegiorum, gratiarũ singularum concessarum prædictorum, ac præsentium literarũ transumptis manu alicuius Notarij publici subscriptis, & sigillo alicuius Prelati munitis plena, & integra fides adhibeatur, tã in iudicio, quã extra illud, quæ literis ipsis originalibus adhiberetur, si originaliter ostensę, & exhibitæ forent, non obstantibus constitutionibus, & ordinationibus apostolicis, ac statutis, & consuetudinibus, stabilimentis, vsibus, & naturis Militiarum, & Ordinum prædictorum, iuramento confirmatione apostolica, vel quauis firmitate alia roboratis, cęteris-que contrarijs quibuscumque; Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostræ absolutionis, approbationis, indulti, voluntatis, & decreti infringere, vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attẽtare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum eius se nouerit incursurũ. Datum Romæ apud Sanctum Petrum, anno Incarnationis Dominicæ millesimo quingentesimo septimo, Septimo Calendas Iulij Pontificatus nostri anno quarto.

CONCEDE O PAPA CLEMENTE AO MESTre, & Caualleiros do Templo, que não respondão em Iuizo em razão de Bullas, que não fação menção da Ordem.

182 CLEMENS Episcopus seruus seruorum Dei. Dilectis filijs Magistro, & fratribus Domus Militiæ Templi Hierosolomitani salutem, & Apostolicam benedictionem. Quieti vestræ prouidere volentes ad instar felicis recordationis Alexandri, & Vrbani prędecessorum nostrorum Romanorum Pontificum, auctoritate vobis præsentium, indulgemus, vt si contra vos super his, quæ Ordini vestro à Sede Apostolica sunt indulta, contra tenorem priuilegiorum vestrorum Apostolicas literas impetrari contigerit, quæ de Ordine vestro non fecerint mentionem, per eas minime teneamini respondere. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginã

nostræ

noſtræ conceſsionis infringere, vel ei auſu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare præſumpſerit, indignationem Omnipotẽtis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli Apoſtolorum eius ſe nouerit incurſurũ. Datum Aſſiſij, Kalendis Septembris, Pontificatus noſtri anno primo.

Clauſula de hũa Bulla de Crègorio Nono.

MONEMVS itaque Vniuerſitatem veſtram, atque præcipimus, quatenus ſi quando clerici, vel laici parochiani veſtri in aliquem prædictorum fratrum capiendo, vel de ſuis equitaturis deijciendo, aut aliàs inhoneſtè tractando violentas manus inijciunt, huiuſmodi præſumptores, ſublato appellationis obſtaculo, accenſis candelis, dilatione, ac occaſione poſtpoſitis, excommunicatos publicé denũcietis, & tandiu faciatis, ſicut excõmunicatos arctius euitari, donec paſſo injuriam congruê ſatisfaciant, & pro abſolutionis beneficio impetrando Apoſtolicõ ſe conſpectui repræſentẽt. Eos verò, qui in prędictos fratres manus non inijciunt violentas, ſed equitaturas, aut alia eorum bona violenter diripiũt, ſi a vobis commoniti ablata eis reſtituere noluerint, vinculo anathematis adſtringatis, quo ipſos vſque ad ſatisfactionem condignam teneatis adſtrictos.

Clauſula de hũa Bulla de Clemente Quarto.

MONEMVS igitur Vniuerſitatem veſtram, atque præcipimus, quatenus ſi quando clerici, vel laici parochiani veſtri in aliquem prędictorũ fratrum capiendo, vel de ſuis equitaturis eijciendo, aut aliàs inhoneſte tractando violentas manus inijciunt, huiuſmodi prędſumptores, ſublato appellationis obſtaculo, accenſis candelis, dilatione, & occaſione poſtpoſita, excommunicatos publicê nuncietis; & tandiu faciatis ſicut excõmunicatos arctius euitari, donec paſſo iniuriam congruê ſatisfaciant, & pro abſolutionis beneficio impetrando Apoſtolico ſe conſpectui repræſentent. Eos vero, qui in prædictos fratres manus non inijciunt violẽtas, ſed equitaturas, aut alia eorum bona violenter diripiunt, ſi à vobis commoniti ablata eis noluerint reſtituere, & de illatis iniurijs ſatisfactionem congruam exhibere, vinculo anathematis adſtringatis, quo ipſos vſque ad dignam ſatisfactionem teneatis adſtrictos.

Clauſula da Bulla da confirmação da Ordem de Calatraua.

NIHILOMINVS præſenti decreto ſancimus, vt ſiquis in aliquem fratrum veſtrorum temerarias manus iniecerit, niſi rationabilis cauſa obſiſtat, excommunicationis ſententia ſit adſtrictus.

Clauſula da Bulla de Innocencio Terceiro.

NIHILOMINVS vero præſenti decreto ſancimus, vt ſi quis in aliquem fratrum veſtrorum temerarias manus iniecerit, niſi rationabilis cauſa obſiſtat, excommunicationis ſententia ſit adſtrictus.

BVLLA DE IVLIO II, PORQVE CONCEDE aos Freyres da Ordem de Sanctiago conſtituidos em ordens Sacras todos os priuilegios concedidos, & por conceder aos Freires da Ordem de Auiz, & de Chriſto, & por virtude deſta teſtam conforme a Bulla concedida aos de Auis.

384 IVLIVS Epiſcopus ſeruus ſeruorũ Dei. Ad perpetuam rei memoriam. Dũ ad fructus vberes, quos ſacra Religio dilectorum filiorum Magiſtri, Priorum, & fratrum Militiæ S. Iacobi de Spata Ordinis S. Auguſtini in agro Eccleſiæ Militantis in propagatione eiuſdem Religionis, & fidei Catholicæ contra illius inimicos cõtinua defenſione, actiuã ſimul, & contemplatiuã vitám ducendo, vtiliter produxit, hactenus, & in futurũ producere, firma ſpe, ſperamus diligenter attendimus, dignũ cenſemus, & congruũ, vt illa, quæ ipſius Militiæ incrementum concernere poterunt, benignis fauoribus & gratijs concedamus. Sane pro parte dilecti filij nobilis viri Georgij Ducis Colimbrienſis claræ memoriæ Ioannis ſecundi, dum vixit, Portugaliæ, & Algarbiorum Regis nati, qui eiuſdem S. Iacobi de Spata, & de Auis Ciſtercienſis Ordinis Regni Portugalię Militiarum in ſpiritualibus, & temporalibus, per Sedem Apoſtolicam Adminiſtrator deputatus exiſtit, nobis nuper exhibita petitio continebat. Quod licet tam per nos, quam Sedem prædictam, tam eiuſdem S. Iacobi

Iacobi,& de Auis,quam etiam I E S V Christi eiusdem Cistercien-sis Ordinis Militijs dicti Regni, & cuilibet eorum, diuersa priuilegia,& indulta sigillatim concessa,& omnibus,ex eisdem Militijs,illarumque Magistri,Præceptores,Priores,Milites,& fratres priuilegijs, indultis,ac gratijs cuilibet dictarum Militiarum, vt præfertur,concessis generaliter vtantur,potiantur,& gaudeant,a nonnullis tamen in dubiũ reuocatur an fratres dictę Militiæ S. Iacobi in subdiaconatus,diaconatus,& præsbyteratus ordinibus constituti priuilegijs, indultis,& gratijs fratribus aliarũ Militiarum prędictarum in præfatis Ordinibus constitutis similiter concessis vti, & gaudere valeãt. Quare pro parte dicti Georgij Ducis, & Administratoris nobis fuit humiliter supplicatũ vt in pręmissis opportune prouidere de benignitate Apostolica dignaremur.Nos igitur,qui singulis sub religionis iugo,& in spiritu humilitatis Domino famulantibus dictæ Sedis gratiam,& fauorem libenter impartimur,dictum Georgiũ Ducem, & Administratorem,& singulares personas dictæ Militiæ S. Iacobi in subdiaconatus, diaconatus,& præsbyteratus ordinibus constitutas á quibuscumq; excomunicationis,suspensionis,& interdicti, alijsque ecclesiasticis sententijs,censuris,& pœnis,a iure,vel ab homine,quauis occasione,vel causa latis,siquibus quomodolibet innodati existant,ad effectũ præsentium duntaxat consequendum, harum serie,absoluentes,& absolutos fore censentes,huiusmodi supplicationibus inclinati Maiori,& alijs Prioribus, & fratribus dictæ Militię S.Iacobi in subdiaconatus, diaconatus,& præsbyteratus ordinibus prædictis constitutis pręsentibus,& futuris,qui de cætero, perpetuis futuris temporibus,omnibus,& singulis priuilegijs,indultis,& gratijs,quibus alij fratres aliarũ,& de Auis,& I E S V Christi Militiarũ prędictarum in dictis ordinibus constituti vtuntur,potiũtur,& gaudent,seu vti,potiri,& gaudere poterunt quomodolibet in futurum,ad eorum instar vti,& potiri,& gaudere possint,& valeant in omnibus,& per omnia,perinde ac si illa eisdem Maiori,& alijs Prioribus,& fratribus dictæ Militię S.Iacobi in dictis ordinibus constitutis in specie concessa fuissent,auctoritate Apostolica,tenore præsentiũ,de specialis dono gratiæ,concedimus,& indulgemus. Non obstãtibus constitutionibus,& ordinationibus Apostolicis, ac dictarum Militiarũ iuramento,confirmatione Apostolica,vel quauis firmitate alia robboratis statutis,stabilimentis,vsibus,& naturis, ac illis sub quibuscumque tenoribus concessis priuilegijs,indultis gratijs,& literis Apostolicis,quibus omnibus,etiãsi de illis,eorũq; totis tenoribus de verbo ad verbum,pro illorum sufficienti derogatione,specialis,&

lis,& expreſſa,non autem per clauſulas generales mentio,ſeu quęuis alia expreſsio habenda eſſet,illorum omnium tenores,ac ſi præſentibus de verbo ad verbum,inſererentur, pro expreſsis habentes, quo ad prędmiſſa dũtaxat,harum ſerie, ſpecialiter, & expreſſe derogamus cæteriſque contrarijs quibuſcumque. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginã noſtræ abſolutionis,conceſsionis,indulti,& derogationis, infringere, vel ei auſu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare præſumpſerit, indignationem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Apoſtolorum Petri,& Pauli ſe nouerit incurſurum. Datũ Romæ apud Sanctum Petrum,Anno Incarnationis Dominicę Milleſimo quingenteſimo vndecimo: Octauo Kalendas Septembris,Põtificatus noſtri Anno octauo.

FALA EM A COMMVNICAC,AM DOS PRIuilegios das Ordens de Calatraua, & maximê do Breue de Pio Quinto,que alcançou o Senhor Rey Dom Sebaſtiaõ por Bulla de Gregorio XIII. & a todas tres o extende.

CHARISSIMO IN CHISTO FILIO NOSTRO Philippo Portugaliæ & Algarbiorum Regi Catholico.

Clemens Papa VIII.

185 CHARISSIME in Chriſto fili noſter, ſalutem, & apoſtolicam benedictionem. Maieſtatis tuæ nomine nobis nuper expoſitum fuit,quôd aliás clarę memoriæ Sebaſtianus Portugalliæ, & Algarbiorum Rex à felicis recordationis Gregorio Papa XIII. prædeceſſore noſtro ſpeciale indultum obtinuit, per quod ipſe Gregorius prædeceſſor dicto Sebaſtiano Regi Militiarum Ieſu Chriſti, Sancti Iacobi de Spata, & de Auis Ciſtercienſis, & Sancti Auguſtini reſpectiuê Ordinum Regnorum Portugalliæ, & Algarbiorum tunc perpetuo Adminiſtratori, dictisque Militijs, inter alia, conceſsit,vt à Generalis illarum Conſeruatoris ſententijs non poſſet appellari ad Legatos,& Nuncios Apoſtolicæ Sedis,ſed ad ipſum immediate Romanum Pontificem, & Apoſtolicam Sedem, prout prędem recolendæ memorię Pius Papa V. prędeceſſor noſter inclytæ memoriæ Philippo II. Hiſpaniarum Regi Catholico, ac Militijs regularibus Regnorum Caſtellæ conceſſerat, ſeu indultum huiuſmodi

modi á Pio Quinto Prædeceſſore dictis Philippo Regi, & Militijs Regni Caſtellæ conceſſum ad Sebaſtianum Regem, & Militias Portugalliæ per communicationem extendi, prout in literis dicti Gregorij Prædeceſſoris deſuper expeditis plenius continetur. Licet autem huiuſmodi indultum, occaſione bellorum, peſtis, & aliarum perturbationum dictorum Regnorum Portugalliæ, & Algarbiorum, quæ diu vigerunt, ab initio vſu recipi non potuerit; poſtea tamen, illis ſedatis, cum ad notitiam Miniſtrorum dictarum Militiarum deueniſſet, ac Prælatis eorumdem Regnorum ſolemniter intimatum fuiſſet, & Conſeruatores earundem Militiarum pro tempore exiſtentes ſuper violentijs perſonis, & rebus earundem Militiarum factis varias ſententias protuliſſent, ab iiſque partes aduerſæ appellaſſent, Procurator Generalis earundem Militiarum pro parte Maieſtatis tuæ, qui dictarum Militiarum perpetuus Adminiſtrator, apoſtolica authoritate deputatus exiſtis, à prædictis Conſeruatoribus inſtantiſsime petijt, vt prędictum indultum Apoſtolicum, iuxta illius tenorem obſeruarent, nec de cętero appellationes prędictas, niſi immediate ad Romanum Potificem, & Apoſtolicam Sedem, admitterent, ſed quia dilectus filius Spoliorum, ac Iurium Cameræ noſtræ Apoſtolicæ in eiſdem Regnis Collector Generalis vigore facultatum ſibi per nos conceſſarum nonnullas cauſas appellationum huiuſmodi, prædicto indulto non obſtante, Auditori ſuo commiſit; propterea inter ipſos Cõſeruatores ex vna, & Auditorem dicti Collectoris ex altera partibus graues diſcordiæ, diſſentioneſque exortæ, & plures inhibitiones hinc inde emanatę, & cenſuræ eccleſiaſticę vicisſim promulgatæ magno cum Chriſti fidelium illarum partium ſcandalo extiterunt; Nos verò per noſtras in forma Breuis literas eidem Collectori ſpecialem facultatem conceſsimus, vt cauſas appellationum à ſententijs, decretis, & mandatis quibuſcumque Cõſeruatoris, ſeu Conſeruatorum Militiarum prædictarum ad Nos, & Apoſtolicam Sedem tam catenus interpoſitarum, quam deinceps interponendarum, audire, cognoſcere, & prout juris foret, terminare valeret, prout in eiſdem noſtris literis etiam plenius continetur. Cũ autem, ſicut eadem expoſitio ſubiungebat, Maieſtas tua cupiat huiuſmodi indultum à Gregorio Prædeceſſore conceſsum, ſeu communicatum Militijs Regnorum Portugalliæ pro earumdem Militiarum conſeruatione, & totius Regni quiete, ex noſtra permiſsione, & approbatione, deinceps perpetuò obſeruari, cum præſertim experiẽtia doceat ex ſimili indulto, quod in Regnis Caſtellæ in viridi obſeruatione exiſtit, Militias dictorum Regnorum magna cum pace,

& concordia gubernari, neq; aliquas dictorum Regnorum personas super hoc vnquam conqueri, contra vero dictis Militijs Portugalliæ multa damna, & incommoda in rebus, & Iurisdictionibus earũ inferri ob eiusdem indulti in obseruantiam: propterea nobis eiusdẽ Maiestatis tuæ nomine fuit humiliter supplicatum, vt in præmissis opportune prouidere de benignitate Apostolica dignaremur. Nos igitur, qui honestis Maiestatis tuę votis ob eius eximia in nos, & Apostolicam Sedem merita, quantum cum Domino possumus, libenter annuimus, literarum Gregorij Prædecessoris, ac nostrarum supradictarum tenores præsentibus pro expressis habentes, Motu proprio, ac ex certa nostra Scientia, & matura deliberatione præhabita, & tota etiam re cum dilectis filijs nostris Camillo Sancti Grisogoni Burghesio, ac Pompeo Sancti Balbinæ Arrigonis titulorum S. R. E. Cardinalibus diligenter communicata, & ex illorum voto, & sententia, Indultum prædictum à Gregorio Prædecessore concessum, quoad infradicta, confirmantes, & innouantes, Maiestati tuę, ac prædictis Militijs Regnorum Portugalliæ, & Algarbiorum, auctoritate Apostolica, tenore præsentium, perpetuô concędimus, & indulgemus, vt causæ appellationum, quæ à sententijs Conseruatoris, seu Conseruatorum dictarum Militiarum ad Nos, & Apostolicam Sedem interponuntur, eę nimirum, in quibus agitur de perpetuo prędiudicio, & quæ non sint modici momenti, in Romana Curia cum effectu cognosci, & terminari debeant, itavt in illis tam Collector Generalis, quam Nũtius, & etiã de latere Legatus Sedis Apostolicæ in eisdẽ Regnis pro tẽpore, vigore facultatũ sibi concedẽdarũ, nullatenus sese intromittere possint, nullã in illis audiendis, & cognoscẽdis auctoritatẽ, vel facultatẽ habeãt: hac tamẽ adiecta lege, quód, pẽdẽte appellatione, ipse Collector, seu Nũtius, aut Legatus dicto Cõseruatori, á quo apellatũ fuerit, sub cẽsuris, & pęnis, inhibere valeat, ne, pẽdente appellatione, seu termino dato á iure ad appellandũ, vel ad appellationẽ prosequẽdã, aliquid attentet. Quodque si Conseruator ipse aliquid attentauerit, tunc Collector, seu Nuntius, aut Legatus prędictus, ne aliquid innouetur, prouidere, ac omnia, & quæcũque attentata reuocare, omniaq; in pristinũ, ac in eosdẽ, in quibus antea erãt, statũ, & terminũ restituere libere valeat. Et vlteriũs, ne indifferẽter quæcũq; causæ, etiã modici momẽti cũ magno partiũ dispẽdio in Romana Curia sint prosequẽdæ, vt ipse Collector, vel Nuntius, seu Legatus cæteras causas appellationum á sententijs dicti Conseruatoris, in quibus non agitur de perpetuo præiudicio, & eas etiam, quæ modici fuerint momenti,

infra

infra valorem nihilum triginta ducatorum auri de Camera inclusiue, licet in his de perpetuo præiudicio agatur, cognoscere, & terminare possit, super quibus omnibus, & singulis plenam, liberam, & amplam illi facultatem, & authoritatem impartimur. Decernentes supra dictum indultum Gregorij Prædecessoris ad præsentium præscriptum moderatum, & declaratum esse, & censeri, ac ita, & non aliter, in præmissis causis appellationum, ab omnibus, ad quos spectabit, obseruari debere, præsentesque literas de subreptionis, vel obreptionis, aut nullitatis vitio, seu intentionis nostræ, vel alio quocumque defectu notari, impugnari, redargui, aut vllo vnquam tempore infringi, retractari, reuocari, suspendi, limitari, aut in ius, vel controuersiam vocari posse, sed semper, ac perpetuò validas, & efficaces existere, & fore, suosque plenarios, & integros effectus sortiri, & obtinere, ac ita per quoscumque iudices ordinarios, & delegatos, etiã causarum Palatij Apostolici Auditores, sublata eis, & eorum cuilibet, quauis aliter iudicandi, & interpretandi facultate, & authoritate, iudicari, & definiri debere, ac irritum, & inane quidquid secus super his, á quoquam, quauis authoritate, scienter, vel ignoranter contigerit attentari. Non obstantibus constitutionibus, & ordinationibus Apostolicis, ac prædictis literis nostris, nec non omnibus illis, quę prædictus Gregorius Prædecessor in eius literis nostris, nec non omnibus illis, quæ prædictus Gregorius Prædecessor in eius literis prædictis voluit non obstare, cæterisque contrarijs quibuscumque. Cæterum per easdem præsentes non intendimus nostras, ac Successorum nostrorum Romanorum Pontificum manus ligare, quominus aliquas ex eisdem causis appellationum, quandocumque nobis vel ipsis expedire visum fuerit, Collectori, aut Nuntio, vel Legato Sedis Apostolicæ, aut alij cuicunque Iudici in partibus audiendas, cognoscendas, & fine debito terminandas per speciale rescriptum committere valeamus. Datum Romæ apud Sanctum Petrum sub Annulo Piscatoris, die quarta Februarij MDCV. Pontificatus nostri anno tertio decimo. Marcellus Vestrius Barbianus.

BVLLA DE GREGORIO DECIMO TERCIO sobre a communicaçaõ dos priuilegios das Ordens Militares de Castella ás de Portugal.

186 GREGORIVS Papa decimus tertius ad perpetuam rei memoriam. Ex Apostolicę Sedis, in qua, meritis licet insufficientibus, diuinâ disponente clementia, constituti sumus, benig-

nitata procedit, vt super eis, quæ personis sub regulari habitu contra Christi nominis Æmulos pro orthodoxæ fidei ampliatione, & conseruatione continuè militantibus, per eiusdem Sedis clementiam circunspectam pro tempore concessa reperiuntur, an ad alias eiusdem professionis extendantur personas ambiguitatis scrupulos pro tempore exorientes declarationis nostræ ministerio dilucidemus, ac in his officij nostri partes fauorabiliter impartiamur. Sane charissimus in Christo filius noster Sebastianus Portugalliæ, & Algarbiorum Rex illustris, qui Militiarum Sancti Iacobi de Spata Sancti Augustini, & de Auis Cistercienſis Ordinum Regni Portugallię Magnus Magister, seu perpetuus Administrator per Sedem Apostolicam deputatus existit, tam suo, quàm dilectorum filiorum Magistrorum, Conuentus, Priorum, Cõmendatorum, Præceptorum, Fratrum, Militum, & aliorum Religiosorum, ac personarum Militiarum nomínibus nuper exponi fecit, quod licet ex diuersis Romanorum Pontificum, & præsertim fælicis recordationis Nicolai Quinti, & Iulij Secundi, ac Pauli Tertij, prædecessorum nostrorum priuilegijs, & concessionibus prefatæ Militiæ in eodem Regno aduersus Mauros alioſque fidei Catholicæ hostes antiquitus pro eadem prefatam salubriter institutę, illarumque tunc, & pro tempore existentes Magistri, seu Administratores, Conuentus, Priores, Commendatores, Præceptores, Fratres, & Milites, eorumque singuli, nec non personę, & loca, domus, ac Ecclesię Militiarum earundem, perpetuis futuris temporibus, omnibus, & singulis priuilegijs, prærogatiuis, concessionibus, indultis, libertatibus, conseruatorijs, indulgentijs, exemptionibus, honoribus, literis Apostolicis, & alijs gratijs Magistris, seu Administratoribus, Conuentibus, Prioribus, Comendatarijs, Præceptoribus, Fratribus, & Militibus eiusdem Sancti Iacobi, & de Calatraua, ac de Alcantara Militiarum in Castellæ, & Legionis Regnis institutarum in genere quouismodo ab ipsis Romanis Pontificibus, & Sede præfata concessis, & in posterum concedendis ac quibus illi vtebantur, potiębantur, & gaudebant, ac vti, potiri, & gaudere possint, quomodolibet in futurum, vti, potiri, & gaudere, ac si eis in genere concessa foissent, & loco Iudicum in literis Apostolicis Regnorum Castellę, & Legionis Militijs huiusmodi pro tempore concessis deputatorum, alios Iudices, in dignitate tamen ecclesiastica similiter constitutos, in dicto Regno Portugalliæ, qui eandem potestatem haberent, quam Iudices in eisdem literis deputati habebant, seu habere possent, quomodolibet in futurum, deputare habere, & licitè possint, & valeant; nihil ominus á nimium forsan scrupulosis

pulosis locorum Ordinarijs eiusdem Regni Portugalliæ, certis præ-
tensionibus dubitari contingit, an literæ per Piæ memoriæ Pium
Papam Quintum etiam prædecessorem nostrum, sub data, videlicet
quinto idus Ianuarij, Pontificatus sui Anno primo, procurante cha-
rissimo in Christo filio Rege Philippo Catholico, qui Militiarum in
Castellæ, & Legionis Regnis institutarum huiusmodi perpetuus
Administrator per eandem Sedem deputatus existit, concessæ pri-
uilegiorum, indultorum conseruatoriarum, & aliarum gratiarum ip-
sis Militijs Regnorum Castellæ, & Legionis concessorum prædic-
torum præseruatione, & innouatione, ac Militijs Regni Portugalliæ,
& Sebastiano Regi, ac pro tempore existentibus Magnis Magistris,
Conuentibus, Prioribus, Commendatoribus, Præceptoribus, Fratri-
bus, Militibus, personis, Ecclesijs, domibus, & iurisdictionibus Mili-
tiarum Regni Portugalliæ huiusmodi suffragari, & illis gaudere pos-
sint, vel debeant, & exinde effectus literarum Pij prædecessoris hu-
iusmodi, quoad Regni Portugalliæ Militias, illarumque singulas per-
sonas præfatas, frequenter impeditur, & retardatur, Militiæque Regni
Portugalliæ, & illarum personæ huiusmodi sæpe numero grauami-
na, iniurias, & incommoda sustinent in eatum detrimentum, ac
priuilegiorum, indultorum, & facultatum sibi concessarum prædic-
torum læsionem; Cũ autem, sicut eadem petitio subiungebat, Ma-
gistri, Conuentus, Priores, Commendatores, Præceptores, Fratres, Mi
lites, & aliæ personæ eiusdem Sancti Iacobi de Spata, siue in Legionis,
Castellæ, & Aragonum, siue in Portugalliæ, & Algarbiorum Reg-
nis constituti, siue eiusdem professionis existant, & sub eisdem regu
laribus institutis militent, nec alia inter eos differentia, quam quod
in diuersis Regnis consistunt, fore dignoscatur, ac præmissa in fa-
uorem ipsius Militiæ de Spata, & de Auis in genere concessa appa-
reant, & neutiquam conueniens videatur, vt Militiæ prædictæ, etiam
si in diuersis Regnis institutæ, diuerso iure fuleiri, aut inniti debe-
ant, præsertim quod illæ semper in omnibus, & per omnia per alios
Romanos Pontifices præfatos æquiparatæ fuerint, ac propterea
idem Sebastianus Rex nominibus prædictis nobis humiliter sup-
plicari fecit, quatenus ambiguitatis prædictæ scrupulos, ante
quàm altius irrepant, ac iurgiorũ, & litigiorum materiam parturiãt,
declarationis nostræ ministerio submouere, & aliàs in præmissis op
portune prouidere, de benignitate Apostolica, dignaremur. Nos igi-
tur, qui præter commune debitũ, quo, ex Apostolatus officio, cæte-
ris fidelibus debitores existimus, Militias Regni Portugalliæ, illarũq;
personas huiusmodi cõspecialiùs paterna dilectione complectimur,

quó pro tuitione prędictæ fidei, eiusque propagatione, atq; præsidio contra immanissimos Christi nominis hostes, Mauros, scilicet, & alias barbaras Nationes, cum proprij effusione cruoris, & vitæ periculo continuê decertare facti euidentia cognoscimus, eúdem Sebastianum Regem á quibusuis excommunicationis, suspensionis, & interdicti, aliisq, ecclesiasticis sententijs, censuris, & pœnis a jure vel ab homine, quauis occasione, vel causa latis, si quibus quomodolibet innodatus existit, ad effectum præsentium dumtaxat consequendum, harum serie, absoluendum, & absolutum fore censentes, huiusmodi supplicationibus inclinati eorundem Nicolai, Iulij, & Pauli prædecessorum præfatorum vestigijs inhærentes, omnemque dubitationem in præmissis remouere volentes, nec non omnium, & singulorum priuilegiorum, concessionum, indultorum, conseruatoriarum, & aliarum gratiarum per quoscumque Romanos Pontifices prędecessores nostros, & Sedem præfatam eisdem Militijs tam in Legionis, & Castellæ, quam in Portugalliæ Regnis prędictis institutis, illarumque Magnis Magistris, seu Administratoribus, Conuentibus, Prioribus, Cómendatoribus, Præceptoribus, Fratribus, Militibus, & personis prædictis, ac desuper confectarum, & dictarum Pij prædecessoris literarum tenores præsentibus pro expressis habentes, supplicationibus inclinari, omnia, & singula priuilegia, prærogatiuas, immunitates, exemptiones, libertates, facultates, indulgentias, conseruatorias, indulta, & alias gratias Militijs Castellæ, & Legionis Regnorum huiusmodi, ac prædicto Philippo Regi, & pro tempore existentibus Administratoribus, Conuentibus, Prioribus, Commendatoribus, Præceptoribus, Fratribus, Militibus, & alijs personis, Ecclesijs, domibus, locis bonis, possessionibus, iuribus, iurisdictionibus Militiarum in Castellæ, & Legionis Regnis institutarum huiusmodi per quoscumque Romanos Pontifices prædecessores nostros, ac Nos, & Sedem eandem hactenus quomodolibet tam in genere, quam in specie, concessa, & in posterum concedenda, eisdem modo, & forma, quibus concessa sunt, & in posterum concederentur, ad Militias Regni portugalliæ, ac Sebastianum Regem, & pro tempore existentes Magnos Magistros, seu Administratores, Conuentus, Priores, Commendatores, Præceptores, Fratres, Milites, personas Ecclesias, Domos, loca, bona, possessiones, jura, jurisdictiones Militiarum in Regno Portugalliæ institutarum huiusmodi extendi, & illa eis in omnibus, & per omnia, ac pariter pari formiter, et æq, principaliter absque vlla prorsus differentia, ac si Militijs Regni Portugalliæ, & Sebastiano Regi ac pro tempore existentibus Magnis Magistris

gistris,seu Administratoribus,Conuentibus;Prioribus, Cõmendatoribus,Præceptoribus,Fratribus,Militibus,personis,Ecclesijs,domibus,locis,bonis,possessionibus,Iuribus,Iurisdictionibus Militiarum Regni Portugalliæ huiusmodi specificê,& expressê concessa fuissẽt & concederentur,perpetuo suffragari,ac illis vti,potiri; nec non loco Iudicum in priuilegijs ac alijs literis Apostolicis Regnorũ Castellæ,& Legionis Militijs huiusmodi pro tempore concessis deputatorum dilectos filios Cappellanum maiorem prędicti Regis,& successorum Regum Portugallię,Archidiaconos de Oliuença, Brachatensis,& Elborensis ecclesiarum nunc,& pro tempore existentes, in dicto Regno Portugalliæ, qui eandem potestatem habeant, quam iudices in eisdem literis & priuilegijs deputati habent,seu habere poterunt quomodolibet in futurum,deputatos esse, nec desuper per præfatos Ordinarios,seu alios cuiuscũque status, gradus,conditionis,Ordinis, præeminentiæ, & qualitatis existentes,etiam Cardinalatus honore fungentes,molestari,perturbari,vel inquietari posse,ipsasque Militias Regni Portugalliæ, illarumque singulares personas in eodem met statu, in quo Militiæ Regnorum Castellæ, & Legionis,illarumque personæ huiusmodi quomodolibet existunt,& pro tempore reperiuntur,etiam perpetuo Conseruatori debere,& ita intentionis prędecessorum prædictorum fuisse,& etiam nostræ esse, & perpetuo fore,Apostolica authoritate,tenore presentium, decernimus,& declaramus,& nihilominus pro potiori cautela,eadẽ omnia, & singula priuilegia,prærogatiuas,exẽptiones,facultates,indulgẽtias, conseruatorias,indulta,& alias gratias,eisdem modo,& forma, quibus Militijs Castellę,& Legionis Regnorum, earumque superioribus,& personis huiusmodi,vt præfertur, concessa sunt, & in posterum concedentur,ad Militias Regni Portugalliæ, illarumque superiorem,& personas huiusmodi similiter perpetuo extendimus, illaque ex authoritate,& tenore prædictis,modo tamen, & forma in literis Pij prędecessoris huiusmodi contentis, concedimus,& indulgemus decernentes,præsentes literas nullo vnquam tempore de subreptionis,vel obreptionis vitio,aut intentionis nostræ,vel quopiam alio defectu,notari,vel impugnari posse,nec illas sub quibuslibet similium,vel dissimilium gratiarum reuocationibus,suspensionibus,modificationibus,limitationibus,derogationibus,aut alijs contrarijs dispositionibus comprehendi, sicque per quoscumque iudices,& commissarios quauis authoritate fungentes, etiam Sanctę Romanæ Ecclesiæ Cardinales,ac causarum Palatij Apostolici Auditores, sublata eis,& eorum cuilibet,quauis aliter iudicandi,& interpretandi facul-

tate,& authoritate,iudicari,& diffiniri debere,ac ex nunc irritum,& inane, si secus super his, â quoquam, quauis authoritate, scienter, vel ignoranter contigerit, attentari. Quocirca venerabili Fratri Episcopo Amerinensi, & dilectis filijs Capellano maiori prædicti Sebastiani Regis moderno, & pro tempore existenti, & Archidiacono Elborensi per apostolica scripta mandamus quatenus ipsi,vel duo, aut vnus eorum per se, vel alium, seu alios præsentes literas, & in eis contenta quæcunque, vbi, & quando opus fuerit,ac quoties pro parte præfati Regis moderni, & pro tempore existentis Magni Magistri,seu Administratoris,Conuentuum,Priorum, Fratrum,Militum,personarum,Ecclesiarum,domorum,locorum,bonorum Militiæ Regni Portugalliæ huiusmodi, seu alicuius eorum desuper requisiti fuerint, solemniter publicantes, eisque in præmissis efficacis defensionis præsidio assistentes,faciant authoritate nostra literas huiusmodi,& in eis contenta quæcumque,firmiter obseruari,ac singulos,quos eædem literæ concernunt, illis pacifice gaudere:non permittentes eos desuper per quoscunque quomodolibet indebite molestari: Contradictores per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita,compescendo:Non obstantibus constitutionibus, & ordinationibus Apostolicis, ac Militiarum prædictarum iuramento, confirmatione apostolica,vel quauis firmitate alia roboratis statutis & consuetudinibus, stabilimentis, vsibus,& naturis, nec non quibusuis declarationibus, inhibitionibus, & decretis, priuilegijs quoque,indultis,& literis Apostolicis, sub quibuscunque tenoribus, & formis,ac cum quibusuis, etiam derogatoriarum derogatorijs, alijsque efficacionibus,& insolitis clausulis, nec non irritantibus, & alijs decretis,in genere,vel in specie,etiam motu proprio,& ex certa scientia,ac de Apostolicæ potestatis plenitudine,etiam consistorialiter ac alias quomodolibet concessis,approbatis,& innouatis:quibus omnibus,etiam si de illis,eorumque totis tenoribus,specialis, specifica, & expressa,individua,ac de verbo ad verbum, non autem per clausulas generales idem importantes,mentio,seu quæuis alia expressio habenda,aut aliqua exquisita forma ad hoc seruanda esset, tenores huiusmodi,ac si de verbo ad verbum, nihil penitus omisso, & forma in illis tradita obseruata, inserti forent in præsentibus, pro sufficienter expressis,ac insertis habentes,illis alias in suo robore permansuris,hac vice dumtaxat,specialiter,& expresse derogamus, cæterisq; contrarijs quibuscumque.Volumus autem,quod priuilegiorum, indultorum,& aliarum gratiarum præfatarum, & etiam præsentium literarum transumptis manu alicuius Notarij publici subscriptis, &

sigillo

sigillo alicuius personæ in dignitate ecclesiastica constitutę munitis plena, & integra, ac eadem fides prorsus adhibeatur in iudicio, & extra, quæ ipsis originalibus adhiberetur, si originaliter forent exhibitæ, vel ostensæ. Datum Romæ apud S. Petrũ, sub Annulo Piscatoris, die octaua Iunij MDLXXV. Pontificatus nostri anno quarto.

187 *APROVA, E CONFIRMA O PAPA PIO Quarto o costume, deque os Mestres, ou Administradores das tres Ordens Militares vsauão na administração da Iustiça entre os Frades, Clerigos, & Caualleiros dellas, ou contra elles, & dous Statutos feitos despois acerca deste costume I. hũ por ElRey Dom Ioaõ o III. outro por El Rey Dom Sebastiaõ*

Costume, que aprouou o Papa.

188 COstumaraõ os Mestres, ou Administradores de todos estes tres Mestrados deputar cada hũ ẽ sua casa, ou corte, & assim em alguns certos lugares, pessoas doctas em direitos, ou outras idoneas, os quais como Iuizes ordinarios, ou Vigarios deputados para Vniuersidade de causas pelos mesmos Mestres por autoridade Apostolica, segundo estatutos das ditas Ordens, ouuiaõ, & conhecião de todas as causas, & cõtẽdas, assim ciueis, como crimes, q̃ se mouiaõ, & ocorriaõ entre os ditos Freyres, Clerigos, ou Caualeyros, ou contra elles, & por vigor dos priuilegios concedidos às mesmas Ordens, & Milicias, ou aos Mestres dellas, ou aos deputados por elles, as determinauão por final sentença sem receber appellaçaõ.

Estatuto de ElRey Dom Ioaõ o III.

189 DEsejando ElRey Dom Ioaõ o III. perpetuo Administrador das dittas Ordens que as dittas causas, & questoens com mais maduro iuizo, & deliberação se determinassem, & tratassẽ, & sẽtenciassem, & assim os mais negocios das mesmas Ordens, & Milicias mais prudentemente se fizessem, estabelecco, & ordenou que assim as causas, & contendas sobreditas, como de todos, & cada hum dos negocios das ditas Milicias se tratassem, & discutissem em hum tribunal, que se chama Meza da Consciencia, oqual o mesmo Rey pouco antes ordenara, & instituira, & para elle buscara, & deputara pessoas mui doctas, assim nas sagradas letras, como em

hum,& outro direito,aos quais os Iuizes ſobre ditos das ditas Milicias referiſſem o eſtado,& merecimentos das cauſas,& negocios das ditas Ordens,& auido ſobre elles o parecer,& Iuizo dos Deputados, as ſẽtẽciaſſẽ,& determinaſſẽ finalmẽte ſẽ receberẽ nenhũa appellação.E mãdou q̃ o dito Tribunal,não ſomẽte ſe chamaſſe Meſa da Cõſciẽcia como dãtes,mas tãbẽ ſe chamaſſe das Ordens das ditas Milicias.

Eſtatuto ſegundo de ElRey Dom Sebaſtião.

190 POſto,q̃ por eſte eſtatuto acreceo muito proueito às peſſoas das dittas Ordẽs,como a experiẽcia moſtrou,auẽdo reſpeito ElRey Dõ Sebaſtiaõ noſſo Senhor,q̃ eſte iuizo era da primeira inſtãcia,& q̃ muitas vezes acõtece,q̃ as partes,q̃ diãte iuiz litigaõ,não podẽ alegar,& trazer todo ſeu direito,& ſuas prouas,& outros documẽtos,q̃ a ſua iuſtiça pertẽcẽ,& pello remedio da appellação ſer tirado por os ditos coſtumes,& primeiro ſtatuto muitas vezes acõtecia q̃ eſtas partes cõtẽdẽtes iniuſtamẽte eraõ agrauados;por tãto ordenou,& eſtabeleceo,que as ditas cauſas,lides, & cõtẽdas quaiſquer, q̃ foſſẽ,aſsim ciueis,como criminaes,ou miſtas ſe trataſſẽ diãte dos Iuizes,ou Vigarios das ditas Milicias deputados pelo dito Senhor, & elles as determinaſſẽ finalmẽte na primeira inſtãcia, & ſe algũa parte recebeſſe agrauo por interlocutoria,q̃ tiueſſe força de difinitiua,ou q̃ não ſe podeſſe repairar,& correger pela definitiua, no meſmo juizo,q̃ a parte,ou partes aſsim agrauadas podeſſẽ appellar para a ſobre dita Meſa da Cõſciẽcia, & auer a ella recurſo, & os Deputados della,corregido,ou repellido o agrauo,remeteſſẽ a meſma cauſa aos meſmos juizes ate q̃ elles finalmẽte por ſẽtẽça a determinaſſẽ & ſe as partes quizeſſẽ appellar de ſua ſẽtẽça, ou dizer da nullidade della,q̃ o dito Rey como Gram Meſtre,& Adminiſtrador das ditas Ordens cometeſſe o conhecimẽto da cauſa da appellação, & final determinação della aos ſobreditos Deputados da Meſa da Cõſciencia para q̃ elles a determinẽ ſegũdo a rezão do direito lhes ditar, & ſe deſta derradeira ſẽtẽça,algũa das partes ſe ſẽtir agrauada,ſupplique ao dito Senhor Rey,& ſua Real Mageſtade por ſy meſmo jũtamẽte cõ peſſoas,que para iſso deputar, conheção não ſomẽte da cauſa do agrauo,que ſe allegar,mas de todo principal negocio, & de todo o mais,que ſobre a cauſa ſe trouxer,& allegar perante ſua Mageſtade, & tudo viſto,& examinado,ſentencee finalmẽte,ſẽ receber nenhũa appellação,& mande fazer deuida execução por ſua ſentença.

Os

Os quais costumes, & estatutos o Papa confirma, & aproua em todo, como dito he, de sua propria sciencia, & para mais robur, & firmeza de nouo o estatue, & ordena, & quer, & ha por bem, que nenhũas letras, commissoens, nem delegaçoens feitas assim pello Papa, & See Apostolica, como seus Legados, & Nuncios por quaisquer via, que emanem, & se impetrem contra os ditos costumes, & statutos, posto que com clausula de motu proprio, & certa sciencia valhaõ, & as anulla, & ha por nenhũas, & de nenhum effeito, com outras clausulas exuberantes, que pelo texto do breue seguinte se pode ver.

191 PIVS Papa Quartus ad perpetuam rei memoriam. Ad hoc nos Deus prętulit in familiam domus suæ, vt circa statum personarum quarumlibet vigilanter intenderemus, ideo nos Sũmi Sacerdotis curam, meritis licet imparibus, gerentes in terris, quæ pro personarum earundem præsertim sub regulari iugo degentium cõmodo, & quiete per catholicos Principes facta fuisse dicuntur, libenter cum á nobis petitur, nostræ approbationis munimine solidamus, statuimusque, & ordinamus, prout in Domino conspicimus salubriter expedire. Exponi nobis siquidem nuper fecit charissimus in Christo filius noster Sebastianus Portugalliæ, & Algarbiorum Rex illustris quod alias antequam fælicis recordationis Iulius Papa Tertius prædecessor noster clarę memoriæ Ioannem eius nominis etiã Tertium, & pro tempore existentem Portugalliæ, & Algarbiorum Regem, qui, & Iesu Christi sub regula Cisterciensi Militię Magnus Magister, seu Administrator perpetuus existebat, & Sancti Iacobi sub regula Sancti Augustini, & de Auis sub regula Sancti Benedicti Militiarum in eisdem Regnis ritê institutarum perpetuum Administratorem constitueret, & deputaret ipsarum Sancti Iacobi, & de Auis Militiarum, Magni Magistri pro tempore existentes tam in eorum domibus, & Curijs, quam in certis alijs locis earundem Militiarum consueuerant viros iuris peritos, aut alias idoneos deputare qui tam ciuiles, quam criminales, vel alias causas, lites, quæstiones, & controuersias inter fratres Clericos, vel milites Militiarum præfatarum, vel contra illos occurrentes, tanquam iudices ordinarij, seu Vicarij per eosdem Magnos Magistros, apostolica authoritate, iuxta ipsarum Militiarum statuta ad vniuersitatem causarum deputati audiebant, cognoscebant, atq; in vim priuilegiorum eisdem Militijs, seu illarum Magistris, vel ab eis deputatis cõcessorũ, appellatione remota: finali sententia terminabant, prout tam ipse Ioannes Rex, quam

cius Prædeceſſores Militiæ Ieſu Chriſti perpetui Adminiſtratores, & alij Magni Magiſtri in eadem Militia Ieſu Chriſti inter illius fratres, Milites, & Clericos obſeruare conſueuerat, ac poſtmodum ipſemet Ioannes Rex deſiderans cauſas, lites, & controuerſias huiuſmodi maturo iudicio, atque deliberatione pertractari, atq; decidi, ipſarumque Militiarum negotia prudenter agi, tam cauſas, lites, & controuerſias prędictas, quàm omnia, & ſingula ipſarum Militiarum negotia in quodam Tribunali Menſa Conſcientiæ nuncupato quod ipſe Ioannes Rex dudum antea inſtituerat, & ad quod quamplures viros tam Sacrarum literarum, quam iuris vtriuſque peritiſſimos aſciuerat, & deputauerat, diſcuti, & tractari, ac terminari deberent ita quod iudices ipſarum Militiarum earundem cauſarum, ac negotiorum ſtatum, & merita eiuſdem Menſę Deputatis referre deberent, & habito ſuper eis Deputatorum ipſius Menſæ iudicio, illas deciderent, & appellatione quacumque remota, fine debito terminarent, ipſumque Tribunal non ſolum Conſcientię prout antea, ſed etiam Militiarum de cætero vocari debere, ſtatuit, & ordinauit, & quanuis ex ſtatuto, & ordinatione huiuſmodi non modicum vtilitatis ipſarum Militiarum perſonis, prout experientia compertum eſt, accreuerit, nihilominus præfatus Sebaſtianus Rex attendens iudicium huiuſmodi primæ eſſe inſtantiæ, ac ſæpius contingere partes ad inuicem litigantes iura ſua, probationes, & alia documenta in ipſa prima inſtantia deducere non poſſe, cumque appellationis remedium partibus ipſis, vt præfertur, præcluſum foret, multoties euenire quod partes ipſæ contendentes iniuſte grauabantur; proinde ſtatuit, & ordinauit quod cauſę, lites, & controuerſiæ quacumque, tam ciuiles, quàm criminales, aut mixtæ coram dictis ordinarijs iudicibus, ſeu Vicarijs Ieſu Chriſti, Sancti Iacobi, & de Auis Militiarum prefatarum, per ipſum Regem deputandis in prima inſtantia tractari, ac finali ſententia decidi, & terminari deberent, ita quod ſi alicui ex partibus aliquod grauamen vim definitiuæ habens, ſeu per eandem definitiuam irreparabile in eodem iudicio inferretur, pars ipſa læſa ad prædictam Menſam Conſcientiæ, & Militiarum appellare, & recurſum habere poſſet, & valeret, illiuſque Deputati, grauamine correcto, ſeu reiecto, cauſam ipſam ad eoſdem iudices remitterent, donec ipſi, vt præfertur, illam finali ſententia terminarent. Si vero ab eadem ſententia partes ipſæ appellare, aut de nullitate dicere vellent, cauſam appellationis huiuſmodi per eundem Regem Magnum Magiſtrum, ſeu Adminiſtratorem præfatis Deputatis Menſę Conſcientiæ, & Militiarum audiendam, cognoſcendam

cendam, & decidendam, committi deberet, ipsique causam eandem finali sententia, prout iuris ratio dictaret, terminare deberent, quod si ex vltima dicta sententia aliqua partium se grauatam sentiret, tunc Maiestatem suam supplicaret, ipsaque Maiestas Regia per se ipsum, vna cum personis ad id per eum deputandis, causam tam prætensi grauaminis, quam totum principale negotium mature discutere, & cognoscere, atque omnibus deducendis, & allegandis coram se deductis, & allegatis, finaliter decidere, eiusque sententia, quacumque appellatione reiecta, debitæ executioni demandari deberet, provt in ipsius Regis Magni Magistri patentibus literis, seu alia scriptura, aut ordinatione plenius dicitur contineri, & sicut eadem expositio subiungebat, licet ipse crederet statutum, & ordinationem prædictas valida, & efficacia fore, ne aliquando contingeret de illarum viribus quęstiones excitari: nobis humiliter supplicari fecit, vt statutum, & ordinationem suam huiusmodi confirmare, & approbare, aliásque in præmissis prouidere, de benignitate Apostolica, dignaremur. Nos igitur, quorũ est Catholicorum Regũ pia vota; vt desideratum consequantur effectum ad prouidam exauditionis gratiam libenter admittere, statuti, & ordinationis prędictorum veriores tenores præsentibus pro expressis habentes huiusmodi supplicationibus inclinati, statutum, & ordinationem prędictam, ac prout illa concernunt, omnia, & singula in eis contenta, & inde secuta quæcumque, licita tamen, & honesta, Autoritate Apostolica, tenore præsentium, ex certa nostra scientia, perpetuó approbamus, & confirmamus, eisque perpetuę, & inuiolabilis firmitatis robur adijcimus, illaque valida, & efficacia fore, ac per eos, quos illa concernent, quauis autoritate, dignitate, gradu, statu, & ordine prędfulgentes, inuiolabiliter obseruari debere. Et nihilominus præmissa omnia, & singula, provt per eũdem Sebastianũ Regẽ statuta, & ordinata fuerũt, in omnibus, & singulis causis, litibus, & controuersijs, tam ciuilibus, & criminalibus, quam alijs inter eosdem fratres, Milites, & Clericos dictarum IESV Christi, Sancti Iacobi, & de Auis Militiarum, seu contra eos motis, & mouendis de nouo statuimus, & ordinamus, ac in omnibus, & per omnia obseruari volumus, & mandamus, ac insuper quascumque commissiones â nobis, & pro tempore existentibus Romanis Pontificibus, & Sede Apostolica, ac eiusdem Sedis etiam de latere Legatis, seu Nuntijs, etiam motu proprio, & ex certa scientia, contra præmissorum omniũ, & singulorũ formam, continentiam, & tenorem pro tempore emanatas, & factas, ac illorũ vigore inhibitiones, decreta, & sen-

ſan execũtas nullas,irritas,& inanes,nulliuſque roboris,vel momenti fore,& eſſe,neminemq, arctare,cauſaſq,lites,quæſtiones,& controuerſias inter fratres,Milites, & clericos præfatos nunc indeciſas pendentes,& pro tempore mouendas,ſic vt præfertur, & nõ aliás tractari,decidi,terminari,& concludi debere,illaſq, ad Nos, & Sedem præfatam,aut illius Legatos,vel Nuntios præfatos, & partiũ litigantium inſtantia,vel conſenſu,aut alia quacumq, quantumcumq, iuridica,& rationabili cauſa auocari non poſſe,& ita per quoſcumq; Iudices,quauis autoritate fũgentes,& cauſarũ Palatij Apoſtolici Auditores,vel Sanctæ Romanæ Eccleſiæ Cardinales,& dictæ Sedis delatere Legatos,ſublata eis,& eorum cuilibet,quauis aliter iudicandi, & interpretandi facultate,& autoritate,iudicari, & definiri debere, ac ſi ſecus ſuper ijs á quocumq, quauis autoritate,ſciẽter,vel ignorãter contigerit attẽtari,irritũ,& inane decernimus. Nõ obſtãtibus cõſtitutionibus,& ordinationibus Apoſtolicis,ac earundẽ Militiarũ,etiã iuramento,confirmatione Apoſtolica,vel quauis firmitate alia roboratis ſtatutis,& conſuetudinibus,ſtabilimentis,vſibus,& naturis, priuilegijs quoque,indultis,& literis Apoſtolicis Militibus,aut perſonis præfatis,ſub quibuscũque tenoribus,& formis,quomodolibet conceſſis:quibus omnibus,etiam ſi de illis,illorũque totis tenoribus habenda foret in noſtris literis mentio ſpecialis,illis alias in ſuo robore permanſuris,hac vice duntaxat,ſpecialiter,& expreſſe derogamus,cæteriſque contrarijs quibuſcũque.Datum Romæ apud Sãctũ Petrũ,ſub annulo Piſcatoris,die vj. Feb. M. D. LXIII. Pontificatus noſtri anno quarto.

QVEOS QVE PVZEREM MÃOS VIOLENtas nos Freyres do Templo encorrem excommunhão.

192 HONORIVS Epiſcopus ſeruus ſeruorum Dei. Venerabilibus fratribus Archiepiſcopis,& Epiſcopis, & dilectis filijs Abbatibus,Prioribus,Decanis,Archidiaconis,& alijs Eccleſiarum Prælatis,ad quos literę iſtæ peruenerint,ſalutem, & Apoſtolicam benedictionem.Paci,& quieti Religioſorum virorum fratrũ Militiæ Templi Apoſtolica nos conuenit ſolicitudine prouidere,& tam ipſos,quam eorũ bona tanto ſolicitius á malignorum incurſibus,& rapinis protegere tenemur,quanto pro fide Chriſtiani nominis ſe diuturnioribus exponunt periculis,& aduerſus prauas, & exteras nationes labores ſubeunt grauiores. Inde eſt quod tam fortes athletas Chriſti in ſuo ſancto ſeruitio,& in ſuo propoſito volentes

attentius

attentiùs conuocare, ad defensionem sui, solicitudinem vestram duximus commonendam, vt magis, ac magis possint ad promouendũ propositũ, quod sumpserunt, intendere, cum fuerint sollicitudine prælatorũ Ecclesiarum à malignantium inquietatione securi. Monemus itaq, Vniuersitatem vestram, atq. præcipimus, quatenus, si quãdo clerici, vel laici parochiani vestri in aliquem prædictorũ fratrũ capiendo, vel de suis equitaturis deijciendo, aut aliás inhoneste tractando, violentas manus injciunt, huiusmodi præsũptores, sublato appellationis obstaculo, publice, candelis accensis, dilatione, & occasione postposita, excommunicatos denuncietis, & tandiu faciatis sicut excommunicatos arctius euitari, donec passo iniuriam congruê satisfaciant, & pro absolutionis beneficio impetrando Apostolico se conspectui repræsentent. Eos vero, qui in prædictos fratres manus non injciunt violentas, sed eos contumelijosis verbis afficiunt, & equitaturas, aut alia eorum bona violenter diripiunt, si á vobis admoniti, ablata eis noluerint restituere, & de illatis iniurijs satisfactionẽ congruam exhibere, vinculo anathematis adstringatis, quo ipsos vsq. ad dignam satisfactionem teneatis adstrictos. Datum Laterani Quinto Kalendas Februarij, Pontificatus nostri anno primo.

PROCESSO EXECVTORIAL DA BVLLA Conseruatoria do Papa Pio Quinto da Ordem de Sanctiago.

193 ILLVSTRISSIMIS, AC REVERENDISSIMIS in Christo Patribus, & dominis dominis, Dei, & Apostolicæ Sedis gratia, Archiepiscopis, Episcopis Toletanensi, Cæsar augustanẽsi, Valentinensi, Granatensi, Compostellanensi, Conchensi, Carthaginensi, Seguntinensi, Segobiẽsi, Palentinensi, Oxomensi, Abulensi, Placẽtinensi, Salmanticensi, Caurensi, Ciuitatẽsi, Ouetensi, Ariensi, Tudensi, Lucensi, Astoricẽsi, Midonensi, Camorensi, Gadicensi, Almatiensi, Marroquitanensi, & alijs quibuscũq; dominis Archiepiscopis, Episcopis, Prælatis in Regnis, ac dominationibus inuictissimi Domini Philippi ab Austria Dei gratia Hispaniarum Regis Catholici, ac aliâs vbilibet consistentibus, corũque in spiritualibus, & temporalibus Vicarijs, seu Officialibus generalibus, nec non venerabilibus, & circonspectis viris dominis, Decanis, Abbatibus, Capitulis, ac personis dictarum Ecclesiatũ, & aliarum quarũcumq. Rectotibusq. Vniuersitatum, & Studiorum in dictis Regnis, & dominationibus, ac aliás vbilibet existentibus, ac illi, vel illis, ad quem, vel ad quos

præsentes nostræ literæ peruenerint, quosque infrascriptum tangit negotium, seu tangere poterit, quomodolibet in futurum, quibuscũque nominibus censeantur, aut quacumque præfulgeant dignitate DON ANTONIVS DE TORRES in sacra Theologia Doctor, ac Collegiatæ Ecclesiæ Beatorum Martyrum Sanctorũ Iusti, & Pastoris oppidi Complutensis Toletanę diœcesis maior Abbas, insignisque Academię, Vniuersitatisque eiusdem Complutensis maior Chancellarius, Iudex, & executor ad infrascripta, vna cum quibusdam alijs infrascriptis nostris in hac parte collegis, cum clausula, quatenus ipsi, vel duo, aut vnus eorum per se, vel alium, seu alios á Sede Apostolica specialiter deputatos. Salutem in domino, & nostris huiusmodi, imò verius Apostolicis firmiter obedire mandatis, literas Sanctissimi in Christo patris, & domini nostri domini Pij diuina prouidentia Papæ Quinti in forma quinterni eius vera bulla plumbea cum filis sericis rubei, croceique colorum, more Romanæ curię, impendentes, bullatas, sanas siquidem, & integras, non vitiatas, non cancellatas, neque in aliqua sui parte suspectas, sed omni prorsus vitio, & suspitione carentes, prout in eis prima facie apparebat, nobis pro parte glorioſissimi, ac inuictissimi Principis domini domini Philippi ab Austria Dei gratia Hispaniarum Regis Catholici, ac Conuentus Militiæ Sancti Iacobi, sub regula Sancti Augustini, Magistri, & perpetui Administratoris, nec non dominorum Conuentus, Priorum, Præceptorum, fratrum, militum, seu Cõmendatorum, & aliorum Religiosorum, & personarũ dictæ Militię pro se, & eorum successoribus præsentatas coram Notario publico, & testibus infrascriptis, nos cum ea, qua decuit, reuetentia, recepimus huiusmodi sub tenore. PIVS Episcopus seruus seruorum Dei. Ad perpetuam rei memoriam, dum attentius inter nostræ mentis arcana recolimus, egregiã operã antiquitus pereos, qui pro tẽpore fuerunt, Magistros, & Administratores, ac dilectos filios Conuentũ, milites, & personas Militiæ S. Iacobi de Spata sub regula S. Augustini in Mauris, & alijs, qui magnam Hispaniarum partem occupauerant, infidelibus ab auitis sedibus non solum arcendis, sed etiam post quam plures periculosas pugnas tandem cum domini exercituum adiutorio profligandis, & á patria expellendis, Deo, & Ecclesię sponsæ suæ, patrię que, varijs temporibus hactenus impensam, & quam impigrè quoties sese ad id offert occasio, impendere conantur, dignum, quin potius debitum existimamus, vt exemptiones, & priuilegia, quæ illis virtutibus, laborumq; suorum intuitu, per Sedem Apostolicam concessa sunt, quo firmius illibata perſistant, authoritatis nos-

tis nostrę presidio roboremus. Sanè charissimus in Christo filius noster Philippus Hispaniarum Rex Catholicus, qui etiam dictæ Militię perpetuus Administrator per Sedem Apostolicam Deputatus existit, tam suo, quám dilectorum filiorum Conuentus, Priorum, Præceptorum, fratrum, militum, & aliorum religiosorum, ac personarum dictæ Militiæ nominibus nuper exponi fecit, quod cum Militia ipsa in Hispania contra Mauros, aliosque Catholicæ fidei hostes antiquitus per Sedem prędictam salubriter instituta, ac diuersis priuilegijs, & indultis decorata fuerit, vt eo firmius bella Domini exercituum prælietur, eiusque Priores, Prœceptores, fratres, milites, & aliæ personæ præfatę regularia Militiæ instituta feruentiori religionis zelo amplexentur, obseruent, & exequantur, cuperet sua sibi priuilegia, & indulta huiusmodi per Sedem eandem inconcussè præseruari. Quare pro parte tam Philippi Regis, & Administratoris, quám Conuentus, Priorum, Prœceptorum, fratrum, militum, & aliorum religiosorum prędictorum nobis fuit humiliter supplicatum quatenus priuilegijs, indultis, exemptionibus, immunitatibus, & alijs facultatibus, & gratijs sibi concessis prędictis robur Apostolicæ confirmationis adijcere, ac aliàs sibi in præmissis opportune prouidere de benignitate Apostolica dignaremur. Nos igitur, qui salubrem religionum quarumlibet, & maximè Militiarum, ac Catholicorum Regum preces per Sedem eandem institutarum directionem, ac immunitatum, & priuilegiorum, sibi tanquam de Republica Christiana benemeritis per dictam Sedem concessorum illæsionem, & præseruationem sincero desideramus affectu, Philippum Regem, & Administratorem, ac Conuentum, Priores, Præceptores, fratres, milites, & alios Religiosos præfatos, & eorum singulos á quibusuis excommunicationis, suspensionis, & interdicti, alijsque Ecclesiasticis sententijs, censuris, & pœnis à iure, vel ab homine quauis occasione, vel causa latis, si quibus quomodolibet innodati existunt, ad effectum præsentium dumtaxat consequendum, harum serie, absoluentes, & absolutos fore censentes, nec non omnium, & singulorum priuilegiorum, prærogatiuarum, immunitatum, exemptionum libertatum, indulgentiarum, conseruatoriarum, facultatum, indultorum, & aliarum gratiarum, per quoscumque Romanos Pontifices prædecessores nostros, ac Sedem eandem Militiæ, eiusque Prioribus, Præceptoribus, diffinitoribus, fratribus, militibus, & alijs personis præfatis hactenus concessorum, ac literarum desuper confectarum tenores præsentibus pro expressis habentes huiusmodi supplicationibus inclinati. Omnia, & singula priuilegia, prærogatiuas

immunitates, exemptiones, libertates, indulgentias, conseruatorias, facultates, indulta, & alias gratias Militiæ prafatæ, ejusque Magistro, Administratori, Conuentui, Prioribus, Præceptoribus, diffinitoribus, militibus, fratribus, & aliis personis prafatis per quoscunque Romanos Pontifices prædecessores nostros, ac nos, & Sedem predictam hactenus quomodolibet concessa, nec non ordinationes, & statuta ab exordio fundatæ Militiæ, vsque in presentem diem per eos, dictamque Sedem edita, ac, prout illa concernunt, omnia, & singula in quibusuis literis Apostolicis, documentisque desuper confectis contenta, & inde secuta quæcumque, licita tamen, & honesta, ac sacris canonibus non contraria, Apostolica authoritate, tenore præsentium, confirmamus, & approbamus, ac illis perpetuæ, & inuiolabilis firmitatis robur adijcimus, omnesque, & singulos iuris, & facti defectus, si qui forsan intervenerint in eisdem, supplemus, ac potiori pro cautela eadem omnia, & singula priuilegia, prærogatiuas, exemptiones, facultates, indulgentias, conseruatorias, indulta, & alias gratias, eisdem modo, & forma, quibus Militiæ, eiusque superioribus, & personis prafatis per dictos prædecessores concessa sunt, illis de nouo, eadem authoritate, concedimus, & innouamus. Nec non eadem ordinationes, & statuta similiter de nouo perpetuó statuimus, & ordinamus. Et cum alias post quam fœlicis recordationis Leo Papa Decimus prædecessor noster claræ memoriæ Ferdinando Aragonum, & vtriusque Siciliæ Regi Catholico, qui etiam Magistratus Militiæ prefatæ perpetuus, dum viueret, Administrator per dictam Sedem deputatus erat, & tunc existentibus Prioribus, Præceptoribus, & fratribus dictæ Militiæ, ac eorum singulis vniuersos pro tempore existentes Archiepiscopos, Episcopos, Abbates, & personas in dignitate Ecclesiastica constitutas, ac Cathedralium Ecclesiarum Canonicos, ipsorumque Archiepiscoporum, & Episcoporum Officiales, Conseruatores, ac Iudices in perpetuum contra omnes, & singulos Archiepiscopos, & alios Ecclesiarum Prælatos, ac Ecclesiasticos, & Ecclesiasticas personas, nec non Duces, Marchiones, Comites, Varones, nobiles, milites, & laicos, Communia Ciuitatum, Vniuersitates oppidorum, castrorum, villarum, & aliorum locorum, ac alias singulares personas Ciuitatum, & diœcesum, ac aliarum partium occupantes, & occupari facientes, castra, villas, & alia loca, necnon terras, domos possessiones, iura, iurisdictiones, priuilegia, & indulta, ac fructus, census, redditus dictæ Militiæ, illiusq; domorũ, & membrorũ, & nonnulla alia bona mobilia, & immobilia, spiritualia, & temporalia, ad Ferdinãdũ

Regem

Regem Administratorem, ac Priores, Præceptores, & fratres, etiam ratione suarum personarum, nec non Militiam, ac domos, & membra huiusmodi legitimê spectantia, & per illorum detentores indebitè occupata siue ea detinentibus præstantes auxilium, consilium, vel fauorem, ac etiam nonnullos partium prædictarum, qui eisdem Ferdinando Regi, & Administratori, ac Prioribus, Præceptoribus, & fratribus, super præfatis castris, villis, locis, terris, domibus, possessionibus, iuribus, iurisdictionibus, priuilegijs, & indultis, ac fructibus, censibus, redditibus, & prouentibus eorundem, & alijs bonis mobilibus, & immobilibus, spiritualibus, & temporalibus, ac alijs rebus ad eosdē Ferdinandum Regem, & Administratorem, ac Priores, Præceptores, fratres, Militiam, domos, & membra, etiam vt præfertur, spectantibus, ipsorumque Ferdinandi Regis, & Administratoris, Priorum, Præceptorum, & fratrum officialibus, seruitoribus, & vassallis multiplices molestias, iniurias, & iacturas inferentes, etiam extra loca ipsorum Conseruatorum existentes, ita quod Ferdinandus Rex, & pro tempore existens, dictæ Militiæ Magister, seu Administrator, Priores, Præceptores, & fratres, nec non officiales, seruitores, & vassalli, seu corū aliquis, & quarumuis similium, vel dissimilium literarum, & concessionum vigore, coram alijs, quam ipsis Conseruatoribus, coram quibus paratos se asserebant de se querelantibus in iustitia respondere, vel eorum aliquo, pro quibuscumque causis nequirent conueniri cum potestate citandi etiam per edictum, constito summariè, & extra iudicialiter, de non tuto accessu, ac alijs facultatibus, clausulis, & decretis, etiam formam quinterni Cancellariæ Apostolicæ excedentibus, & per quasdam literas suas constituerat, & deputauerat pro parte inclytæ memoriæ Caroli V. Romanorum Imperatoris, qui etiam Castellæ, Legionis, & Aragonum, ac Siciliæ Rex existebat, suo & nunc Priorum, Præceptorum, militum, & fratrum dictæ Militiæ nominibus piæ memoriæ Clementi Papæ VII. etiam prædecessori nostro exposito, quod post constitutionem, & deputationem huiusmodi, tam à Leone præfato, quam etiam ab ipso Clemente prædecessoribus diuersæ literæ conseruatoriæ dilectis filijs Salmanticensi, & de Alcala de Henares Toletanæ, ac Vallisoleti Palentinēsis diœcesum studiorum Rectoribus, & Vniuersitatibus, necnon Toletanę Hispalensis, Legionensis, Burgensis, Cordubensis, Gienuensis, Gadicensis, Pacensis, & diuersarum aliarum Ecclesiarum Capitulis, aliarumque particularibus personis concessę dicebantur, per quas iurisdictio, & potestas Conseruatorum, & iudicum supradictorum, ipsiusq; iurisdictionis explicatio impediri poterat. Idem Clemens prædecessor

ceſſor ſupplicationibus ipſius Caroli Imperatoris,& Regis, qui præfato Ferdinando in Magiſtratu prædicto ſucceſſerat, inclinatus literas præfatas cum omnibus, & ſingulis in eis contentis clauſulis, ita quod ſupradicti Conſeruatores,& iudices per illas deputati communiter,uel diuiſim ad illarum executionem in omnibus,& per omnia iuxta earum continentiam,& tenorem perpetuo procedere, ac Magiſtrum, ſeu Adminiſtratorem,Priores,Præceptores,& fratres Militiæ huiuſmodi,eorumq; officiales, ſeruitores, & vaſſallos, tunc, & pro tempore exiſtentes cum ab eis, vel eorum procuratoribus, forent deſuper requiſiti, contra inferentes iniurias,ſeu grauamina, vel damna ſuper bonis,iuribus,priuilegijs,& indultis, ac alijs in ipſis literis contentis,manutenere,& conſeruare valerent, etiam in omnibus,& per omnia, perinde ac ſi aliæ literæ conſeruatoriæ præfatæ nullatenus emanaſſent,etiam per ſuas literas innouauerit,& de nouo conceſſerit,prout in ſingulis literis præfatis plenius continetur:cumque,ſicut eadem expoſitio ſubiungebat,poſt vltimas Clementis prædeceſſoris literas huiuſmodi, multæ aliæ conſeruatoriæ, & iudicum deputationes in fauorem præfatorum, ac quamplurimorum aliorũ ſtudiorum,ſiue Vniuerſitatum generalium,ac Cathedralium, Collegiatarum, aliarumque Eccleſiarum Capitulorum, nec non Compoſtellanenſis, Cæſarauguſtanenſis, Valentinenſis, Granatenſis, Conchenſis,Carthaginenſis, Seguntinenſis,Segobienſis,Palentinenſis,Oxomenſis,Abulenſis,Placentinenſis,Salamantinenſis, Caurienſis, Ciuitatenſis,Ouetenſis, Autienſis, Tudenſis, Lucenſis, Aſtoricenſis,Mindonenſis,Zamorenſis,Gadicenſis,Almarienſis,Marroquitanenſis,aliorumque Archiepiſcoporum, Epiſcoporum, Abbatum, Priorum,& aliarum dignitatum maiorum, ſiue minorum, & particularium perſonarum,Eccleſiarum,monaſteriorum,conuentuum, aliorumque locorum Eccleſiaſticorum, & diuerſorum Ordinum, etiam Mendicantium regularium,ac hoſpitalis Sancti Ioannis Hieroſolymitanenſis,aliarumque Militiarum,Hoſpitalium, Vniuerſitatum,& Communitatum,tam per præfatum Clementem,quam cæteros,qui ab eo fuerunt, Romanos Pontifices Prædeceſſores noſtros,ac etiam nos,& Sedem prędictam,illiuſque Legatos, ſub diuerſis formis,ac verborum expreſsionibus factæ,conceſſæ,innouatæ,& ampliatæ fuerint,& vlterius Venerabilis frater noſter Archiepiſcopus Toletanenſis Conſeruator ſupremus iudex omnium appellationum à grauaminibus,ſeu ſententijs quorumcumque aliorum Conſeruatorum in Regnis Hiſpaniarum exiſtentium, Apoſtolica authoritate, ſpecialiter conſtitutus extiterit, ac diuerſa alia de

nouo

nouõ emanauerint, per quę illi quominus singulis literis præfatis libere vti, & per appellationem á suis Conseruatoribus præfatis ad dictam Sedem Apostolicam immediate recurrere possint, ac aliás effectus literarũ tam Leonis, quám Clementis prædecessorũ prędictorũ, nec non Conseruatorũ, & iudicum, per illas deputatorũ, facultas, & iurisdictio frequenter impediatur, ac propterea Militia prędicta, & singulares illius personæ sedi prędictæ immediate subiectę in prioratibus, præceptorijs, beneficijs, iuribus, iurisdictionibus, bonis, proprietatibus, fructibus, censibus, alijsq; rebus, nec non officialibus, vicarijs, seruitoribus, & vassallis præfatis, & diuersis alijs, sæpe numero grauamina, iniurias, & incommoda recipiant in eorũ detrimentũ, & sibi attributæ exemptionis læsionem, singulas Leonis, & Clementis prædecessorũ literas huiusmodi, ac quoad illarũ totalem effectũ consequendum primó dictos Conseruatores, nec non Philippũ Regem, & pro tempore existentem Magistrũ, seu Administratorem ac Priores, Præceptores, fratres, officiales, seruitores, vassallos, ac quoscunq; alios in ipsis literis comprehensos, eorũque Magistratũ, Conuentus, Prioratus, Baiolliuias, Præceptorias, Ecclesias, officia, & loca quęcũq; etiam quoad præeminentias, iura, & iurisdictiones, & generaliter omnia, quæ ad honorẽ, vtilitatem, & exemptionem prędictę Militiæ, illiusq; Magistri, seu Administratoris, aliorũq; supradictorum, quocunq; iure, titulo, siue causa pertinebant, & pertinent, in pristinũ, & eũ, in quo ante illarũ concessionem, quomodolibet erãt, statũ, authoritate Apostolica, & tenore prædictis, restituimus, reponimus, & plenariè reintegramus, ac Toletanensis, & aliorũ Conseruatorũ, ac iudicum constitutiones, & deputationes, earũq; innouationes, & ampliationes prędictas in ea parte, qua primodicti Conseruatores, & Iudices, quo minus iurisdictionem, authoritatem, potestatem, & facultatem sibi per singulas literas præfatas attributas libere exercere, ac Philippus Rex, & pro tempore existens Magister, seu Administrator, ac Priores, Præceptores, fratres, & alij in ipsis literis contenti, illis vti, & ab ipsorũ suorum Conseruatorũ sententijs, decretis, declarationibus, grauaminibus, alijsq; actionibus quibuscũq; ad Sedem præfatam, & Romanam Curiam, immediate appellare, prouocare, & recurrere, causasq; appellationũ huiusmodi inibi prosequi valeant, quomodolibet impediuntur, ac impediri, seu alias illis inposterũ quomodolibet præiudicari possint, reuocamus, ac super inde confectas literas, nec non processus per eas habitos, & inde sequuta quæcũq; cassamus, & annullamus, ac pro nullis, irritis, & viribus carentes decernimus. Et insuper, saluis tamen decretis Concilij Tridẽtini

tini de Conſeruatoribus,& exemptis loquentibus,ſtatuimus, & ordinamus,quod deinceps in perpetuũ,idem Philippus Rex,& pro tempore exiſtens Magiſter,ſeu Adminiſtrator,ac Priores,Præceptores,fratres,officiales,familiares,ſeruitores,vaſſalli,& alij,vt præfertur expreſſi,vbicũq; ſint,vel degant,aut permaneant,ratione præmiſſorum,aut quorũcumq; aliorum in ipſis literis contentorum,coram alijs,quàm ſupradictis ſuis Conſeruatoribus,& Iudicibus conueniri, aut ad alios conueniendos compelli,nec ab eis,aut eorũ geſtis, præterquam á diffinitiuis ſententijs,ſeu vim diffinitiuę habentibus appellari,& tunc appellationũ cauſæ,tám in perſonalibus,quam realibus,mixtis cauſis tam actiuê, quàm paſſiuê, interponendarũ, non niſi ad Sedem præfatam immediatè,& non alibi referri,ac inibi dũtaxat audiri,&terminari poſſint,diſtrictiùs inhibentes: Toletano etiá tanquam ſupremo,ac alijs præfatis,cęteriſq; Iudicibus,& Conſeruatoribus,nec non Archiepiſcopis,Epiſcopis,Capitulis, conuentibus, vniuerſitatibus,locis,& perſonis quibuſcũq, præfatis, eorumq; ſingulis ſub excommunicationis maioris,latæ ſententiæ,ac amiſſionis perpetuæ ſuorum priuilegiorum,conſeruatoriarũ,facultatũ,& exemptionum quorumcumq;,tam præſentium,quam futurorũ, ne per quaſcumq; literas Apoſtolicas,ſeu priuilegia, facultates, & indulta, etiam motu proprio,& ex certa ſcientia,ac de Apoſtolicę poteſtatis plenitudine,nec non conſiſtorialiter,ac intuitu,conſideratione,contemplatione,vel ad inſtantiam Imperatoris,Regum,Reginarũ, Ducũ,& aliorum Principum quorũcumq, ac aliàs,ſub quacumq, verborũ forma,& expreſsione confectas,& conceſſas, aliquem, ſeu aliquos ex Philippo Rege,& pro tempore exiſtente Magiſtro, ſeu Adminiſtratore,nec non Priotibus,Præceptoribus,fratribus , officialibus,familiarib s,ſeruitoribus,vaſſallis,& perſonis præfatis, authoritate literarũ ipſarũ,vel aliás á quocumque prætextu, ſeu occaſione contra tenorem ſingularũ literarũ Leonis,& Clementis prædeceſſorum huiuſmodi communiter,vel diuiſim coram ſe alicubi deinceps,ad iudicium,vel aliàs vocare,ſeu in cauſam trahere præſumant, ac decernentes ex nunc præmiſſa omnia in fauorem dictæ Militiæ conceſſa,ac Philippum Regem,& pro tempore exiſtentem Magiſtrũ,ſeu Adminiſtratorem,nec non Priores, Baiulliuos, Pręceptores, milites,fratres,officiales,ſeruitores,familiares,cappellanos, vaſſallos, & perſonas præfatas,& eorum ſingulos,tàm ratione perſonarũ, quã Magiſtratus,Præceptoriarum,ſeu Baiulliuiarum,Conuentuũ,Prioratuum,Eccleſiarum,& locorum quorumcunque,nec non bonorum fructuũ, prouentuum,emolumentorum,priuilegiorum,exemptionum

num

num, rerum, & iurium, ac iurisdictionum, nec non præeminentiarum omnium, & singulorum in suprædictis literis contentorum, ad conueniendum aliquem, vel aliquos, aut respondendum coram alijs, quam dictis suis Conseruatoribus, & Iudicibus, sine loci distinctione, & per appellationem ab eorum sententijs, & grauaminibus, tam actiue, quam passiue, alibi quàm apud Sedem prædictam immediate comparendum, prætextu similium, vel dissimilium priuilegiorum, exemptionum, conseruatoriatum, ac quorumcumq; aliorum indultorum, specialium, vel generalium, tam præfatis, quàm quibuscumque alijs personis Ecclesiasticis, monasterijs, Ordinibus, Militijs, & locis, nunc, & pro tempore concessorum, nullo tempore teneri, nec ad id per Nuncios, etiam Legatos de latere, seu quoluis alios quacumque authoritate, & facultate fungentes, & functuros, aut etiá per literas Apostolicas, etiam motu proprio, & ex certa scientia, ac de Apostolicæ potestatis plenitudine, etiam cum præmissorum speciali, & expressa derogatione, pro tempore emanatis, compelli, ac propter non paritionem aliquas cẽsuras, & pœnas Ecclesiasticas, etiã priuatiuas, incurrere posse, ac approbationem, confirmationem, adiectionem, suppletionem, concessionem, innouationem, statutum, ordinationem, restitutionem, reuocationem, cassationem, annullationem, decreta, extensionem, inhibitionem, aliaque præmissa, & præsentes literas de subreptionis, vel obreptionis, aut nullitatis vitio, seu intentionis nostræ defectu, quouis prætextu, quæsitovê colore, aut ingenio, nullatenus notari, vel impugnari posse, nec illas sub quibuluis similium, vel dissimilium conseruatoriarum, priuilegiorum, indultorum, & concessionum reuocationibus, suspensionibus, modificationibus, limitationibus, & derogationibus, alijsque contrarijs dispositionibus, etiam motu, & scientia, ac potestatis plenitudine, necnon consistorialiter, etiam per nos, & successores nostros, ac Sedem prædictam, etiam Imperatoris, Regum, & aliorum Principum contemplatione, & ex quibuluis, quantumcumque vrgentissimis, & iustissimis causis, quomodolibet pro tempore factis, ac sub quibuscunque tenoribus, & formis, ac cum quibuluis clauulis, etiam vim contractus, aut legis, seu statuti perpetui inducẽtibus, decreti, & aliàs quomodolibet concessis, & concedendis, ac quibuluis constitutionibus, & ordinationibus Apostolicis desuper quomodolibet editis, & edendis, aliquatenus comprehendi, neque illis vllo vnquam tempore etiam per Sedem præfatam derogari posse, nec derogatum censeri, nisi de toto tenore, & datis præsentium, expressa mentio habita, & derogatio, suspensio, limitatio, reuocato, aliaque præfata de Mili-

tię huiuſmodi Adminiſtratoris pro tempore exiſtentis expreſſo eō ſenſu factæ fuerint,& ſi aliter derogari,reuocari,ſuſpendi,& limitari contigerit,derogationem,reuocationem,ſuſpenſionem,& limitationem præfatas nullius eſſe roboris,vel momenti,& quoties illæ emanabunt,toties in priſtinum,& validiſsimum ſtatum reſtituta,& de nouo etiam ſub quacumque data per ipſum Adminiſtratorem, eligenda conceſſa eſſe,& cenſeri,ac vim validi,& ſtipulati contractus inter Sedem,& Militiam præfatas habere,& ita per quoſcunq; iudices,& Commiſſarios quauis authoritate fungentes,etiam Sanctæ Romanæ Eccleſiæ Cardinales,ac cauſarum Palatij Apoſtolici Auditores,ſublata eis,& eorum cuilibet,quauis aliter iudicandi,& interpretandi facultate,& authoritate,iudicari,& diffiniri debere,ac ex nunc irritum,& inane,ſi ſecus ſuper his à quoquam quauis authoritate ſcienter,vel ignoranter contigerit attentari. Quocirca venerabili fratri noſtro Archiepiſcopo Compoſtellano,& dilectis filijs Scholaſtico Salamantinenſis,ac Abbati ſecularis,& collegiatæ Eccleſiarum oppidi Complutenſis Toletanæ diœceſis per Apoſtolica ſcripta mandamus,quatenus ipſi,vel duo,aut vnus eorum per ſe,vel alium,ſeu alios,præſentes literas,& in eis contenta quæcumque vbi, & quando opus fuerit,ac quoties pro parte prędictorum Magiſtri, ſeu Adminiſtratoris,Prioris,Conuentus,Dignitatum,Præceptorum, ſeu Commendatorum,& Militum,aliorumque fratrum,& perſonarum,ſeu membrorum eius,aut alicuius eorum fuerint requiſiti,ſolemniter publicantes,eiſque,& eorum cuilibet in prędmiſsis efficacis defenſionis præſidio aſsiſtentes faciant,authoritate noſtra,illos,eorumque ſingulos confirmatione,approbatione,adiectione,ſupplętione,innouatione,ſtatuto,ordinatione,reſtitutione,repoſitione,reintegratione,caſſatione,annullatione,decretis,inhibitione,alijſque ſupradictis iuxta præſentium literarum continentiam,& tenoreme pacifice frui,& gaudere,non permittentes eos,vel eorum aliquem, deſuper per quoſcumque quomodolibet indebitè moleſtari: Contradictores quoslibet,& inobedientes per ſententias,cenſuras,& pœnas Eccleſiaſticas,aliaque iuris remedia,eadem authoritate noſtra,appellatione poſtpoſita,compeſcendo,ac legitimis ſuper his habendis ſeruatis proceſsibus,eaſdem ſententias,cenſuras,& pœnas,etiam iteratis vicibus,quoties opus fuerit,aggrauando,& interdictum Eccleſiaſticum imponendo,inuocato etiam adhoc,ſi opus ſit,auxilio brachij ſecularis,non obſtantibus præmiſsis,ac recolendæ memoriæ Bonifacij Papæ VIII. ſimiliter prædeceſſoris noſtri,qua cauetur nequis extra ſuam ciuitatem,vel diœceſim,niſi in certis exceptis caſibus,

sibus,& in illis vltra vnam dietam,â fine suæ diœcesis ad iudicium euocetur,seu ne iudices à sede prædicta pro tempore deputati extra ciuitatem,& diœceses, in quibus deputati fuerint, contra quoscumque procedere,aut alij,vel alijs vices suas committere præsumant, ac de duabus dictis in Concilio generali edita,dummodo quispiam vltra tres dietas ad iudicium,præsentium vigore,non extrahatur,alijsque quibusuis Apostolicis,nec non in Prouincialibus,& synodalibus Concilijs editis generalibus, vel specialibus constitutionibus,& ordinationibus,ac etiam iuramento,confirmatione Apostolica, vel quauis firmitate alia roborotis statutis,& consuetudinibus, stabilimentis,vsibus,& naturis,declarationibus,inhibitionibus,& decretis, priuilegijs quoque, indultis,exemptionibus,conseruatorijs,præseruatorijs,facultatibus,& literis Apostolicis specialibus, & generalibus, Archiepiscopis, Episcopis, Abbatibus,Conuentibus, Capitulis, Ecclesijs, Monasterijs, Ordinibus, Militijs, Hospitalibus, locisque prefatis,ac quibusuis Vniuersitatibus, Collegijs,& personis, sub quibuscunque tenoribus,& formis,ac cum quibusuis seis etiam derogatoriatum derogatorijs,alijsque efficacioribus,& insolitis clausolis, irritantibusque,& alijs decretis in genere, vel in specie, etiam motu proprio, & ex certa scientia,etiam consistorialiter,ac aliàs quomodolibet concessis,ac etiam pluries approbatis,& innouatis, quibus omnibus, etiam si pro illorum sufficienti derogatione de illis, eorumque totis tenoribus specialis, specifica, expressa, & individua, non autem per clausulas generales idem importantes, mentio, seu quæuis alia expressio habenda, aut aliqua exquisita forma ad hoc seruanda foret, illorum veriores tenores, formas, ac datas, acsi de verbo ad verbum inscrerentur præsentibus pro sufficienter expressis, & insertis habentes, illis aliàs in suo robore permansuris,hac vice dumtaxat,specialiter,& expresse derogamus,contrarijs quibuscumque,seu si aliquibus communiter, vel diuisim ab eadem sit sede indultum, quod interdici, suspendi, vel excommunicari non possint per literas Apostolicas non facientes plenam, & expressam, ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostrorum absolutionis, approbationis, confirmationis, adiectionis, suppletionis, concessionis, innouationis, statuti, ordinationis, restitutionis, reuocationis,cassationis,annullationis, decretorum, extensionis,inhibitionis, & derogationis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei,ac beatorum Petri,& Pauli Apostolorum eius

se noucrit incursurum. Datis Romæ apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominicæ millesimo quingentesimo sexagesimo sexto, quinto idus Ianuarij, Pontificatus nostri anno primo. Cæsar glorierius. Ioannes Baptista Farchier, registrata apud Zesarem secretarium. POST QVARVM quidem literarum Apostolicarum præsentationem, & receptionem nobis, & per nos, sic vt præmittitur, factas, fuimus pro parte tam Christianissimi, ac inuictissimi Domini PHILIPPI Hispaniarum Regis Catholici Magistri, ac perpetui Administratoris, eiusque successorum ac præfatorum Priorum, Præceptorum, Commendatorum, fratrum, militum, & aliorum Religiosorum, ac personarum dictæ Militiæ pro se, & eorum successoribus dicti Conuentus, ac Militiæ Sancti Iacobi, principalium in præinsertis literis principaliter nominatorum, debita cum instantia requisiti, quatenus ad executionem dictarum literarum Apostolicarum, & in eis contenta, procedere dignaremur, iuxta traditam, seu directam per eas á Sede Apostolica nobis formam, tenorem, & continentiam. Nos igitur D. Antonius de Torres Abbas, Iudex, & executor præfatus attendentes requisitionem huiusmodi fore iustam, & consonam rationi, volentesque mandatum Apostolicum nobis in hac parte directum reuerenter exequi, vt tenemur. Id circo authoritate Apostolica nobis commissa, & qua fungimur in hac parte, præfatas literas Apostolicas, & hunc nostrum processum, ac omnia, & singula in eis contenta, vobis omnibus, & singulis supradictis communiter, vel diuisim intimamus, insinuamus, & notificamus, ad vestram, & cuiuslibet vestrum notitiam deducimus, & deduci volumus per præsentes, volque nihilominus, & vestrum quemlibet, authoritate Apostolica prædicta, tenore præsentium, requirimus, & monemus primo, secundo, tertio, & peremptoriê, communiter, & diuisim, ac vobis, & vestrum cuilibet in virtute Sanctæ obedientiæ, & sub infrascriptis sententiarum pœnis districtê præcipiêdo mandamus, quatenus, infra sex dies post præsentationem, seu notificationem præsentium, & requisitionem, vobis, seu alteri vestrum, desuper factas, immediate sequentes, quorum sex dierum, duos pro primo, duos pro secundo, & reliquos duos dies vobis, vniuersis, & singulis pro tertio, & peremptorio termino, ac monitione canonica assignamus, præinsertas literas Apostolicas, & in eis contenta quæcumque, vbi, & quando opus fuerit, ac quoties pro parte præfatorum inuictissimi, ac Catholici domini PHILIPPI Hispaniarum Regis ac

ac Administratoris perpetui, eiusque successorum, ac dominorum Conuentus, Priorum, Præceptorum, seu Commendatorum, fratrum, militum, & aliorum Religiosorum, ac personarum, seu membrorum dictę Militiæ nunc, & pro tempore existentium, vel alicuius eorum fueritis, seu alter vestrorum fuerit requisitus, solemniter publicantes, eisque, & eorum cuilibet in præmissis in præinsertis literis Apostolicis contentis, efficacis defensionis præsidio assistentes faciatis, & quilibet vestrum faciat eos, & eorum singulos authoritate Apostolica prædicta, confirmatione, approbatione, adiectione, suppletione, innouatione, statuto, ordinatione, restitutione, repositione, reintegratione, cassatione, annullatione, decretis, inhibitione, alijsque supradictis præmissis in præinsertis literis contentis pacifice frui, & gaudere: ac eisdem prędinsertas literas, & in eis contenta quæcumque firmiter obseruari, nec permittatis eos, vel eorum aliquem desuper per quoscumque quomodolibet, indebite molestari, perturbari, vel impediri. Quod si fortê præmissa omnia, & singula non adimpleueritis, seu distuleritis contumaciter adimplere, mandatisque, & monitionibus nostris huiusmodi, imô verius Apostolicis non parueritis, nos in vos omnes, & singulos supradictos, qui culpabiles fueritis, in præmissis, & generaliter in contraditores quoslibet, & rebelles, ac impedientes prędictos dominos Regem, & Administratorem, & eius successores, nec non Conuentum, Priores, Præceptores, seu Commendatores, aut fratres, Milites, & alias personas, seu membra dictæ Militiæ, nunc, & pro tempore existentes, in præinsertis literis principaliter nominatos, seu eorum aliquem, aut ipsorum procuratores, super præmissis in aliquo, aut impedientibus ipsis dantes auxilium, consilium, vel fauorem publicè, vel occultê, directè, vel inditectè, quouis quæsito colore, vel ingenio, cuiuscumque dignitatis, status, gradus ordinis, vel conditionis existant, & nunc, prout ex tunc, & è contra prædicta sex dierum canonica monitione prędmissa, excommunicationis: in Capitula verô, Conuentus, & Collegia quæcumque in his forsan delinquentium, & rebellium Ecclesias, monasteria, & capellas, interdicti Ecclesiastici sententias fetimus in his scriptis, & etiam promulgamus, Vobis vero illustrissimis, ac reuerendissimis Patribus dominis Archiepiscopis, & Episcopis prędictis dumtaxat exceptis, quibus ob reuerentiam vestrarum Pontificialium dignitatum deferimus in hac parte, si contra præmissa, aut eorum aliquod feceritis, seu fieri mandaueritis per vos, vel alium, seu alios publicè, vel occultê, directê, vel indirectê, quouis quæsito colore, vel ingenio, ex nunc prout ex tunc, & è conuerso, præfata sex dierum canonica monitione præ-

ne præmissa, ingressus vestrarum Ecclesiarum interdicimus, in his scriptis, post verò huiusmodi interdictum per alios sex dies præfatos sex immediate sequentes, vos in eisdem scriptis, simili canonica monitione præmissa, suspendimus á diuinis, verum si præfatas interdicti, ac suspensionis sententias, per alios sex dies præfatos duodecim immediate sequentes, animo (quod absit) sustinueritis indurato, vos ex nunc, prout ex tunc, & ê conuerso, huiusmodi canonica monitione præmissa, in his scriptis, excommunicationis sententia, authoritate Apostolica supra dicta, innodamus. Cæterum cum ad executionem præmissorum vlterius faciendam nequeamus, quoad præsens, personaliter interesse pluribus alijs arduis in nostra Collegiata legitimê præpediti negotijs. Discretis viris dominis Priori monasterij Sancti Martini Ordinis Sancti Benedicti, & Commendatori monasterij Beatę Mariæ de Mercede, & Ministro monasterij Sanctissimæ Trinitatis oppidi de Madrid, nunc, & pro tempore existentibus. Vniuersis quoque, & singulis dominis Abbatibus, Prioribus, Præpositis, Decanis, Archidiaconis, Scholasticis, Cantoribus, Custodibus, Thesauratijs, Succentoribus, sacristis, tam Cathedralium, quam etiam Metropolitanarum, quam Collegiatarum Canonicis, parochialiumque Ecclesiarum Rectoribus seu Loca tenentibus eorundem, Plebanis, Viceplebanis, Archipresbyteris, Vicarijs perpetuis, Capellanis curatis, & non curatis, Altaristis, Presbyteris, Clericis, ac ceteris viris Ecclesiasticis, in quibuscumque dignitatibus, gradibus, vel officijs notarijsque, & tabellionibus publicis quibuscumque per præfatas ciuitates, diœceses, seu regna ac aliàs vbilibet constitutis, & eorum cuilibet insolidum super vlteriori executione dicti mandati Apostolici, atque nostri facienda, authoritate Apostolica supradicta, tenore præsentium, plenariê committimus vices nostras, donec eas ad nos specialiter, & expresse duxerimus reuocandas, Quos nos etiam, & eorũ quemlibet insolidum requirimus, & monemus, primo, secundo, tertio, & peremptoriè communiter, & diuisim, eisque nihilominus, & eorum cuilibet in virtute sanctæ obedientię, & sub excommunicationis pœna, quam in eos, & eorum quemlibet insolidum, nisi fecerint quæ mandamus, ferimus, in his scriptis præcipiendo mandamus, quatenus infra sex dies post præsentationem, seu notificationẽ præsentium, ac requisitionem eis, seu eorum alteri desuper factas immediatè sequentes, quorum sex dierum, duos pro primo, duos pro secundo, & reliquos duos dies, ipsis, & cuilibet eorum, pro omni dilatione, terminoque peremptorio, ac monitione canonica assignamus. Ita tamen quod in his exequendis vnus eorum alterum non expecter,

pectet,nec vnus pro alio,seu per alium,se excuset,ad vos omnes, & singulos supradictos,personasque,& loca alia,siue Capitula, & Collegia,de quibus,vbi,quando,& quoties opus fuerit, personaliter accedant,seu accedat,& præfatas literas Apostolicas superius insertas, hunc que nostrum processum,ac omnia, & singula in eis contenta vobis omnibus,& singulis supradictis,communiter, vel diuisim, legant,intiment,insinuent,& fideliter publicare procurent,ac eisdem inuictissimo,ac Christianissimo Domino Philippo Hispaniarum Regi Catholico,ac Magistro, & perpetuo Administratori, eiusque successoribus,necnõ dominis Conuentui,Prioribus,Præceptoribus, seu Commendatarijs,fratribus,militibus,ac alijs religiosis,ac personis,seu membris dictæ Militiæ, nunc, & pro tempore existentibus, vel aliquibus eorum,in præmissis omnibus,& singulis in præinsertis literis Apostolicis contentis, efficacis defensionis præsidio assistentes faciant,& quilibet eorum faciat eos,& eorum singulos authoritate Apostolica,supradicta confirmatione,approbatione,adiectione, suppletione,innouatione,statuto,ordinatione,restitutione,repositione,reintegratione,cassatione,annullatione,decretis,inhibitione,aliisque supradictis præmissis in præinsertis literis Apostolicis contentis,pacifice frui,& gaudere,ac eaidem præinsertas literas Apostolicas,& in eis contenta quæcunque firmiter obseruari. Nec permittant eos,vel eorum aliquem desuper per quoscumque, quomodolibet indebite molestari, perturbari, vel impediri: contradictores quoslibet,& rebelles per censuras Ecclesiasticas, & alia iuris remedia,appellatione postposita,authoritate Apostolica supradicta,compescendo. Et nihilominus,si forte omnes, & singuli supradicti, quibus præsens noster processus dirigitur, mandatis, ac monitionibus nostris huiusmodi,imo verius Apostolicis parere,& obedire recusarint,Nos ex nunc,prout ex tunc,& vice versa, prædictum glorioſissimum,ac inuictissimum Principem,& dominum Philippum Hispaniarum Regem Catholicum,omnesque alios, & singulos dominos Principes,Duces,Comites,Marchiones,Varones, cæterosque nobiles per prædicta regna,ac aliàs vbilibet existentes iurisdictionem temporalem, & ordinariam quomodolibet exercentes,eorumque Loca tenentes,& eorum quemlibet ex parte dicti domini nostri Papæ requirimus,& nostra affectuosè rogamus,quatenus infra sex dierum spatium post præsentationem,seu notificationem præsentium, & requisitionem eis,seu eorum alteri desuper factas immediatè sequentes,quorum sex dierum, duos pro primo, duos pro secundo, & tertio duos dies eis vniuersis,& singulis pro tertio, & peremp-

torio termino, ac monitione canonica, assignamus, omnes, & & singulos in præmissis inobedientes, & rebelles per captionem, & restrictionem, ac incarcerationem, & bonorum detentionem compellant, etiam manu forti, absque tamen graui læsione corporum eorundem, & aliàs ipsos inobedientes, & rebelles astringant potentia brachij secularis, donec ad obedientiam sanctæ matris Ecclesiæ deuenerint, ac mandatis processibusque nostris antedictis paruerint, Beneficium quoque absolutionis á supradictis nostris sententijs meruerint obtinere. Et generaliter, omnia alia, & singula nobis in hac parte commissa plenarie exequantur, omniaque, & singula in dictis literis Apostolicis superius insertis, ac in hoc nostro processu cõtenta debitę executioni demandentur, iuxta pręinsertarum literarũ Apostolicarum, & pręsentis nostri processus vim, formam, & continentiam, atq; tenorem. Ita tamen quod dicti Subdelegati nostri, aut qui cumq; alius, seu alij nihil in præiudiciũ dictorũ inuictissimi, ac Christianissimi Domini Hispaniarum Regis Catholici Magistri, ac perpetui Administratoris, & eius successorum, ac dominorũ, Conuentus, & Priorum, ac Præceptorum, Commendatorum, & aliarum personarum, seu membrorum dictæ Militię Sancti Iacobi ab Spata principalium in præinsertis literis principaliter nominatarum, vel alicuius eorum valeant attentare, quomodolibet in præmissis absoluendõ, vel suspendendo aliquid immutare. Per processum autẽ nostrum nolumus, nec intendimus nostris in aliquo pręiudicare collegis, quominus ipsi, aut eorum alteri, seruato tamen hoc nostro processu, in huiusmodi negotio procedere valeant, provt eis, vel eorum alteri videbitur expedire. Præfataque literas Apostolicas, & hunc nostrum processum volumus penes dictum dominum Philippum Regem, ac Administratorem, eiusque successores, ac Conuentum, & Priores dictę Militiæ huiusmodi regulæ, eorumque procuratores remanere, & non per vos, aut quemcumque alium, ipsis inuitis, detineri Contrarium verò facientes præfatis nostris sententijs, censuris, & pœnis, prout in his per nos latè sunt dicta, canonica monitione præmissa, ipso facto, volumus subiacere. Mandamus tamen copiam fieri de præmissis eam petentibus, & habere debentibus, petentium quidem sumptibus, & expensis. Absolutionem verò omnium, & singulorum, qui prędictas nostras sententias, seu earum aliquam incurrerint, siue incurrerit, quoquomodo nobis, vel superiori nostro tantummodo reseruamus. In quorum omnium, & singulorum fidem, robur, & testimonium præmissorum, prędictes literas, siue præsens publicum processus instrumentum, exinde fieri, &

ri,& per Notarium publicum infra scriptum subscribi, & publicari mandauimus,sigilloq; dictæ Collegiatæ,quo vtimur in similibus,iussimus,& fecimus appensione communiri. Datis, & actis in oppido Complutensi in domo habitationis nostrę solitę residentię, sub anno á Natiuitate Domini,millesimo qningentesimo octuagesimo quarto,Indictione duodecima,die veró decima nona mensis Ianuarij,Pontificatus sanctissimi in Christo patris,& Domini Nostri Domini Gregorij diuina prouidentia Papæ Decimitertij,anno eius duodecimo,presentibus ibidem dominis Christophoro de la Flor Notario,& sancto Cauallero,& Ambrosio Fernandez testibus ad præmissa vocatis,atque rogatis.

Doctor Dominus Antonius de Torres
Abbas Complutensis Iudex Apostolicus.

Cosmas de Vega Notarius.

Et ego Cosmas de Vega publicus, Apostolica authoritate, Notarius in archiuo Romanæ Curiæ descriptus ciuis Toletanus in hoc oppido de Madrid residens,quia præmissis omnibus,& singulis, vna cum præfato domino Abbate iudice Apostolico executore, & testibus,præsens interfui: ideo hoc præsens publicum instrumentum sno originali collationatum signaui,& subscripsi rogatus,& requisitus.

Cosmas de Vega Notarius.

BVLLA DO PAPA NICOLAO DE EXempção da Ordem de Sam Tiago.

194 NICOLAVS Episcopus seruus seruorum Dei.Dilectis filijs Magistro,seu Gubernatori,ac militibus,& fratribus Ordinis Militiæ Sancti Iacobi de Spata in Regno Portugalliæ cõstitutis salutem,& Apostolicam benedictionem. Et si Romanus Pontifex religiosas, ac Sanctimonię vitæ deditas personas,aliarumque Ordines ex sua benevolentiæ magnitudine priuilegijs, aliorumque fauorum gratijs iugiter prosequatur,ad illos pręcipue munificentiã suæ liberalitatis exuberantius extendit,qui Christi nominis æmulos pro orthodoxæ fidei ampliatione, indefessis viribus, promptisque præcordijs,tam corporum,quam rerum periculis minime recusatis, constanter cernuntur expugnare, quosque suos prædecessores Ro-

manos Pontifices ſimilibus percipit gratijs,& fauoribus, proſecutos extitiſſe .Nos igitur dilecti filij nobilis viri Ludouici Gondiçalui Baronis militis dictæ militię Sancti Iacobi de Spata Charisſimi in Chriſto filij noſtri Alfonſi Portugallię, & Algarbij Regis illuſtris Conſiliarij,ac Ambaſiatoris ad nos deſtinati,ex parte dilecti filij nobilis viri Doni Fernandi Principis Portugalliæ perpetui Gubernatoris dicti Ordinis nobis nuper expoſitis ſupplicationibus inclinati,ſinceræque deuotionis affectu,quẽ ad nos,& Romanam Eccleſiam gerere comprobamini,diligenter attento,ea quę pro ſingulis oppreſſionibus ſecluſis operoſius valeatis ad Dei laudem in huiuſmodi pugna perſeuerare,vobis fauorabiliter concedere volentes, nec non felicis recordationis Lucij Tertij,& Martini Quinti Romanorum Pontificum prædeceſſorum noſtrorum veſtigijs inhęrentes,vos, veſtrique Ordinis profeſſores,Magiſtratum,Conuentus,Monaſteria,& loca in dicto Regno Portugalliæ conſtituta,cum omnibus, & ſingulis perſonis,ac ſeruitor,bus,membris,rebus, bonis, iuribus, & pertinentijs ſuis,quę vos,& quilibet veſtrum,ac perſonarum, & ſeruitorum prædictorum in præſentiarum poſsidetis,& poſsidet,nec non quę,dante domino,in futurum poteritis,ac poterit adipiſci, ab omni iuriſdictione, dominio, poteſtate, viſitatione, correctione, & ſuperioritate Ordinariorũ,Iudicum,Correctorum,& ſuperiorum aliorum,tam tẽporalium,quam eccleſiaſticorum ſecularium,& regularium quorumcumque vſque ad Apoſtolicæ Sedis beneplacitum, authoritate Apoſtolica,tenore pręſentium,prorſus eximimus, ac etiam plenariẽ liberamus,uoſque,& illa ſub Beati Petri,& Sedis prædictæ protectione,ſuſcipimus,atqee noſtra,ac exemptos eſſe volumus, & exempta, nobisque,& eidem Sedi immediatẽ ſubeſſe;ita quod huiuſmodi durante beneplacito,Ordinarij,Iudices,Correctores,& Superiores prædicti,etiam ratione delicti,ſeu contractus, aut rei, de qua agitur, vel vbicunque committatur delictum, iniatur contractus, aut res ipſa conſiſtat,nullã in uos,aut aliquem veſtrum,Magiſtratus,ac Conuẽtus,Monaſteria,loca,perſonas,ſeruitores,membra,res,& bona ſupra dicta poſſint iuriſdictionem,poteſtatem,dominium,correctionem, viſitationem, ſeu ſuperioritatem quomodolibet exercere, ſed dũtaxat coram vobis,& à Sede prædicta delegatis teneamini, & tenẽatur de iuſtitia reſpondere:bonæ memoriæ Innocentij Papæ Quarti etiam prædeceſſoris noſtri,& qualibet alia conſtitutione Apoſtolica,in contrarium edita non obſtante; Decernentes ex nunc omnes,& ſingulos proceſſus,ac excommunicationum, ſuſpenſionum, & interdicti ſententias, quos, & quas contra vos, Conuentus, Monaſteria

nasteria, loca, personas, seruitores, & membra huiusmodi haberi, seu etiam promulgari, & quicquid contra exemptionis, liberationis, & susceptionis nostrarum huiusmodi tenorem, atque formam a quoquam, quauis authoritate, scienter, vel ignoranter attentari contigerit, irrita, & inania, nullioque fore roboris, vel momenti. Nulli ergo omnino hominum liceat, hanc paginam nostræ exemptionis, liberationis, susceptionis, voluntatis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum eius se nouerit incursurum. Datum Romæ apud Sanctum Petrum, Anno Incarnationis Dominicæ millesimo quadringentesimo quinquagesimo secundo, quarto decimo Kalendas Iulij, Pontificatus nostri anno secundo.

BVLLA DO PAPA MARTINHO DA *exempçaõ da Ordem de Santiago.*

MARTINVS Episcopus seruus seruorum Dei. Dilectis filijs Magistro, & fratribus Ordinis Militiæ Sancti Iacobi de Spata salutem, & Apostolicam benedictionem. Gloriosa Religionis vestræ Militia, qua aduersus Christi nominis çmulos certando vos, & vestra exponitis intrepide, curis indefessis, sinceræque deuotionis affectus, quem ad nos, & Romanam Ecclesiam gerere, comprobamini; meretur non indigne vt ea vobis fauorabiliter concedamus, per quæ, singulis oppressionibus abiectis, corde tranquillo in huiusmodi certamine feruentius, & quietius positis Altissimo militare. Nos igitur ex præmissis, & certis alijs causis animum nostrum mouentibus, felicis recordationis Lucij Papa Tertij prædecessoris nostri vestigijs inhçrentes, vestris etiam in hac parte supplicationibus inclinati vos, vestrique Ordinis professores, Conuentus, Monasteria, & loca, cum omnibus personis, membris, rebus, bonis, iuribus, & pertinentijs suis, & quę vos, & quilibet vestrum in præsentiarum possidetis, & possidet, nec non quæ, dante Domino, in futurum poteritis, ac poterit adipisci, ab omni iurisdictione, dominio, potestate, visitatione, correctione, & superioritate Ordinariorum, Iudicum, & superiorum aliorum, tam secularium, quam regulariu quorumcumque vsque ad Apostolicæ Sedis beneplacitum, authoritate Apostolica, tenore præsentium,

tium, prorſus eximimus, ac etiam plenarie liberamus, voſque, & illa ſub Beati Petri, & Sedis prædictę protectione ſuſcipimus, atque noſtra, ac exemptos eſſe volumus, & exempta, vobisque, & eidem Sedi immediatè ſubeſſe: itaque huiuſmodi durante beneplacito, Ordinarij, iudices, & ſuperiores dicti, etiam ratione delicti, ſeu contractus, aut rei, de qua agatur, vel vbicumque committatur delictum, iniatur contractus, aut res ipſa conſiſtat, nullam in vos, vel aliquem veſtrum, ac Conuentus, Monaſteria, loca, perſonas, membra, res, & bona ſupradicta poſsint, iuriſdictionem, poteſtatem, dominium, correctionem, viſitationem, ſeu ſuperioritatem quomodolibet exercere, ſed dumtaxat coram nobis, & Sedis prædictæ Delegatis teneamini, & teneantur de juſtitia reſpõdere. Bonę memoriæ Innocentij Papæ Quarti etiam prædeceſſoris noſtri, & qualibet alia conſtitutione Apoſtolica in contrarium edita, non obſtante, decernentes ex nunc omnes, & ſingulos proceſſus, ac excommunicationis, ſuſpenſionis, & interdicti ſententias, quos, & quas contra vos, conuentus, Monaſteria, loca, perſonas, & membra huiuſmodi haberi contigerit, ſeu etiam promulgari, irrita, & irritas & inanes. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam noſtræ exemptionis, liberationis, ſuſceptionis, voluntatis, & conſtitutionis infringere, vel ei auſu temerario contraire. Si quis autẽm hoc attentare prę-ſumpſerit, indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli Apoſtolorum eius ſe nouerit incurſurum. Datum Genezani, Prȩneſtinæ dioceſis, tertio Kalendas Auguſti, Pontificatus noſtri anno vndecimo.

BVLLA DE ALEXANDRE
Terceiro de confirmaçaõ da Ordem de Sam Tiago.

ALEXANDER Seruûs ſeruorum Dei. Dilectis filijs Petro Fernandi Magiſtro Militię Beati Iacobi, eiuſq; fratribus clericis, & laicis, tam prȩſentibus, quam futuris communem vitam profeſsis in perpetuam memoriam. Benedictus Deus in donis ſuis, & Sanctus in omnibus operibus ſuis. Qui Eccleſiam ſuam noua ſemper prole fœcundat, & ſic pro patribus filios in ea facit exurgere, ſic á generatione in generationem notitiam nominis ſui, & lucem fidei Chriſtianæ

tiana diffudit. Vt ſicut ante ortum Solis Stellæ ſeſe ad occaſum in firmamento ſequuntur, ita in eccleſiaſticis gradibus generationes iuſtorum, antequam veniat dies Domini magnus, & horribilis, & tenebras noſtras veri Solis ſplendore illuminet, per tempora ſibi ſuccedant. Et ſicut multi ſæpe per caudam Draconis deijciuntur in terram: Ita, & per adoptionē ſpiritus quotidiana fiat reparatio perditorum, & de profundo inferni ad quærenda multi cæleſtia eligantur, & ita corpore teneantur in terra, vt tanquam ciues Sanctorum, & domeſtici Dei cogitatione, ac deſiderio conuerſentur in Cęlis. Hoc ſane temporibus noſtris in partibus Hiſpaniarum de diuino factum numine gratulamur; vbi nobiles quidam viri peccatorum vinculis irretiti, & miſeratione illius, qui vocat ea, quæ non ſunt, tanquam ea, quę ſunt, ſuperna gratia ſunt afflati, & tacti ſuper multis tranſgreſsionibus ſuis dolore cordis intrinſecus, & præteritorum agentes pœnitentiam peccatorum, non ſolum poſſeſsiones noſtras terrenas, ſed & corpora ſua in extrema date quęque pericula pro Domino decreuerunt. Et ad exemplum Domini noſtri Ieſu Chriſti, qui ait, non veni facere voluntatem meam, ſed eius, qui miſit me patris. In habitu, & conuerſatione Religionis ſub vnius Magiſtri ſtatuerunt obedientia commorari, eo vtique moderamine propoſitum ſuum, & Ordinem temperantes, vt quia vniuerſa turba fidelium in coniugatos, continentesque diſtinguitur; & Dominus Ieſus Chriſtus non ſolum pro viris, ſed, & pro fœminis quoque de fęmina naſci voluit, & cum hominibus conuerſari. Habeantur in ipſo Ordine, qui cælibem, ſi voluerint, vitam ducant, & conſilium Beati Pauli ſequantur, quo dicit, de Virginibus autem præceptum Domini non habeo, conſilium autem do. Sint etiam, qui iuxta inſtitutionem Dominicam, ad procreandum ſobolem, & incontinentiæ prępitium euitandum coniugibus ſuis vtantur, & vna cum eis ad incolatum ſupernæ Patriæ, de cōualle lacrymarum, et terrena tranſire peregrinatione nitantur, & lachrymis diluant, & operibus pietatis, ſi eos ſuper fundamentū ſuū, quod Chriſtus eſt, pro cura carnis, & affectibus liberorum, ligna, fœnū, ſtipulam ædificare contingat, cū alij expeditiores, & continentes ædificent aurum, argentum, & lapides prętioſos. Et iſti tamen, & illi militant vni Regi, & ſuper vnum fundamentum cæleſtem vnam ędificent manſionem promiſione Pſalmiſtæ in Domino roborati, qui minora quoque membra Eccleſię confortat, & dicit imperfectum meum viderunt oculi tui, & libro tuo omnes ſcribentur. In horum autē fidelium Chriſti collegio tu, Dilecte in Domino fili Petre Fernandi, per voluntatem Dei, Magiſterium

terium ſuper alios, & prouidentiam ſuſcepiſti. Qui cum quibuſdam fratrum tuorum ad præſentiá noſtrã accedens cum humilitate, qua decuit, à Sede Apoſtolica requiſiſti, vt vos tanquam peculiares filios in defenſionem noſtram, & locum, in quo caput ordinis factum fuerit, in ius, & proprietatem ſacroſanctæ Romanæ Eccleſiæ recipere debe remus. Vnde nos, deuotionem veſtram, & bonum in Domino deſiderium attendentes, de communi fratrum noſtrorum conſilio, in ſpeciales, & proprios Sacroſanctæ Romanæ Eccleſiæ filios vos recipimus, & Ordinem veſtrum, autoritate Apoſtolica, confirmantes, præſentis ſcripti priuilegio communimus ſtatuentes, vt quaſcumque poſſeſsiones, quæcunque bona impręſentiarum iuſtê, & legitimê poſsidetis, aut in futurum conceſsione Pontificum, largitione Regum, vel Principum, oblatione fidelium, ſeu alijs iuſtis modis, præſtante Domino, poteritis adipiſci, firma vobis, veſtriſque ſucceſſoribus, & illibata permaneant, in quibus hæc proprijs duximus exprimenda vocabulis. Lodium, & Monaſterium, cum cauto, & pertinentijs ſuis. Burgum de Ponti Numi contra Lodium cum ſuis pertinentijs. Creſcente cum cauto, cum ſuis pertinentijs. Quintanella de Petro Herres cum cauto, & ſuis pertinentijs. Harria cũ cauto, & ſuis pertinentijs. Leucanio cum ſuis pertinentijs. Sanctum Saluatorem de Liſtriana cum cauto, & ſuis pertinentijs. Monquot cum cauto, & ſuis pertinentijs. Penagoſcun cum ſuis pertinentijs Sancta Maria de Pinel, cum ſuis pertinentijs. Alfarella cum ſuis pertinentijs. Orella cum ſuis pertinentijs. Mora cum ſuis pertinentijs. Mora Veja cum ſuis pertinentijs. Veles cum ſuis pertinentijs, Decimę de Valera, & de Portuego cum ſuis pertinentijs; Strema cum ſuis pertinentijs; Alcaçar cum ſuis pertinentijs. Almadana cum ſuis pertinentijs. Laruda cum ſuis pertinentijs. Lazarça cum ſuis pertinentijs. Sancimus præterea ne occaſione antiquæ detentionis, ſiue ſcripturæ quiſquam vobis poſsit auferre, quę vltra memoriam hominum ſub Sarracenorum detẽta ſunt poteſtate, & de munificentia Principum, ſeu veſtro ſtudio, & labore, aut iam obtenta ſunt, aut in futurum, auxiliante Domino, poteritis obtinere. Cum enim vnica ſit vobis intentio, & ſingularis cura immineat ſemper pro defenſione Chriſtiani nominis decertare, nec ſolũ res, ſed & perſonas ipſas pro tuitione fratrũ incunctãter exponere, plurimum poſſet hoc piũ opus, & laudabile ſtudium impediri, ſi labores, & ſtipendia veſtra, quæ in commune proficiunt, perciperentur ab alijs, & otioſi, ac deſides, atque in laboribus ſuis non quæ Ieſu Chriſti, ſed quę ſua ſunt requirentes, emolumenta illa perciperent, quæ pro tantis

tis laboribus vobis,& pauperũ Christi vsibus sunt prouisa, dicente Apostolo,qui non laborat nõ manducet. Interea sane quæ in professionis Vestrę Ordine statutũ est obseruari,primum est, vt sub vnius Magistri obedientia in omni humilitate, atq; concordia,sine proprio,viuere debeatis:illorũ fidelium exemplũ habentes, qui ad fidẽ Christianam Apostolorum prædicatione conuersi vendebant omnia,& ponebant pretiũ ad pedes illorũ,diuidebaturq, singulis, provt cuiq, opus erat,nec aliquis eorum,quę possideret,quicquam suũ esse dicebat,sed erant eis omnia communia. Ad suscipiendam quoq, prolem quæ in timore Domini nutriatur,& infirmitatis humanæ remedium iuxta institutionem Domini, & indulgentiam Apostoli qui a t. Bonum est homini mulierem non tangere,propter fornicationem autem vnusquisq, vxorem suam habeat,& similiter Mulier Virum suũ,qui continere nequiuerit,coniugiũ sortiatur, & seruet inuiolatã fidem vxori,& Vxor Viro,nec thori coniugalis continentia violetur. Si autem viri prę mortui fuerint,& relictæ ipsorũ, qui Ordinem susceperunt,nubere voluerint,denũcietur hoc Magistro, siue Cõmendatori,vt cũ illius Conscientia,cui mulier ipsa vult,nubat secundũ verbum Apostoli Pauli dicentis. Mortuo viro,soluta est mulier à lege viri,cui vult nubat tantũ in Domino,quod etiam de viris intelligitur obseruandũ, vna etenim vtriq, lege tenentur:statuimus quoq, vt nullus fratrũ,siue sororũ post susceptionem Ordinis vestri,& promissam obedientiam,vel redire ad seculũ,vel ad aliũ Ordinem,sine Magistri licentia,audeat se transferre. Cùm sint in Ordine vestro loca statuta,vbi quisque districtius valeat conuersari,discedentem vero nullus audeat retinere,sed ad Ordinem suũ per censuram Ecclesiasticam, qui discesserit, redire cogatur. Vt autem in Ordine vestro,cũ maiori omnia deliberatione,tractentur,statutum est inter vos, vt locus aliquis ordinetur, in quo per singulos annos in solemnitate omniũ Sanctorum generale Capitulũ teneatur: & sit ibi Clericorũ Conuentus,& Prior,qui eorum,& aliorum Clericorũ, qui de Ordine vestro fuerint,curam possit habere,ac fratrũ,cum necesse fuerit,prouideat animabus. Sint autem & tredecim in Ordine fratres,qui Magistro,cum opus fuerit,in consilio,& dispositione domus assistant,& eligendi Magistri curam habeant competentẽ. Prior siquidem clericorum, cum Magister migrauerit de hac luce de Domo,& Ordine solicitudinẽ gerat: Cui,sicut Magistro,omnes obedientes existent,donec per prouidentiam tredecim prædictorũ fratrũ Magistri electio celebretur. Is,cum transitus Magistri fuerit auditus, & cognitus,tredecim illos fratres sine dilatione aliqua conuocabit,

& ſi quiſquam eorum infirmitate,vel alia ex cauſa infra quinquagin ta dies,adeſſe nequiuerit,cũ aliorũ conſilio,qui præſentes fuerint,alĩ loco conſtituet,vt Magiſtri electio ex aliquorũ abſentia minime dif feratur.Illi vero tredecim fratres,ſi Magiſter,qui pro tempore fuerit pernicioſus,aut inutilis apparuerit,cum conſilio Prioris Clericorum; & ſanioris partis Capituli maioris Domus corrigendi,aut etiã amo uendi cũ,habeant poteſtatem.& ſi inter eum,& Capitulum aliquid emerſerit quæſtionis,debitũ ei finem interponant,ne per aliena iu dicia,vel dilabatur Ordo, vel temporalis ſubſtantia diſſipetur. In nullam autem ex hoc fratres ſuperbiam eleuentur,ſed Magiſtro ſuo deuoti,& obedientes exiſtant.Quod ſiquis eorum ex hac vita tran ſierit,vel pro culpa,ſeu alia quacũq, occaſione fuerit mutandus, Ma giſter cũ conſilio reliquorũ,aut maioris partis,aliũ loco eius ſubſti tuat. In Capitulo autẽ, quod annis ſingulis duximus celebrandum, tredecim iſti fratres.& Cõmendatores domorũ,niſi euidens,& mag na eos neceſſitas detinuerit,ad ſtatutũ locum inconctanter occurrãt, & communiter tractent,quę ad profectum Ordinis,animarũ ſalutẽ, & ſuſtentationem corporum fuerint ſtatuenda.Vbi præcipue ad de fenſionem Chriſtianorũ intendere moneantur,& diſtricte præcipia tur,vt in Sarracenos non mundanæ laudis amore, non deſiderio ſan guinis effundendi,non terrenarum rerum cupiditate graſſentur, ſed id tantum in pugna ſua intendatur,vt vel Chriſtianos ab eorum tue antur incurſu,vel ipſos ad culturam poſſint Chriſtianæ fidei prouo care,eligantur,& tũc Viſitatores idonei,qui domos fratrum per an ni circulum fideliter viſitent,& quæ ibi digna correctione inuene rint,aut ipſi corrigant,aut ad generale Capitulum deferant corrigen da.Clerici præterea veſtri Ordinis,per villas,& oppida ſtmulmaneãt, & Prioti,qui ſuper eos fuerit ordinatus,obedientes exiſtant, & filios fratrũ,qui eis á Magiſtro commiſſi fuerint,inſtruant ſcientia literarũ & fratribus tam in vita,quã in morte ſpiritualia ſubminiſtrent.Indu entur autem ſuperpellicijs,& Conuentum, & Clauſtrũ ſub Priore ſuo tenebunt,& humiliter faciant quod ab ipſo illis ſecundum Deũ fuerit imperatum.Vbi fratres quoq, de quibus Magiſtro viſum fue rit,conuerſentur,& non ſint otioſi,ſed vacent orationi, & alijs ope ribus pietatis:Clericis vero de laboribus,& alijs bonis à Deo præſti tis decimæ reddantur á fratribus,vnde libros,& alia congrua Eccle ſiarum faciant ornamenta,& in neceſſitatibus corporis conuenien ter ſibi prouideant,& ſi aliquid ſuperfuerit, ſecundum prouidentiã Magiſtri in vſus pauperum erogetur: Vt autem cõcordia inter vos charitaſq, ſeruetur,& á peccato detractionis , & murmuris cuncti

debeant

debeant abstinere. Qui Cõmendator in quolibet loco fuerit institutus, pro facultate domus, in sanitate, & ægritudine, quod cuique opus fuerit, cum ea solicitudine, ac benevolentia subministret, vt neque in substantia parcitatem, nec in verbo amaritudinem gerere videatur. Sit vobis præcipua cura hospitum, & indigentiũ, & necessaria illis pro facultate Domus liberaliter conferãtur: exhibeatur Prælatis Ecclesiarũ honor, & reverentia: subministretur cũctis Christi fidelibus Canonicis, Monachis, Templarijs, Hospitalarijs, alijsq; in Sanctæ Religionis obseruantia positis consiliũ, & auxilium, quorumlibet etiam indigentia, si facultas fuerit, subleuetur, vt Deus in vestris glorificetur operibus, & alij, qui viderint, humilitatis, & charitatis vestræ prouocentur odore. Ad hæc adijciendũ decernimus, vt si locus aliquis, in quo Episcopus esse debeat, in vestram venerit potestatem, sit ibi Episcopus, qui Ecclesijs, & clero suo designatos sibi redditus, & possessiones, & Episcopalia iura percipiat, reliqua vero cedant in vsus vestros, & vestra dispositione, sine cuiusquam contradictione, persistant. Profectó in Parochialibus Ecclesijs, quas habetis, nolumus Episcopos suo iure fraudari, si autem in locis desertis, aut ipsis terris Sarracenorum de nouo Ecclesias construxeritis, Ecclesiæ illę plena gaudeant libertate, nec aliqua per Episcopos decimarũ, aut alterius rei exactione grauentur: liceatq; vobis per clericos vestros idoneos eisdem Ecclesias cũ suis plebibus gubernare, nec interdicto per Episcopos, vel excõmunicationi subdantur: sed fas sit vobis tam in maiori Ecclesia, quę caput fuerit Ordinis, quã in illis etiam, excõmunicatis, & interdictis exclusis, diuina semper officia celebrare: Præterea ne humanis vexationibus, & calumnijs, á defensione Christianorũ retrahi valeatis, Apostolica authoritate, decernimus; ne personas vestras, præter Legatũ Sedis Apostolicæ á latere Romani Pontificis destinatum, interdicere quisquam, aut excommunicare præsumat. Quod etiam de familijs, & seruientibus vestris statuimus, qui stipendia vestra percipiũt, donec iustitiam parati fuerint exhibere, nisi forte talis fuerit culpa, ex qua, ipso facto, Ecclesiasticam censuram incurrant. Chrisma vero, & oleũ Sanctum, consecrationes altarium, seu Basilicarum, ordinationes clericorum vestrorum, qui ad sacros ordines fuerint promouendi, a Diœcesano suscipietis Episcopo, siquidem Catholicus fuerit, & gratiam, atq; communionem Apostolicæ Sedis habuerit, & ea gratis, & absq; aliqua prauitate voluerit vobis exhibere. Alioquin liceat vobis quem malueritis adire Antistitem, qui nostra fultus authoritate quod postulatur indulgeat: liceat præterea vobis in locis vestris, vbi quatuor fratres, vel plures fuerint, oratoria construere,

conſtruere,in quibus fratres,& familiæ veſtrę tantum,& diuinum audire officium,& Chriſtianam habere poſſent ſepulturam:ita enim volumus neceſſitati veſtrę conſulere,vt non debeant ex hoc adiacẽtes Eccleſiæ iniuriam ſuſtinere. Cum autem generale interdictum terrę fuerit,liceat vobis,clauſis ianuis, excluſis excommunicatis, & interdictis,non pulſatis campanis,ſupreſſa voce,diuina officia celebrare.Nihilominus præſenti decreto ſtatuimus,vt ſiquis in aliquem veſtrum,frattũ videlicet,vel ſororum,violentas manus iniecerit, excommunicationis ſententia, ſit adſtrictus, & illud idem pro tutela veſtra tam in ſententia, quam in pœna ſeruetur, quod ſub felicis memoriæ Papa Innocentio prædeceſſore noſtro, de tuitione Clericorum generali Concilio noſcitur inſtitutũ. Decernimus ergo, vt nulli omnino hominum liceat iura,vel poſſeſſiones veſtras temerẽ perturbare,aut bona veſtra auferre,vel ablata tetinere, minuere, ſeu quibuslibet vexationibus fatigare,ſed illibata omnia,& integra conſeruentur eorum,pro quorũ gubernatione,& ſuſtẽtatione conceſſa ſunt,vſibus omnimodis profutura, ſalua Sedis Apoſtolicę autoritate.Ad indicium autem huius â Sede Apoſtolica perceptæ libertatis decem Malachinos nobis,noſtriſq; ſucceſſoribus annis ſingulis perſoluetis.Si qua igitur in futurum Eccleſiaſtica, ſecularisue perſona hanc noſtræ conſtitutionis paginam ſciens contra eam venire tentauerit,ſecundo,tertio comonita,niſi præſumptionem ſuam digna ſatisfactione correxerit,poteſtatis, honoriſque ſui dignitate careat reamq, ſe diuino iudicio exiſtere de perpetrata iniquitate cognoſcat & á Sacratiſſimo Corpore,& Sanguine Dei,& Domini Redemptoris noſtri IESV Chriſti aliena fiat,atque in extremo examine diſtrictę vltioni ſubiaceat.Cunctis autem vobis iura veſtra ſeruantibus ſit pax Domini noſtri IESV Chriſti, quatenus,& hic fructum bonę actionis percipiant,& apud diſtrictum Iudicem præmia æternæ pacis inueniant,Amẽ.Vias tuas,Domine,demonſtra mihi. Sanctus Petrus,Sanctus Paulus.Alexander Papa tertius. Ego Alexander Catholicæ Eccleſiæ Epiſcopus. Ego Gualterius Albanenſis Epiſcopus. Ego Ioannes Prẹsbyter Cardinalis Sanctorum Ioannis,& Pauli, tituli Pammachij. Ego Ioannes Prẹsbiter Cardinalis tituli Sanctæ Anaſtaſiæ.Ego Albertus Præsbyter Cardinalis tituli Sancti Laurentij in Lucina.Ego Boſſon Præsbyter Cardinalis Sanctę Pudentianæ tituli Paſtorum.Ego Manfredus Præsbyter Cardinalis tituli Sanctæ Ceciliæ.Ego Petrus Prẹsbyter Cardinalis tituli Sanctæ Sabinæ. Ego Iacintus Diaconus Cardinalis Sanctę Marię in Coſmo,& Damiano Ego Arditio Diaconus Cardinalis Sancti Theodori.Ego Cynthius

Diaconus

Diaconus Cardinalis Sancti Adriani. Ego Vitellius Diaconus Cardinalis Sanctorum Sergij, & Bachi. Ego Laborans Diaconus Cardinalis Sanctæ Marię in Porticu. Ego Raynuncius Diaconus Cardinalis Sancti Georgij ad velum aureum. Ego Viuianus Diaconus Cardinalis Sancti Nicolai in carcere Tulliano. Datum Ferrentinij per manum Gratiani Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Subdiaconi, & Notarij. Tertio nonas Iulij, Indictione octaua, Incarnationis Dominicę anno milesimo centesimo septuagesimo quinto, Pōtificatus vero Domini Alexandri Papę tertij anno sexto decimo.

BVLLA DE CALIXTO TERCEIRO DA exempçaõ da Ordem de Sam Tiago.

196 CALIXTVS Episcopus seruus seruorum Dei. Dilectis filijs Magistro, seu Gubernatori, militibus, & fratribus Ordinis Militiæ Sancti Iacobi de Spata in Regno Portugalliæ constitutis Salutem, & Apostolicam benedictionem. Prętet communem debitum, quo ex Apostolatus officio cæteris fidelibus debitores existimus, vos, & Militiæ vestrę Ordinē eó specialiùs paterna dilectione complectimur, ac prædecessorum nostrorum gesta vestrum potissimê, & ipsius Militię fauorem, & commodum concernentia nostri etiam muniminis robore solidamus, quó pro tuitione catholicæ fidei, eiusque propagatione, atque præsidio, contra Christiani nominis inimicos, cum proprij effusione cruoris, vitęque periculo, continuó decertatis; Dudum siquidem felicis recordationis Nicolaus Papa V. prædecessor noster vos, ac ipsum Ordinem vestrum fauoribus prosequens opportunis, ad instar piæ memoriæ Lucij III. & Martini V. Romanorū Pontificum, etiam prædecessorum nostrorū eorundem inhærendo vestigijs inter alia vos, vestrique Ordinis professores, Magistratus, Conuentus, Monasteria, & loca in dicto Regno Portugallię constituta cum omnibus, & singulis personis, & seruitoribus, membris, rebus, bonis, iuribus, & pertinentijs suis, quæ vos, & quilibet vestrum, ac personarum, & seruitorum prædictorum tunc possidebatis & possiderent, nec non quæ, dante Domino, in futurum possitis adipisci, ab omni iurisdictione, dominio, potestate, visitatione, correctione, & superioritate Ordinariorum, iudicum, correctorum, & superiorum aliorum tam temporalium, quam ecclesiasticorum secularium, & regularium quorumcumque vsque ad Apostolicę Sedis beneplacitum prorsus exemit, ac plenariê liberauit, vosque & illa sub Beati Petri, & Sedis Apostolicæ, atque sua protectione suscepit, ac exēp-

tos esse

tos esse voluit,& exẽpta,sibiq; & eidẽ Sedi immediatẽ subesse ita quod,huiusmodi durãte beneplacito,Ordinarij,iudices, correctores, & superiores prędicti,etiã ratione delicti,seu cõtractus,aut rei,de qua ageretur vbicũq; cõmitteretur dilictũ,iniretur cõtractus,aut res ipsa cõsisteret,nullã in vos, aut aliquẽ vestrũ,Magistratus, ac Cõuentus, monasteria,loca,personas,seruitores,mẽbra,res,& bona supradicta possẽt iurisdictionẽ,potestatẽ, dominiũ, correctionẽ,visitationẽ,vel superioritatẽ quomodolibet exercere,sed dũtaxat corã ipso prædecessore,& à Sede prędicta Delegatis,tenerẽtur de justitia respõdere:decernens ex tũc ões,& singulos processus,ac excomunicationũ, suspẽsionũ,& interdicti sẽtẽtias,quos,& quas cõtra vos,Conuẽtus,monasteria,loca,& personas,seruitores,& mẽbra huiusmodi haberi, seu etiam promulgari,& quidquid contra exemptionis, liberationis,& susceptionis earundem tenorem,atque formam á quoquam,quauis authoritate scienter,vel ignoranter attentari contingeret,irrita,& inania,nullíusque fore roboris,vel momenti,prout in ipsius prędecessoris literis pleniùs continetur;Cum autem,sicut exhibita nobis nuper pro parte vestra petitio continebat,tam dilectus filius nobilis vir Ferdinandus Infans Portugalliæ Gubernator perpetuus dicti Ordinis, nec non charissimi in Christo filij nostri Alfonsi Regnorum Portugalliæ,& Algarbij Regis Illustris germanus, quám Ordo prędictus quasi possessionem,& exemptionis,& libertatis,vigore literarum earundem,adepti fueritis,cupiatisque ea omnia, & singula etiam nostro munimine roborari,& pariter approbari,pro parte vestra nobis fuit humiliter supplicatum,vt vestro,ac præfati Ordinis,illiusque militum,confratrum,& personarum statui,quieti, & indemnitati prospicere,nec non omnes,& singulas lites,& causas prędecessorum occasione exortas coram quibuscunque Ordinarijs, siue delegatis judicibus quomodolibet pendentes ad Nos,ex certa scientia,aduocare,illasq; & lites huiusmodi penitus extinguere,ac aliás vestræ,& Ordinis antedicti tranquillitati opportune prouidere de benignitate Apostolica dignaremur.Nos itaq; attẽta meditatione pẽsãtes quantũ hactenus Christi fidelibus, & fidei nostræ Ordo prędictus vtilitatis attulerit, valeatq; annuẽte Domino,indies afferre,pijs huiusmodi postulationibus annuẽtes,ac ões, & singulas lites, & causas huiusmodi corã quibusuis Ordinarijs, siue delegatis iudicibus, & vbicũq; pẽdẽtes,quarũ status præsẽtibus haberi volumus pro expręssis, ad nos harũ serie,aduocãtes,& lites huiusmodi penitus extinguẽtes, eis denique litigatoribus super his perpetuum silentium imponentes, exemptionem,liberationem,susceptionem, ac literas Nicolai prædecessoris

cessoris præfati, omniaque, & singula in eis contenta authoritate Apostolica ex certa scientia ratificamus, approbamus, & confirmamus eijsque nostri muniminis robur, firmitatemque adijcimus, ita quod de cætero nullatenus aliquorum impugnationi subiaceant, nec possint quomodolibet de subreptione notari, & nihilominus pro potiori cautela vos, professores Magistratus, Conuentus, Monasteria, & loca prædicta, cum personis, seruitoribus, membris, bonis, iuribus, & pertinentijs suis, ab omni iurisdictione, dominio, potestate, visitatione, correctione, & superioritate Ordinariorum, iudicum, correctorum, & superiorum aliorum, vt præfertur vsq; ad beneplacitum antedictum de nouo prorsus eximimus, & totaliter liberamus, exemptosque, & liberos esse volumus, eidem Sedi duntaxat immediate subesse; statuentes quod de cętero Ordinarij, iudices, correctores, & superiores prędicti, etiam si ad eos, vel ipsorum aliquos Rectorum, Ecclesiarum nostrarum, seu Vicariorum earundem institutio dictarum Ecclesiarum, seu beneficiorum ecclesiasticorum collatio, prouisio, præsentatio, seu quęuis alia dispositio de iure, vel consuetudine, quoquomodo pertineant vltra institutionem, seu collationem, prouisionem, vel præsentationem huiusmodi, ac alia iura Episcopalia eis debita, nullam in vos, aut aliquem vestrum, Magistratus, Conuentus, monasteria, loca, personas, seruitores, membra, res, & bona prędicta iurisdictionem, potestatem, dominium, correctionem, visitationem, vel superioritatem, quomodolibet valeat exercere, sed coram nobis, & Sede, ac Delegatis prædictis, vt præfertur, de iustitia respondere in antea teneamini. Volumus autem quód dilectus filius Prior maior dicti Ordinis pro tempore existens, quoties tempus visitationis ingruerit, aut aliás sibi videbitur opportunum, personas Ecclesiasticas, Vicarios videlicet, & Rectores, & ecclesiarum huiusmodi visitare, ac illorum excessus, quoties opus fuerit, corrigere libere, & licite valeat, iuxta canonicas sanctiones; contradictores per censuras ecclesiasticas, appellatione postposita, compescendo, non obstantibus felicis recordationis Bonifacij Papę VIII. etiam prædecessoris nostri, quæ incipit cum personis; ac alijs constitutionibus, & ordinationibus Apostolicis, necnon omnibus illis, quæ prædecessores præfati in suis literis voluerunt non obstare, cæterisque contrarijs quibuscũque, seu quod dudum inter Gubernatorem, milites, & confratres dicti Ordinis, ac locorum Ordinarios quædam super Vicariorum prędictorum visitatione, & correctione, conuentiones, & pacta sub certis modo, & forma tunc express., prout in publicis documentis, quorum omnium tenores præsentibus habere volumus, pro expressis ple-

sis plenius continetur, inita, & firmata fuisse perhibentur, quibus quoad visitationem, correctionem, & alia præmissa dũtaxat, derogari volumus, & scientia simili expresse derogamus, ipsis aliàs in suo robore permansuris. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostrorum aduocationis, extinctionis, impositionis, notificationis, approbationis, confirmationis, adiectionis, exemptionis, liberationis, statuti, volontaris, & derogationis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare præsumpserit, indignationem omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum eius se nouerit incursurum. Datum Romæ apud Sanctum Petrum Anno Incarnationis Dominicæ millesimo quadragentesimo quinquagesimo quinto, decimo Kalendas Aprilis, Pontificatus nostri anno primo.

BVLLA DE IVLIO SECVNDO PARA OS Mestres, Priores, & mais Visitadores das Ordens de Sãto Tiago, & de Auis procederem contra os que impedirem sua iurisdiçaõ.

197 DILECTE fili, salutem, & Apostolicam benedictionem. Sinceræ deuotionis affectus, quem ad nos, & Romanam gerens ecclesiam promeretur, vt petitionibus tuis, quantum cum Deo possumus, fauorabiliter annuamus. Dudum siquidem pro parte tua nobis exposito, quod aliàs postquam tu, & tunc Prior, & Præceptor maiores, ac alij milites, & fratres Militiæ de Auis Cistercien sis Ordinis, cuius tu Magister, siue Administrator per Sedem Apostolicam deputatus existis, in vestro Capitulo generali inter alia statueratis, & ordinaueritis quod ex tunc, perpetuis futuris temporibus, Commendatores, Priores, Milites, fratres, & alæ personæ dictæ Militiæ pro tempore existentes, de omnibus bonis suis mobilibus, & immobilibus, & alijs quibuscumque, etiam patrimonialibus, ac ex successionibus quorumcunque eis pro tempore obuenientibus, & per eos, ex eorum industria, vel aliàs vndecunque acquisitis, ac ex fructibus, redditibus, & prouentibus Commendatoriarum, Præceptoriarum, beneficiorum, portionum, stipendiorum, & prestationum, tam inter viuos, quam in vltimis voluntatibus, disponere libere, & licitè possent dummodo Milites, Commendatores, Priores, fratres, & personæ prefati medietatem fructuum vnius anni Præceptoriarum, Commendatoriarum, beneficiorum, & portionum, stipendiorum, & prestationum prædictarum, quæ á dicta Militia haberent, Magistro, & Ad-

ministra-

miniſtratori dictæ Militiæ pro tempore exiſtenti, aut officialibus ab eo deputatis, in tribus annis continuis a die per eos habitorum fructuum, reddituum, & prouentuum, ſtipendiorum, ac præſtationum huiuſmodi computandis, pro rata ſoluere, quæ per præfatum Magiſtrum in fabrica dict. Domus de Auis, ſeu aliú vſú, per dictum Magiſtrum, prout ſibi videretur, exponi deberet, & certa alia tunc expreſſa in dicto ſtatuto contenta adimplere tenerentur. Nos tunc ſtatuta, & ordinationes huiuſmodi approbauimus, & confirmauimus: ſibique, vt iuriſdictionem, quam in profeſſores, & ſubditos, etiã reddituarios dictæ Militiæ de Auis, quam etiam Sancti Iacobi de Spata, cuius etiam Magiſter ſimiliter deputatus exiſtis, de iure, vel conſuetudine exercere conſueueras, illam per te, vel officiales tuos, appellatione remota, exercere valeres, indulſimus: prout in noſtris inde confectis literis pleniùs continetur. Cum autem, ſicut nobis nuper expoſuiſti, poſt expeditionem dictarum literarum noſtrarum, & magnas per te expenſas factas, nonnulli profeſſores milites, Priores, fratres, & ſubditi, etiam reddituarij, ſeu aliæ perſonæ dictarum Militiarum fauoribus principum ſecularium, & ſuarum potentiarum fulti abſq; vlla rationabili cauſa tibi, & alijs eorum ſuperioribus, quemadmodum ex ſtabilimentis, & ordinationibus dictarum Militiarum tenentur, obedientiam exhibere, & alia in ſtatutis, & ordinationibus prędictis contenta obſeruare neglexerint, ac negligant, & renuant de præſenti: Nos, qui vt ea, quæ in dictis Religionibus ſanctè, maturéq; ſtabilita, & ordinata, ac per nos, & Sedem Apoſtolicam confirmata, & approbata ſunt, firmiter obſeruentur, deſiderámus, tuis in hac parte ſupplicationibus inclinati, tibi vt in his, quæ cenſuram eccleſiaſticam non expoſcunt, per te, vel officiales tuos prędictos: in alijs vero quę cenſuram eccleſiaſticam requirunt, aut in genere, vel in ſpecie, ſint fulminandæ cenſurę per Priores maiores Conuentuum Militiarum prędictarum, illarumque Viſitatores per te, & diffinitores in Capitulis generalibus deputatos, vel alios deputandos in præſbyteratus ordine conſtitutos, ſub cenſuris, & pęnis eccleſiaſticis, eas, quoties oportunum fuerit, aggrauando, ſeu reaggrauando, inuocato etiam ad id, ſi opus fuerit, auxilio brachij ſecularis: Quoſcunque profeſſores, milites, Priores, fratres, & ſubditos prædictos, videlicet eiuſdem Militiæ de Auis, circa medietatis ſolutionem fructuum præmiſſorum & aliorum inobedientes, & rebelles, ac debitam illorum ſolutionẽ, negantes, nec non ad inſtitutionem, ſtatutorum, & ordinamentorum Ordinum, & regularum prędictarum Militiarum, tam prædictos de Auis, quam etiam Sancti Iacobi de Spata profeſſores, Priores

Milites,& fratres,& ſubditos,etiam reddituarios, nec non alias perſonas ſubditas prędictas bona beneficialia ipſarum Militiarum habentes,circa obedientiam,viſitationes,ac ſtatuta,& ſtabilimenta,ſolutiones,& alia per prædictos Magiſtro,& eorum ſuperioribus præſtari,& obſeruari conſueta,ac per Sedem Apoſtolicam conceſſa, & approbata,etiam in Capitulis per vos ordinandis obſeruationem reſpectiuê cogere, & compellere. Nec non quibuſcunque Prælatis, & alijs perſonis tam eccleſiaſticis,quam ſecularibus,quacunque eccleſiaſtica,vel mundana dignitate fulgentibus,ac cuiuſcunque conditionis,ſtatusué fuerint,nê in correctione,viſitatione,& manutentione bonorum, aut inſtitutione perſonarum dictarum Militiarum, ac aliàs contra priuilegia,juriſdictionem,& exemptionem,ſtatuta,ſtabilimenta approbata,& confirmata, vt ſupra, dictarum Militiarum ſe quomodolibet intromittere præſumant,inhibere liberê,& licité valeas: Quodque munus abſolutionis à dictis cenſuris nullus alius,præterquam dicti Priores, & Viſitatores, veniam petentibus impedire poſſit,Apoſtolica authoritate,tenore præſentium,de ſpecialis dono gratiæ,facultatem concedimus,& impartimur. Conſtitutionibus,& ordinationibus Apoſtolicis,ac dictarum Militiarum iuramento,confirmatione Apoſtolica,vel quauis firmitate alia roboratis ſtatutis,& conſuetudinibus,ac naturis:nec non quibuſcunque indultis,& priuilegijs Apoſtolicis,etiam per nos,vel Sedem Apoſtolicam quibuſuis perſonis quacunque eccleſiaſtica, vel mundana dignitate fulgentibus, ſuper correctione, viſitatione, manutentione, & reparatione, tam eccleſiarum, quam inſtitutione perſonarum, & bonorum dictarum Militiarum quomodolibet conceſsis, ac ſi de verbo ad verbum,non autem per clauſulas generales de eis mentio habenda foret,per præſentes derogamus, cæteriſque contrarijs non obſtantibus quibuſcunque. Datum Romę apud Sanctum Petrum, ſub annulo Piſcatoris,die XX.Februarij MDVIII. Pontificatus noſtri anno quinto,A.Gallipolit.

CARTA DE ELREY DOM SEBASTIÃO,

porque manda ſe cumpra a carta nella inſerta ſobre o modo do Iuizo,& appellaçoens das Ordens,por ſer confirmada per o Summo Pontifice.

§98 DOM Sebaſtiaõ por graça de Deos Rey de Portúgal, & dos Algarues daquem,& dalem mar em Africa,ſenhor de Guine & da conquiſta, nauegaçã Comercio de Ethiopia Arabia,

Perſia,

Persia,& da India &c. Como Gouernador,& perpetuo Administrador,que sou da Ordem,& Cauallaria do Mestrado de Auis. A quantos esta minha carta virẽ faço saber que por ver a obrigaçaõ, que tinha dar forma,& algũa boa maneira,que os feitos,& causas dos Cõmendadores,Caualleiros,& Freires da dita Ordem fossem milhor, & mais breuemente despachados, & ás partes fosse administrada Iustiça mais inteiramente, & se escusarem gastos,& despesas, & outros inconuenientes,que auia no modo em que se despachauam,ordenei,& estabelleci,que no despacho dos feitos, & causas dos ditos Commendadores,Caualleiros,& Freires da dita Ordem,assim ciueis,como crimes,& mixtos,deque o conhecimento pertence ao Iuis della por seu regimento,se tiuesse a forma, & maneira conteuda em hũa minha prouisaõ que disso passei,deque o treslado he o seguinte.

¶ Dom Sebastiaõ por graça de Deos Rey de Portugal, & dos Algarues daquem,& dalem mar em Africa, senhor de Guine, & da conquista, nauegaçaõ, comercio de Ethiopia,Arabia,Persia,& da India &c. Como Gouernador, & perpetuo Administrador, que sou da Ordem,& Caualaria do Mestrado de Auis,a quantos esta minha carta virem faço saber,que vendo eu a muita obrigaçaõ, que tenho a ordenar,& prouer o modo, & maneira com que os Commendadores, Caualleiros, & Freires, Clerigos,& pessoas regulares da dita Ordem,& as mais partes ajaõ breue despacho, & em seus feitos, & causas milhor,& mais breuemente sejaõ despachados no juizo da dita Ordem,& selhes administre justiça inteiramente, & assy por ser informado,que determinandosse as tais causas, & feitos assi crimes como ciueis,& mixtos dos ditos Commendadores, Caualleiros, & Freires,que huns contra outros traziaõ,ou de outras pessoas cõtra elles,pello Iuis da dita Ordem sómente, que os Mestres, & Gouernadores della meus Antecessores tiueraõ sempre em suas casas,& Cortes,ou relatandosse os ditos feitos,& causas pello dito juiz na Mesa do despacho da Consciencia,& Ordens, & despachandosse finalmẽte com o parecer dos Deputados della, como por ElRey meu senhor, & avò, que santa gloria aja, como Gouernador, & perpetuo Administrador da dita Ordem foi ordenado, daqual sentença final dada pello dito juiz da Ordem quando por si somente determinaua os ditos feitos,nem depois quando os determinaua, com o parecer dos ditos Deputados,senão recebia appellaçaõ, conforme aos priuilegios Apostolicos concedidos à dita Ordem, & aos estatutos, & posse antigua,costume della (pello que as partes ficauaõ com hũa sô instancia) & não alegando nel[illegible] tudo o que a sua justiça conui-

nha,lhe não ficaũa outra instancia ordinaria no caso da appellaçaõ, pera poder mais inteiramente deduzir seu direito, & proseguir sua causa,pella qual rezão sua justiça podia perecer, & pera a poderem requerer appellauão,& fazião cometer as causas a Iuizes Apostolicos em meus Reynos, ou as euocauão â Corte de Roma, contra o teor dos ditos priuilegios, & hião contra a obediencia, que como pessoas regulares,& professas da dita Ordem deuem ao Mestre, & Gouernador della seu superior, & prelado. Pello que querendo eu ora prouer aos gastos, despezas,inquietaçoens, & escandalos, & aos mais inconuenientes,que succedião de os ditos feitos,& causas se despacharem pella ordem atras declarada,& sentindoo assim por seruiço de nosso Senhor,& bem da dita Ordem:Por esta minha carta estableço,ordeno,ei por bem, & mando que o juiz, que for da ditta Ordem em minha Corte por minha comissão,& prouisão, ou dos Reys destes Reynos meus successores,como Gouernadores,& perpetuos Administradores da ditta Ordem,conheça de todalas causas & feitos assi crimes,como ciueis,& mixtos dos dittos Commendadores,Caualeiros, & Freires da ditta Ordem,assi dos que forem por aução noua,como dos que vierem a elle por apellação dos Iuizes inferiores, que nos lugares da ditta Ordem sam ordenados, com certa,& limitada iurdição conteuda em seus regimentos (oqual juiz, procederâ nas dittas causas,& as determinará finalmente, como for justiça,& sentindosse algũa das partes agrauada no auto do processo de algũa sentença interlocutoria do ditto juiz,que tenha força de definitiua,ou cuio dano não seja reparauel) no caso da appellação poderâ agrauar pera os Deputados do despacho da Mesa da Consciencia,& Ordens,& sendo a parte que agrauar por elles prouida, ou não o sendo,tornará o feito,nos proprios termos em que estiuer, ao proprio Iuiz da Ordem,oqual o determinarâ por si somente,como for justiça finalmente,como ditto he, & querendo cada hũa das partes appellar da sentença do ditto Iuiz,ei por bem, estaballeço, & ordeno,que da tal causa per via de appellação os Deputados do despacho da ditta Meza da Consciencia,& Ordens conheção, & nella se determine finalmente,como for justiça, & da sentença, que elles assi derem,as partes não poderão mais apellar, nem lhe sera recebida apellação,& porem sentindosse algũa das partes aggrauada da sẽtença,que os dittos Deputados derem no caso da appellação, poderà per via de supplicação soccorrerse amim,& aos Reys meus successores Gouernadores,& perpetuos Administradores da ditta Ordem & fazerlhe petição das rezoens & agrauo,que pretenderem lhe ser feito

feito na ditta sentença dada no caso da apellaçaõ pellos ditos Deputados,& vendo eu,& os ditos Reys meus successores que he iusto o que a tal parte pede,mandaremos vir o feito perante nos,& em nossa presença com as pessoas,que nos bem parecer mandar chamar, para o despacho do tal feito,o determinaremos finalmente, & a tal sentença se darâ logo a sua deuida execução,sem della por via dapellação,nem de suplicação,nem por outra via algũa;se mais poder tratar, nem conhecer de tal causa. Pello que mando ao juiz das ditas Ordens,& Deputados do despacho da ditta Mesa da Consciencia, & Ordens que daqui em diante o cumpram,& guardem inteiramente,como he contheudo em esta minha carta, & assi mando ao Chançarel da ditta Ordem,que da maneira assima ditta passe pella Chancelaria as sentenças,& doutra algũa não, oque assi ey por bẽ sem embargo de quaisquer estatutos, vsos,regimentos,& estabillicimentos das dittas Ordens,que em contrario aja, (& esta carta se registrara no liuro da Ghancellaria da dita Ordem) & no liuro do despacho da dita Mesa da Consciencia,& Ordens,& esta propria se terá em boa guarda,no Cartorio do Conuento da ditta Ordem, & para firmeza de todo a mandei passar, asselada com o sello pendente della.Dada na Cidade de Lisboa, aos des dias de Nouembro. Francisco Coelho a fes Anno do Nascimẽto de nosso Senhor Iesu Christo de mil,& quinhentos, & sesenta, & dous. ¶ E posto,que por a ditta Ordenança,& prouisão ser conforme a direito Canonico,& para se milhor poder fazer Iustiça às partes,& por outras justas causas,se podesse guardar, & comprir sem ser necessario confirmação Apostolica,& eu assy o pudesse estabalecer,& ordenar visto o fim, & intento da ditta prouisão,& a qualidade,& materia della;comtudo antes de a mandar publicar na Chancellaria da ditta Ordem,& se notificar aos Commendadores,Caualleiros, & Freires della, supliqui ao Santo Padre Pio Quarto nosso Senhor,ora na Igreja de Deos presidente,que quizesse confirmar a ditta minha Ordenança, & a prouizão da noua forma de Iuizo nas causas da ditta Ordem, & todo o mais na dita prouisão contheudo,& anullar,cassar, & irritar todallas inhibiçoens,comissoens, & euocaçoens, emanadas de sua Sanctidade,ou dos Pontifices seus successores,& de seus Legados ,& Nuncios,& quaisquer outros Iuizes Apostolicos, que per qualquer via,& modo se antremetessem no conhecimento das cauzas da ditta Ordem,& pessoas della, & perturbassem a ordenança conteuda em a ditta minha prouisão,& o comprimento, & execução della, o que sua Sanctidade ouue por bem , & me concedeo com amplissi-

mas

mas derogaçoens de quaisquer priuilegios, vsos, & estatutos, & todalas não obstancias, que podião prejudicar ao comprimento do conteudo na dita minha ordenança, & prouisão,& isto per hum breue concedido *ad perpetuam rei memoriam sub ánnulo Piscatoris* â seis do mes de Feuereiro passado deste anno prezente de 1563.que he o quarto anno de seu Pontificado,como consta, & se pode ver do teor do ditto breue,cujo treslado em publica forma ei por bem & mando,que se registre no liuro da Chancellaria da dita Ordem, & assim no liuro do despacho da Meza da Consciencia, & das Ordens,& outro treslado mandei poer no Cartorio do Conuento de Auis da ditta Ordem,pello que o notifico assi ao Comẽdador Môr, Comendadores,Caualeiros,& freires da ditta Ordem,& ao juiz della,& lhes mando,& a todas as outras pessoas, âque pertencer que da publicação desta carta em diante,cumpram,& guardem inteiramente,sem duuida algũa,a ditta Ordenança nos feitos,& causas,que penderem no juizo da ditta Ordem,& em todos os mais, que ao diante nelle se tratarem,& mouerem como por mim he estabelecido,& ordenado,& por sua Santidade confirmado,& mãdado, & mando ao Chanceler da dita Ordẽ,que pera a todos poder ser notorio,publique na Chancelaria della esta minha carta,da qual publicaçaõ se fara assento nas costas della pello escriuaõ da ditta Chancellaria assinado pello dito Chançarel,& se registrara nos liuros della,& assi no liuro,que anda na ditta Mesa da Consciencia,& Ordens,& esta propria se pora em toda a boa guarda,no Cartorio do Conuento,& pera firmeza de todo a mandei passar, asellada com o sello pendente da ditta Ordem. Dada na Cidade de Lisboa aos dous dias do mes de Iunho.Francisco Coelho a fez Anno do Nacimento de nosso Senhor Iesu Christo de mil quinhentos sessenta,& tres.

SIT

SIT NOMEN DOMINI benedictum.

DVÆ PROPONVNTVR DISPVTANDÆ quęstiones, prima continet vtrum Milites Ordinis Christi, Sancti Iacobi, & de Auis gaudeant in omni loco priuilegio fori, tanquam veri Religiosi, etiam si sint Nouitij.

199 *T QVO AD primam verius videtur hos quidem veros esse Religiosos, & priuilegio fori gaudere.* porque o breue de Sua Santidade de Pio Quarto das tres instancias passado em o anno de 63. à instancia do Senhor Rey Dom Sebastiaõ, que está em gloria, lhes chama Religiosos ibi. *Sub regulari iugo degentium in princip.* naõ podem os freires, Caualleiros, & Clerigos das tres ordens Militares de Portugal em as causas, que lhes tocarem ciuris, & crimes, ou mixtas, assi as que se mouerem entre elles, como as que contra elles forem mouidas, & occorrerem, responder, se não diante os Iuizes ordinarios, ou Vigarios, que os Mestres deputarem, & fizerem para tomar conhecimento dellas, em a primeira instancia, & as determinar finalmẽte, & quando algũa das ditas partes se sentir aggrauada pode a ppellar della, & mostrar a nullidade, que tem, ou iniustiça, que selhe fez, perante os Deputados da Mesa da Consciencia, & Ordens, aonde será ouuida, & selhe fará justiça sentenciando em segunda instancia a mesma causa, conforme a direito, & ainda em mais fauor das pessoas das ditas Ordens lhes permitte que possaõ pedir terceira instancia da dita segunda sentença, sentindosse aggrauada algũa dellas, & que a terceira sentença se dé a sua deuida execuçaõ *quacunque appellatione reiecta*, & iuntamente annulla as mais cõmissoens que fizer, & fizerem os seus successores em contrario, & os procedimentos, que emanarem dellas, & tira o poder em as ditas causas a todos os Iuizes, Auditores da Rota, Cardeaes, Legados a latere, para que não possaõ conhecer dellas, ainda que dem para isso seu consentimento as ditas pessoas das Ordens com clausula (*sublata eis, & eorum cuilibet &c.*) aqual clausula *claudit os Iudici, & omnibus, & illis adimit potestatem aliter iudicandi, & interpretandi Card. in Clementina quia diligenti vers. tertio quæro, de elect. Bart. in l. fin. sub numero 1. C. can. frum, verb. Roman. lib. 10. Ruin. cons. 21. numero 16. Felin. in cap. nonnulli numero 22. vers. septima conclusio de rescript. Ancharr. cons. 221. numero 2. Put. decis. 50. numero 5. cum alijs traditis per Barb. in d. clem. fol. 270. & Valens. cons. 85. numero 14. & Gratian. in discept. forens. cap. 291. numero 12.*

200 *Quod maxime procedit, concurren* : *decreto irritante, cum, d. clausula*

ſublata, vt in d. bulla ibi (ac ſi ſecus ſuper his vſque ad verſiculum irritum & inane decernimus) Bart. in d. l. fin. circa fin. Card. Imol. in cap quia diligenti numero 6. de elect. Pariſ. conſ. 1. numero 38. lib. 4. Put. vbi ſupra. & deciſ. 377. lib. 3. & Gratian. vbi ſupra numero 13.

201 E deueſſe conſiderar mais *quod per dictam clauſulam decreti irritantis ligantur etiam ignorantes, vt reſoluit cum multis adductis per eum Gabr. lib. 6. de clauſulis 3. numero 1. quod ampliat numero 2. etiam ſi non ſit adiecta clauſula ſcienter, vel ignoranter, prout in dicta bulla continetur ibi ſcienter, vel ignoranter contigerit attentari &c. Marcheſan. de commiſſionibus part. 2. §. vnit fol. 411. numero 1. & 2. cum ſequentibus, Maſeratens reſolut. 5. numero 15. lib. 1.*

202 *Ex alio capite* tambem conforme a direito os Militares das ditas tres Ordens *gaudent priuilegio fori ex Cald. conſ. 7. de Iud & for. comp. & ratio eſt, quia cùm dicti Ordines Militares connectuntur Religionibus approbatis per Eccleſiam iuxta cap fin. de Relig. dom. & ea, quæ tradit Rot. deciſ. 266. in 2. p. nouis, & profitentur tria vota ſubſtantialia illius Religionis, procul dubio prædicti Religioſi ſunt, & funguntur priuilegio fori, quaſi Deo deuoti. cap. duo ſunt 12. quæſt. 1. cap. vt lex continentia 31. quæſt. 1. quam concluſionem probat etiam Anto. cap. 1. numero 13. & ibi Panormit. numero 6. de obligat. ad ratiocinia, & procedit etiamſi ſua vota relaxata ſint ex diſpenſatione Summi Pontificis, quia adhuc dicuntur vota ſolemnia Religionis approbata, & conſequenter illam profitentes dicuntur Religioſi c. fin. qui cleri. vel non, vt confirmat. Couar. de ſponſ. 2. part. cap. 3. §. 1. numero 18. & latius Nauar. in apolog. de redditibus, quæſtione 1 monit. 55. & 56 & in conſ. 11. de regular. & colligitur ex docto Panormit. capite 2. numero 1. de poſtulando.*

203 *Et qui profitetur Ordinem Militarem connexum alicui ex Ordinibus approbatis verum eſſe Religioſum clare ſentit D. Thom. 2. 2. q. 188. art. 3. dum tenet Religiones Militares inſtitui poſſe ad defenſionem diuini cultus, & tuitionem Reipublicæ. & ſic ſentit veram eſſe Religionem, et conſequenter eam profitentes veros eſſe Religioſos,* & por eſte fundamento ſaõ tambem exẽptos da jurisdição ecclesiastica, & secular, *vt elegantèr reſoluunt Nauar. in propugnaculo apologiæ dicto 15. & 16. et fol. mihi 212. 213. 214. et 215. et de reddit. ſup. numero 4. allegando doctiſſimum Licenciatum D. Michaelem Amaranhon et conſ. 5. numero 6. ſub rubrica de his, quæ vi, et latius conſ. 13. ſub rubrica de regular. et Doctor Ioannes Ramires de confirmatione Ordinis Sancti Iacobi numero 19. verſ. tertia ratio eſt, Frater Emanuel Rodericus quæſtion. regular. q. 1. art. 6. per totum. et latiſsimè Mota de eadem confirmatione §. 29. per totum lib 2. Bellug. in ſpecul. Princip. rubr. 7. numero 7. et ibi Borrel. in addit liter. verſ. ſunt Religioſi Decian. conſ. 51. á numero 9. lib. 3. et negari non poſſe hos eſſe Religioſos dicit Auend. lib. 2. de exequen. mandat. cap. 26. numero 11. ad fin.* & aſsi o aconſelhou *Fortunius Garc. vt eius reſponſum* em fauor da Ordem de Sam Tiago *refert Cou. vbi ſup. numero 18. ante fin. Laçart. de decim. vendit. cap. 19. numero 92. et*

Rota

Rota decis. 260. in 2. par. nou. idem sentit Gregor. in l. 1. titulo 7. parte 1. in glos 1. nam licet quæstionem disputet in vtramque partem, neque expressim aliquid decidat, magis videtur inclinare in hanc partem, prout etiam Menoch. illust. quæst. cap. 105. á numero 40. et de succes. creat. §. 30. num. 303.

204 *Et hos esse Religiosos clarè significat l. 12. titulo 16. lib. 2. Ord. antiquæ. quæ ob id prohibet habere officia secularia, et eleganter adnotauit Ramir. vbi supra vers.* Mandamos otro si que de aqui adelante ningun Cauallero, que fuere Commendador, o traxiere habito dela Orden de San Tiago, o de Calatraua, o de San Iuan, o de Alcantara, o otro algun Religioso, *quod verbũ*, otro, *est repetitiuum similium iuxta doctrinam Bart. in l. conuenticulam C. Episcop. et Cleric. arg. glos. verb. alia pœna in l. si fugitiui C. seru. fug. cum alijs, quos refert, et sequitur Valent. cons. 83. numero 128.*

205 *Et licet l. 14. titulo 5. lib. 3. ordinamenti nou. recap. permittat eos habere iudicia publica, id fuit ex speciali priuilegio, et non quod non essent veri Religiosi, et hos esse veros Religiosos clarè dicit Ord. Regni Portugalliæ lib. 2. titulo 3. ibi* alguns Clerigos de ordens menores, ou sacras, ou beneficiados, Commendadores, ou outros Religiosos *considerando verbũ* otros, *vt supra numero 6.* & pessoas da iurdiçaõ ecclesiastica, & sendo Religiosos *clarè constat quod sunt exempti á iurisdictione seculari cap. 2. de foro cõp. nam dando qualitatem Religionis potest Papa laicos eximere à jurisdictione seculari Innoc. recep. in c. 2. de maiorit. et obedient. quod expressè insinuat Ord. d. lib. 2. titulo 2. §. 1. vers.* Porem *et titulo 12. in princ. ibi.* Porquanto nos como Mestre das ditas Ordens temos pera isto concedido licença aos ditos Commendadores, & Caualeiros.

206 *Facit etiam quia hanc Religionem profes sis tantum dantur Commenda horum Ordinum, non autem secularibus, vt tradit Peres l. 10. titulo 11. lib. 4. Ordin. col. 2. ad fin. & Rebuf. in praxi benef. verbo Commenda numero 41. quod satis ostendit hos esse Religiosos, quia beneficia regularia tantum regularibus dari possunt cap cum singula §. prohibemus de præbendis in 6. clem. 1. de supplend. negligen. prælator. late Nauarr. monitu 55. & 56. numero 2. de redditibus, Summa de Llamas cap. 11. §. 23. ad fin. vers. insuper beneficia ecclesiastica &c. ob id etiam tanquam Religiosos conueniendos esse coram iudice ecclesiastico tradit Antonin. in summa 3. part. titulo 23. c. 5. §. 3. Siluest. verb. Ecclesia & l. 1. q. 5. col. pen. vers. 5. milites de Spata, & quia, vt inquit Cassan. in consuet. Burg. rubr. 3. §. 5. verb. excepte numero 18. quod licet isti milites sint irregulares, tamen quia militant Deo, & profitentur Religionem, censentur esse viri Religiosi.*

207 *Et quod sint exempti à iurisdictione seculari probat cap. 10. de verbor. signif. in 6. intelligendo quòd loquitur de Militibus Sancti Iacobi de Hispania, vt intelligunt Innoc. in fin. Ioan. Andr. & Domin. & id expressè dicit D. Antonin. in summ. 3. part. titulo 23. cap. 5. §. 3. vbi ait, quòd Milites, qui dicuntur de Spata portantes signum Spatæ Rubeæ in pectore, gaudent priuilegio fori, vt Religiosi, & idem late probat Nauar. cons. 13. sub titulo de re-*

de regul. & patet quia Milites Sancti Iacobi de Spata professi sunt Ordinẽ Beati Augustini, & fuit eorum Ordo approbatus per Summum Pontificem vt tradit Cassan. in Cathal. glor. mundi 9. part. in 7. considerat. & latè constat ex Mol. & Ram. vbisup. & ex regula illius, & quando aliqui profitentur Religionem approbatam, vt manet resolutum, censentur exempti à iurisdictione seculari Bart. recept. in l. sodales numero 6. c. colleg. illic Panorm. cons. 31. col. 2. in princ. Cou. & Nauar. de locis numero 5. Azeu. l. 145. titulo lib. 2. nou. recco. & sub hoc membro cadunt prædicti Commendatores Fr. Eman. Rodrig. quæstio. regular. q. 1. art. 6. per totum Gregor. Lop. in l. 1. glos. magna vers. proparte vero contraria titulo 7. part. 1. ibi de alijs vero Ordinibus, & Militijs de Calatraua, & Alcantara, de Ordinibus Christi & de Auis, constat idem de m itos decretos, muitos breues, que andam em as suas regras, que lhe chamão Religioens, & a os que professaõ Religiosos, & os exempta de toda a jurisdiçaõ ordinaria, & secular, *& de alijs de Alcã tara, & Calatraua pro indubitato tenent Bellug. in specul. Princip. cum alijs allegatis sup. numero 5. Henriq. in summa lib. 7. cap. 25. n. 7. & de Militibus Ordinis de Montesa Sociu. cons. 12. & Sancti Stephani Nauar. in cõs. 13. & 23. sub titulo de Regular. & de omnibus Militijs tam in Castella, quã in Regno Portugaliæ vide Llamas vbisupra numero 8. §. 10. per tot. 11, 12 13. 14 15. & 22. Valençuel. lib. 2. consil. 115. numero 9 & sequentibus, & cons. 170. numero 13. & 14.*

208 E ainda que naõ forão verdadeiros Religiosos *sed secundum quid, in quã tum participant quadam ad statum Religionis pertinentia prout est intelligendus D. Thom. 2. 2. quæst. 186. art. 4. & tradit Rot. decis. 591. numero 7. 1. part. nouis. & declarat Nauar. dict. monitu 56. numero 6.* se com tudo tinhaõ priuilegio de exempçaõ de foro secular se lhe hade guardar *ex Cald. vbisupra cap. porro de priuileg. l. semper §. fin. ff. iur. immun. Bart. l. 1. numero 4. ff. pan. Cald. d. cons. 7. ad fin. Valenç. cons. 95. in terminis numero 49. cum sequentibus lib. 1. & in 2. cons. 115. numero 9. & sequentibus & cons. 176. numero 13. & sequentibus, & disponit Ord. Regni dict. titulo 2. §. 1. vers.* Hauemos por bem q̃ lhe sejão guardados seus priuilegios &c.

209 *Vnde cum profitentes Ordinem Christi, de Auis, & Sancti Iacobi profiteantur tria vota substantialia Ordinis Cisterciensis, siue Sancti Augustini, & præterea habeant priuilegium Pontificum, vt constat ex bullis* que andam em as regras, & decretos, muitos priuilegios, que tem, & deque gozaõ, & de q̃ fas menção *Fr. Emm. Rodr. lib. 1. quæstione 36. per tot. Henr. in summa lib. 7. de indulg. 125. numero 7. & ibi glos. latissimè*, & bastaua allegarem segundo sãõ tam notorios *iuxta clem. apellanti. & ibi glos. de appell. tanquam Religiosi eximuntur à iurisdictione seculari, et sine dubio prædictis priuilegijs vti debẽt, et sic constando quod sunt professi aliquem illorum Ordinum, statim remittendi sunt ad suum judicem ecclesiasticum priuatiue competentem.*

210 Esta mesma excepçaõ de jurisdiçaõ ecclesiastica, & secular tem as Ordens de Portugal, & pessoas dellas pella communicaçaõ dos priuilegios dos

Milita-

Militares de Castella, como consta das Bullas de Iulio Segundo, que andão em a regra de Anis folhas 5. & de Bonifacio Nono em o liuro das Espadas folhas 68. & Paulo Terceiro folhas 70. & Pio Quinto concedido á Ordem de Sam Tiago de Castella, & extendido, & communicado às de Portugal per hum breue de Gregorio Decimo tercio, que anda em o terceiro tomo dos priuilegios que Frei Manoel Rodrigues aiuntou de todos os cartorios.

211 *Ex quibus ita generaliter præmissis dicendum est quòd cum prædicti Cõmendatores sint veri Religiosi, non possunt conueniri, nisi coram Iudice ecclesiastico deputato à Magistro, iuxta regul. auth, causa quæ C, Episcop. & Cleric. cap. 2. de foro competent. & in specie de Militibus Sancti Iacobi loquens tradit D. Anton. in summa 3. part. c. 23. c. 5. §. 3. Siluest. verbo ecclesia. 195. col. penult. Naua. cons. 11. & 13. sub titul. de regular. Bartholom. de Humada in addit. ad Greg. lib. 1. titulo 7. p. 1. in glos. 1. numero 1. qui alios refert idem tenentes & Hojeda de benef. 1. p. cap. 24. numero 15. & vide Gutt. lib. 2. ad l. Regni quæstione 121. numero 2. Azeu. l. 14. titulo 5. lib. 3. ordinamenti, Gabrielius Pereira de Castro decisione 58. numero 15. & sequentibus.*

212 *Neque obstat, quod Papa non potest eximere laicos à iurisdictione seculari, sub qua antea erant, vt arguit Greg. Lop. lib. 1. titulo 7. part. 2. respondetur enim quod, licet id verum sit, regulariter tamen per duos modos potest Papa eximere laicos â iurisdictione seculari, scilicet per dationem sacrorum ordinum, vt sese Deo deuoueant, & transferantur ad seruitiũ Christi, & per professionem factam in Religione per Ecclesiam approbata ad cap. vt lex continentia 27. quæstione 1. cap. duo sunt 12. q. 1. ratio est quia ad Romanum Pontificem pertinet instituere nouas Religiones, & illas approbare, & hoc ex potestate clauiũ, extrauagans vnica ad fin. de Religios. domib. Ioan. 22. & ibi glos. recepta verbo pater cælestis: ergo, & veræ sunt Religiones, & illam profitentes veri Religiosi dicentur, & sic prædictos milites censeri Religiosos clare sentit c. cum, & plantare de priuileg. & ibi notat Dec. numer. 4. probatur etiam conclusione Clementinæ quia contingit §. præmissa de Religios. dom. & ibi glos. Card. & Bonifac. de Vitalinis numero 75. inquiens quod omnis Ordo Militaris est Religiosus, & Milites illum professi censentur Religiosi, dummodo talis Ordo sit approbatus per Sedem Apostolicam* como saõ todas as Militares, *& sic efficiuntur personæ ecclesiasticæ Innoc. recept. cap. 2. de maiorit. & obedient, omnino Marian. cap. 1. numero 11. de for. compet. & ideo Bart. in l. fin. numero 6. de colleg. illic dicit, quod si authoritate Summi Pontificis constituatur Collegiũ, personæ illius efficiuntur personæ ecclesiasticæ, quod clare sentit Ord. lib. 2. titulo 2. vers.* Porem. *Ergo cum Milites faciant professionem in Religione approbata, exempti sunt iurisdictione seculari, & gaudent priuilegio fori, etiam si sint in nouitiatu, & adhuc professionem non fecerint cap. Religioso §. fin. de sentent. excom. lib. 6. & ibi Dom. ad fin. omnes in cap. 2. de for. compet. & notab. Anchar. cons. 69. numero 12.*

213 *Infertur etiam quòd cum dicti milites, & fratres sint Religiosi, & personæ ecclesiasticæ, omnes sunt immunes á collectis, gabellis, decimis, & similibus oneribus iuxta cap. quamquam de censibus in 6. & clem. præsenti eodem titulo & tenent relati per Dueñ. reg. 100. in 5. ampliat, Menchac de successione §. 30. numero 306. quod ita declaratur in Regno Portugalliæ per l. 13. titulo 3. lib. 5. extrauagantium, & lib. 2. titulo 11. § 7. in individuo dispositum est in Ordine Christi,* & de muitos breues Apostolicos, que estão passados às ditas Ordens Militares, consta da mesma exempçaõ de direitos Reaes, & mais encargos, *in quibus terminis in confesso est apud omnes, vt multis exornat Angel, in cons. 218. visa narratione, Cou. in cons. 205. in 1. & alij quos cumulat Nicol. fectas de collect. p. 4. c. numero 10. cum sequentibus.*

214 E para que as Ordens, & pessoas dellas sejão conseruadas em todos os priuilegios, & liberdades, que tem, & deque gozaõ, lhes concederaõ os Sũmos Pontifices Iulio Segundo Breues, que estaõ em o liuro das Espadas folhas 865. 869. Clemente Octauo folhas 114. Pio Quarto, Pio Quinto, Gregorio Decimo tercio suprà referidos, Innocencio Octauo em o anno de 1434. nomeaõ ao Abbade de Alcobaça, & ao Thezoureiro da Igreja da Villa de Ourem que declarassem por excommungados os Iuizes ecclesiasticos ou seculares, que tiuessem prezas as pessoas dos Caualleiros da Ordem de Christo, ou lhe tiuessem tomado suas fazendas, se lhas não restituissem, ou naõ remetessem a seu Mestre, & juiz competente, & o mesmo Innocencio Quarto, Alexandre, Quarto, Pio Quarto, & Honorio, & Alexandre concedem á Ordem dos Templarios que nenhum Arcebispo, Bispo, ou outro qualquer Prelado, ou pessoa ecclesiastica possa promulgar sentença de excommunhão contra os Caualleiros, & Freires da Ordem nem pór interdito em suas Igreias, os quais priuilegios concedeo Iulio II. expressamente às Ordẽs de Christo, de Calatraua, Alcantara, & Auis, & em o principio da regra da Ordem de Christo cap. 11. está hum breue de Eugenio Quarto, pello qual aproua, & confirma, & manda que os Caualleiros da dita Ordem vsem dos costumes, & estatutos, priuilegios, & liberdades, as quais sempre ouueraõ, & antiguamente vsaraõ, & em os priuilegios da Ordem do Templo saõ cõtendos, & manda, que vsem delles como sempre vsaraõ, & que isso mesmo vsem os de Alcantara, Calatraua, & de Auis.

215 E naõ foraõ contra esta tam verdadeira resoluçaõ *quatuor, quæ possunt obijci Religioso, vt non debeat vti priuilegio fori. Primum est illud, quod tradit Sot. lib. 7. de just. & jure quæstione 5. art. 3. colum. penult. quod cum Commendatores Sancti Iacobi, & sic aliarum Militiarum hodie ex permissione Sedis Apostolica ducant vxores, neque etiam seruent paupertatem, cùm bona habeant, & illa liberis reliquant, neque obedientiam nisi nomine tenus quando vocantur ad comitia, iam is ordo non dicetur Religiosus, neq; illum professi dicentur Religiosi, id quod late comprobat Sarm. de red. eccles. 4. p. c. 1. numero 13. & in defensione in 1. parte in responsione ad monitum 55. & 56 ex quo consequitur quod hi tanquam non Religiosi conueniuntur sub iudice seculari, quod in vtranque partem disputat Greg. lib. 1. titulo 7. p. 1. glos. 1. item quod non erunt immunes ab oneribus, á quibus Religiosi sunt exempti,*

quod

quod in vtranque partem disputat Mench. illust. quæstion. cap. 105. nume. 1044.

215 Secundum quod dictæ Religiones fuerunt institutæ pro Regno Portugalliæ vnde in alijs Regnis locum habere non possunt. Tertium quod nouitij quanuis portent habitum quando committunt delictum, tamen cum adhuc professionem non fecerint, non debent vti priuilegio fori juxta decis. Conc. Trident. Sess. 24. c. 11. de reformatione. Quartum si legitime citati non compareant, incident in panam l. 2. C. requir. reis

217 Sed his non obstantibus facile respondetur, & notabiliter satisfacit Nauar. in d. monitu 56. & patet ex supra resolutis, & ad primum, & ad secundum, quod licet prædictæ Religiones fuerint institutæ in Regno Portugalliæ, tamen illas profitentes efficiuntur Religiosi, & ideo hæc qualitas personæ cohærentis corpus debet comitari vbicumque sit, iuxta doctrinam Bart. in l. 1. numero 50. C. sum Trinit. quòd qualitas mutans, vel minuens statum personæ, quia ad personam respicit, corpus sequitur vbicumque reperiatur cap. quisquis 495. glos. 2. l. ex eaff. postul. cap. ad reprimendum, & ibi Panormit. numero 1. de offic. Ord. & communiter recipitur, vt per Felin. cap. posculasti numero 50. de foro compet. & ibi Panorm. numero 11. & in terminis Nauar. consilio 11. & 13. de Regular. Item Monachus vbicunque fuerit, semper est in iurisdictione Abbatis, quem vice Dei supra caput suum posuit cap. statuimus 19. q. 3. & Panorm. caput cum contingat numero 24. ad medium de for. compet.

218 Qua etiam ratione exemptus generaliter, ratione personæ, vbicunque delinquens censetur exemptus, nec per Ordinarium puniri potest cap. 1. glos. in eos de priuileg. in 6. Panorm. cap. tuarum numero 8. de priuileg. Couar. pract. cap. 11. numero 5. & ratio est quia exemptus non efficitur illius fori, vbi delinquit, annotatur in Clement. vnic. de for. comp. resoluit Abb. in cap. cum inter numero 3. de consuet. in d. c. tuarum numero 8.

219 Quanuis aliud sit si exemptus sit ratione certi loci & extra locum delinquat, tunc enim puniri potest per Ordinarium d. cap. 1. in princ. de priuileg. in 6. l. 9. ad fin. titulo 9. part. 1. Panorm. cap. cum contingat numero 25. de for. comp. & intellige per Ordinarium ecclesiasticum, nam per secularem nullo modo puniri potest, vt colligitur ex d. c. 1. in princ. tradit Couar. d. cap. 11. numero 5. Nauar. cap. non dicatis 119. 1. numero 96. ad fin. & satis sentit Trident. sess. 24. cap. 11. de reformat. Adde. quod cùm per professionem fuerit dicatus Deo locum habet Reg. quod semel Deo, de reg. iur. in 6. glos fin. cap. 2. de cond. appos. D. Thom. 2. 2. q. 108. art. 10.

220 Ad tertiam difficultatem respondeo quod is, quanuis non fecerit professionem expressam, tamen tacitam videtur fecisse, nam eum habitus professorum, & nouitiorum in his Ordinibus non sit distinctus, nouitius qui eum habitum gessit per annum videtur tacitè profiteri cap. 1. §. qui vero de regular. in 6. Clement. fin. eodem titulo. Neque obstat, quod vt inducatur hæc tacita pro-

 fessio

seſsio, oportet habitum geſtari in Religione d. Clement. fin. & ibi gloſ. verb. in Religione, ſiue in Monaſterio cap 1. §. 1. de regular, in 6. quia ſatis dicitur geſtari habitum in Religione, vel monaſterio, qui de licentia ſuperioris degit extra clauſtrum, & Monaſterium Panorm. cap. ex reſcripto numero 5. de jure jurando, quem omnino vide cap. cum contingat numero 24. ad med. de ſor. comp. in terminis Nauar. d. conſ. 11. de regular. & ideo hoc ea ſu inducitur tacita profeſsio, ac ſi intra Monaſterium habitū geſtaſſet, expreſſe Nauar. cap. ſtatuimus 19. q. 3. numero. 64.

221 *Neque etiam obſtabit, quod poſtea fecit profeſsionem expreſſam, vnde tacitam non debet videri feciſſe, quia non repugnat quem tacitè eſſe profeſſū, & tamen poſtea petere, vel facere expreſſam profeſsionem, vt clarius de ea conſtet, vnde licet expreſſa ei denegetur, nihilominus ſupererit tacita profeſsio, quæ ſecundum ius cenſetur facta, expreſſe Nauar. conſ. 30. numero 2. de regular. & ita debet declarari Conc. Trident. ſeſſ. 24. cap. 11. ad fin. de reformat.*

222 *Nec obſtat Concilium ſeſſ. 25 cap. 15. de regular. quia in eo non comprehenduntur Ordines Militares, vt Congregatio cenſuit, & probat Rota nouiſ. deciſ. 501. & Sanches in 2. p decalogi lib. 5. cap. 4. numero 17. inquiens quod non habet locum dictum decretum, & capitulum quoad ætatem profitendi, & annum nouitiatus, etiam ſecluſo ſpeciali ſtatuto Ordinum, & ad hoc allegat etiam diſputationem 44. numero 8. lib. 7. de Matrim. & Nauar. conſ. 10. n. 10. & conſ. 13. numero 10. de regul. Azor lib. 13. inſt. moral. cap. 4. q. 2.*

223 *Item Reſpondeo, quod licet conſideretur tanquam nouitius, tamen gaudent priuilegio fori, & canonis cap. dilecto §. fin. de ſenten. excomm. in 6. & ibi Dom & omnes in cap. 2. de for. comp. & notabiliter Anchar. conſ. 69. numero 12. Valenç. conſ. 95. numero 53. & conſ 176. numero 13. & 14. lib. 2.*

224 *Neque obſtat quod debet eſſe nouitius in Monaſterio c. 1. §, 1. de regular. in 6. nam idem eſt ſi de licentia ſuperioris ſit extra monaſterium, & tūc adimplebit annum nouitiatus exiſtens extra illud, ac ſi intra clauſtrum exiſteret, iuxta doctrinam Panorm. cap. ex reſcripto numero 5. de jure jurando. & cap. cum contingat numero 24. ad medium de ſor. comp. & in terminis Nau. conſ 41. & conſ. ſequēti de regular. Innocen. in cap. inſinuant numero 2. qui Clericā, vel vouentes notab. idem Nauar. conſ. 20. numero 3. ſub titulo de regular.*

225 *Nec obſtat tertia difficultas, quia cum eques oppoſuerit declinatoriam, nō poteſt ſecularis contra eum formare aliquem proceſsum cap. ſi judex laicus §. fin. de ſent. excom. lib. 6. & multo minus pronuntiare ei non competere priuilegium fori, hoc enim determinare non pertinet ad ſecularem ſed ſolum ad eccleſiaſticum d. cap. ſi iudex, tradit Couar. pract. cap. 33. poſt princ. vbi aſſerit in Hiſpania ita communiter obſeruari, nec ille poteſt conſentire in tali iudicio, nec renuntiare priuilegio, quia conceſſum eſt toto Ordini, iuxta tradita per Valenç. in d. conſ. 95. numero 49. & 50. argum. cap ſi diligenti de for.*

de for. comp. & d. D. Thom. Carleual de Iud. vbi supr. numero 10. in n. 432.

226 *Neque obstat l. si quis ex aliena ff. iud. quia procedit in iudice incompetenti, qui tamen poterat effici competens per tacitum, vel expressum consensum citati, tunc enim si nõ compareat potest mutari, cæterum secularis respectu Clericorum, vel religiosorum, est incapax iurisdictionis, & ideo eorum contumacia non potuit eum capacem reddere, nec in eum potuit consentire tacitè, vel expressim, cap. significasti, & d. cap. si diligenti de for. comp. & ideo sententia lata, vel mulcta indicta aduersus eos per seculares, semper est nulla, neque habet locum regula d. l. si quis ex aliena vt Bart. Bald. & alij, l. 2. ff. si quis in ius vocatus non ierit, & late Couar. in d. cap. 33.*

227 *Et generaliter nemo, qui habet notorium priuilegium, tenetur comparere citatus à iudice non suo, glos. magistra c. si Episcopus verb. conuocari 392. vbi Gemin. numero 6. & Præpos. & omnes in cap. cum ordinem de rescript. vbi Panorm. numero 5. dec. 17. 21. Felin. numero 10. & in cap. si duobus de appellat. Felin. numero 8. & 13. dec. 16. Perus. 15. Alex 17. Ioan. Andr. ad regulam scienti numero 7. Perus. 4. Ausret ad capellũ Tholosan dec. 163. Couar. reg. possessor. 2. p. §. 10. numero 9. & sic processus, & sententia est nullius momenti, si postea quomodocumque constet de priuilegio exemptionis quamuis notorium non esset Felin. in d. cap. si duobus numero 13. dec. 36. 40. Perus. 15. Alex. 21. Anchar. cap. 1. numero 5. de priuileg. in 6. Cor. 203. n. 7. lib. 2. dicit communiter teneri, addit Paulum cons. 431. numero 2. Abb. in cap. fin. numero 35. de for. comp. ex cap. cum tempore de recept. arb. Barbat. & Felin. in cap. ac si Clerici de judic. Alex. cons. 13. incipit ex his numero 10. additio ad cap. Tholosanam quæstione 424. & potest quandocumque de incompetentia opponere Cabal. in mille loq. 108. p. 2. Michael Agia de exhiben. auxilijs caus. 7. glos. communiter recepta in clemen. 1. de sequestrat. possessionis Couar. pract. quæst. 25. numero 4. Valasc. consult. 27. n. 5.*

228 E se deue considerar, que se cansaõ debalde os DD. que pretendẽm mostrar com grandes allegaçoens de direito, & decizoens de Rota, que as diligencias, intimaçoens, & notificaçoens, que o Conseruador das Ordens mãda fazer por seus Monitorios, que se passaõ em virtude dos breues da Conseruatoria de Innoc. Octauo, Pio Quarto, & Pio Quinto, naõ saõ legitimas, nem validas, para ficarem iustificados seus procedimentos, & selhe dar inteiro credito, quando se naõ fazem per Notarios Apostolicos, ou pessoas publicas deputados para semelhantes notificaçoens, & ainda diante de duas testemunhas, sendo assy que conforme ás ditas Bullas, estillo observado em todos os Iuizos ecclesiasticos deste Reino que por ser tam notorio *sufficit allegari iuxta doctrinã clem. appellanti de appellat.*, & principalmente em o da Conseruatoria das Ordens Militares se naõ fazem em outra forma, como consta da certidaõ que se apresenta de Pedro Leitaõ Tinoco escriuaõ da mesma Conseruatoria folhas 208.

229 E quando a materia pudera ter algum escrupulo, de todos se tira com a ob[illegible] *subsecuta* de tantos annos sem hauer contradiçaõ, que hea milhor

nterpretaçaõ, que pode hauer *ex reg. textus in cap. eum dilectus de conuet. cũ late traditis per Mar. Giurb. conſ. crimi. 92. n. 4.*

230 E aſsim com pouco fundamento ſe impugna a certidaõ, que o Clerigo paſſou da intimaçaõ & notificaçaõ, que fez com o monitorio aos Iuizes para que naõ tomaſſem conhecimento da cauſa de Frei Diogo Lopes da Franca, nem o ſentenciaſſem, pois que era profeſſo da Ordem de Chriſto antes de cometer os delictos, porque foi acuſado, & que o remeteſſem ao Iuiz dos Caualeiros, que era ſò priuatiuamente competente, & dos meſmos autos lhe conſtaua eſta verdade, *& ita jure optimo* podia o Conſeruador proceder contra elles com cenſuras para deſiſtir da força, que lhe faziaõ & à Ordẽ ẽ lhes naõ guardar ſua exempçaõ.

231 A qual como era notoria, & lhes conſtaua da Comenda, que tinha, & mais largamente, da reposta, que deu o Conſeruador á viſta, que ſelhe mandou dar por Acordaõ da Relaçaõ (ainda quando lhe fora neceſſaria) para gozar do priuilegio do foro, poſto que eſtiueramos em os termos da Ord. lib. 2. titulo 12. §. 2. eſtauaõ obrigados *ex officio* ao remeter a ſeu juiz ſem eſperar que declinaſſe, nem ſe paſſaſſe precatorio do Iuiz dos Caualeiros conforme a Ord. lib. 1. titulo 1. §. 3. no Clerigo Notorio, & beneficiado porq̃ os equiparou a Ord. lib. 2. titulo 3. ibi Clerigos, beneficiados, Comendadores & outros Religioſos.

232 Donde ſe ſegue q̃ quando algum Iuiz ſecular conheceer das cauzas dos Caualeiros, ou os prender, ou lhe ſequeſtrar ſeus bẽs, que podẽ recorrer ao Cõſeruador das Ordens, para que os defenda, & ampare, & o inhiba, & que tẽ obrigaçaõ de deferir á tal inhibitoria, ſẽ o Iuiz da Coroa prouer neſte caſo como coſtuma, mandando abſoluer ao Iuiz ſecular, auendo que o acto de inhibir eſtá prohibido pela Ord. lib. 2. tit. 14 & lib. 1. tit. 9. §. 11. aqual aſſy interpreta *Valaſc. conſ. 159. n. 14.* porem iſto he grauiſsimo abuſo, & contra o q̃ nota *Bellitor, exornat Gabr. Pereira de Caſt. deciſ. 58. n. 22. & ſeqq.* porque aquella Ord. do d. tit. 14. & as leis ſemelhantes ſe deuem entender em inhibitorias paſſadas em fraude da juriſdiçaõ Real, & naõ quando iuſtamẽte ſe pede á Iuſtiça ſecular, q̃ remeta o Caualeiro, & ſua cauſa, no qual caſo ElRey naõ pode tirar excomunhaõ, ſe for bem poſta & fica tendo lugar o Conc. Trid. cap. 3. de reformatione.

E tambem fica indubitauel que ſe o juiz que deuaſſa de algũ crime, for
233 ſecular que naõ pode pelas culpas que della reſultaõ prẽder o Caualeiro, ou Comendador, nem ſequeſtrarlhe ſeus bens, nem pedirlhe gaſtos da deuaſſa, nẽ obſta a Ord. lib. 3. tit. 63. §. 5. & lib. 1. tit. 24. §. 44. porque falla dos que ſe remetem ás Ordens, que ſaõ ſeculares, em quanto naõ prouaõ o contrario, o que naõ he aſſy no Comendador, & Caualeiro Notorio, com todas eſtas couzas ſe vem cada dia grandes exceſſos, contra os quais pode proceder ſempre o Conſeruador como eſtà apontado.

Deque ſe infere tambem que naõ pode V. Mageſtade paſſar prouizoens
234 a Dezembargadores, & outros Miniſtros ſeculares para tirar deuaſſas geraes & particulares, com declaraçaõ, q̃ ſempre ſe entenda hũ incerta clauzula em

as co-

as comissoens, que achandosse culpado algum Caualeiro, ou Comendador, lhe ha por cometida a cauza, como Gouernador, & perpetuo Administrador, & a razaõ he.

235 Porque Vossa Magestade, posto que seja Ordinario das Ordens *prout latè defendit Gabr. Pereira à Cast. de manu Regia 2. p. c. 58. n. 1. & sequenti* he inferior aos canones, & naõ pode dispensar nelles, & assy naõ pode fazer capaz a pessoa do leigo para deuassar do Commendador, nem Freire do habito, porque ainda que como Rey seja ley animada sobre a terra, & exempto de suas leis *Ex Ord. lib. 3. tit. 66. ad med. & tit. 15. §. 1. deducta ex §. vlt. & ibi glos. in auth. de consulibus* com tudo com o Mestre he inferior ao direito Canonico, & não pode quebrar as regras do capitulo *Clerici cap. quando, & cap. si Clerici de iudic.* Porque ainda que o Papa possa cometer a hum leigo as causas ecclesiasticas, ou crimes, ou ciueis, & ainda as spirituaes *vt per glos. 2. in c. decernimus de iudic. & in cap. bene quidem verbo laici 96. distinctione, cap. prater 6. §. attamè vers. scribit 32. distinctione quod leegant ter explicat Didac. Molian. in 2. p. c. interpretat. c. 2. n. 20. de iudic.*

236 Com tudo os Prelados inferiores naõ podem delegar a leigos, senaõ as pecuniarias, & as meramente cíueis *glos. verb. pecuniaria in d. c. decernimus* nem obsta o capitulo *significasti de foro cõp.* em aquellas palauras *ibi nec de Episcopi licentia* porque a differença entre a licença, & a delegaçaõ, como se tende à ley *Abb. n. 5. & Risp. n. 36. licet aliter, & melius declaret Molian. vbi supra n. 2.* & ainda que alguns digaõ que os Bispos podem na sua diocesi o que o Summo Pontifice pode em todo o mũdo, & que assy pode cometer as cauzas como lhe toda via a comum he em cõtrario & por ella nos auemos de gouernar *vt ex multis tradit Gabr. Pereira d. decis. 58. n. 89. & 10. omninò videndus & n. 6. & seqq. & per totam vbi latissime agit de materia harum resolutionum* & resolue que em o Mestre nunca pode ter lugar, & assy he conforme aos breues de Nicolao V. & Martinho V. folhas & sequenti &c. & dos mais que se prezentaõ, pelo que me parece que nẽ delegaçaõ expressa, nem tacita basta, & que se os seculares deuassaõ dos Caualeiros por tais comissoens encorrem na Bulla da Cea *maximè* se prendem, & sequestraõ, ou executão como cada dia fazem.

237 E agora tem ainda menos duuida assy pelo que está definido em a regra da Ordem do Christo 3. p. tit. 6. §. 3. iuncto tit. 3. & §. 1. cõ a de Auis definiçaõ 48 fol. que ordenaõ que só o Iuiz dos Caualeiros possa tirar as deuassas dos Commendadores, & Caualeiros com prouizão do Mestre, ou da Meza da Consciencia, & Ordens.

238 E ainda conforme aos ditos Breues tem os Caualeiros Iuiz priuatiuo em as cauzas cíueis, & crimes, & este foro lhe concedeo tambem expressamente a Bulla das tres instancias impetrada por ElRey Dom Sebastiaõ que vay fol. & deque se trata largamente numero 15. *cum seqq. supra in principio* fundandosse em ser este o costume, que sempre se obseruou em administraçaõ da Iustiça dos Caualeiros, como se pode ver dos estatutos confirmados por ella.

239 Com a Ord. do Reyno lib. 2. tit. 12. §. 1. se lhes tira o foro do ciuel sometendoos aos Iuizes Ordinarios, & seculares dos lugares, aque deu principio a prouizaõ do Senhor Rey Dom Manoel que está fol. em que declara

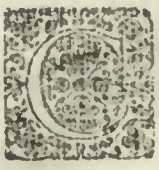
clara que todos os Iuizes, & Iuſtiças do Reyno, perante quem ciuilmente forem demandados quaiſquer Comendadores, & Caualeiros da Ordem de Chriſto por auçaõ noua, conheçaõ de ſeus feitos, aſſy como ſe proprios Iuizes foſſem da dita Ordem, porque para iſſo lhe daua poder, & autoridade, dandolhe alçada até certa quantia, como tem os mais Iulgadores, ſem auer delles appellaçaõ, nem aggrauo, & paſſando da dita quãtia, que dariaõ appellaçaõ, & aggrauo para o Iuiz, ou Iuizes da Ordem, diante dos quais ſe ſeguiriaõ pellas partes, & por elles finalmente ſem mais appellaçaõ, nem aggrauo ſeriaõ os ditos feitos deſpachados como foſſe direito, com declaraçaõ que onde eſtiuer Meſtre, ou poſtoque em peſſoa naõ eſteja, ſe ahi eſtiuer o juiz proprio da Ordem, nenhum juiz, nem outra juſtiça, poſto que ate a dita quãtia de ſua juriſdiçaõ aja de conhecer, como por eſta mãda, & nelles acabar, naõ tomará conhecimento de nenhum feito dos ſobreditos Commendadores, & Caualeiros da Ordem, & os tais onde eſtiuer, ou o dito juiz poderaõ ſer demandados perante o juiz della, ou perãte qualquer outra peſſoa que para iſſo ordenar, porque o conhecimento dos outros juizes, para vzarem doque ditto he, ſenaõ ha de entender ſalua de foro, & aſſy manda que ſe cumpra, & guarde.

240 E com eſta inducçaõ ficou metido eſte cazo na juriſdiçaõ Real offendẽdoſſe, & encontrandoſſe os ditos breues, e ſerá juſto tornar a Deos oque he ſeu, e naõ dar, nem ter Ceſar o que não he ſeu.

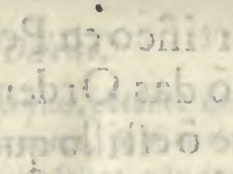
241 Doque tudo reſulta que foraõ legitimos, e valioſos os procedimentos do Conſeruador, e por naõ obedecerem a elles os juizes, que condenaraõ á morte a Fr. Diogo Lopes da Franca, o mandaraõ degolar, encorreraõ em a excomunhaõ do canone, & da bulla da Cea, que he priuilegio, que tem, & deque gozão os Caualeiros, como fica prouado em o primeiro diſcurſo deſta allegaçaõ, & tem obrigaçaõ de ſe abſter depois de declarados por excomungados, & poſtos de interdito de ſe abſter de hir à Caza da Supplicaçaõ deſpachar os feitos, porque ſaõ todos os actos, & proceſſos, que fazem nullos, & de nenhum effeito, & da comunicaçaõ dos fieis, & elles de os euitar para naõ encorrerem nas penas, que o direito lhe poem.

Dom Carlos de Noronha.

FINIS

242  Ertifico eu Pedro Leitaõ Tinoco Eſcriuaõ das Ordens Militares em eſta Corte, que õ eſtillo que ſẽpre ſe vzou, & praticou neſte Iuizo da Conſeruatoria das ditas Ordens he, que as cartas, que ſe paſſaõ, Monitorias, Inhibitorias, Citatorias, & quaeſquer outras, vaõ dirigidas a todas as peſſoas eccleſiaſticas, & ſeculares, Clerigos de Miſſa, Notarios Apoſtolicos, homens de Ordens, & outros quaiſquer officiaes de Iuſtiça, & pellas certidoens paſſadas por qualquer deſtas peſſoas, a que as ditas cartas ſe dirigem, ſe manda proceder ſem outra iuſtificaçaõ de teſtemunhas, iſto he o que vi ſempre vzar, & praticar de mais de quarenta Annos a eſta parte, que ha que ſiruo eſte officio. Lisboa em dezanoue de Agoſto de ſeiſcentos trinta, & quatro.

Pedro Leitaõ Tinoco.



FINIS